

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

SOBRE O CORPO: PARA COMPREENSÃO DA *PHYSIS* POÉTICA NO ÂMBITO DAS ARTES DA CENA (PARTE I)

Alexandre Ferreira¹

alefef@gmail.com

Eusébio Lobo da Silva²

elobosilva@yahoo.com.br

RESUMO: O trabalho traz uma reflexão sobre o corpo poético, desejo e objeto de pesquisa dos artistas da cena, pautada em uma visão histórica que serve de base para desconstruir o conceito de corpo-soma e reconstruí-lo na dimensão da *physis*-corpo. Para tanto, faz-se necessário o entendimento do conceito de *physis* e soma desde os filósofos pré-socráticos até Merleau-Ponty, traçando um panorama didático de apresentação da construção da *physis* poética como outro paradigma de busca do artista da cena. Chegando a conclusão de que o artista “apresenta-se” não na categoria do soma, mas da *physis* poietikos, ou seja, tendo o corpo como casa e janela, permitindo possibilidades de [re]nascimentos; de saberes de experiência que se darão e manifestarão entre os conhecimentos adquiridos e a vida humana, numa relação dialógica que lhe é peculiar entre a Arte e Vida.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo; Soma; *Physis* poética.

ABSTRACT: This article presents a reflection on the poetic body, desire and object of research of the artists of the scene, guided by a historical vision that serves as a basis for deconstructing the concept of body-soma and rebuild it in the dimension of *physis*-body. Therefore, it is necessary to understand the concept of *physis* and soma from the pre-socratic

¹ Docente do Curso de Dança – FEF/Universidade Federal de Goiás; doutorando em Artes da Cena pelo Instituto de Artes/Universidade Estadual de Campinas; Mestre em Biologia Celular e Estrutural com área de concentração em Anatomia pelo Instituto de Biologia/Universidade Estadual de Campinas.

² Docente do Departamento de Artes Corporais da Universidade Estadual de Campinas. Professor Livre Docente em Artes pelo Instituto de Artes/Universidade Estadual de Campinas.

philosophers to Merleau-Ponty, drawing a picture didactic presentation of poetic physis as another paradigm of the artist's search of the scene. Reaching the conclusion that the artist "presents" not in the category of the soma, but the physis poietikos, in the order words, taking the body as a house and window, allowing opportunities to create new behaviors; new knowledge for experience in a dialogic relation peculiar to it between Art and Life.

KEYWORDS: Body; Soma; Poetic physis.

O corpo para o intérprete-criador é um duplo habitar *in situ*, pois ao mesmo tempo se constitui em sua complexidade biológica e, portanto, o capacita enquanto ser vivo para a existência terrena, e por complementariedade, é o templo que desenvolve, amplia e complexa essa mesma existência no caminho corporeificado à manifestação da sua Arte. É um misto de especializações que alude desde o micro-corpo (célula) ao macro-corpo (ser) capaz de transcender a barreira do "a olho visto" e adentrar ao interior invisível-relembrado e a expandir-se para o exterior visível-imaginado. Neste ponto não se estabelece uma dialética, como pode se pensar a primeira leitura, mas um *continuum* desdobrar ou desenrolar dessa materialidade humana em que há regiões constituintes tão pequenas e/ou encobertas por outras as quais para possibilitar a continuidade ao conhecimento sobre as potências do corpo [artista] são lembradas imagetivamente e, outras regiões que transbordam essa mesma materialidade constituindo e conectando o indivíduo ao invisível de sua existência, porém sentida em carne, ossos e pele.

O corpo do intérprete-criador pode ser discutido por diversas visualidades, tais como: o corpo como arte; o corpo como caminho da arte; o corpo biológico modificado pela prática de sua arte; o corpo experiencial na arte; o corpo educado pela arte dentre outros. Então, qual será o caminho destacado desse universo que será discutido neste texto? Será discutido aqui o viés que permite ao intérprete-criador ser um constante (se existe?) ou a busca deste constante "*soma poietikos*".

Para chegar aí, observamos a necessidade de traçarmos uma trajetória da *physis* para desembarcar nessa volição contemporânea de apreensão do *soma poietikos* e até mesmo para compreender, ao menos em parte, este fenômeno. Mas antes, esclarecemos o que vem a ser *physis*: trata-se, etimologicamente, de uma palavra grega utilizada primeiramente para o mundo vegetal, designando o processo de produzir, crescer. No entanto, os filósofos pré-socráticos expandiram esse entendimento da *physis* para a aceção do Homem, ampliando e aprofundando aspectos relacionados ao seu significado. De acordo com esses filósofos

podemos levantar três aspectos interessantes sobre a *physis* (KIRK e RAVEN, 1982, p.30-40):
 1º) Indica aquilo que por si brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desdobramento, pondo-se no manifesto; 2º) Refere ao conjunto corpo e alma; 3º) Compreende a totalidade de tudo o que é.

No primeiro ponto, podemos compreender *physis* como a gênese, o princípio de tudo o que vem a ser, o que toma forma no mundo. Por esse viés, Heidegger (1997, p. 20) diz que “é o próprio ser, graças ao qual o ente se torna e permanece observável”. No segundo, percebe-se que para os pré-socráticos não havia oposição entre corpo e alma, e ambos faziam parte do humano e da Natureza que o gerava, ou seja, o

ser humano fazia-se nascer do interior da Natureza... fazer nascer o ser humano do interior de si própria, e a ideia da natureza humana estaria perfeitamente integrada à ordem da Natureza e dependente dos desígnios divinos (SILVA, 2006, p 28).

Portanto, havia uma relação de conteúdo entre o indivíduo, o coletivo e o Mundo. Havia a noção de unidade, uma essência que se mantinha presente em tudo que havia sobre a Terra, uma interligação permanente de movimento em si mesmo, atuando para um fim também em si, isto é, o próprio Existir. Os indivíduos existiam em uma relação de fluxo bidirecional entre sua condição humana de gênese natural e a Natureza como o cosmo potencializador do “ser” humano. Por último é apreendida em tudo o que acontece, desde o germinar de uma planta até a organização social, indicando que o plano cósmico, os quais os deuses também faziam parte, se manifesta nos seres através da unidade corpálmica.

O corpo é um microcosmo dentro do macrocosmo “... era uma tensão aguda sobre a variedade de relações existentes entre o organismo e o meio ambiente” (SANT’ANNA, 2006, p. 6). A *physis* é, ao mesmo tempo, o que conforma, fazendo crescer em si e a partir de si a própria Natureza, inclusive a humana, estabelecendo uma visão integral do humano e porque não, integrativa, em que as relações se estabelecem em um mútuo afetar. Dessa forma, o Homem seria um espelho da Natureza refletindo em si o processo cosmológico da existência tanto terrena quanto de experiência de ser-no- mundo.

Para Platão a *physis* continua sendo feita dos elementos naturais (fogo, terra, água e ar), no entanto, esse pensador sugere a oposição entre *soma* (corpo físico) e *psyké* (alma). Tal separação se faz dentro de uma concepção polar, porém conectada em fluxo que caminha em direção permanente a um mundo pleno, ao Mundo das Ideias, que era a máxima da permanência, destinada exclusivamente a alma. Ou seja, para Platão:

...o que importava verdadeiramente é a realidade do mundo das Ideias, ou antes, a própria Teoria das Ideias que polariza a alma que se move a si mesma de seu próprio interior; a alma é seu próprio princípio de movimento, ela preexiste ao corpo, é imaterial e mortal (cf. Fedro 245d-246^a). Já o corpo é movido pela alma e é, ao mesmo tempo, cárcere ou prisão da alma assim como seu túmulo; o corpo é material e mortal... (CARDIM, 2009, p.23)

Por um lado, a alma é congênita ao mundo da Ideias, se assemelha ao que é divino, imortal, dotado de capacidade de pensar [...], por outro lado, o corpo equipara-se ao que é humano, mortal, multiforme, desprovido de inteligência (Ibid, p. 24).

Posteriormente a Platão, Aristóteles dá continuidade ao pensamento da *physis* como expressão da Natureza, no entanto, vai diferenciá-lo do anterior por dizer que a alma e o corpo estão estritamente conectados a uma realidade natural, não tentando refletir o Mundo das Ideias, mas o ser e o agir humanos se manifestando na/em essência do pensar e existir. “Para a filosofia aristotélica, a alma deve ser entendida como um princípio vital que é o ato de todo ser vivo” (CARDIM, 2009, p.26). Mais ainda: “a alma é o ato do corpo organizado. [...] se está compreendida na natureza, cabe ao estudioso da natureza estudá-la (cf. De anima I, ARISTÓTELES, 2006, p. 403).

Na Idade Média, o cristianismo acha por bem separar definitivamente o Homem da Natureza, passando o primeiro a transcender a segunda, ao mesmo tempo, que começa tomar o *status* de dominador em relação a esta, já que fomos criados a imagem e semelhança de Deus. O que é natural torna-se findável, tem prazo, já o que se conjuga com o Todo Criador deve ser imortal, superior. Desta forma, a Natureza não é eterna e o Homem encontra-se inserido nela e não nasce dela. Nesse período tem-se a redução do conceito de *physis*, igualando-o ao *soma*, no qual o corpo torna-se um arcabouço que vai servir de morada da alma, mas ao mesmo tempo é o cárcere, já que o pecado original se dá não pela tentação a alma, mas ao corpo que é fraco e lascivo. O corpo torna-se um material singular, em que cada indivíduo carrega em si o pecado da culpa inata, local onde se manifesta os pecados e provações, conturbando a elevação da alma em direção ao Pai, portanto, devendo ser passível de aflições e restrições. Nos diz Foucault “...o corpo era o lugar de inscrições dos suplícios, dos castigos, das penas, dos sofrimentos....Era um corpo condenado.” (apud CARDIM, 2009, p.127).

O corpo se vulgariza tanto em conceito quanto em substância, deixando evidente sua passividade em relação aos dogmas cristãos, sendo objeto de mazelas, mas ao mesmo tempo, pertencente ao status de sagrado por ser *habitat* da alma, tomado por esse viés como um território que jamais poderia ser explorado pelo humano, tanto nos aspectos da vivência no mundo, ou seja, como um ser integrante da Natureza e, portanto, coabitado por processos

inerentes a vida terrena, tais como: os aspectos fisiológicos e anatômicos, quanto nas relações metaterrenas, aquelas que lidavam com a espiritualidade mais ampla, a alquímica do ser natural. O que acontecia de ruim ao corpo era causa da pressão poderosa da Mão do Todo Criador sobre seus filhos pecadores. Nesse período, o corpo (*soma*) não é mais o “ser”, mas o “ter”, o templo imperfeito que aprisiona a alma perfeita. Tal condenação era exaltada para que a alma pudesse percorrer o calvário e assim, se purificar de sua culpa adonista, ou seja, relativa a Adão, Eva e a Maçã. Tal concepção também tem um caráter de *dominatione* em que os escolhidos por Deus e ligados a Igreja Cristã eram os pastores deste rebanho humano, guias dos filhos ao Pai, isso lhes davam plenos direitos para ditarem as condutas da vida na Terra.

No Renascimento a dicotomia entre corpo e alma se intensifica e a redução da *physis* a *soma* também. A Idade Moderna tem seu início, dentre outros fatores, com a contribuição do filósofo francês René Descartes. Para ele, corpo e alma eram imiscíveis, eram substâncias distintas onde a segunda habitava o primeiro imbuindo-o de pensamento, isto era o que diferenciava os humanos dos animais. O corpo passa a ser vislumbrado como uma máquina, no entanto, o corpo-máquina do homem era superior ao dos animais por possuir o sopro espiritual que se manifestava através do pensar, transcendendo a lógica natural e elevando o Homem à categoria daquele capacitado a dominar o mundo.

Descartes aludia ao corpo como a *res extensa*, a substância presentificada no mundo material, durável e findável, e a alma como *res cogitans* a qual é dotada da capacidade de pensar e, por isso, faz a conectividade com o divino. Para ele, a supremacia da alma era tal que essa poderia existir sem o corpo:

[...] de um lado tenho uma ideia clara e distinta de mim mesmo, na medida de que sou apenas uma coisa que pensa e não extensa, e que, do outro, tenho uma ideia distinta do corpo, na medida de que ele é apenas uma coisa extensa e que não pensa, é certo que esse eu, ou seja, a minha alma, pela qual sou o que sou, é inteira e verdadeiramente distinta de meu corpo e pode ser ou existir sem ele. (DESCARTES apud MURTA, 2006, p. 57).

Outro ponto relevante é a observação, por Descarte, da interioridade da coisa pensante (sujeito) em oposição ao exterior deste (objeto). Aparece, então, a relação dialética entre o observador dominante em relação ao Mundo, já que o *cogitatio* o pertence, sendo capaz de explicar os acontecimentos mundanos por métodos (caminhos sistematizados); e o objeto como matéria de análise presente nos acontecimentos do Mundo. Eles [os métodos] “tornam-se instrumentos que ajudam a representar as coisas de modo adequado, ajudam a controlar cada um dos passos dados e permitem deduzir algo desconhecido de algo

conhecido” (CARDIM, 2009, p.30). Esse período se desenvolve o materialismo experimental em que tudo teria que ser testado e demonstrado por meios eficazes. Por esse viés, os processos corporais podem ser reduzidos e explicados a maneira dos processos que ocorrem nas máquinas sendo, portanto, sinônimo de extensão mecanicista submetida ao pensamento puro. Fica claro a heterogeneidade entre as substâncias *res extensa* e *res cogitans* para Descartes, no entanto, a forma como essa união se estabelecia não estava clara. Mas, uma coisa era sabida, essa conexão se estabelecia por um equivalente de importância e até de permanência. A *psyké* se sobrepunha ao corpo e, portanto, aos sentidos não necessitando das experiências para se constituir como tal, podendo até existir sem o corpo. Este por sua vez, era um atributo secundário da permanência do Homem, concebido por uma substancialização transitória e impermanente em relação à alma que era seu oposto.

Kant traz um novo olhar sobre a substancialização da alma e do corpo, tirando eles do lugar da polarização e colocando-os na categoria de fenômenos³. O corpo deixa de ser apenas arcabouço e toma lugar nas manifestações do Mundo, se constitui como acontecimento e como tal sua visão hermética torna-se porosa, é um corpo de relatos (experiência). O racionalismo sede lugar a visão empirista, concepção essa que fundamenta nosso conhecimento ou o material com o qual ele é construído, na experiência através dos cinco sentidos (HONDERICH, 1995, p. 225).

Cabe neste instante fazermos uma reflexão sobre o conceito experiência, pois se com o racionalismo e sua visão de métodos o termo experiência torna-se passos realizados pelo Homem como caminhos possíveis de explicar o fenômeno, visto que esse deveria ser decupado em uma lógica seqüencial e capaz de ser repetida, exata e novamente do mesmo jeito por outros. O modernismo e sua lógica racionalista convertem a experiência em experimento, em etapas objetivas que se dá fora do ser humano e, portanto, dissociado de seu corpo. Como diz Bondía (2002, p. 28)

A partir daí o conhecimento já não é um páthei máthos, uma aprendizagem na prova e pela prova, com toda a incerteza que isso implica, mas um mathema, uma acumulação progressiva de verdades objetivas que, no entanto, permanecerão externas ao homem.

Com o empirismo, que vem tecer críticas duras ao racionalismo, experiência retoma seu lugar de origem, visto que epistemologicamente vem da palavra grega

³ Para Kant os fenômenos são como as coisas se apresentam para o sujeito, elas são para nós, não representando coisas em si mesmas (KANT, 1987, p. 322).

εμπειρισμός. E para os gregos, o corpo era um lugar de complementariedade, uma *physis* e não um *soma*, portanto, não havia um fazer experiemento mas passar por um experimento, por uma tentativa que atravessava e afetava o corpo, transformando-o em receptáculo no qual se imprimia os dados do mundo exterior, transmitidos pelos sentidos através da percepção. Para Locke e Berkeley esses dados que impressam nesse “receptáculo” são as chamadas “ideias”, que Hume denomina de “sensações”. Essas ideias ou sensações constituem a base de todo o conhecimento (apud MORA, 1982, p.150). Assim, não se tem mais (apenas) um objeto da experiência mas um sujeito da experiência, “...que seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível onde aquilo que acontece afeta o algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos” (BONDÍA, 2002, p. 20).

Então, para Kant o corpo e alma não mais poderiam ser tratados como substâncias, pois isso seria a redução de um fenômeno maior, do existir e sua relação como o Mundo. “... todo o conhecimento das coisas proveniente só do puro entendimento ou da razão pura não passa de ilusão; só na experiência há verdade” (KANT apud PASCAL, 2005, p. 30). O corpo além de empírico é transcendental, é ao mesmo tempo experimentado (objeto) e experienciado (sujeito), é para nós dados anatômicos e fisiológicos que são de ordem orgânica de construção definidos por processos bioquímicos, mas também, é parte vivente e constituinte das relações de “sujeitação”. Quero dizer com esse termo uma hibridação, em primeira instância, de dois termos: sujeitar (verbo) e sujeito (substantivo), aquele que é submetido a modificações, as relações dos fenômenos e por elas afetado e, em segunda instância, com ação (verbo), aquele que é submetido a modificações e age sobre essas ao mesmo tempo, provocando movimentos de intencionalidades, portanto de ordem dos fenômenos.

Então, a relação “corpalma”, para Kant, é parte de sua doutrina denominada de idealismo transcendental: "Chamo idealismo transcendental de todos os fenômenos a doutrina segundo a qual nós os consideramos sem exceção simples representações, não coisas em si" (KANT apud LALANDE, 1999, p. 50). E se são representações as coisas não são em si, mas são coisas para nós, vista por uma perspectiva de interação “ambientesujeito”, de conectividade e não de substâncias imiscíveis que são agregadas em escalas de prioridades. Para que o sujeito possa se reconhecer, ele o faz somente tomando *status* de objeto, portanto, o corpo é um objeto no meio dos outros. No entanto, este mesmo objeto é reflexivo, podendo se olhar, dando sentido às relações através das experiências, tornando-se

sujeito-sensível, formando um sistema de unidade dialógica, e não dialética, pois presume outro entendimento, onde a relação do indivíduo no Mundo não se dá por uma única via linear de observador e observado, mas se dá por diversas fissuras que surgem a partir da ambigüidade inerente do ser-no-mundo, ou seja, não existe sujeito e nem objeto separados do mundo, esse é imanente ao ser que se instala no espaço da existência e reverbera na temporalidade da consciência. No ato da percepção que se torna perspectiva, e, logo, o corpo é fluxo condutor da observação e fluxo de resistência do observado. “Assim, para Kant o corpo toma uma dupla característica: ele é ao mesmo tempo empírico e transcendental” (CARDIM, 2009, p. 50).

Percebemos até aqui uma diferença marcante entre Descartes e Kant no que tange a discussão sobre o corpo: para o primeiro a relação corpo/alma é um ambíguo que se manifesta em uma relação dialética, portanto contraditória de uma existência que se caracterizava pela sobreposição da alma sobre o corpo e do fato desta estar no Mundo como um *cogitatio* manifesto até mesmo independente do sujeito-corpo. Já em Kant essa relação se constrói no Mundo e a partir deste, deixando a ambigüidade e tornando se um duplo “corpalma”, que vai caracterizar um “sujeito-objeto-de-experiências”.

Merleau-Ponty nos apresenta outra possibilidade da concepção de corpo, onde este não mais é transcendental como na visão kantiana, ou seja, o mundo não é imante ao sujeito, mas este é “concebido como transcendência em direção ao Mundo” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 10). A relação se dá essencialmente pela percepção que vai além da dicotomia sujeito/objeto e também do simples empirismo, se apresenta na relação fenomenológica de facticidade⁴ do Homem e o Mundo, portanto, o corpo apresenta-se como mediador da materialidade humana num Mundo que já existia por si mesmo independente do ser-humano, mas que é para nós aquilo que representamos, “não como homens ou como sujeitos empíricos, mas enquanto somos todos uma única luz e enquanto participamos do Uno sem dividi-lo” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 8-9). O corpo sensível toma as coisas para ele também, inclusive a si mesmo, como nos diz Husserl (2004, p.60)

Compreendido em sua forma espaço-temporal orgânica e em sua relação interna com o viver, o corpo torna-se o lugar da inscrição do sensível. Vem daí o duplo modo de interpretação do corpo, ou antes, o modo duplo com que o corpo originalmente se constitui: ele é ao mesmo tempo coisa física ou matéria e o que experimento nele e sobre ele.

⁴ Facticidade – limitação imposta “pela própria contingência ou condição ambiental”. Esse relacionamento, que se dá entre o SER e a condição ambiental, é real e concreto e por essa razão é denominado ‘facticidade’ (MARTINS e BICUDO, 1983, p. 84).

Há aí um desdobramento das experiências humanas em factos⁵ que se relativizam no indivíduo, visto que cada ser é um ser individual e cada consciência se dá pela apreensão destas experiências, é um mostrar-se por facetas projetadas pela percepção de um todo que se apresenta por estas mesmas facetas, ou seja, por uma essência da Grande Essência, como se fosse um resquício do objeto que se mostra, mas que em sua prima-existência contém todas as características do objeto maior.

Uma das propostas da filosofia de Merleau-Ponty trata-se da suspensão dos prejuízos tradicionais que colocam o sujeito na dicotomia polarizada e excludente, sem mediação, meios ou processos, ou se existe como coisa ou como consciência (cognoscente). O corpo deixa seu *status* de matéria pobre e de limite enclausurante, de uma fornalha hermética que vai degradando a si mesmo por ser coisa perecível, para “ser” aquele que limita e abre a experiência: é fronteira, um lugar de tensão permissível, permeável, de troca de experiências e apreensão das mesmas, consumando e consumindo em seus tecidos as relações, impregnando-se de signos e significados que constrói histórias e estórias nos corpo-ôrgânico e projetando-as aos demais corpos sutis. Isto é, “...ficando no seu corpo feito tatuagem...também pra perpetuar em tua escrava que você pega, esfrega mas não lava...”. Peço licença aqui para transcrever um trecho da música de Chico Buarque, Tatuagem, por perceber que assim se comporta um corpo experienciado, ou seja, o sujeito que é sujeito ao Mundo, mas também é “serjeito”, um modo de se manifestar particular e dependente, pois ser-no-mundo é para além da relação sentir e responder, mas para sentir, transformar e responder, pluralizando as maneiras de existir,

...o corpo humano, no qual tanto o passado mais longínquo quanto o mais próximo de todo o devir orgânico torna-se de novo vivo e corporal, por meio do qual, sobre o qual, no qual e para além do qual parece fluir uma torrente imensa e inaudível: o corpo é um pensamento mais espantoso do que a antiga alma (NIETZSCHE, 2008).

A junção corpo/alma é, agora, relação “corpalma” que nos fornece consequências capazes de perceber outra relação: a do sujeito e do objeto em conexões orgânicas enquanto organização perceptível em si, porém sempre em relação a alguma coisa. É um corpo referenciado, inscrito em tecidos e sistemas, é corpo próprio em permanência transitória,

⁵ Se o ser humano é para a relação “ser” e ambiente que está contida na facticidade, então, factos são a própria condição humana em trânsito com o Mundo e portanto, se dá pelas porosidades dos atravessamentos das experiências em nós (GRIFO DOS AUTORES).

meio vital da subjetividade, elemento mediador, textura que retorna a si e convém a si mesma, apresentado em carne. Sendo carne para Merleau-Ponty (1999, p. 150)

uma massa interiormente trabalhada definida pela noção de reversibilidade, que, ao fim e ao cabo, é uma verdade última...Há, portanto, a carne das coisas ou a carne do mundo, a qual deve ser descrita como segregação, dimensionalidade, continuação, latência, imbricação.

Ou seja, o próprio corpo possui em si uma propriedade primordial, que se instaura no tempo e espaço enquanto consequência do agora, vagueando pelo passado, se presertificando e indo em direção ao futuro, sendo o indivíduo também uma dimensão universal, aquilo que é presente aqui e acolá independente da vontade. O corpo, assim como o Mundo, é imanente para si, existindo sem a fruição do pensamento enquanto matéria, portanto, se a alma também pode existir sem o corpo, esse mesmo pode existir sem cognoscência, mas talvez não mais da mesma forma ou nos mesmos padrões, mas sim, em impermanência, em uma mutabilidade de categorias filogênicas, assumindo para si características animais de comportamento tanto físicas quanto psíquicas, mas que não deixa de ser um sujeito diante da Natureza, mas não mais o mesmo que se apresenta para mim ou para o outro, mas aquele possível de ser habitado e dar continuidade a vida deste mesmo indivíduo na Terra. Há, por assim dizer, uma relativização do corpo diante da matéria, vida e espírito, ou seja:

em relação à matéria ou plano físico, o corpo é considerado como uma “massa de compostos químicos em interação. Em relação à biologia ou plano da vida, o corpo é a dialética do vivente e de seu meio. Em relação à psicologia ou plano do espírito, esse é a dialética do sujeito social e de seu grupo, e mesmo todos nossos hábitos são um corpo impalpável para o eu de cada instante (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 325).

Assim, a corporificação do corpo próprio, ou seja, a presença do indivíduo enquanto organismo (coisa) e subjetividade (sujeito) é do campo do ser; é um acontecimento que existe enquanto materialidade no espaço e no tempo; é um preencher para então passar a existência factual e, logo, do conhecimento experienciado ou do fenômeno. Isto nos leva a entender que o corpo organismo existe por si mesmo como presença em um meio favorável, logo o corpo físico pré-existe ao conhecimento do Homem, já que antes de se constituir uma relação corpálica, há no Mundo um conhecimento que não está em mim, mas neste mesmo Mundo, e que para se consolidar em mim ou ser para mim é necessário que eu nasça na

concretude orgânica, na existência molecular organizada em sistemas que irão compactuar na manutenção da vida humana.

Agora o próprio corpo é corpo próprio, “meio vital da subjetividade, ele é o elemento mediador graças ao qual o sujeito mantém um comércio originário com o mundo, com as coisas, com as outras pessoas e com ele mesmo” (CARDIM, 2009, p. 87). É corpo habitado em essências, transmutado em estados de atenções reflexivas pela própria condição do existir, pela premissa da vida que é o cobrar em ATP (adenosina-trifosfato)⁶ aquilo que é tanto da coisa quanto da subjetividade, é um corpo encarnado⁷ em aspectos bio-psico-dinâmicos.

Desta forma, o corpo para o intérprete-criador e/ou artista da cena não se coloca nisto ou naquilo, pois não é apenas um objeto de apreensão que passa a ter um estado, um jeito, uma maneira. É, agora, ser em relações percepto-físicas que fornecerão ao corpo-artista substâncias que poderão e serão acessadas no instante, transferindo para a materialidade as potências, ou seja, a virtualização transpõe-se para o agora dado pela motivação e decisão daquilo que queremos “ser” e não apenas “ter”, perfazendo novos comportamentos que se tornar-se-ão em plena ação, ou seja, é o corpo em *physis* poética e não em soma. E o corpo manifestado em *physis* poética gera relações de conectividade em amplitudes que acessam aquilo que não vemos (quer seja em mim – estímulos intrínsecos - quer seja no fora – estímulos extrínsecos) mesclados com aquilo que vemos (o próprio corpo, materiais cênicos...) para se conformar no desejo mórfico⁸ daquilo que se apresenta por mim e se apresenta também no outro, pela relação de saberes de experiências que se darão e manifestarão entre os conhecimentos adquiridos e a vida humana, numa relação dialógica que é peculiar entre a Arte e a Vida.

REFERÊNCIAS

⁶ ATP produto resultante das reações metabólicas intracelulares das macromoléculas energéticas: carboidrato, lipídeos e proteínas, que fornece energia vital ao organismo para que ele possa existir no Mundo enquanto ser-vivo (GRIFO DOS AUTORES)

⁷ Corpo encarnado – é o corpo sujeito de uma existência a que está indissolúvelmente ligado, centro de um universo pessoal. É o corpo que tem consciência de si mesmo, assim com tem consciência de outros corpos. Quem assegura a encarnação é o próprio corpo. A encarnação, fundamento de todo ser no mundo, realiza a todo instante a conversão do objetivo em pessoal, que subtrai o meu corpo no mundo dos corpos. (VENÂNCIO, 1994, p. 38).

⁸ Mórfico é relativo a forma (das coisas) ou manifestação externas do pensamento ou do sentimento. Vem do grego *morphê* – forma. (DICIONÁRIO PRIBERIAM DA LÍNGUA PORTUGUESA: <http://www.priberam.pt/>)

ARISTÓTELES. *De Anima*. Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Ed. 34. 2006.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. n.19. 2002.

CARDIM, L.N. *Corpo. Coleção Filosofia frente e verso*. Coordenador Alexandre de Oliveira Torres Carrasco. São Paulo: Globo. 2009.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Consulta: 06/05/2012. Disponível em: <http://www.priberam.pt/>.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis: Vozes. 1997.

HONDERICH, T. (ed.) *The Oxford Companion to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press. 1995.

HUSSEL, E. Idées directrices pour une phénoménologie et une philosophie phénoménologique pures. Livre Second. *Recherches phénoménologiques pour la constitution*. Tradução de Eliane Escoubas. Paris: Puf. 2004.

KANT, E. *Crítica da Razão Pura*. Os Pensadores. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultura. 1987.

KIRK, G. S.; RAVEN, J. E. *Os Filósofos Pré-Socráticos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian. 2ª edição. 1982.

LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

MARTINS, J; BICUDO, A. V. *Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação*. São Paulo: Moraes. 1983.

MERLEAU-PONTY. M. *O Visível e o Invisível*. Tradução de José Arthur Gianotttil. São Paulo: Perspectiva. 1999.

_____. *Fenomenologia da Percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes. 3ª ed. 2006.

MORA, J. F. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: D. Quixote, 1982.

MURTA, C. O amor entre a filosofia e a psicanálise. *Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense*. v.18, n.1. 57-70. 2006.

NIETZSCHE, F. *Vontade de Potência*. Tradução de Marcos Fernandes e Francisco de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto. 2008.

PASCAL, G. *O Pensamento de Kant*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes. 2005.

SANT'ANNA, D. B. "É possível realizar uma história do corpo?", in Soares, C. L. (org.). *Corpo e História*. Campinas, Sp: Autores Associados. 3ª edição. 3-24.2006.

SILVA, A. M. “A natureza da physis humana: indicadores para o estudo da corporeidade.”, *in* Soares, C. L. (org.). *Corpo e História*. Campinas, SP: Autores Associados. 3ª edição. 25-42. 2006.

VENÂNCIO, S. *Educação Física para Portadores de HIV*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. 1994.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS EM GOIÁS

Amoné Inácia Alves¹
amoneinacia@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo desse estudo é descrever como a Comissão Pastoral da Terra – CPT - contribuiu para a formação de trabalhadores rurais em Goiás. Mostraremos como foram constituídas ações no sentido de gerar *capitais* necessários para esse intento e como essas práticas educativas atuaram no sentido dessa formação. Essa forma de investimento é tratada por Bourdieu como *capital social*, entendido como um investimento simbólico que visa reproduzir práticas capazes de melhorar a situação no *campo*, garantindo estratégias de reprodução postas a serviço dos agentes envolvidos no jogo.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhador rural; Capital social; Formação.

ABSTRACT: the objective of this study is to describe how the Pastoral Land Commission – CPT-contributed to the formation of rural workers in Goiás. We'll show you how actions were established to raise capital needed for this intent and how these educational practices acted towards such training. This form of investment is handled by social capital Bourdieu, understood as a symbolic investment aimed at reproducing practices that can improve the situation in the field, ensuring reproductive strategies put at the service of those involved in the game.

KEYWORDS: Cottager; Capital; Formation.

¹ Doutora em Educação pela UFG na Área Educação, Trabalho e Movimentos Sociais. Atualmente é Professora Adjunto em Fundamentos Filosóficos e Sócio-Históricos da Educação na FE/UFG.

Introdução

Esse texto é fruto da minha pesquisa de Doutorado intitulada: “*Quem deu à luz: A Comissão Pastoral da Terra – CPT- e as práticas educativas na formação de trabalhadores rurais em Goiás*”². Mostraremos nessa análise a demanda de formação em uma sociedade que provoca e impõe um ritmo produtivo alienante, excluindo da terra e do mundo do trabalho o trabalhador rural.

Imbuídos de uma teologia libertadora, a CPT tem sido o mediador mais profícuo do diálogo com o universo do campo em Goiás, aproximando-se de um discurso de enfrentamento, ensejando em vários momentos ocupações e denúncias ao trabalho escravo. Apesar de possuir na sua estrutura elementos que conduzem a certa secularização das práticas religiosas, advém do campo religioso a base metodológica de transmissão de *capital social*, que envolve uma mística em torno de sua missão em acompanhar os trabalhadores rumo à Terra Prometida.

Esse discurso metafórico faz com que ela atraia novos membros, sobretudo trabalhadores que, aliados do processo histórico, veem nessa busca uma saída, uma proposta concreta e principalmente, a conquista da terra almejada.

Tomando por base a sua origem, a CPT surgiu em Goiás em 1975 com a clara finalidade de “estimular maior participação popular dentro da igreja, conquistando o direito de decidir democraticamente os conteúdos e métodos da ação pastoral”.

Ainda que a CPT não tenha um projeto estruturado de formação, ela participou ativamente na formação de trabalhadores rurais. Então nos cabe inquirir: Quem é esse trabalhador rural e qual a sua necessidade de formação? Como a CPT tem realizado esse trabalho?

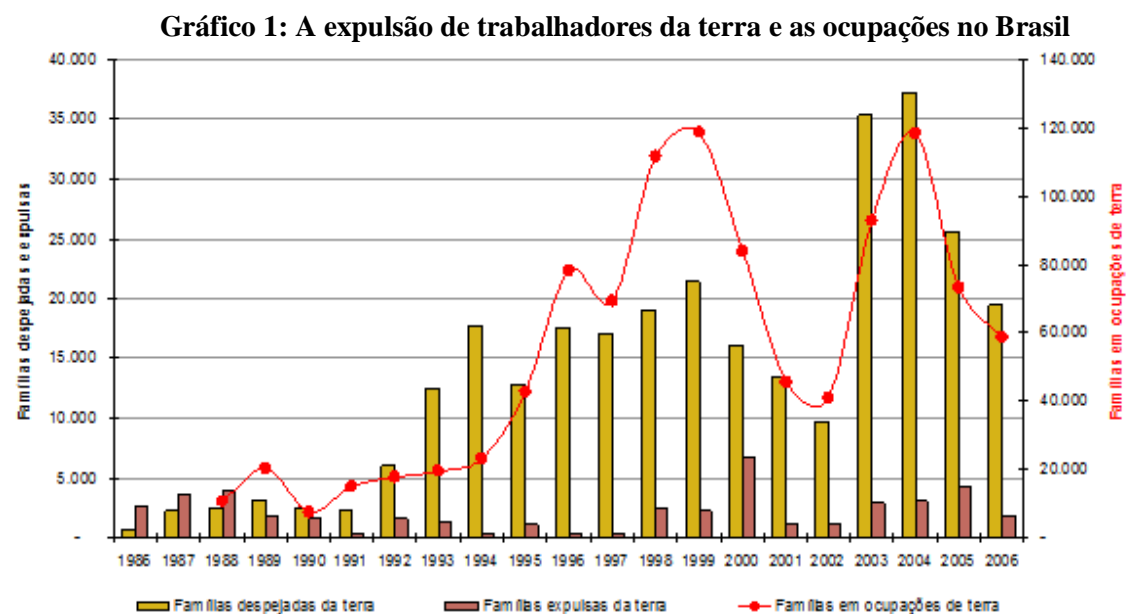
1 O trabalhador rural e o seu *capital simbólico*

Ao propormos analisar o trabalhador rural, faz-se necessário compreender que a situação de explorado no processo de produção material o mantém em uma situação fragilizada, sofrendo vários tipos de violência, sobretudo da violência simbólica, que impõe um modelo de cultura totalmente alheio à sua.

² Trabalho defendido em maio de 2010.

Para os pobres, os sem-terra, a expansão territorial configura como um movimento de fuga das áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente. Para os donos de terra, no entanto, ela se apresenta como um território de conquista que se faz em nome da propriedade privada da terra, da relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como instrumento para obtenção de incentivos fiscais e subsídios públicos. (MARTINS, 2007, p. 664).

O gráfico seguinte mostra um mapeamento feito pela CPT sobre a questão das famílias que foram expulsas de suas terras, bem como das novas ocupações surgidas no período:



O gráfico mostra que a ofensiva de expulsões no campo ocorreu paulatinamente às ocupações de terras, cujo crescimento vertiginoso se deu principalmente nos anos de 1990 a 1999, sendo que o pico do processo foi entre 2003 e 2004, por ocasião da necessidade dos conglomerados agroindustriais de maior aquisição de terras para o plantio de produtos de exportação, como a soja e a cana-de-açúcar. Vale ressaltar que, em meio a essas expulsões ocorreram inúmeros casos de violência, sendo cometidos muitas vezes, assassinatos de pessoas envolvidas nos conflitos.

As próprias instabilidades da estrutura do Capitalismo explicam o grande contingente de trabalhadores rurais que foram aliados do direito à terra. Vejamos o que diz Martins sobre o assunto:

A propriedade da terra e a renda fundiária são, dessa forma, os constituidores dos ritmos e modos de ocupação do país, da expansão das suas fronteiras econômica e demográfica internas, da mentalidade que se nutre da possibilidade de tomar posse

do território, de espoliar o índio e o posseiro, de instituir a propriedade privada e uma concepção do privado a ela relacionado. (MARTINS, 2007, p. 665).

O descaso em relação à desigual estrutura fundiária no Brasil é motivado pela concepção das elites de que não há espaço para todos na distribuição das riquezas³ do que se é produzido. Martins (p.664) ilustra de forma interessante como a terra passou a ser formalmente equivalente de ‘mercadoria’, com preço e objeto de compra e venda:

Fazenda era o cabedal do homem puro de sangue e de fé, branco e católico. As amplas coleções de inventários e testamentos, em muitas partes do Brasil, dizem isso a cada linha: fazenda eram os escravos, as jóias, as moradias e construções, as alfaias das capelas domésticas, os objetos feitos pela mão do homem, os escassos móveis, o vestuário, os produtos da colheita, o gado, os engenhos, as ferramentas, etc. até um gato entrou na definição dos bens da fazenda de um paulista dos primeiros tempos. [...] O desaparecimento da escravidão legou à terra o conceito que definia o cabedal de alguém, e fazenda passou a ser sinônimo de propriedade fundiária, confundiu-se com o imóvel e foi por ele engolida. (p. 666).

O que se procura nessa relação é a busca de um lado, dos pobres para acomodar a sua pobreza e de outro, dos conglomerados, das empresas e grupos econômicos que pretendem ampliar o território do lucro.

A agricultura brasileira, sobretudo goiana, antes marcada pela produção de subsistência, cujo personagem principal era o ‘caipira tradicional’, passou por grandes transformações, fazendo com que o Brasil respondesse favoravelmente aos projetos implementados⁴ e aos incentivos do Estado concedidos ao setor. Esse incremento tecnológico fez com que a produção agrícola configurasse como a mais importante fonte econômica⁵. Daí o investimento maciço, não só no sentido de incremento de recursos, mas de desmonte da organização produtiva de caráter mais familiar.

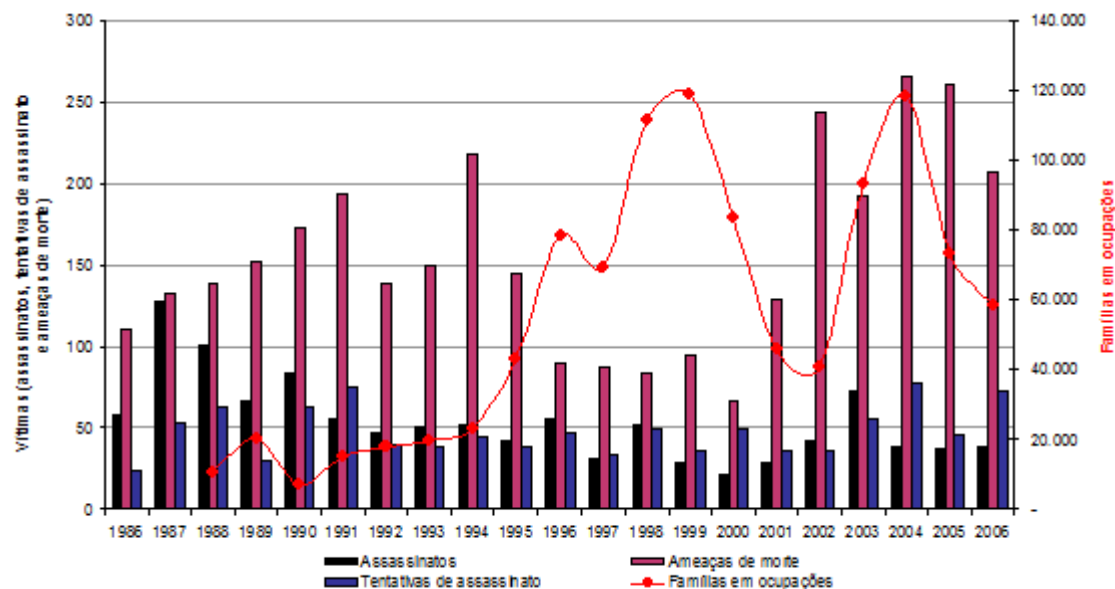
³ Segundo dados do INCRA, dos 5147.000 imóveis rurais em 1992, somente 96.247 com mais de 1.000 hectares, 1,9 dos mesmos, ocupavam naquela ocasião 55, 3/5 das terras cadastradas. Os latifúndios para exploração e por dimensão abrangiam uma área de 424.977.150 hectares, representando 66,5 % da área cadastrada. Os imóveis improdutivos serviram e servem como reserva de valor e especulação imobiliária. Acredita-se que há 73.406.010 hectares totalmente ociosos, isto é, aproveitáveis, porém não explorados. (Dados fornecidos pelo INCRA – Estatísticas anuais, 1992)

⁴ É importante perceber que a adoção de inovações, ocasionadas pela intervenção no campo, alterou não só as paisagens regionais tornando-as tecnificadas sob a égide da Revolução Verde, como também alteraram significativamente as relações produtivas. A região Centro-Oeste foi o alvo central dos programas como: Programa de ocupação econômica do Cerrado, POLOCENTRO, e Programa de Desenvolvimento do Cerrado PRODECER.

⁵ A título de exemplo, o processo de tecnificação tem surtido grandes efeitos, principalmente quando observamos a alta tecnologia empregada na área de cultivo irrigado no ano de 2004. Percebe-se uma utilização de 170 a 200 mil hectares de área irrigada, sendo 120.000 entre 1800 e 2000 *pivots*. Para a Superintendência de Recursos Hídricos do Meio Ambiente, deste montante apenas 1424 possuem outorga e são regulamentados. Porém, até o próprio agente governamental desconfia dos próprios números de utilização, acreditando serem muito maiores. (O Popular, 2004)

O pensamento dessa “elite” agrária é de não admitir ideias contrárias à expansão do “grande capital”. Têm sido noticiadas várias tentativas de silenciamento de pessoas contrárias. O mapa abaixo sinaliza a questão da violência no campo:

Gráfico 2: Violência no campo



Dados: CPT e DATALUTA - Org.: Eduardo Paulon Girardi

Vê-se que anos de 1991, 2002 e 2004, tanto foram anos recordes em produtividade agrícola, como de ameaça de morte e assassinatos. O gráfico mostra, ainda, que as ocupações não cessaram de ocorrer, sendo que, em meados dos anos 1990, elas aumentaram, o que mostra a grande mobilização popular para o enfrentamento.

O agronegócio tem sido, a partir da sua implementação⁶ na lavoura goiana, o que mais tem destacado o Produto interno Bruto – PIB. Só para se ter uma ideia desse processo cujo início se deu nos anos 1970 e teve maior ênfase a partir dos anos 1990, no ano de 2004, representou 60% das exportações. Dos *comodities* exportáveis do Estado, destacou-se principalmente a soja, sendo seguida de tomate e sorgo, cereais e oleaginosas, leite e algodão herbáceo, além da pecuária, com um grande rebanho bovino e suíno⁷.

O Estado, como agente governamental responsável pelo fomento às políticas públicas de incentivo agrícola, direcionou o planejamento de acordo com a estrutura econômica que

⁶ A primeira região a desenvolver essa política foi o Sudoeste goiano, pelo fato de melhor apresentar um cenário favorável à expansão da empresa agroindustrial (IBGE, 1982, p. 11). Vários fatores concorreram para isto, como: uma maior proximidade dos mercados Centro-Sul, grande experiência na atividade agropecuária e, principalmente, a pouca resistência à chegada dos aglomerados “de fora”, como a Perdigão. Cátia Leal mostrou esse processo designando de “arapuca armada”, processo em que se aceitou, ainda que com forte resistência trabalhadora, a organização da lógica capitalista na região.

⁷ Sendo que a soja representou naquele ano no Estado 48,02%, a carne e o couro 20,07%, o ouro 10,0, o ferronióbio 7,48%, o amianto 4,04%, o níquel 1,01% do total das exportações. Nota-se que só a soja, foi o responsável pela metade das exportações goianas. (O Popular, Caderno Suplementos do campo, 1/02/2004)

agasalhava os interesses divergentes em torno da política fundiária. Oferecendo recursos a taxas de juros baixíssimas e fomento à pesquisa de variedades vegetais próprias do cerrado, durante os anos 60 e 70 foram implementados vários projetos de desenvolvimento agropecuário, tanto em terras estaduais como federais, como o Polocentro e o Prodecer (no governo federal), o Planoroeste (para a região noroeste de Minas), o Padap (Programa de Assentamento Dirigido do Alto do Paranaíba, também em Minas). O que tinham em comum esses projetos era a tendência histórica de concentração fundiária, a maioria voltados para a pecuária extensiva. (Leite, 2004, p. 58)

Gonçalves Neto (1997) afirma que é neste contexto que o Brasil adentrou a economia de mercado:

O objetivo primordial é atrelar o setor ao processo de desenvolvimento econômico, não permitindo que ele possa obstar o crescimento da economia. Para este fim, recursos são canalizados, criam-se institutos de pesquisa e de assistência técnica, estabelece-se um sistema nacional de crédito rural e incentiva-se a utilização de técnicas e insumos modernos, o que propicia a integração da agricultura ao circuito industrial.

Até 1970 estabelecimentos agrícolas com áreas até 10 hectares representavam apenas 51,1 por cento. Destes, apenas 5,0 por cento obtiveram financiamentos oficiais, correspondendo a 5,5 por cento do valor total dos recursos disponíveis para os investimentos. Em 1975 este extrato de área representava 52,1 por cento do total dos estabelecimentos e em 1980 caiu para 50,6 por cento do mesmo total e destes 4,8 e 10,3 por cento, respectivamente, obtiveram financiamentos. Estes valores representam 3,2 e 4,4 por cento do valor total dos recursos disponíveis para financiamentos. Por outro lado, os estabelecimentos que possuíam áreas com extensão entre 1.000 e menos de 10.000 hectares chegaram a retirar 20,3 por cento dos recursos em 1980, sendo que representavam apenas 0,9 por cento do total dos estabelecimentos agrícolas do país, de forma que a grande propriedade aparece como a principal beneficiada dos investimentos para o incremento tecnológico. (Ribeiro, 2002)

Cria-se o cenário de transformação das fazendas em complexos agro-industriais, cujos lucros são concentrados em apenas uma fatia da sociedade brasileira.

O então governo Leonino Caiado, em benefício da agropecuária, fundou o Programa Goiás Rural, ampliando a fronteira agrícola, com a incorporação dos solos sob a vegetação dos cerrados à produção em larga escala, favorecendo a importação de máquinas e insumos agroindustriais. No bojo do plano, o governo investiu na década de 70 US\$ 2,66 bilhões em três programas de Desenvolvimento Regionais: Poloamazônica, Polocentro, já citado e Região Geoeconômica de Brasília.

A adaptação da agricultura às demandas do desenvolvimento econômico permitiu que as relações capitalistas adentrassem o setor agrícola, e trouxe como resultados observáveis em curto prazo, o desenvolvimento técnico permitindo, assim, o aumento agrícola em áreas até então não-agricultáveis. Mesmo no campo adotava-se uma lógica de mercado urbano-industrial, obedecendo muito mais a demandas do mercado internacional do que de necessidades locais.

Delgado (1997) designou de "pacto agrário modernizante e conservador", o processo que visou à integração técnica da indústria com a agricultura, reafirmando as oligarquias rurais (latifundiários) e o capital comercial. Em Goiás, esse modelo agrário significou um aumento significativo da produção agrícola, como por exemplo, no setor da soja⁸:

Quadro 2: Produção, área colhida e rendimento da cultura de soja, no Estado de Goiás: 1970/ 1995-6			
SOJA			
Ano	Produção (t)	Área (há)	Produtividade (Kg/ há)
1970	10.219	11.514	888
1975	82.173	61.905	1.327
1980	368.477	213.487	1.726
1985	1.157.704	599.555	1.931
1996	1.960.112	863.422	2.270
1999-2000	3.420.653	1.333.646	2.565

Fonte: EMBRAPA, 1982

Esta análise sobre o aumento do principal produto de exportação do Estado, que corresponde a cerca de 40% do PIB, esconde alguns aspectos que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, algumas questões, que historicamente têm afligido a sociedade brasileira, vêm à tona, como a reutilização do trabalho escravo nessas áreas de cultivo, além do emprego do trabalho infantil e de idosos, sob condições totalmente precárias convivendo em um mesmo espaço social de relações produtivas altamente *tecnificadas* e desenvolvidas industrialmente.

Outro ponto que merece destaque é o aumento do trabalho temporário, configurando uma condição também precária das relações de trabalho, muitas vezes não contando com qualquer legislação trabalhista que ampare os trabalhadores, por exemplo, sem carteira assinada, férias e 13^o salário. Concomitantemente a esse processo, esse tipo de trabalho tem significado uma forte migração de outros estados para esse tipo de trabalho temporário, sobretudo em colheitas de cana-de-açúcar e soja. O grande perdedor desse processo foi o

⁸ O crédito rural, pensado como uma forma de incentivar a produtividade no campo beneficiou muito mais o setor industrial do que o setor agrícola.

trabalhador rural, que devido à falta de qualificação, *capital social*, perdeu o campo de trabalho. Estima-se que foram desempregados, principalmente nos anos 1990, cerca de um milhão de trabalhadores rurais, que ocuparam no mercado de trabalho, a função de temporários ou bóias-frias⁹.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - houve uma redução drástica dos trabalhadores rurais no Centro-Oeste, sendo que em 1985 existiam por volta de 1,5 milhões de trabalhadores, contra 1,2 milhões de trabalhadores em 1996. Só em Goiás, o número de trabalhadores rurais somava 616.000. Na década seguinte, existiam cerca de 472.000 trabalhadores rurais, o que mostra que houve uma redução considerável com o advento da industrialização no campo¹⁰.

Um grande desafio para os trabalhadores rurais é a constante *subproletarização* cada vez maior dos pequenos produtores que ainda tentam sobreviver do trabalho agrícola, não tendo mais vez e voz para as formas tradicionais de organização do meio de vida do chamado ‘caipira tradicional’¹¹.

Por ser desprovido de diversas formas de *capital*: político, econômico, social, cultural ou simbólico, esse trabalhador rural perde a capacidade de força no interior de um determinado *campo*.

Bourdieu fez uma crítica à violência simbólica, a que eram submetidos os grupos das classes populares, que em virtude do preconceito linguístico eram ridicularizados e desprezados pelos grupos detentores de *capital* econômico e do saber erudito da cidade. Critica igualmente a ideologia do gosto natural, que buscava classificar a partir de critérios arbitrários de bom e de mau gosto. O sistema escolar, como instituição do Estado, procurava naturalizar essa relação, sendo o grande tributário da maior parte das desigualdades, tanto no campo como nas cidades. É importante frisar que a ideia de *capital* exclui a teoria dos dons. A quantidade de *capital* que um indivíduo possui, não advém de uma natureza ou herança cultural, mas da própria constituição social de variadas formas de desigualdade. O apreço à “cultura popular” é completamente desprezado nos bancos escolares, em detrimento de uma “cultura de elite” presente nos currículos da escola. Isso gera um preconceito de classe, que ratifica o desapossamento cultural de todos aqueles que não têm acesso a essa cultura.

⁹ Para o campo existem poucos programas de qualificação da mão-de-obra, a não ser ocasionalmente, quando os trabalhadores rurais ocupam postos de trabalho em indústrias, e se submetem a esses cursos.

¹⁰ Não estão presentes os cálculos sobre os arrendatários, os posseiros e meeiros. (IBGE-EMPRAPA, Rio de Janeiro, 1982).

¹¹ Percebe-se o aproveitamento dos trabalhadores rurais em outras áreas de trabalho que até então não se conhecia, como hotéis-fazenda, pesque-pagues, dentre outras atividades urbanas que entraram no campo.

Pelo fato de constituírem-se como excluídos da propriedade dos meios de produção, acabam sendo também expropriados dos instrumentos de apropriação simbólica das máquinas a que servem, não possuindo o *capital* incorporado necessário para a apropriação do *capital* cultural objetivado dos objetos técnicos.

O *capital* é uma forma de moeda para participar do jogo. Quanto maior é a quantidade alcançada, melhores são as possibilidades de participação. A porção de *capital* permite classificá-lo como camponês portador de uma cultura e modos de vida camponesa¹². O que o caracteriza é a própria situação de exclusão social à qual encontra-se submetido, que é denominado pela categoria social de *sem terra*.

Esses agentes, uma vez dotados de características comuns, formarão redes de ligações duradouras. Assim, o montante de *capital* social que um agente individual possui é determinado pela quantidade de rede de relações que tem, ou que consegue mobilizar. Se desejar participar do jogo, a aquisição desse *capital* é condição essencial.

A estrutura da área da formação se define, dentre outras coisas, pelo estado de relações de força entre os protagonistas – de um lado, fazendeiros, e de outro, trabalhadores organizados em diversos movimentos – que buscam na distribuição do *capital cultural* específico, resultado das lutas anteriores que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições e que comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes agentes.

Assim, reside na estrutura da distribuição do *capital* a base das transformações no *campo*, como um todo, que se manifesta por intermédio das estratégias de conversão ou subversão da estrutura que ele mesmo produz. Tanto as conservações, como as transformações da estrutura advêm da capacidade que cada agente singular ocupa em determinado momento na estrutura do *campo*.

2 A CPT e a formação de trabalhadores: quem ensina e aprende?

No caso da formação, isso significa dizer que, num determinado estado do *campo*, o investimento dos formadores depende tanto da sua importância (conteúdos considerados mais adequados, material de fácil assimilação), quanto de sua natureza – grau de risco assumido – da importância de seu *capital* e de reconhecimento e de sua posição na atualidade e no seu potencial.

¹² A escassez de *capital cultural* torna-se responsável por essa exclusão, tanto quanto à incorporação, disposições duráveis, no estado objetivado, sob a forma de bens culturais, como quadros, livros, dicionários, instrumentos e máquinas, quanto no estado institucionalizado, com a ausência de certificados escolares.

Entendemos por formação a transmissão de *capital* dispensada aos trabalhadores rurais, sobre quem se supõe possuir a autoridade discursiva, de modo a transmitir-lhes uma espécie particular de *capital* que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, reconvertido em outras espécies.

Quando se fala na área da formação, esse *capital cultural* a ser transmitido tende a favorecer a aquisição de *capital* necessário para o conhecimento das leis do *campo* agrário, buscando tornar os agentes capazes de negociar com agentes do Estado, de legitimar formas de distribuição e modelos de reforma agrária, de mediar ações de trabalhadores rurais, dentre outras ações previstas na estrutura do *capital*.

2.1 O “sentido” da formação: o desafio para a CPT

Como agente destacado por nós na área da formação, a CPT desde o seu início se inseriu com o propósito de possuir uma metodologia de não oferecer respostas prontas, mas de reconhecer o que se concebe como *protagonismo* do trabalhador rural como agente da sua própria transformação e de suas próprias demandas de luta.

A decisão de criação da CPT na 2ª resolução, no Encontro em Goiânia em meados de 1975, já esboçava essa preocupação:

Criar uma Comissão de Terras na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à linha Missionária da CNBB para realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais e estabelecer ligação com outros organismos afins. Cabe a esta comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à legislação do trabalhador rural, procurando divulgá-los em linguagem popular. Que ela promova também campanhas de ampla e inteligente consciência a favor dos direitos das dez milhões de famílias sem terras (CPT, 1975, p. 8).

Esse processo não tem sido feito sem contradições. A primeira delas, em um olhar apressado pode parecer não ter muita importância, mas no aspecto simbólico tem grande significado; refere-se ao fato de que, apesar de a CPT ter surgido com esse propósito de preparar trabalhadores rurais, a fim de formá-los, no seu ato de fundação¹³, não contou com a participação de nenhum deles, fato que demonstra, conforme a fala de seus próprios membros, que apesar das boas intenções, havia um desconhecimento geral sobre quem era esse trabalhador rural, muitas vezes visto de forma romantizada, idealizada.

¹³ Da primeira Assembléia em 1977, que não possui registros formais, participaram 20 pessoas, sendo 08 trabalhadores rurais. Os três membros da Comissão coordenada eram: Alberto Gomes de Oliveira, o Bacarau, agente leigo da Diocese de Goiás, Dionísio Sfredo, padre que atuava na Diocese de São Luis de Montes Belos e o Padre Sérgio Bernardoni, missionário italiano da Arquidiocese de Goiânia.

Na área da formação, onde agentes, individuais e coletivos, disputam relações de poder, vivenciam-se inúmeros conflitos, que podem ser observadas em diversos momentos. Um deles diz respeito ao fato de que, apesar de ser um movimento surgido de “dentro” da igreja católica, traz elementos culturais de “fora”, vistos pela hierarquia eclesiástica como contrários aos interesses da igreja. Esse fato já fora citado no capítulo 1 sobre a desconfiança em relação à prática ecumênica¹⁴, que não era assumida universalmente no interior da Igreja Católica.

Um outro ponto, ainda por ocasião da fundação, era quanto à própria desconfiança de alguns padres e bispos advindos de uma ala “conservadora” que tinham receios de que essa “identidade” da CPT com a reforma agrária exporia a Igreja, diante dos olhos dos fiéis, como uma igreja comunista, portanto rebelde.

Havia, ainda, o contrário. Os próprios agentes “leigos” temiam que, sendo uma Comissão Pastoral, esse movimento já nascesse atropelado pela ingerência de membros eclesiásticos. Um episódio ocorrido ilustra isto: Luisella Ancis, ex-agente da Pastoral que acompanhou a formação da Equipe da Terra, temia esse “atropelo” pela igreja. Para impedir isso, alguns desses agentes exigiram de D. Tomás Balduino que a Diocese renunciasse ter uma equipe local. Fato consumado, a Equipe da Terra atuou de forma autônoma sem a presença do clero até 1984, quando foi criada a CPT Diocesana coordenada apenas por esses agentes.

É claro que essa ‘autonomia’ gerou mal-estar entre padres que sempre tinham acompanhado o movimento de trabalhadores rurais. Conflito consumado, o fato é que a fundação da Comissão Pastoral não se compôs de forma tranquila, quanto à relação de seus membros.

Quanto à ideia de formação, esse processo não ocorre de maneira diferente, isto é, não há um consenso sobre que tipo de formação empreender. Encontramos no Plano Nacional de Formação da CPT o conceito:

A formação é o espaço para a efetivação do referencial prática-teoria-prática, organizada com temáticas previamente pensadas e discutidas, com cronograma agendado, contemplando os desafios históricos e imediatos das classes de trabalhadores rurais. É na busca da compreensão integral da pessoa, a partir da sua prática de luta pela transformação e participação nos conflitos sociais no campo. É aprimoramento teórico-prático do nosso serviço Às lutas pela transformação social no campo. Esta prática profético-transformadora na CPT é o ponto de partida, conteúdo e meta da nossa formação. (CPT, 1993).

¹⁴ Em conversa informal com um agente pastoral este me lembrou do fato que só recentemente a coordenação nacional da CPT contou com membros de outras denominações religiosas. Apesar de não ser revelado, havia uma indicação de que a coordenação nacional contasse com membros católicos.

Este documento nos mostra a carta de intenções da CPT, sendo que chama a atenção a ideia de compreensão integral do trabalhador rural a que se propõe o documento. No entanto, na observação prática, percebemos que em muitos momentos, isso não aconteceu.

O conhecimento sobre esse trabalhador rural tinha suas diferentes interpretações de acordo com os seus mediadores: assessores, agentes pastorais e a própria igreja em si. Nos depoimentos deixados pelos agentes nos encontros de formação encontramos uma visão do trabalhador rural vinculada a uma concepção urbana de revolução de esquerda¹⁵, que no seu imaginário¹⁶, é portadora apenas da vontade de conquista da terra.

Encontramos nos objetivos da formação:

Contribuir com a ação transformadora da sociedade e o engajamento na luta dos trabalhadores rurais; capacitar os agentes da pastoral para uma análise crítica da sociedade; contribuir com uma constante elaboração dos referenciais teóricos, a partir da dialética prática-teoria-prática. (CPT, 1993).

O que se percebe, então, é uma incompreensão que a prática formativa, no que refere ao não reconhecimento do formador como um deles. Apesar de grande parte dos agentes pastorais e até alguns assessores terem origem rural, em alguns momentos nota-se que há uma concepção de que o trabalhador rural faz parte de um outro grupo social, desconsiderando os seus saberes no processo de formação.

Nos documentos encontramos falas que apresentam uma dimensão positiva da formação, à medida que visa superar uma visão espontaneísta e ‘basista’ de que as ações e lutas são a única e a melhor forma de educar os militantes. No entanto, esses mesmos documentos apontam para a absolutização do trabalho formativo – muitas vezes identificado com a realização de cursos – que pode conduzir a um tipo de formação “teoricista” e “vanguardista”, impondo visões de mundo aos agentes distantes da prática nos movimentos sociais.

Em alguns momentos encontramos nas reflexões apontamentos para os riscos de uma leitura equivocada, de pensar que os “cursos” resolveriam todos os problemas de formação política. A preocupação aparece nos documentos:

Entender a formação política somente pela realização de cursos desvinculados dos processos organizativos, nos conduz ao risco do tecnicismo nos programas de

¹⁵ A crítica aos mediadores é de que reduzem a utopia camponesa a uma ideologia mais partidária do que política, mutilando o que há de propriamente histórico e criativo na utopia da superação, supondo que a História só é possível na perspectiva de uma ideologia da contestação (Martins, 2000, p. 28)

¹⁶ Outros mediadores, a nosso ver, também têm essa visão distorcida desses trabalhadores rurais. O MST tem nutrido sobejamente esse equívoco, quando impõe ao trabalhador rural, demandas urbanas nas pautas reivindicativas.

formação e de um distanciamento destes da realidade e dos processos reais das organizações dos trabalhadores. Acreditamos ser indispensável aprofundarmos a discussão sobre a relação entre a formação e processos organizativos e o papel que cumprem os cursos dentro de uma estratégia de formação. (CPT, 1994),

Esse relato nos mostra que a própria CPT, em vários momentos, não teve clareza quanto aos seus propósitos. E isto revela que o movimento não estava “maduro” para o papel que ocupava.

Os relatos apresentam também a preocupação com a ausência de clareza no que diz respeito à metodologia a ser empregada. A ideia de metodologia a partir da prática dividiu opiniões, pois apesar de muitos a qualificarem como muito boa para o trabalho de formação de base, os relatórios pesquisados mostram a preocupação que, quanto à formação de quadros, tornava-se necessário privilegiar a apropriação teórica, sendo imprescindível compreender dialeticamente o cenário político nacional.

Quanto a essa apropriação teórica, surgiram várias indagações sobre o que se compreende por isto. E busca de uma concepção metodológica dialética aplicada aos processos de formação havia um receio de que a prática fosse de maneira ritualística ou até mesmo mecanicista. Apareceram também, em vários outros documentos, as análises sobre os critérios de seleção sobre quem participariam dos cursos, bem como os critérios que seriam utilizados para a seleção do eixo temático e os conteúdos que serviriam como ponto de partida para o início de um curso de formação.

Esse desafio aparecia em maior ou menor grau principalmente quando surgiam questões mais polêmicas, como na relação sindicato – partido, onde os próprios programas de formação tinham dificuldades de tratá-los, de modo que se “superasse o sectarismo e o primarismo” do seu tratamento nos espaços de luta política. A abordagem teórica da questão, segundo a preocupação desses mediadores, não deveria ser reduzida a uma simples prática política dos seus militantes. A heterogeneidade dos membros, que ia de pessoas pouco alfabetizadas a quadros com maior grau de escolarização, foi assumida pela CPT como uma dificuldade a ser enfrentada. Essa dificuldade aparecia em maior ou menor grau, principalmente, quando surgiram questões polêmicas, como a relação sindicato/partido. Os próprios programas de formação expressavam, na busca de superação do sectarismo e do primarismo, recorrentes nos espaços de ação política.

Desse modo, a mediação ocorria no sentido de levar a discussão para um patamar em que a formação não fosse minimizada no campo político, haja vista a militância partidária de muitos dos seus membros. Aliás, esse fato era recorrente em muitas reflexões.

Não obstante, o cerne da preocupação era quanto à especificidade e ao *capital* da CPT, que muitas vezes, apresentava dubiedade, como diz o agente pastoral “A CPT teve momentos em que ela se confundiu entre apoio ou direção da luta. Ela acaba se confundindo, em alguns momentos, com um movimento social. Ela deixa de ser apenas uma pastoral para ser um movimento social. (Entrevistado 1)”.

Essa fala nos mostra que no afã de acompanhar os trabalhadores, em muitos momentos, os agentes pastorais assumiram o discurso dos trabalhadores, talvez por inexperiência ou até por uma leitura de que era necessário fazer algo. Isso gerou expectativas em ambos os lados. O resultado mais proeminente foi a cobrança por parte dos trabalhadores, de ações mais contundentes dos agentes em momentos em que eles próprios deveriam agir.

Outro ponto problemático a ser destacado é quanto às expectativas que a comissão tinha em relação à eficácia dos programas de capacitação. Foi comprovado com a avaliação feita pela Coordenação Ampliada, sobre as eleições para cargos públicos, quando muitas vezes, os eleitos para vereador, prefeito, deputado e senador representavam muito mais os latifundiários do que os próprios camponeses¹⁷.

[...] Mas, se a gente analisar politicamente, nós vamos ver que não houve traição, a nossa metodologia é que, talvez, foi equivocada. Por que nós não somos políticos profissionais, nós, inclusive, somos amadores na arte de fazer política e também na organização popular na linha de política profissional. Por que um político profissional, às vezes, chega com marketing, dinheiro e na última hora ganha a eleição. Então a gente costuma pensar assim de que a política, uma eleição é um processo que tem um começo e um fim, e não é. Uma campanha eleitoral faz parte. É uma etapa de um longo processo de conversão, de transferência da sociedade e das pessoas, e aí, não dá para você indo lá uma ou duas vezes, entregando um panfletinho, um santinho do político ou pedindo para o trabalhador rural votar nesse ou naquele candidato com uma ou duas visitas, você quer que ele mude uma performance, uma caminhada dele de 30 ou 40 anos de exploração, de dominação, de mando? (CPT, 2002).

Esse relato demonstra o receio de que uma metodologia inadequada não seja capaz de alterar uma prática política que permeia o trabalhador rural, fruto de sua cultura camponesa¹⁸. Por outro lado, identifica também aspectos de aprendizado da Pastoral em reconhecer que era necessário repensar a própria trajetória da formação, que muitas vezes não conseguiria atingi-la por completo, ou pelo menos por aquilo que se considerava formação.

¹⁷ Na eleição de 1988, embora tenha havido saldos positivos, a pastoral registrava um fato negativo: a eleição de dois assassinos de Nativo da Natividade para prefeitos dos municípios de Carmo do Rio Verde, onde o líder foi morto, e de Uruana, ambos localizados, se fundou o primeiro STR do Estado. Votou-se muito mais em candidatos apoiados pela UDR.

¹⁸ Chamamos a atenção para aspectos da cultura camponesa anteriormente citados, como o certo conservadorismo nas práticas e o servilismo que se encontrava sujeito, em relação aos patrões das fazendas.

Uma outra questão a ser repensada foi quanto ao que aparece no Plano Nacional da Formação da CPT sobre “dar-se simultaneamente à luz da prática profética de Jesus e da realidade vivida pelos trabalhadores do campo”. Percebemos que aos poucos, a Pastoral foi compreendendo que o desconhecimento da utopia camponesa¹⁹ inviabilizaria todo o processo.

Ainda com relação ao preconizado “protagonismo dos trabalhadores”, quando se diz que de fato tenha verificado, não foi sem conflitos, como ocorreu em 1990 na relação entre o Movimento dos Sem Terra – MST – e a CPT.

A relação com o MST pode ser pontuada em três momentos distintos: No primeiro deles, com a própria criação do movimento, houve uma participação maciça da CPT, orientando e até estimulando o surgimento de um movimento social que de fato contribuiu para uma nova discussão sobre os rumos das ações no *campo*. Contudo, no segundo momento, uma vez fundado, o MST estabeleceu uma relação “fria” com a Pastoral, negando-se a manter a parceria anterior, na visão de muitos, numa postura utilitarista. Pela avaliação feita por Antônio Baiano, “[...] as ações do movimento quando a gente tomava conhecimento, já tinha acontecido e você era chamado para apagar fogo”. (SILVA, 2003, p. 45-46). Um terceiro momento aponta para o reatamento das relações entre a CPT e o MST, apesar da desconfiança dos mediadores, de que as decisões continuariam a ser tomadas sem a participação de agentes externos ao MST.

Uma possível razão desses conflitos é que, na verdade, faltava a real compreensão sobre os papéis a serem atribuídos pelos próprios agentes pastorais e sobre que tipo de autonomia deveriam ter os movimentos sociais aos quais eles serviam. Um agente pastoral, em entrevista citada, coincide com esse pensamento, quando diz “Alguns dirigentes do MST acharam que instrumentalizando a CPT, achando que a CPT deveria só fornecer recursos financeiros, o carro e a estrutura da igreja para que eles pudessem executar um trabalho.” (CPT, 2002)

Assim, aos poucos se percebe que a CPT passou a se incomodar com o fato de o MST ter adquirido um novo tipo de *capital* no *campo* da formação. Da passagem para um movimento autônomo, com a seleção de suas próprias demandas e estratégias, esse agente coletivo só recorria à Pastoral em caso de necessidade, seja de facilidade de mobilização, ou de material para divulgar o trabalho dos Sem-Terra.

Essa prática de “servir” aparece com certa frequência nas discussões dos regionais, mostrando uma certa fragilidade que permearia a trajetória da CPT, devido ao fato de que a intenção de assessorar, organizar e até encaminhar demandas, acabou por confundir a própria

¹⁹ Conforme citado no capítulo 2 sobre o *habitus* das tradições.

“missão” auto-atribuída pela CPT, de criar uma consciência crítica nesse trabalhador rural para que ele assumisse os riscos de participar de um movimento social.

As propostas, no entanto, caminhavam em uma outra direção. Sem toda essa clareza, a CPT nem sempre era capaz de enxergar o papel da mediação, o ponto de equilíbrio no processo de negociar.

Considerações Finais

Mostramos que desde o seu início, a CPT priorizou a formação de trabalhadores rurais, imbuída de uma missão salvacionista e revolucionária, com o intento de instruí-los para um enfrentamento com os proprietários de terras, que naquele momento, representavam o avanço capitalista e a expropriação de terras, rumo às fronteiras agrícolas.

Esse projeto formativo, pensado como um instrumento capaz de construir um *capital cultural* pretendia contribuir para o avanço da organização dos trabalhadores rurais. Contudo, nem sempre as práticas formativas foram pensadas da mesma maneira. Como citamos anteriormente, aos poucos se foi percebendo que era necessário vê-las como um processo permanente, dialético e de construção coletiva. Era necessário, muitas vezes, recorrer a leituras “de fora” para permitir uma melhor clareza sobre os rumos do trabalho Pastoral.

Se a CPT surgiu do esforço de articulação da ação dos agentes no intuito de resistir e mobilizar para o enfrentamento da ditadura, aos poucos, com a implantação da Nova República, apesar da aparente calma provocada pela redemocratização, os conflitos continuaram paulatinamente à própria crise que se instaurou na CPT quanto à sua identidade e valores a serem assumidos em relação aos movimentos sociais nos anos 1990.

Em relação às práticas formativas, apesar da missão auto-atribuída nos seus processos de formação integral e permanente, por meio das experiências e do esforço de sistematizá-las, através do acento nas motivações e nos valores, da mística e da espiritualidade, percebemos que não houve uma linearidade de intenções, sendo que na prática, nem sempre a CPT manteve um único modelo de formação.

Sem uma reflexão mais ampla dos significados do tipo de *capital* a ser transmitido, essa prática muitas vezes levou a CPT a confundir sobre o fato de a Pastoral ser “a serviço dos trabalhadores” e não “de serviço”, quer dizer, sobre o verdadeiro papel de apoiá-los, mas não de assumir a causa deles.

REFERÊNCIAS

- BOLETIM de formação da CPT Regional de Goiás, 2004.
- BOLETIM informativo: CPT – Regional Centro Sul de Goiás. a 1, n. 3, mar/ 1985.
- BOLETIM da Comissão Pastoral da Terra, n1, Ano I, Goiânia, dez. 1975, p. 8.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- CPT – Dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CPT A luta pela terra: A comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.
- Dados fornecidos pelo INCRA – Estatísticas anuais, 1992.
- DELGADO, G. C. Capital e Política Agrária no Brasil: 1930-1980. In SZMRECSANY, W. (Org) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- Documento de avaliação: Curso de Formação da CPT – 3ª etapa. Hidrolândia, janeiro de 1990.
- DOCUMENTO: Processos de formação da CPT, agosto 1993.
- GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- GRAZIANO NETO, F. Recolocando a questão agrária. In *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.
- IBGE, 1982, P. 11.
- IBGE-EMPRAPA, Rio de Janeiro, 1982.
- IANNI, O. A utopia camponesa. In *Dialética e capitalismo*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1988.
- LEAL, C. R. A. A. *Arapuca Armada: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do Sudoeste Goiano*. Tese defendida em 2006. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG/ FE, 2006.
- LEITE, Sérgio et al. *Impactos dos assentamentos*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: NEAD. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- MAIA, C. L. *Os Donos da Terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. Tese defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG. Goiânia: 2008.

MANFREDI, S. *Formação sindical: história de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo, FAPESP Editora, 1996.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O poder do atraso*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. *Conquistar a terra, reconstruir a vida*. CPT – Dez anos de caminhada. Petrópolis, Vozes, 1985.

O POPULAR, Suplemento do Campo, 21-27 de agosto de 2004

PANINI, C. *Reforma agrária dentro e fora da lei*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

PELOSO, Ranulfo. *A força que anima os militantes*. Caderno de Formação do MST, 27, 1998, p.7.

PERANI, C. Comissão Pastoral da Terra: novidades e questionamentos. In *Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada*. Petrópolis: Vozes, 1985;

PESSOA, J. de M. *A Revanche camponesa*. Goiânia: Editora da UFG, 1999a.

_____. *A igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Editora Alínea, 1999b.

PLANO nacional da formação, 1993, anexo III

POLETTI, I. A terra e a vida em tempos neoliberais. In *A luta pela terra: A comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. A CPT, a igreja e os camponeses. In org. *Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada*. Petrópolis: Vozes, 1985;

PROJETO História da CPT Goiás – 16/07/1993.

RELATÓRIO da Formação da CPT Nacional, abril de 1994.

RELATÓRIO de atividades – 1991/1992. Projeto Formação.

RIBEIRO, D. D.; MENDONÇA, M.R.; HESPANHOL, A.N. Relações de trabalho na agricultura mecanizada: A monocultura da soja em Goiás. in *Scripta Nova: Revista Electronica de Geografia y Ciências Sociales*. Vol. VI, n. 119 (81), 1 de ago. de 2002;

ROTTA, J. *Esquecido e ignorado o homem do campo*. O Estado de São Paulo, 29 de nov, 1961.

SANTANA, L. C. *Da gestação à crise de uma “caminhada” – As Comunidades Eclesiais de Base: pastoral, pedagogia e política (1968-1984)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e História da Educação. Faculdade de Educação. UNICAMP, Campinas, 1988.

SILVA, J. S. da. *A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo*. Dissertação defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia - UFG: Goiânia, 2003.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOTELO, Lúcia F. Ribeiro. *Educação e cidadania: Do ensino social da igreja à prática educativa da CPT no Regional de Goiás*. São Paulo: Editora Academia Cristã, Ltda. 2007.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

**UM ESTUDO SOBRE A REVISTA FEMININA: O MUNDO FEMININO ATRAVÉS
DAS PROPAGANDAS NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Jeanine Pooch de Almeida (FH/UFG – Bolsista CNPq)

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Eiras Coelho Soares (FH/UFG – Pesquisadora CNPq)

RESUMO

O presente trabalho faz parte da pesquisa de iniciação científica “Um novo olhar sobre a mulher do século XX – as propagandas na Revista Feminina (1914-1936)” desenvolvida na Faculdade de História da UFG. A análise da Revista Feminina trabalha sob o prisma da história cultural buscando compreender estrutura formal bem como à organização dos principais temas abordados pela publicação para atrair um público leitor feminino assegurando sua veiculação nas três primeiras décadas do século XX. A percepção sobre as liberdades atribuídas e limites conferidos às mulheres nas primeiras décadas do século XX traz uma compreensão interpretativa sobre os comportamentos femininos socialmente aceitos dessa época através dos discursos presentes nas matérias da Revista Feminina. Nesta fase do projeto analisamos as propagandas da Revista Feminina entre 1915-1917 percebendo de que maneira tais anúncios funcionariam como receitas de felicidade para que as mulheres leitoras/consumidoras permanecessem ou modificassem seus comportamentos dentro dos padrões considerados corretos. Como uma receita culinária, se todos os passos dessa receita fossem seguidos, o resultado seria a felicidade na união matrimonial, com homens e mulheres exercendo suas funções morais e legais estabelecidas.

Palavras-chaves: Revista Feminina; gênero; propagandas.

ABSTRACT

This work is part of scientific initiation research, "A new look at the woman of the twentieth century - the advertisements in the Revista Feminina (1914-1936)" developed at the Faculty of History of UFG. The analysis of the Revista Feminina work from the perspective of cultural history in order to understand the formal structure and organization of the main themes addressed by the publication to attract a female readership ensuring their placement in the first three decades of the twentieth century. The perception of the freedoms granted and limits conferred on women in the early decades of the twentieth century brings an interpretive understanding on female behavior socially acceptable at that time through the discourses present in the matter of the Revista Feminina. At this stage of the project analyzed the advertisements of Revista Feminina between 1915-1917 noticing how these ads work as revenues of happiness for women readers / consumers would alter their behavior or remain within the standards believed to be correct. As a recipe, if all steps were followed this recipe, the result would be happiness in the marriage union with men and women exercising their functions established moral and legal.

Keywords: Revista Feminina; gender; advertisements.

O objetivo do presente trabalho é analisar as propagandas veiculadas da *Revista Feminina* durante as edições de Abril e Dezembro de 1915 e Janeiro e Fevereiro de 1916 a partir do entendimento da mídia como um meio de comunicação cujo conteúdo auxilia na disseminação e construção de valores e códigos de comportamento e de conduta. Esta pesquisa busca a contextualização do discurso da imprensa, demonstrando suas características únicas e peculiaridades, evidenciando o momento histórico de sua produção. Além disso, compreende a fonte por um aspecto pedagógico em relação as suas importâncias na definição de papéis, identidades e comportamentos sociais. A partir deste entendimento, pretendo compreender os valores culturais sobre os gêneros, considerando as idealizações do discurso da imprensa no período.

A presente pesquisa encontra-se em fase inicial e articula-se ao estudo da história cultural e de gênero, dentro das análises propostas pelos estudos sobre o livro e a leitura e as discussões a respeito da categoria de gênero iniciadas por Joan Scott. Este referencial teórico servirá de suporte para se obter novas respostas e diretrizes para a compreensão o ideário e os valores culturais de uma sociedade, considerar os elementos de permanência, as grandes regularidades, as variações da conjuntura e as transformações de ordem qualitativa, sem

excluir o acontecimento que se entrelaça às mudanças, alterando muitas vezes o sentido que estava dotado.

Entre os séculos XVI e XIX, as práticas da leitura no mundo ocidental ganharam uma nova dimensão. Elas passam a estarem ligadas com a cultura escrita, em escolhas religiosas, em ritmos de industrialização muito diferentes. A invenção e a difusão da imprensa não provocaram por si mesmas uma revolução fundamental da leitura por diversas razões. Suas estruturas essenciais não foram transformadas pela nova técnica. Pelo menos, até o início do século XVI, o livro impresso ainda dependia do manuscrito do qual imita a paginação, a escrita, as aparências. Igualmente ao manuscrito, ele deve ser acabado por várias mãos: a mão do iluminista, a mão do corretor, a mão do leitor.

Portanto, um dos maiores objetos da história da leitura reside em identificar os fossos que, durante sua longa duração, de um lado se abrem entre os leitores, ou leituras imaginadas, designadas, visadas pelas obras e, de outro, seus públicos plurais ou sucessivos. A imprensa feminina do início do século XX é, com isso entendida, enquanto produção jornalística, como parte fundamental da realidade histórica de uma época.

A análise da fonte tem como ponto de partida a percepção sobre as liberdades atribuídas e limites conferidas às mulheres nas três primeiras décadas do século XX. Ao meu trabalho está articulado a tese de doutorado da professora Ana Carolina Eiras Coelho Soares sobre a *Revista Feminina* do século XX, como fundamentação teórica para uma compreensão interpretativa sobre os comportamentos femininos socialmente aceitos dessa época através dos discursos presentes nas matérias da *Revista Feminina*.

A *Revista Feminina* surge como um meio de comunicação que apontará para as mulheres do início do século XX as maneiras consideradas socialmente corretas a respeito de seus comportamentos dentro da sociedade. Ao ler a revista e analisar as propagandas ficam claras duas coisas: a mulher era socialmente responsável pela administração do lar e dela dependia a vida que o marido e filhos tinham.

As mulheres do início do século XX estão inseridas em uma sociedade apontada pela teoria de William Thomas em que “temos realmente de um lado uma moral masculina ‘contratual’, um código de honra originado dos contatos da vida pública, comercial, política das atividades profissionais – e de outro uma moral feminina, relacionada com a pessoa e os hábitos do corpo e ditadas por um único objetivo, agradar os homens” (SOUZA, 1987, p. 58).

Esse agradar os homens vai desde a vida sexual do casal até o fato da mulher estar sempre bela, sadia e arrumada, além disso, administrar bem o lar. As propagandas direcionadas a essas leitoras retratam bem isso, pois eram publicadas para que a mulher cuidasse de si – se ela não fosse capaz de cuidar dela própria, não seria capaz de cuidar do marido, dos filhos, da casa – para que cuidasse dos filhos e do marido.

Como era a mulher que administrava os negócios da casa temos nessas quatro primeiras edições da revista propagandas de compra de terrenos, de remédios, de charutos, de local para concerto de carros, etc. Além dessas propagandas temos também as propagandas destinadas aos cuidados que as mulheres tinham que ter com elas mesmas. Eram propagandas de calçados, lingerie, perfumes, água de colônia, pó de arroz, aparelhos de massagem, etc.

Algumas propagandas nos mostram, não de forma direta, os cuidados que as mulheres deviam ter consigo

E' um aparelho para massagens que opéra por meio de vácuo destinando-se especialmente no embelezamento das senhoras. Se V. Excia. deseja conservar a formosura de sua juventude, tanto no rosto como no corpo, se V. Excia. deseja que suas maçãs do rosto resplandeçam rosadas e os seus olhos brilhem com a vitalidade que a natureza lhe deu, experimentte este aparelho. Póde V. Excia. possuir e reter todos os encantos da juventude, póde desenvolver os logares fracos da cara e do collo e póde aformosear as mãos e os braços, assim como ter o busto firme e arrendondado, o que tanto desejam todas as damas. (Aparelho de massagem Florence, *Revista Feminina*, Dezembro de 1916, Num 19, Ano II, p. 39)

Este cuidar de si tinha como um dos objetivos a preocupação com a beleza, pois além de serem esposas elas também eram exibidas para sociedade e os homens na condição de seres públicos queriam apresentar para essa sociedade nada menos que mulheres radiantes.

Pensando o discurso de gênero

As relações de gênero e os códigos sexuais passaram por importantes discussões filosóficas a partir da década de 1970, estimulando uma revisão de conceitos e valores tradicionais dessas relações e códigos. Desejava-se com essas discussões traduzir “um desejo de liberação das formas de sujeição imposta pelo Estado e pela cultura na Modernidade ao

questionarem as definições de feminilidade e de masculinidade instituídas desde o século XIX.” (FEITOSA e RAGO, 2008, 123)

Havia uma busca de novas referências que explicassem os significados atribuídos à feminilidade e à masculinidade, rejeitando-se desse modo a noção de que as motivações sexuais humanas sejam “instintivas” ou “naturais”¹, mesmo que essas ideias ainda estejam sedimentadas no senso comum, como se o que se pensava e concebia acerca das concepções e valores morais sobre a sexualidade fossem sempre tivessem sido e sempre serão os mesmos.

Nas últimas quatro décadas as abordagens feministas foram amplamente discutidas, colocando em debate o papel das mulheres na História, tendo a intenção de compreender as diferenças instituídas entre os sexos e as relações de poder estabelecidas entre eles.

As reflexões pós-modernistas e a valorização do diverso e do heterogêneo no interior das sociedades influenciaram as discussões epistemológicas femininas, que ganharam complexidade, tornando insuficiente a ideia de uma essência feminina ou masculina para justificar os variados e diferentes interesses de cada um deles em grupos socioculturais diversos. Devido à aceitação de diferentes perfis de feminilidade e masculinidade levantou-se a discussão da supremacia do poder do “homem” sobre a “mulher” à medida que essa noção não pode dar respostas satisfatórias à diversidade de comportamentos e situações históricas.

É fundamental considerar a existência de sociedades nas quais os papéis sociais não correspondam, em sua atribuição sexual, aos modelos de domínio ou submissão com os quais se identificam em tempos modernos e, inclusive, em sociedades definidas claramente como patriarcais podem existir perfis não tão definidos em sua atribuição como imaginamos desde nossa perspectiva atual. (LÓPEZ APUD FEITOSA, 2008. p. 128).

Outras possibilidades de relação entre o feminino e o masculino e o modo de conceberem a sexualidade, além dessas vivenciadas na atualidade, podem ser induzidas através de novos olhares e abordagens sobre as fontes e o seu confronto com as discussões historiográficas contemporâneas.

Um olhar sobre o mundo feminino através das propagandas

As propagandas foram percebidas como narrativas textuais que buscam convencer e vender para as leitoras determinados valores expressos nos produtos anunciados. A relevância

¹ Sobre os termos ver: FEITOSA, L.C. **Gênero e sexualidade no mundo romano: a Antiguidade em nossos dias**. História: Questões & Debates, Curitiba. Editora UFPR, 2008. p. 124.

e importância dessa parte da *Revista Feminina* estão na possibilidade de pensar o feminino e o masculino a partir das referências socialmente condicionadas e condicionantes dessa natureza.

Antes de passar para a análise das propagandas selecionadas neste primeiro momento da pesquisa é preciso lembrar que a proposta da revista era criar uma “leitura sã e moral” para a “educação doméstica e para a orientação do espírito feminino” dentro de padrões que ensinassem uma verdadeira educação da mulher. De todos os temas de interesse estava a questão da instrução feminina, tão considerada fundamental para a mulher “moderna”.

Propondo-se a ser uma publicação inovadora a *Revista Feminina* queria atrair um público leitor preferencialmente feminino e letrado, portanto, das camadas médias e altas. Porém, não era a intenção da revista, em sua luta, ir contra os padrões de comportamentos vigentes. As funções primordiais da mulher não deixam dúvidas a concepção do ideal de esposa e mãe defendidas durante três décadas de publicação.

A presença de anúncios de produtos de beleza com soluções inovadoras – muitas vezes milagrosas – para a mulher, seus filhos e esposos, permeavam os artigos, notícias e propagandas publicadas durante toda a veiculação da revista.

No que tange as propagandas, além de termos as de produto de beleza, temos também aquelas de afazeres domésticos e de cuidados com os filhos e marido.

Propaganda 1 (figura) - Ano II, São Paulo, Abril de 1915, p. 11

Elegancia, Conforto e Resistencia.

Só calçado Villaça

Esta primeira propaganda embora curta em sua mensagem busca relacionar características importantes para a mulher leitora. A mulher que comprasse tal calçado demonstraria elegância, mas não deixaria de ter conforto e resistência. Tais substantivos serviam para enaltecer também o produto anunciado, mas o efeito do cuidar de si expresso no “conforto” só poderia se completar com a elegância visível do calçado, o que demonstra a preocupação do olhar do “outro” sobre si.

Propaganda 2 - Ano II, São Paulo, Abril de 1915, p. 20

Amitalboro

Novo e excelente pó atiseptico para assaduras de crianças e outras moléstias de pelle, para substituir o pó de arroz.

Vende-se em todas as boas Pharmacias e Drogarias.

Fabrica e deposito na Pharmacia

Esta propaganda retrata o cuidar do outro, em especial a atenção aos cuidados maternos. Diversos são os produtos anunciados com este mesmo tópico ao longo da publicação. Ser mãe era uma função necessária e fundamental para as leitoras da *Revista Feminina*, e tal premissa pressupunha o interesse “natural” das mulheres por tais anúncios e produtos. No entanto, percebe-se que tais anúncios contínuos e abundantes também apontam reciprocamente os caminhos “naturais” do exercício da mulher em sociedade.

Propaganda 3 (figura) - Ano II, São Paulo, Abril de 1915, p. 20

Auto – Sport

Accessorios para automoveis

Pneumaticos “Michelin”

Gazolina e Oleos. Carga de acumuladores

Curiosamente a Revista Feminina trazia anúncios de cuidados com automóveis. Demonstra que a função da mulher como dona-de-casa se estendia para uma administradora de todos os aspectos e objetos da casa. Ela deveria manter-se informada sobre onde havia na cidade lojas que cuidassem do carro. Tal anunciante também permite compreender que o público alvo da Revista Feminina possuía grande poder aquisitivo, uma vez que no início do século XX poucas eram as famílias que poderiam adquirir um automóvel.

Propaganda 4 - Ano II, São Paulo, Dezembro de 1915 p. 30

Adaluis

O mais elegante livro sobre culinaria até hoje publicado.

Contem grande copia de receitas de cozinha, doces, licores, etc. todas experimentadas e muito praticas.

Elegante livrinho util a toda a dona de casa e de grande proveito para as moças.

Preço 1000 réis

Remettam essa importancia em selos do correio com o vosso endereço a Empreza Feminina Brasileira Alameda Gilete 87 – São Paulo e imediatamente rebereis o Adalio pela volta do correio.

As atribuições sociais da mulher incluíam o domínio da arte culinária. A administração do lar conduzia pelo domínio do conhecimento, reunidos em um livro de receitas. A mulher letrada deveria, portanto, ser instruída para servir aos propósitos do matrimônio e da maternidade através de uma verdadeira “ciência doméstica”.

Propaganda 5 (figura) - Ano III, São Paulo, Fevereiro de 1916, p. 34

Ferros de engomar

electricos

“PRINCESS”

Acaba de chegar o que

de melhôr existe em

Ferros Electricos

Fortes, Duraveis e Efficientes

A administração do lar moderno perpassava pela transformação dos utensílios em verdadeiras parafernalias tecnológicas. Características como praticidade e facilidade no manuseio são enaltecidas para indicar a superioridade do produto anunciado.

Neste trabalho inicial de análise busco pensar em quais eram as perspectivas de uma sociedade em que a mulher tentava manter a ordem do lar, o bem estar dos filhos e a satisfação do marido. Embora esta seja uma imagem idealizada, as propagandas reforçam os espaços e comportamentos adequados para as mulheres no início do século XX.

As propagandas são narrativas visuais e textuais deste contexto histórico do início da Primeira República. Inovações tecnológicas em lugares cristalizados, os anúncios da *Revista*

Feminina, ensinavam as mulheres quais deveriam ser seus interesses de consumo, para que assim se adequassem aos espaços sociais permitidos: ser boa esposa, mãe e dona-de-casa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Ática, 1999, v. 1 e v. 2.

FEITOSA, L.C. **Gênero e sexualidade no mundo romano: a Antiguidade em nossos dias**. História: Questões & Debates, Curitiba. Editora UFPR, 2008, p. 119-135

GLIK, Mónica Sol. **Bravos, sujos e invencíveis: virilidade e superioridade norte-americana nas páginas de *Seleções* (1940-1950)**. Anais Eletrônicos. Seminário Internacional Fazendo Gênero9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

MATOS, M. I. Santos de. **Sorria: mulher, publicidade e dentes**. Anais Eletrônicos. Seminário Internacional Fazendo Gênero9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

MIGUEL, Raquel B. P. **Os cuidados de si e os cuidados do outro: lugares de gênero na publicidade da Revista Capricho (décadas de 1950-1960)**. Anais Eletrônicos. Seminário Internacional Fazendo Gênero9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. **Narrativas visuais e discurso de gênero: a Revista Feminina em imagens**. Anais Eletrônicos. II Simpósio Nacional Gênero e Interdisciplinaridades. – Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. **Receitas de Felicidade e espectros da Infelicidade: O Código civil de 1916 e as lições de comportamento na Revista Feminina no início do século XX**. Tese de doutorado, PPGH/UERJ, 2009. *Mimeo*.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. **Tinturas petalina, creme dermina e a felicidade ao alcance de uma página: a Revista Feminina e seus anúncios publicitários**. Anais Eletrônicos. Seminário Internacional Fazendo Gênero9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1987.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

**AS MULHERES MUNDANAS E OS MILAGROSOS REMÉDIOS DE BELEZA NAS
PÁGINAS DA REVISTA FEMININA**

Neide Célia Ferreira de Barros (Bolsista CNPq/FH-UFG)

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Eiras Coelho Soares (FH/UFG)

RESUMO

Este artigo é parte da pesquisa desenvolvida, com recursos do CNPq, na Faculdade de História/UFG “Revista Feminina em revista: feminilidades e masculinidades sob o olhar das páginas impressas (1914-1936)”. Neste artigo observaremos algumas propagandas de produtos de beleza, entre os anos 1915 a 1920 e veremos como estas revelam um momento de modificação social dos papéis de gênero, desenvolvido em meio a processos como sanitarianismo e a urbanização.

Palavras-chaves: Revista Feminina; beleza; cosméticos.

ABSTRACT

This paper is part of the research developed with funds from CNPq, the Faculty of History / UFG "Revista Feminina review: femininities and masculinities in the look of printed pages (1914-1936)." In this article will observe some advertisements for beauty products, between the years 1915 to 1920 and see how they reveal a time of social change of gender roles, developed through processes such as sanitation and urbanization.

Keywords: Feminine Revista; beauty, cosmetics.

Este artigo é parte da pesquisa desenvolvida, com recursos do CNPq, na Faculdade de História/UFG “Revista Feminina em revista: feminilidades e masculinidades sob o olhar das páginas impressas (1914-1936)”. O projeto pretende proceder, sob o prisma da história cultural, a uma análise tanto da estrutura formal quanto à organização dos principais temas bordados pela publicação para atrair um público leitor feminino assegurando sua veiculação

nas três primeiras décadas do século XX. O questionamento da fonte terá como cerne principal a percepção sobre as liberdades atribuídas e limites conferidos às mulheres nas primeiras décadas do século XX.

A partir deste objetivo, desenvolvemos um projeto que abarca parte destas preocupações, realizado com bolsa PIBIC/FH-UFG por Neide Célia Ferreira de Barros, chamado: “Propagandas na Revista Feminina (1914-1936): embelezamento e corpo feminino no início do século XX”. Realizado sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª Ana Carolina Eiras Coelho Soares, tal pesquisa trata da compreensão da imagem e do embelezamento da mulher no Brasil nas décadas de 1910 a 1930 e tem como fonte as propagandas divulgadas na *Revista Feminina*, em todo o período de sua publicação.

Neste artigo observaremos algumas propagandas de produtos de beleza, entre os anos 1915 a 1920 e veremos como estas revelam um momento de modificação social dos papéis de gênero, desenvolvido em meio a processos como sanitarismo e a urbanização.

Em nosso trabalho consideramos que as revistas trazem – através de seus textos, suas publicidades e iconografias – manifestações de estereótipos das representações de beleza, corpo e gênero circulantes no imaginário da sociedade que a consome¹. Todavia vale ressaltar que não analisamos estes vestígios como reflexos sociais, e sim consideramos se tratar de um processo dinâmico, na qual os produtos publicados revelam o desejo de uma coletividade ao mesmo tempo em que imbui nela novos desejos através de sua publicidade. Assim, sob tais perspectivas, procuraremos traçar a construção da beleza feminina através dos produtos cosméticos oferecidos nas páginas da citada revista. Analisaremos as imagens que reincidentem nos discursos vigentes, a expectativa de aparência oferecida e a aceitação de tais produtos.

As publicidades pesquisadas do começo do século XX prometiam soluções milagrosas para os diversos “defeitos” femininos, os chamados remédios que curavam a feiúra. Os produtos de beleza que apareciam nas páginas das revistas e jornais ganhavam *status* de medicamentos poderosos capazes de curar a “doença” da falta de beleza. Parte destes discursos tem relação com a expansão sanitarista no Brasil iniciada em meados do século XIX e estendida até a Primeira República.

A influência dos conceitos sanitaristas alcançou os mais diversos âmbitos da sociedade transformando costumes e expectativas acerca da saúde pública e pessoal, relacionando as novas formas de higiene e embelezamento às necessidades de modernidade de um país que se

¹ Sobre o assunto ver: OLIVEIRA, Núcia Alexandre Silva de. **As Páginas da Beleza... As representações sobre a beleza feminina na imprensa (1960-1980)**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, UFSC, 2001. Mimeo.

urbanizava². Neste contexto onde o médico era uma figura ordenadora da sociedade, os jornais e revistas serviam como educadores destas transformações de hábitos, revelando as novas maneiras corretas de comportamento. Destarte os costumes de cuidado pessoal se ligavam intimamente a saúde, sendo a beleza consequência de um estado saudável.

Desta maneira, produtos cosméticos, que tinham por finalidade corrigir a “má aparência” eram muito comumente chamados de remédio por diversas razões nas quais destacam-se duas principais. Primeiro pela associação beleza à saúde e feiúra à doença.

Dizer que o belo e feio são relativos aos tempos e às culturas (ou até mesmo os planetas) não significa, porém, que não se tentou, desde sempre, vê-los como padrões definidos em relação a um modelo estável. Pode-se sugerir também, como Nietzsche no *Crepúsculo dos Ídolos*, que “no belo, o ser humano se coloca como a medida da perfeição; (...) “adora nele a si mesmo. (...) No fundo, o homem se espelha nas coisas, considera belo tudo o que lhe devolve a sua imagem. (...) o feio é entendido como sinal e sintoma de degenerescência (...) Cada indício de esgotamento, de peso, de senilidade, de cansaço, toda espécie de falta de liberdade, como a convulsão, como a paralisia, sobretudo o cheiro, a cor, a forma da dissolução, da decomposição (...) tudo provoca a mesma reação: o juízo de valor ‘feio’. (...) O que odeia aí o ser humano? Não há dúvida: o declínio de seu tipo”. (ECO, 2007, p. 15)

Em segundo lugar, pela confiabilidade na ciência. Nas propagandas analisadas é recorrente o apelo ao caráter moderno e tecnológico das mais recentes pesquisas realizadas. Tal discurso calcava-se na credibilidade ao conhecimento científico que a segunda metade do século de XIX popularizou-se como um saber “verdadeiro”. Portanto, a propaganda valia-se de um apelo ao imaginário da época que gradativamente conferiu aos médicos e ao saber científico o status de “verdade incontestável”.

A propaganda promovia a divulgação de um novo sentido para a ideia de cosméticos, vistos pela lógica da medicalização social, na qual os indivíduos na sociedade passam a se entender a partir de uma racionalidade médica visando dificultar ou impedir o surgimento, daquilo que era considerado socialmente, uma doença. Em outras palavras, era preciso normatizar a aparência das mulheres uma vez que

(...) a partir do século XIX a medicina em tudo intervém e começa a não ter mais fronteiras (...) é a descoberta de que, com o objetivo de realizar uma sociedade sadia, a medicina social esteve, desde a sua constituição ligada ao

² Sobre o assunto ver: MATOS, Maria Izilda Santos de. **Sorria: Mulher, publicidade e dentes**. Anais Eletrônicos. Seminário Internacional Fazendo Gênero9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

projeto de transformação do desviante – seja quais forem suas especificidades que ele apresente – em um ser normatizado. (MACHADO, 1978, p. 156)

Estes remédios tinham caráter polivalente, pois propagandeavam a cura diversos males de saúde e de beleza. É preciso levar em consideração que a noção de saúde do início do século XX parece estar ligada a ideia de cura, ou seja, de um cuidado posterior ao aparecimento da enfermidade.

Tais aspectos citados podem ser observados em inúmeros produtos divulgados na *Revista Feminina*. O pó anti-séptico Amiltaboro já alardeava “para assaduras de crianças e outras moléstias na pele, para substituir o pó de arroz.” (*Revista Feminina*, SP/BN, 1915, p.20). A multiplicidade de usos e curas também era uma característica típica das propagandas dos produtos. O pó anti-séptico, por exemplo, era usado como produto de maquiagem feminina, tratar dos problemas de pele e ser inserido nos produtos de cuidado com crianças.

Tal polivalência pode ser observada também no creme Dermina. Na propaganda publicada em Abril de 1916, diz-se:

O Crème Dermina, fórmula do Prof. Ficher é o grande sucesso do dia. Além de ser um excelente crême de toilette é um remédio poderoso contra as espinhas, os dartros, o eczema, os cravos, manchas vermelhas do nariz, irritações da pelle, picadas de insetos, etc. (*Revista Feminina*, SP/BN, 1916, p.35)

Ao tratar do creme, inicialmente faz questão de salientar que a fórmula foi produzida por um professor renomado – ou seja, detentor do saber científico – em seguida insere as funcionalidades do creme, que se inicia com um papel cosmético e segue como remédio capaz de curar múltiplos incômodos.

Na mesma publicação (Abril/1916) na pagina anterior o creme também aparece se oferecendo como capaz de curar males de saúde, mas desta vez se propõe ainda e atender as necessidades da “mulher elegante” – e moderna.

Entre os productos que devem figurar no toucador de uma mulher elegante recommendamos muito especialmente o crême *Dermina*, a ultima palavra, em materia de creme para amaciar a pelle e para curar *infallivementeto* das as erupções de pelle, as espinhas, os cravos, as manchas vermelhas do nariz e mesmo o eczema, psoriasisestodas as erupções (*Revista Feminina*, SP/BN, 1916, p.34)

Não se pode deixar de mencionar que o Creme Dermina era um dos mais importantes patrocinadores da *Revista Feminina*, uma vez que era uma propriedade de Claudio de Souza, irmão de D. Virgilina Souza Salles, fundadora da revista. Assim a existência de ambas as empresas estavam intimamente ligadas, uma vez que havia uma mútua colaboração entre elas. Desta forma sabe-se que havia um intenso cuidado na publicação do *merchandising* do creme Dermina e uma apurada seleção das palavras e termos a fim de ganhar atenção e a confiança dos consumidores inseridos nesta esfera sanitária.³

As características farmacológicas aparecem diversas em outras publicidades, como a do sabonete Dioxogen, na qual a associação de cura, beleza e saúde permanecem constantes. Ao mesmo tempo se propõe como higienizador e diz-se o “Protector da belleza”. Nele ficam claras as ideias de higiene, saúde, juventude e beleza.

Rejuvenesce e embelleza, Limpa os póros, Remove as causas das afecções cutâneas. Torna a tez bella e saudavel e conserva-a assim. Sem rival para a hygiene da bocca e do corpo. (*Revista Feminina*, SP/BN, Dezembro de 1916, p.2)

Ou ainda o Pilogenio que oferece a “cura” para queda de cabelo e eliminação de parasitas que nele habita.

Porque o PILOGENIO Faz nascer novos cabellos, impede a sua queda, faz vir uma barba forte e sadia e faz desaparecer completamente a caspa e quaesquer parasitas da cabeça, barba e sobrancelhas. Numerosos casos de cura em pessoas conhecidas, provam a sua completa efficacia. (*Revista Feminina*, SP/BN, Março de 1916, p.4)

Neste período era comum as drogarias serem as patrocinadoras principais das publicidades de remédios e cosméticos, sendo muitas vezes associados o anúncio de medicamentos e o estabelecimento comercial onde este se encontrava disponível. Muitas vezes estas drogarias eram também as produtoras dos itens divulgados e tinham grande interesse em divulgar sua existência. Tal recurso publicitário pode ser observado na publicidade da Drogeria Americana, publicada na *Revista Feminina* em 1917, que oferece

³ Sobre esse assunto ver: Ana Carolina Eiras Coelho Soares. **Tinturas Petalina, Creme Derminae a Felicidade ao alcance de uma página: a *Revista Feminina* e seus anúncios publicitários.** Anais Eletrônicos. Seminário Internacional Fazendo Gênero9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

dois produtos. O primeiro é notoriamente um produto cosmético, que associa beleza com brancura.

Quereis ter a vossa pelle alva, avelludada e livre de manchas? Quereis enfim ser formosa? Uzai em vossa toilette a Água de Belleza ou Pérola de Barcelona. (*Revista Feminina*, SP/BN, Setembro de 1917)

A mesma referência associativa encontra-se em outra publicidade da mesma empresa no ano seguinte. Mesmo modificando as palavras e o formato, permanece-se a associação brancura e beleza.

Deve se achar em todo o boudoir das senhoras elegantes que prezam sua epiderme. Torna a pelle alva e avelludada, tira as manchas e da-lhe um aspecto encantador. É O ENCANTO DAS SENHORAS (*Revista Feminina*, SP/BN, Janeiro de 1918, p.2).

O segundo produto apresentado no anúncio da Drogaria Americana promete explicitamente ganhos de cura: deixar os cabelos brilhantes e livrar o couro cabeludo de parasitas.

Para ter vossos cabellos brilhantes, leves e ondulantes: Para ter a cabeça livre de caspas e de qualquer parasita. Uzai pelo menos duas vezes por semana Petróleo Americano. (*Revista Feminina*, SP/BN, Setembro de 1917, p.50)

O discurso sanitário e científico aparece também na publicidade da Pasta Russa. Tal propaganda promete trazer um remédio que traga beleza aos seios sem prejudicar a saúde feminina

Seios desenvolvidos, fortificados, aformoseados com a PASTA RUSSA do dr. B. Ricabal. O único remédio que em menos de duas semanas assegura o desenvolvimento e firmeza dos SEIOS sem causar danos algum a saúde da mulher (*Revista Feminina*, SP/BN, Janeiro de 1920.)

Ainda que os discursos higienistas, muito arraigado no imaginário social das primeiras décadas do século XX, se ligassem a moral católica, que condenava rituais de embelezamento que transpusessem o único fim medicinal, na prática das novas mulheres urbanas o processo de construção da beleza através da formatação do corpo estava cada vez mais presente.

Desde o final do século XIX as publicidades de cosméticos e remédios – dentre eles os que curavam a feiúra – eram os maiores anunciantes dos periódicos e jornais, deixando claro

o crescente número de oferta de meios de embelezamento. A partir do século XX, alguns produtos de beleza passaram a ser industrializados e também se teve o aumento da importação de cremes, perfumes e maquiagem, especialmente os vindos da França. Aumentava ainda o número de salões de beleza dedicados a senhoras de elite, antes um privilégio masculino (barbearias). A urbanização trazia novos espaços para o feminino, e novos hábitos de beleza, uma vez que não mais restrita ao ambiente doméstico, a mulher passou a ser vista.

Toda esta modificação trouxe um discurso contrário aos novos modos da mulher. A moral católica dizia que a beleza feminina era consequência da saúde física e espiritual. Logo “a aparência (...) deveria revelar a beleza de uma alma pura, condições para manter um corpo limpo, belo e fecundo” (SANT’ANNA, 1995, p. 125).

Desta maneira, não deveria se preocupar com a beleza por si só, pois ela viria como consequência natural de bons atos, era um dom. E caso não a tivesse naturalmente a mulher deveria se conformar, não buscando embelezar-se por meios artificiais, e compensando a “feiúra” com atitudes encantadoras – bondade, gentileza, delicadeza.

O que é, então, a beleza? “Uma promessa de felicidade”, afirma Stendhal, desenhando o espaço do desejo. O sentimento de bem-estar, ou de sofrimento, que nos proporciona a contemplação de um um objeto, de uma paisagem, de um ser harmonioso, não sendo talvez essa harmonia senão a conformidade às normas de uma época. (PERROT, 1992, p. 175)

A normatização da beleza, através da sua cura, proporciona uma idéia bastante interessante a respeito dos padrões de felicidade feminina desejados na época. As mesmas revistas que proliferavam os produtos de higiene, cura e beleza, trazia em seus artigos uma severa crítica ao embelezamento como vaidade. Sob este enfoque a mulher moderna devia cuidar do seu bem-estar se utilizando das novidades da ciência para prevenir e tratar “doenças”. Contudo o excesso de prazer de ser por bela por si só era prova de moral duvidosa e logo prejudicial ao espírito. Sendo tais prazeres reservadas as “mulheres de uma elite mundana”, mal vistas por aquela sociedade.

Os manuais de comportamento, em voga no período, exigiam desta mulher, agora exposta às ruas das cidades, um comportamento mais civilizado e menos afeito às exposições “mundanas”. Pretendia refrear a mulher urbana – “fruto dos novos costumes” – que diferente das senhoras da elite oligárquica do século anterior, se voltavam cada vez mais à vaidade

física. Assim faziam questão de salientar que a mulher deveria ter cuidado para não ultrapassar os limites, se tornando “mundana”.

A literatura frequentemente ressaltava que estas eram frívolas, manipuladoras, mentirosas, falsas, fúteis, que se importavam apenas com rituais de embelezamento, moda e jóias. Eram “artificiais” e contrapunham-se a naturalidade da verdadeira beleza, que juntava “bons” valores morais/espirituais com a boa aparência, naturalmente recebida como “dom”. Esta “mulher mundana”, capaz de explorar sua sensualidade como arma de poder – e conseqüentemente temida por isto – era um mau exemplo. Combinava todos os valores opostos ao recomendado a moças “de bem” e como um castigo, nos romances da época, sempre terminavam solitárias e marginalizadas.

Diversas revistas desta época, como o caso da *Revista Feminina*, administrada por uma representante católica da elite tradicional de São Paulo, fomentava o discurso e a separação entre “mulheres afetadas” e mulheres de boa conduta, e reafirmavam que a beleza era consequência da combinação de boa saúde e especialmente uma personalidade austera, que valorava o espírito em detrimento ao mundano. Entretanto, ao passo que os artigos desaconselham o cuidado no excesso, as suas paginas vinham recheadas de propagandas do mais variados produtos de beleza.

A *Revista Feminina* apresentava tintura para “enegrecer” o cabelo, creme para manter uma pele jovem, entre tantos outros produtos ao longo de suas edições mensais. A tintura Petalina, por exemplo, se mostra como claro artifício cosmético, em oposição à contínua fala de naturalidade das revistas, uma vez que pretende iludir com precisão, dando aspectos naturais a cores artificiais de cabelo.

As duas unicas formulas inoffensivas são *Henné* verdadeiro para dar aos cabellos a cor loira ou castanho-claro e a *Petalina*, que tinge desde o castanho até um bello negro lusente e vivo, que illude á pessoa mais esperta. (*Revista Feminina*, SP/BN, Outubro de 1916, p.36)

Assim, entre o discurso moralizante e a publicidade que incentivava cada vez mais a compra de corretores capazes de “curar” qualquer imperfeição corpórea, as mulheres da transição do século XIX para o XX, se viram em meio a novos padrões de comportamento e aparência física, cada vez mais baseada na ideia de saúde e juventude.

A busca pela beleza feminina é uma máxima reincidente ao longo dos tempos na sociedade ocidental, contudo o conceito do que é bonito se transforma obedecendo “determinações sociais e históricas”⁴.

Desta forma, o sanitarismo e a urbanização interferiram no espaço feminino, contribuindo para criação de novas práticas de beleza e o cuidado com o corpo. Traçando novas expectativas sobre o belo e por vezes, se chocando com a ordem moral estabelecida. Isto pode ser visto através das publicidades, que trouxeram vestígios das transformações do imaginário em meio às mudanças da sociedade. Por fim, vale ressaltar a contradição vivida no seio da *Revista Feminina*, publicação já plenamente desenvolvida e fortificada no período analisado – talvez por fazer uso da Pasta Russa – que apoiava discursos moralizadores em relação aos comportamentos mundanos mas, ao mesmo tempo, adotavam medidas comerciais publicitárias opostas.

⁴ Sobre o assunto ver: Monica RaísaSchpun. *Beleza em Jogo. Cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Senac, 1997, p.99.

Fonte:

Revista Feminina, São Paulo, Abril de 1915, Março, Abril, Outubro e Dezembro de 1916, Setembro de 1917, Janeiro de 1918 e Janeiro de 1920. Seção de Periódicos, Biblioteca Nacional.

Referências Bibliográficas:

DUBY, Georges e PERROT, Michelle. **Imagens da Mulher**. Porto: Afrontamento, 1992.

ECO, Umberto. **História da Feiúra**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MACHADO, Roberto. **A danação da norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Sorria: Mulher, publicidade e dentes**. Anais Eletrônicos. Seminário Internacional Fazendo Gênero9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

OLIVEIRA, Núcia Alexandre Silva de. **As Páginas da Beleza... As representações sobre a beleza feminina na imprensa (1960-1980)**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, UFSC, 2001. Mimeo.

SANT'ANNA, Denize Bernuzzi de. **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação liberdade, 1995.

SCHPUN, Monica Raísa. **Beleza em Jogo. Cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20**. São Paulo: Senac, 1997.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. **Tinturas Petalina, Creme Dermina e a Felicidade ao alcance de uma página: a Revista Feminina e seus anúncios publicitários**. Anais Eletrônicos. Seminário Internacional Fazendo Gênero9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

O *IMPERIUM* E A MANUTENÇÃO DO PODER A PARTIR DAS RELAÇÕES DE INTEGRAÇÃO ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA NO MUNDO ROMANO

Ana Paula Franchi¹
anapfranchi@yahoo.com.br

RESUMO: A consolidação do *imperium* não fundamentava-se apenas sobre o poder bélico. De fato, ele era um meio que garantia a conquista e expansão territorial, mas a manutenção da unidade imperial dependia em grande medida da criação de estruturas de poder que possibilitassem o controle destes territórios recém-anexados. O objetivo deste artigo é analisar algumas destas estruturas que promoviam a integração entre o centro do império e as províncias, relacionando-as com a problemática da manutenção do poder imperial.

PALAVRAS-CHAVE: *Imperium*; Manutenção do poder; Integração.

ABSTRACT: The consolidation of the *imperium* was based not only on military power. In fact, it was a way to assured the conquest and territorial expansion, but the maintenance of Imperial unity depended largely on the creation of power structures that would enable the control of these newly annexed territories. The purpose this paper is to analyze some of these structures that promoted the integration between the center and the provinces of the empire, relating them to the problem of maintaining the imperial power.

KEYWORDS: *Imperium*; Power maintenance; Integration.

Boa parte da atual historiografia sobre o mundo romano tem focado na busca pelo entendimento do que, de fato, poderia caracterizar a vasta extensão territorial e a pluralidade de povos sob este espaço como integrantes de um mesmo império. Responder esta questão

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES.

tem gerado amplos debates, que transitam sobre os conceitos de *imperium*, romanização, helenização, identidade cultural, integração, entre outros. E, ao que estes estudos têm indicado, seria um equívoco basearmos nossa análise em uma homogeneidade do Império Romano, principalmente após o avanço da arqueologia, que tem auxiliado em grande medida as pesquisas na área de história antiga. Mas, se de fato existia uma diversidade cultural, econômica e até mesmo política, como então falar em Império Romano? O que propomos neste artigo é uma abordagem sobre a manutenção deste império por meio da criação de estruturas diversas que garantiriam a integração entre o centro do poder e as províncias, fundamentado a partir de uma unidade de gestão. Uma vez que a criação e consolidação destas estruturas realizam-se de diferentes maneiras em decorrência contexto que estão inseridas, procuraremos relacioná-las com a problemática da manutenção do poder imperial no momento em que a concentração no poder no soberano torna-se cada vez mais manifesto.

Império: definição e problemática

Ao discutir o conceito de império, Maurice Duverger (2008) discorre que este vocábulo transmite uma falsa ideia de unidade, dissimulando a diversidade de povos que o compunha. Para este autor, dentro do conjunto imperial observamos que estes diferentes povos organizavam-se segundo duas condições contrárias, mas ao mesmo tempo complementares, ou seja, pela diversidade e a unidade.

Estas considerações confrontam as concepções imperialistas da expansão romana fundamentadas na ideia dualista de dominador/conquistador *versus* dominado/conquistado, onde uma unificação se estabeleceria pela adoção de padrões culturais do vencedor. Esta perspectiva, amplamente difundida pelos historiadores durante a segunda metade do século XIX e início do XX, além de ter como pressuposto a homogeneidade cultural do povo conquistador, “(...) obscurece a heterogeneidade que envolve a negociação de poder e identidade com os habitantes locais, pois constituem categorias estanques e hierarquizadas” (GARRAFFONI, 2008, p. 144).

Desta forma, ao refletir sobre o significado de *imperium* não é possível considerá-lo de forma fixa e nem delimitada ao período pós-República. Durante o próprio contexto da expansão romana e, posteriormente, com a consolidação de um poder centralizado, o significado deste termo sofreu transformações, como atestam, por exemplo, os estudos de Renan Frighetto e John Richardson.

Frighetto (2008, p. 148-151), ao conceituar *imperium* procura afastá-lo da noção de territorialidade, relacionando-o com a expressão *imperia potestas*, entendida como poderes delegados pelo *populus* e pelo *senatus* romanos aos magistrados republicanos. O *imperator* seria o detentor deste poder, de mando militar, e aquele melhor preparado para exercer as tarefas de governo em prol de toda a comunidade.

Ainda segundo o autor, esta compreensão sobre o *imperium* sofreu mudanças com a ascensão de Augusto no século I a.C., sendo, primeiramente, associado a um poder específico da figura do *princeps*, e que a partir deste momento adquiriu uma dimensão mais ampla que a de mando militar, onde o poder seria delegado ao *princeps* para realização da defesa em seu sentido amplo, ou seja, tanto em relação aos assuntos internos quanto aos externos.

Em um segundo momento, com o esgotamento da *ciutas* e as tentativas de usurpação do poder nas províncias em fins do século II e durante o século III e IV, aparece uma nova alteração ideológica do conceito, onde a imagem do *imperator* adquiriria uma dimensão sacralizada (FRIGHETTO, 2008, p. 153). Entretanto, é importante ressaltar que a ideia de divinização do soberano não era exclusividade deste recorte temporal, uma vez que poderia ser-lhe atribuída, pelo senado, após sua morte, de modo que a abordagem de Frighetto ressalta uma associação de valores sagrados ao soberano ainda em vida, em busca de revesti-lo de uma áurea intocável.

Inserido nesta perspectiva de transformação do conceito império, John Richardson (2008) procurou fazer um mapeamento sobre a ideia que os próprios romanos tinham acerca de seu império, focando então sua análise nos usos dos vocábulos *imperium* e *provincia* em fontes literárias da antiguidade. O autor considera a questão da linguagem como chave para a compreensão da mudança mental do Império Romano, uma vez que estas expressões adquiriram significados distintos durante o processo de expansão e consolidação da hegemonia romana. Seria então o contexto que levaria a necessidade de se criar novos conceitos ou novos significados para esta expressão. É essencial para o autor procurar compreender por meio das fontes que analisa, se os romanos percebiam seu império enquanto uma unidade territorial, e se (ou quando) eles viram a extensão de seu poder em termo de aquisição de controle das massas (RICHARDSON, 2008, p. 8).

Para Richardson, no período de Augusto a palavra *imperium* aparece na *Res Gestae* e nos últimos poemas de Ovídio como um conceito espacial, ou seja, com uma conotação territorial. Contudo, outros sentidos da palavra *imperium* podem ser mapeados, em geral fazendo referência ao poder de um magistrado, do povo como um todo, do próprio

Estado Romano e também como poder de mando militar. Neste sentido, argumenta que a ideia do Império Romano enquanto entidade territorial é produto do próprio período augustano, fruto da reorganização provincial, onde o *princeps*, ao mesmo tempo em que procurava empregar as noções republicanas de magistratura, com o *imperium* como poder militar em representação do Estado, transferia efetivamente para si próprio estas funções militares (RICHARDSON, 2008, p. 145).

Os estudos destes dois pesquisadores permitem que levantemos alguns apontamentos gerais sobre o conceito de *imperium*: este termo englobava de uma expansão e anexação de territórios concomitantemente à criação de estruturas (de poder) que possibilitem o controle (ao menos parcial) dos mesmos. Estas considerações permitem nossa aproximação à problemática da manutenção do poder imperial, uma vez que ressalta que embora seja imprescindível para a constituição de um império o poderio bélico (expansão territorial), sua durabilidade não repousa neste aspecto único: “Para durar, é preciso que a dominação de um grande espaço traga vantagens aos dominados, que dessa forma preferem a unidade imperial à fragmentação em pequenas unidades de poder” (DUVERGER, 2008, p. 30).

A manutenção do império e integração entre centro-periferia

Com o exposto acima, vemos que a própria nomenclatura *imperium* e suas diversas atribuições nos permite perceber a necessidade da manutenção das estruturas locais e sua conseqüente integração ao poder central, para assim alcançar a unidade e a manutenção do poder imperial e do soberano. O debate sobre as estruturas que promoviam esta relação entre centro e periferia está intensamente relacionado com a discussão sobre a existência ou não de uma cultura romana homogênea, que teria sido imposta aos povos conquistados que passaram a fazer parte do Império Romano. Neste debate, o conceito de romanização ganha destaque, contudo, é importante estabelecer a relação entre a discussão sobre a unidade e diversidade cultural com as relações de poder que estruturavam o *imperium* romano.

Já destacamos que a conquista militar foi um dos pressupostos do *imperium*, mas a ela por si só não seria capaz de garantir a manutenção dos territórios anexados. Logo, era imprescindível o desenvolvimento de mecanismos que cumprissem esta função, como comprovam estudos como o de Greg Woolf (2000) e Janet Huskinson (2005), que destacam, respectivamente, que o processo de incorporação e pacificação das províncias não se restringia aos primeiros anos após a conquista, sendo permeado de interrupções, que contribuem tanto para a construção do poder imperial, quanto para a nova configuração local

do poder, e também que as estruturas criadas nas relações de poder entre o centro e a periferia auxiliariam na definição de uma identidade cultural, e acabariam determinando como a cultura era expressada e praticada.

Por mais que os estudos baseados nestas perspectivas de análise tenham suas particularidades, em geral eles se sobrepuseram às discussões historiográficas que defendiam uma missão civilizadora do Império Romano (com política clara de conquista e dominação direta) e uma assimilação da cultura romana de forma voluntária pelos locais. Isto se deve em grande medida ao avanço da análise de vestígios materiais, que nos mostram uma interação entre o poder central e as províncias relacionadas à questões práticas do desenvolvimento destas sociedades, e também possibilita o questionamento sobre a própria identidade e unidade cultural romana.

Wallace-Hadrill (2009), por exemplo, é um dos pesquisadores que criticam a visão da identidade romana como algo imutável, defendendo que o ser romano sofria transformações com decorrer do tempo. Nega a existência de uma cultura pura a ser transmitida, e propõe uma nova abordagem, a partir do que chama de dialética de apropriação cultural. Nesta perspectiva, a identidade no império Romano seria formada a partir da cultura compartilhada entre os diversos povos, que, mais que coexistir, dialogava umas com as outras. Neste diálogo, pode-se perceber que em geral os romanos rejeitavam os elementos que negavam sua tradição, o *mos maiorum*, mas favoreciam a incorporação de outros elementos que julgassem interessantes, ou seja, suas tradições e seus costumes eram constantemente modificados. Nas palavras de Janet Huskinson (2005, p. 20-25), o contato cultural e as trocas por ele estabelecidas, contribuíam para a construção de um diferente padrão cultural no Império Romano, com a característica marcante da flexibilidade.

A identidade cultural romana era então variada e complexa, mas isso não se apresentava enquanto problema para o homem romano, e, na verdade, pode ser considerado como um dos fundamentos da unidade imperial, já que o conflito era sempre indesejado e evitado. Em diversos vestígios materiais é perceptível o compartilhamento de elementos culturais que simbolizam relações de integração entre o poder central e as diversas regiões do império.

Um dos elementos marcantes que podemos destacar é a presença de um “multilinguismo”, ou seja, a manutenção da utilização da língua local concomitante, em muitos casos, com a adoção do latim. Wallace Hadrill (2009) trabalha com este conceito em busca se extrapolar a ideia amplamente difundida de bilinguismo, que figurava nos estudos sobre o Império Romano enquanto um mundo onde se falava o latim e o grego após o período

da expansão territorial. Em relação à manutenção da língua local, temos a figura de Ennius que se descreveu, ao conquistar a cidadania romana em 184 a.C., como portador de três corações (*tria corda*) – um grego, um osco e um latino - (WALLACE-HADRILL, 2009, p. 03). Sua habilidade com estes três tipos de linguagem e a educação recebida sob estes três parâmetros culturais eram representado pelos três corações que ele proclamava possuir.

Por outro lado, percebemos com os batavos da região do baixo Reno estudados por Richard Hingley (2010), a utilização do latim, mesmo esta sendo uma região que não mantinha um padrão de cidade romana. Na verdade, o autor defende que este povo passou a adotar o latim provavelmente pelas questões práticas relacionadas a interação com o exército romano assentado na região.

Este exemplo dos batavos demonstra que a interação cultural que sustentava a integração entre centro e província não se dava apenas entre grupos da elite. Para este povo, o valor prático da língua latina e da tecnologia da escrita pode ser expresso no uso extenso por diferentes membros da sociedade, “(...) como resultado do valor potencial de várias formas de comunicação” (HINGLEY, 2010, p. 88).

Este valor prático da integração cultural é perceptível em outros tipos de vestígios que nos mostram que a cultura pode ser vista como um facilitador no processo de promoção da integração local, considerando que o relacionamento de Roma com as províncias era movido por uma ideia de promoção de benefícios, riqueza e poder, e que deveria oferecer vantagens para ambos os lados.

Richard Miles (2005) procura a partir da análise de um monumento funerário (Philoppapos, cidadão romano da cidade de Atenas) demonstrar estas influências culturais, identitárias e de poder que estabelecem a relação entre o poder central e as diversas localidades do império. Neste monumento funerário encontram-se elementos de uma cultura local, como representação de deuses e ancestrais de Philoppapos, associados à elementos “típicos” romanos, como a toga, a fachada (arquitetura) e inscrições em latim.

No mesmo sentido vemos a análise de Janet Huskinson (2005) sobre um mosaico encontrado na cidade provinciana de Thysdrus (atual El Djem, na Tunísia). Uma vez que este mosaico é decorado com a personificação de Roma, ao centro, rodeada por personificações de diversas províncias, ele também demonstra esta ideia de integração e de experiência cultural compartilhada ao possibilitar a identificação de elementos culturais locais nas personificações das províncias, mas garantindo um eixo de unidade no império ao representar Roma como o centro desta relação.

A formação de colônias nos territórios anexados era outro elemento importante que garantia esta relação de integração. Sherwin-White (1968, p. 82) destaca que os soldados veteranos recebiam terras nas províncias ao abandonarem suas fileiras, e nelas se organizavam segundo os padrões da municipalidade italiana, logo, seguiam a lei civil romana, falavam latim, aprendiam a literatura grega, construíam teatros, banhos públicos, anfiteatro para jogos, etc. Com isto, as colônias exerceram um importante papel no compartilhamento de valores e práticas de Roma, e a partir do século I a.C., elas passaram a ser organizadas em lugares estratégicos com este objetivo.

O autor defende ainda que as municipalidades provincianas eram as unidades básicas do Império Romano, e que este dependia grandemente do apoio destas elites locais, que forneciam os magistrados municipais. Participando do poder local, estes grupos tinham uma dupla função: auxiliavam os romanos a manter a população conquistada sob seu controle ao mesmo tempo em que garantiria a continuidade de uma estrutura social pré-existente (SHERWIN-WHITE, 1968, p. 84-95).

O que podemos considerar então é que a relação de integração entre o centro e a periferia tinha na sua finalidade um caráter prático, sendo que o compartilhamento de culturas e, conseqüentemente, de identidades, tinha uma dupla finalidade: de um lado, os povos anexados, que não buscavam um jeito próprio de tornarem-se romanos, e sim adotavam algumas práticas que os auxiliariam a viverem de forma diferente a partir das mudanças políticas (HINGLEY, 2010, p. 89), e de outro, o poder central que intencionava garantir a integração das regiões periféricas do império em prol de garantir sua manutenção e unidade, mesmo que dentro de uma diversidade.

O imperador e a manutenção do poder

Neste contexto de integração, a figura do imperador ganhava um papel de destaque. Com a transição da República para o principado de Augusto, diversas estruturas que garantiam a eficiência desta relação entre centro e periferia foram modificadas, chegando até mesmo a falências das mesmas em algumas regiões, de modo que alguns grupos provinciais não conseguiam mais ver uma vantagem na relação que tinham com o centro do império, principalmente em decorrência do enfraquecimento das instituições municipais, que deixaram de impulsionar as carreiras públicas destas elites locais (FRIGHETTO, 2006, p. 226).

Se as antigas instituições republicanas já não eram mais suficientes para a manutenção de um amplo império, surgia a necessidade de uma reorganização do poder, que

inevitavelmente passava pelo mais novo símbolo do *imperium*, o soberano. É o imperador quem irá gerenciar o conjunto das formas institucionais, religiosas e ideológicas, e para isso era necessário que sua autoridade fosse reconhecida dentro de um conjunto de valores culturais compartilhados pelos habitantes do vasto território abrangido pelo império (REVELL, 2009).

Sob esta perspectiva, o trabalho de Louise Revell (2009) sobre o imperador romano parece bastante elucidativo, uma vez que tem como objetivo discorrer sobre a forma como este poder do princeps era percebido diante a diversidade de contextos das províncias, que, assim como a relação entre o centro e as províncias, não se dava de forma homogênea, mas que tinha como foco tornar a figura do imperador reconhecível enquanto aquele que é o detentor da autoridade.

Os diversos meios utilizados pelo soberano em prol da consolidação de seu poder são perceptíveis, sobretudo durante e após o governo de Augusto, onde paulatinamente o poder deixa de se fundamentar na relação entre o imperador, as instituições militares e a aristocracia senatorial. Embora procurasse a manutenção de uma aparência republicana, durante seu principado, Augusto empreendeu uma série de reformas, que transitavam desde a reestruturação topográfica e arquitetônica da cidade de Roma, até a ressignificação de rituais e práticas públicas. Para Geoffrey S. Sumi (2005), a concentração de poder nas mãos do soberano estava ancorada na natureza do cerimonial do exercício do poder político, sendo que todas as ações do *princeps* se constituíam em uma grande prática performática, levando-nos a compreender que o reconhecimento deste poder estaria fundamentado por sua *auctoritas*.

Em paralelo a reestruturação do poder a partir do período augustano, tem-se durante os séculos III e IV um considerável aumento da pressão nas fronteiras pelos povos fixados fora do *limes*. Esta intensificação das invasões era potencializada pela fragilidade das relações do poder central romano com as províncias (estas serviam também como uma barreira à migração destes povos). Isto conduziu ao reforço do papel dos exércitos dentro da política imperial, e os generais aparecem então com um maior destaque.

Não é a toa que neste contexto insurge uma série de guerras civis, onde inúmeros generais tentaram, e na grande maioria das vezes, conseguiram usurpar o poder imperial. Muitos destes conflitos eclodiam no contexto da escolha do sucessor do imperador, já que não existia uma regra automática de ascensão ao trono e a cada mudança de reinada resurgia o risco de uma guerra civil (VEYNE, 2009, p. 2).

Após o período da Anarquia Militar (235-284), a chegada de Diocleciano ao poder em 284 vem simbolizar a promoção de uma nova série de transformações político-

administrativas e sociais, que davam continuidade aos princípios de concentração de poder nas mãos do *princeps*, e não se restringiriam a concepção do poder imperial deificado, através da regulamentação da simbologia dos cerimoniais e rituais, mas também atuavam no âmbito de aspectos efetivos do Estado, concernentes a administração, fiscalização e questão militar, o que acabou propiciando um maior controle do Estado sobre a vida pública.

Foi neste sentido que a reestruturação teórica e ideológica acerca do poder e legitimidade do soberano continuava enquanto foco de uma política imperial, sendo intensificada em diversos setores, e em destaque, o campo da comunicação. Geoffrey S. Sumi (2005, p. 221-228) discorre que a oratória pública poderia ser considerada como um dos fatores que definia a política romana em quase todos os momentos de sua história, permanecendo como o principal meio de comunicação entre a elite política e o povo romano, mesmo que tivesse sofrido mudanças consideráveis do período republicano ao período imperial. Mas, o autor prossegue com este argumento afirmando que estas mudanças não impediam que a arte da oratória permanecesse como parte integral do *ethos* da aristocracia e da vida pública: a eloquência era exigida ao imperador, demonstrando que ele, além de possuir este *ethos* aristocrático, estava preparado para o posto que ocupava, tendo condições de sustentar seu império.

Desta forma, a oratória pública era extremamente importante para uma propaganda da política imperial, sendo que os oradores eram rigorosamente escolhidos com o desígnio de desempenhar com eficiência esta função de propagação. Além disso, Richard Miles (2005) destaca que a manutenção do poder do *princeps* e do império requeria que o imperador mantivesse uma rede regular de informações, promovendo a continuidade da integração entre centro e províncias, e considera a partir disso a comunicação como a própria representação do poder imperial.

Diversos eram os tipos de discursos pronunciados nos cerimoniais públicos, e, uma vez que eram considerados como os principais meios de comunicação e propaganda, serviam para uma variedade de propósito. Um exemplo são os *contiones*, que durante o governo de Augusto eram proclamados em funerais, cerimônias de *profectio*, *reditus*, triunfo, entretenimentos públicos e assembleias diversas (SUMI, 2005, p. 228-261)

Outro tipo discursivo que alcança significação política relevante e demonstra especificamente esta relação entre o poder do *princeps* e a manutenção do império são os panegíricos, principalmente por adquirirem durante o período imperial elogio ao Príncipe como eixo. Consistiam em discursos praticamente obrigatórios após algum acontecimento ou atitude “gloriosa” por parte do imperador, sendo proclamados em cerimônias importantes

como festas de nascimento, aniversários de fundação de Roma ou alguma outra cidade importante, aniversários de ascensão ao poder dos Imperadores, felicitações por uma campanha vitoriosa, entre outras (GALETTIER, 1949, p. VIII).

Devido a esta característica e por pertencerem ao protocolo das comemorações oficiais, os panegíricos apresentavam um forte espírito de adulação ao imperador (*laudatio*), e através da intensa propaganda da política imperial em curso no momento de sua produção, acabavam assim por fundamentá-la. Sua ampla utilização permitia seu alcance aos diferentes grupos que compunham a sociedade imperial, manifestando-se como um elemento favorável à consolidação da nova concepção ideológica de poder, e, a frequência com que estes discursos eram proclamados (cerca de seis ao ano segundo E. Galettier (1949, p. VIII)) elencava-os enquanto meio relevante de propagação da política imperial e da manutenção do poder, uma vez que o palco deste tipo de oratória pública contava com um número muito grande de pessoas.

Controlar e manter dentro dos limites desejados deste tipo de comunicação era a garantia da eficácia do processo de legitimação do poder, e é por este fato que os discursos panegirísticos eram encomendados aos melhores oradores e na grande maioria das vezes estes oradores teriam sido indicados pelo próprio imperador. Isto poderia ocasionar que o conteúdo das obras fosse composto por declarações políticas orientadas diretamente pelo soberano ou que, pelo menos, o texto final passasse pelo seu aval.

Parte considerável dos discursos panegíricos chegou à atualidade sem a referência da autoria da obra. Contudo, esta ausência nominal não enfraquece a percepção de seu papel na relação de manutenção do poder pautada pela integração, e isto pode ser justificado por alguns fatores. Primeiramente, deve-se considerar que o domínio das técnicas da retórica e oratória fazia parte de uma educação mais avançada, o que na maioria das vezes limitava sua utilização por grupos pertencentes aos altos estratos sociais, a própria indicação do orador pelo imperador é um exemplo que corrobora esta afirmação.

Maria José Hidalgo de la Vega (1995) discorre que os intelectuais na antiguidade sempre foram os responsáveis por preocupações acerca da problemática da justificação do poder político. A autora utiliza a expressão “intelectuais” para denominar o setor minoritário de homens de origem social elevada que frequentavam escolas de retórica e filosofia, e que possuíam qualidades indispensáveis para a comunicação, sendo considerados como mediadores entre a produção cultural e a sociedade, mas também como propagadores de projetos programáticos do Estado.

O segundo fator é justificado pela própria noção de autoria, uma vez que na civilização romana, a palavra *auctor* não tinha o sentido literário que atualmente atribuímos à palavra autor. Neste sentido, faz-se referência ao estudo de Florence Dupont (2004), que defende que o *auctor* não pode ser considerado um indivíduo social, sendo então aquele que toma a iniciativa de uma ação, mais frequentemente política. O *auctor* agiria graças à sua *auctoritas*, ao seu prestígio, sua posição social, logo, a ausência nominal nos panegíricos não alteraria sua principal função: a propaganda e a promoção da política imperial.

Desta forma, ao abordar as relações de integração entre o centro e as províncias enquanto essenciais para a manutenção da unidade imperial foi possível perceber que o Império Romano não se fundamentava a partir de um poderio bélico, ou em um modelo de dominação rigorosa que suplantava qualquer prática que divergisse da sua. A busca por um consenso que lhe garantisse prosperidade comportava a existência de diversas práticas culturais, econômicas e políticas, que, garantindo benefícios mútuos, se fundava a partir de uma unidade de gestão consolidada pela figura do imperador. Como as negociações e relações entre centro e província nem sempre obtinham o resultado almejado, a oratória pública destacava-se enquanto importante veículo de promoção e propaganda da política imperial, caracterizada, após Augusto, pela progressiva concentração de poder nas mãos dos soberanos.

REFERÊNCIAS

BANCALARI MOLINA, Alejandro. La Romanización como proceso histórico de larga duración: fundamentos teóricos; La teoría y el estudio de la Romanización: pluralidad de modelos. In: _____. *Orbe Romano e Império global: La Romanización desde Augusto a Caracala*. Santiago: Universitaria, 2007. p. 37-63; p. 65-98.

DUPONT, Florence. Comment devenir à Rome un poète bucolique? Corydon, Tityre, Virgile et Polion. In: CALAME, Claude; CHARTIER, Roger. *Identités d' auteur dans l'Antiquité et la tradition européenne*. Paris: Ed. Jérôme Million, 2004. p. 171-189.

DUVERGER, Maurice. O conceito de Império. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luis Filipe S.; SILVA, Luiz Geraldo (org). *Facetas do Império na História*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 19-38.

FRIGHETTO, Renan. Imperium et orbis: conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII). In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luis Filipe S.; SILVA, Luiz Geraldo (org). *Facetas do Império na História*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 147-162.

_____. Estruturas sociais na Antiguidade Tardia Ocidental (séculos IV/VII). In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud Editora e EDUFES, 2006. p. 223-240.

GALLETIER, E. *Panegyriques Latins*. Paris: Société d'édition "Les Belles Lettres", 1952. Tomo I e II.

GARRAFFONI, Renata S. Império Romano: História Antiga e Política Moderna. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luis Filipe S.; SILVA, Luiz Geraldo (org). *Facetas do Império na História*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 137-146.

GRUEN, Eric. The Appeal of Hellas. In: _____. *Culture and National Identity in Republican Rome*. Ithaca: Cornell University Press, 1994. p. 223-271.

HERRERO LLORENTE, Victor-Jose. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El intelectual, la realeza y el poder político em el Império Romano*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995.

HINGLEY, Richard. Diversidade e Unidade Culturais: Império e Roma. In: _____. *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 67-103.

HUSKINSON, Janet. Looking for culture, identity and Power. In: _____. (ed.) *Experiencing Rome: Culture, identity and power in the Roman Empire*. London: Routledge, 2005. p. 03-27.

MILES, Richard. Communicating culture, identity and power. In: HUSKINSON, Janet. (ed.) *Experiencing Rome: Culture, identity and power in the Roman Empire*. London: Routledge, 2005. p. 29-62.

REVELL, Louise. The roman emperor. In: _____. *Roman imperialism and local identities*. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 80-109.

RICHARDSON, John, Ideas of empire; The Augustan empire: imperium Romanum, After Augustus. In: _____. *Language of Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 1-9; p. 117-145; p. 146-181.

SHERWIN-WHITE, A. N. O imperialismo romano. In: BALDSON, J. P. V. D. (org.). *O mundo romano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 80-102.

VEYNE, Paul. O que era um imperador romano? In: _____. *O império Greco-romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 1-34.

WALLACE-HADRILL, A. Culture, identity and power. In: _____. *Rome's cultural revolution*. Nova York: Cambridge University Press, 2008

WOOLF, Greg. On Romanization; Roman Power and the Gauls. In: _____. *Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 1-23; 24-47.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

**UM RETORNO À INTERVENÇÃO URBANA “LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO:
MEMÓRIAS DE GOIÂNIA”**

Ana Rita Vidica Fernandes¹
anavidica@gmail.com

RESUMO: Esta comunicação apresenta reflexões sobre a utilização da fotografia de arquivo em projetos de arte pública, tendo como objeto a intervenção urbana “Lembrança e esquecimento: memórias de Goiânia”, de autoria de Brunna Stéphanie Pains Santos, realizada no dia 28 de outubro de 2010, no centro da cidade de Goiânia-Goiás. Com esta intervenção na rua, a cidade se converteu em um museu a céu aberto, os pedestres em visitantes deste local, que habitualmente está entre quatro paredes, originando reações diversas, dentre elas a memória de tempos vividos, materializada por palavras, suspiros e lágrimas. Pretende-se, então, a partir da apresentação detalhada deste projeto de intervenção, discutir as relações entre fotografia e cidade, fotografia e memória e, assim, refletir sobre a cidade como um espaço de intervenção, apropriação e reinvenção.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia; Intervenção Urbana; Memória.

ABSTRACT: This paper presents reflections on the use of the photography file in public art projects, focusing urban intervention “Lembrança e esquecimento: memórias de Goiânia” created by Stéphanie Brunna Pains Santos, held on October 28, 2010, in the center of the city of Goiânia, Goiás. With this intervention the street, the city became an open air museum, visitors pedestrians in this location, which is usually between four walls, giving rise to various reactions, among them the memory of times lived, embodied in words, sighs and tears. It is intended, then, from the detailed presentation of this intervention project, discuss the

¹ Universidade Federal de Goiás / Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia.

relationship between photography and the city, photography and memory, and thus reflect on the city as a space of intervention, appropriation and reinvention.

KEYWORDS: Photography; Urban intervention; Memory.

Duas poltronas, uma vitrola, discos de vinil sob uma mesa de centro, fotografias em porta-retratos e penduradas como quadros, enfim, o protótipo de uma sala de estar convencional, contudo, não em um lugar esperado, ou seja, no interior de uma casa. Mas, no meio de uma das calçadas do centro da cidade de Goiânia, Goiás, como mostra a imagem 1.

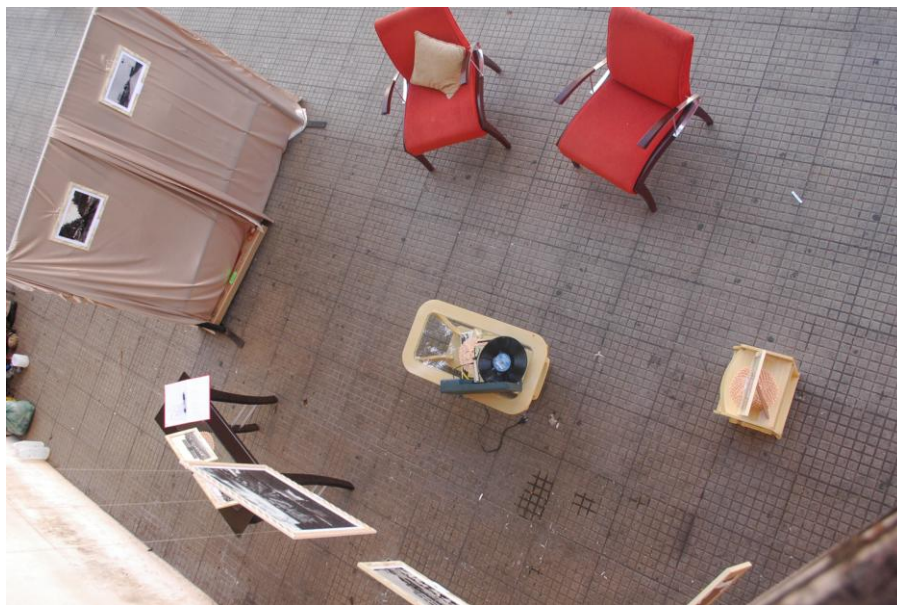


Imagem 1 – Fotografia da obra de intervenção urbana. Goiânia – GO. 2010.
Autoria: Ana Rita Vidica

Assim, a paisagem urbana é transfigurada. E está é a proposta da intervenção urbana “Lembrança e esquecimento: memórias de Goiânia”, de autoria de Brunna Stéphane Pains Santos², realizada no dia 28 de outubro de 2010.

Como exposto, esta intervenção consistiu na criação de um ambiente interno de uma sala de estar tendo fotografias do início da construção da referida cidade em suas paredes

² Esta exposição fora desenvolvida como parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Universidade Federal de Goiás, de título “A (re)criação do espaço na metrópole: uma proposta de intervenção no centro de Goiânia, orientado pela autora deste texto.

e mesinhas. A estrutura fora montada na calçada de um hotel, chamado Grande Hotel³, hoje desativado, construído no mesmo período das fotografias, que foram pesquisadas no acervo do Museu da Imagem e Som de Goiás (MIS-GO).

Brunna construiu a proposta com a intenção de se apropriar da cidade de Goiânia, que se dera, inicialmente, quando criança, a partir das histórias contadas pelo avô materno. Uma delas segue descrita abaixo:

“Em 1960 ou 61, não lembro bem, tive que vir no médico em Goiânia. Era a primeira vez que saía daquelas bandas da fazenda e lembro que achei bonita demais, a cidade. Era cheinha de árvores, agora acabou tudo. A gente, de interior, via tudo parecendo que era coisa de outro mundo. Deu um frio na espinha a primeira vez que entrei num ônibus. Fiz tudo o que tinha que fazer correndo pra poder passear no Orto e no Café Central. Era um lugar de bate-papo, onde a gente ficava olhando as moças. O café ainda existe, mas agora é bem pequenininho. Naquela época, porque a gente era mais bobo ou era mais novo, não sei, parecia que era um lugar grande, onde podia encontrar todo mundo”

A partir desta fala, percebe-se a relação entre lugar e memória, presente no espaço urbano e no imaginário do avô e da neta, se convertendo, então, na matéria-prima para a constituição desta obra, ou seja, a construção da cidade pela memória do avô. O encontro destas memórias se deu com a fotografia, a partir de quatro fotografias de Alois Feichtenberger, uma de Eduardo Bilemjian, uma de Silvio Berto e uma de autor desconhecido.

Assim, ambos, o avô e os fotógrafos, se lançam na aventura de flunar, se convertendo, cada um deles em *flâneur*⁴

O flâneur é esse novo observador. Com seu passo lento e sem direção, ele atravessa a cidade como alguém que contempla um panorama, observando calmamente os tipos e os lugares que cruza em seu caminho. Com esse seu jeito de passear, como se recolhesse espécies para uma verdadeira tipologia urbana, ele está ‘a fazer botânica no asfalto’. Ele faz ‘um inventário das coisas’: o trabalho de classificação característico da época. (PEIXOTO, 2004, p. 99).

E, através destas perambulações memórias são geradas, seja através da fala (do avô) e das fotografias (dos fotógrafos pioneiros de Goiânia) que são apropriadas por Brunna, utilizando-se destas memórias, especificamente a materialização das fotografias, para intervir na cidade.

³ Hotel criado nos anos 40. Hoje é um local destinado a atividades artísticas e culturais.

⁴ Conforme acepção utilizada por Walter Benjamin.

Estas andanças geram uma nova relação com o espaço e também com a fotografia, permitindo o estabelecimento de uma subjetividade entre olhar, espaço e fotografia, como Barthes (1981), que com a obra “A Câmara clara” passa a abordar a fotografia a partir das sensações que ela provoca, conforme comenta Braga⁵:

A alternativa passa a ser, então, a assunção plena da subjetividade diante da fotografia, a tradução da experiência particular do observador perspicaz numa linguagem expressiva como último recurso para captar a “essência” ou o “gênio próprio” da fotografia.

Assim, o descobrir da cidade se entrelaça com o fotográfico que passa a ser, também, um descobrir de si mesmo, na medida em que o andar leva a um outro olhar e o olhar leva a um outro andar, gerando, assim, um indeterminado, “o que escapa e o que não tem medida” (PEIXOTO, 2002, p.12). Desse modo, o andar do pedestre define um “espaço de enunciação” que para Michel de Certeau (1984) é um “lugar praticado”.

Com as obras destes artistas, o espaço urbano não é mais apenas um lugar de passagem com funções pré-determinadas, mas uma espacialidade temporalizada, antropológica, histórica, corporal, capaz de suscitar questões, como:

Com isso, a intervenção urbana “Lembrança e esquecimento: memórias de Goiânia” lança às pessoas que passaram pela calçada do Grande Hotel, algumas questões. A estrutura da sala de estar seria percebida e motivaria que as pessoas parassem pra ver o que é? Serão as imagens expostas percebidas como pertencentes àquela cidade? E como se dará isso? Haverá um reconhecimento do local ou um estranhamento? E, assim como o projeto fora criado a partir de memórias, aquela intervenção também suscitaria memórias?

Nesse sentido, a autora da intervenção busca lançar “no corpo da cidade interrogações subjetivas para compreender um mundo contemporâneo também ele subjetivo e complexo. E da cidade como signo – ou resposta – passa-se à cidade como suporte – ou pergunta.” (SANTOS, 2004, p. 58).

Pergunta esta que se torna plausível na medida em que se pensam as manifestações artísticas e as imagens componentes do ambiente urbano como participantes que constituem, constroem e transformam as paisagens urbanas. E, conseqüentemente inserem-se no cotidiano da cidade, possibilitando uma nova formação da identidade dos contextos urbanos e do imaginário das pessoas que transitam nos mesmos.

⁵ Trabalho “Roland Barthes e a escritura: um olhar poético sobre o signo fotográfico” apresentado por Robson Aurélio Adelino Braga, ao NP – Fotografia: comunicação e cultura do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom e publicado na Revista Studium 19.

Logo, a arte passa aos domínios da cidade, que se transforma em grande espaço de exposição, sendo cunhada de “arte pública”⁶ ou “arte urbana”⁷. Ambas as denominações partem do pressuposto de caracterizar e nomear os trabalhos de arte produzidos e colocados em espaços públicos da cidade.

Esta publicização da arte está vinculada ao regime estético que destaca a questão “da invenção de formas sensíveis e dos limites materiais de uma vida por vir” (RANCIÈRE, 2005, p. 43) e por isso, agrega à intervenção significados culturais, sociais e comunicacionais, tornando possível a problematização do próprio ambiente urbano. Conforme expõe Pedro de Andrade (2010, p.44):

(...) a coincidência da arte com a vida quotidiana urbana constata-se no contacto entre, de um lado, a arte no metropolitano e, de outro lado, o modo de circulação rotineiro do cidadão em direcção ao emprego, ou o modo de circulação excepcional do turista cultural em férias, ou o modo de circulação misto realizado pelas alteridades culturais.

Como Pedro de Andrade (2010), Vera Pallamin (2000), a partir da expressão “arte urbana”, também percebe a sua relação com a prática sócio-cultural, uma vez que há a possibilidade de apropriação de espaço urbano, ligados aos propósitos estéticos em diálogo com os significados sociais, políticos e culturais.

Nessa perspectiva, a arte pública ou arte urbana trazem um impacto para o social e o cultural, confirmando ou desafiando a hegemonia ou trazendo à tona algo novo. Assim, se configuram como modos de construção social e cultural dos espaços públicos, vias de produção simbólica da cidade, expondo e mediando suas conflitantes relações sociais, culturais e comunicacionais. Para que estas relações façam sentido, Pallamin (2000, p.48-49) propõe uma superação das oposições arte-cidade que se dá “na compreensão de que a arte é social em primeira instância e sua significação social, é dada pelo trabalho da obra entendido como sua historicidade, sua recepção, seus modos de presença / ausência, visibilidade / invisibilidade em público”.

⁶ Este termo é utilizado pelos autores: Rosalyn Deutsche, Pedro de Andrade, Maria Cecília França Lourenço, José Francisco Alves, Maria Bononi, Nelson Brissac Peixoto, Cesar Floriano e Fernando Pedro da Silva. Outros termos são utilizados para denominação de arte pública, que se presta à ocupação do espaço e as intervenções urbanas, que começa a ser estudada a partir dos anos 70. As expressões utilizadas são, e pelos seguintes autores: Arte no espaço público (Miriam Escobar, Anna Maria Rahme, João Spinelli), Arte urbana (Vera Pallamin), Imaginária urbana (Paulo Knauss).

⁷ Este termo é cunhado por Vera Pallamin. Ao longo adotaremos as duas denominações “arte pública” e / ou “arte urbana”.

Esta questão da invisibilidade, apontada pela autora, ganha sentido, no tocante à grande profusão de imagens que permeia a urbe, gerando uma espécie de anestesia visual, como aponta Brissac:

A metrópole é o paradigma da saturação. Contemplá-la leva à cegueira. Um olhar que não pode mais ver, colado contra o muro, deslocando-se pela sua superfície, submerso em seus despojos. Visão sem olhar, tátil, ocupada com os materiais, debatendo-se com o peso e a inércia das coisas. Olhos que não vêem. (2004, p. 175)

Devido a esta possibilidade de apagamento visual, não há a garantia da existência de um público para a arte colocada na rua. Contudo, a intenção destas intervenções, citadas no início do texto, se propõem a discutir o próprio espaço e a relação que se estabelece com as imagens que compõem o espaço urbano e com as pessoas. Com isso, correr o risco, inclusive, da invisibilidade, uma vez que o não perceptível é também uma resposta à obra, à cidade e uma apreensão sobre o tipo de relação que se estabelece com as duas.

Diante disso, a referida intervenção se caracteriza como um projeto de Arte Pública, na acepção contemporânea do termo, na medida em que se propõe a discutir o próprio espaço e a relação que se estabelece com as imagens que compõem o espaço urbano, especificamente, no centro da cidade de Goiânia.

A paisagem urbana é colocada, portanto, em discussão - suas construções, seus fluxos em trânsito permanente e a relação que trava com os indivíduos que por ela passam. Isso ocasiona pensar cada um dos locais escolhidos pelos artistas em questão como um “não-lugar”⁸, pelo fato de se encontrar em duas realidades complementares, contudo distintas. Ela é um espaço objetivo, uma vez que é constituída para certos fins (passagem de pedestres) e também subjetiva, na medida em que propicia relações diferentes com cada indivíduo.

Esta segunda realidade esboçada por Augé, segundo ele, não é, na maioria das vezes, suficientemente vivenciada no cotidiano. Isto se deve ao grande número de estímulos urbanos a que as pessoas estão submetidas, tornando esta discussão central no âmbito da arte contemporânea. “Nessa perspectiva, os não-lugares passam a ser lugares privilegiados da reflexão artística.” (SANTOS, 2004, p. 44)

A colocação do espaço da calçada do Grande Hotel como “não-lugar” abre a possibilidade de intensificar a percepção dos espaços urbanos, trazer à tona significados ocultos ou esquecidos, apontar novas possibilidades e usos, redimensionar sua organização estrutural, sugerir novas e inusitadas configurações, mesmo que de maneira momentânea.

Logo, esta paisagem urbana é transfigurada com o intuito de gerar uma reflexão sobre a sua própria configuração. Além de criar um diálogo com a população em um espaço aberto, transforma a cidade em uma “galeria aberta”⁹. Assim, a cidade passa a ser um local de exibição, a cidade substituiu o museu. Mas será que esta mudança, dada através da criação deste ambiente, com fotografias da construção da própria cidade, consegue deflagrar memórias? Para se perceber isso, é preciso recorrer às falas e relatos deixados no livro de visitas, colocado no espaço da intervenção.

Muitos depoimentos abordaram sobre a importância do projeto no sentido de mostrar a história da cidade, através das fotografias, ficando patente a relação com o passado e a memória, como na fala de Altemivaldo Aguiar “(...) esta mostrando coisas históricas, para ser lembrado o nosso passado”. Esta relação das fotografias com o passado é reforçada por Waldir Carvalho, que escreve: “Parabéns pela iniciativa. É sempre bom olhar o passado!”.

Além desta relação com o passado da cidade, assim, a memória em uma perspectiva histórica, houve depoimentos bastante pessoais. Uma senhora que por ali passava, parou, olhou atentamente cada fotografia, parou novamente, colocou os dedos no canto dos olhos e limpou as lágrimas que começaram a rolar, como mostra a imagem 2.



Imagem 2 – Fotografia de uma das pessoas que passou pela obra. Goiânia – GO. 2010.
Autoria: Ana Rita Vidica

⁸ Conceito criado por Marc Auge na obra “Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade” (1994).

⁹ Toma-se emprestado o termo “Galeria aberta”, nome de um projeto realizado em Goiânia, na década de 80, idealizado por PX Silveira e Kleber Adorno e realizado pela Secretaria de Cultura do Estado, que possibilitou a produção de painéis pintados em prédios da cidade por artistas goianos (FARIAS, 2005).

E com a voz trêmula disse: “Esse negócio mexeu comigo. Quando eu vim pra cá, a coisa que mais me impressionou foram estas calçadas largas.” E, também deixou registrado, no livro de Visitas, “Estas fotos trouxeram-me muitas recordações desse tempo tão feliz.”

Nesta mesma linha, do depoimento pessoal, Maria Olinda do Nascimento escreveu: “Me sinto como em 1950, com apenas cinco anos de idade, passeava pela avenida Goiás, brincando entre os canteiros pulando com meu cachorrinho “Bilú”. A avenida possuía muitos lotes vagos e grandes. Que saudade! Quem me dera, poder voltar ao passado, sem maldade e sem violência. Amei estas fotos”. E, ainda disse: ““Olha, voltei lá no passado...que saudade!”

Percebeu-se, também, que as fotografias serviram como referência para se ver a cidade no presente. Como expõe Lázaro Godêrio: “Este é um momento, adequado para a pessoa conhecer melhor como foi nossa cidade anteriormente”. E, esta fala é reforçada pela imagem 3, que mostra um dos visitantes da exposição tentando reconhecer o atual local através das fotografias.



Imagem 3 – Tentativa de localização. Goiânia – GO. 2010.
Autoria: Ana Rita Vidica

O espaço, antes uma calçada como outra qualquer, agora convertida em espaço de exposição, deixa de ser um espaço somente de passagem para ser também, um espaço de contemplação e promotor de socializações e de encontros entre moradores da cidade que não se conheciam, como mostra a imagem 4.



Imagem 4 - Um assunto comum entre estranhos. Goiânia – GO. 2010.
Autoria: Ana Rita Vidica

Houve depoimentos, pelas falas ou escritas no Livro de visitas, que mostram a satisfação e a surpresa de ver aquela exposição na rua e que permanecesse por mais tempo. Assim, verifica-se, um estranhamento inicial, inclusive a dúvida de parar ou não, mas um reconhecimento daquele espaço, embora público, a calçada, se convertendo em privado, como se fosse a sala de estar de qualquer um que passasse por ali, como coloca Patrícia da Veiga. “Passando apressada pela avenida Goiás, me deparei com uma casa. Uma casa no meio da rua, no meio das outras. Me senti em casa; quase tomei um café, parei para ver a rua, as ruas, a foto. Parei. Pela primeira vez ao longo do dia estava eu me sentindo em casa, ainda que estivesse, em verdade, na calçada larga em frete ao Grande Hotel! Essa foi a sensação que tive nesta exposição.”

Embora tenha havido esta grande aceitação, provocação de reflexões sobre a cidade no presente e deflagração de reminiscências do passado, houve, também, pessoas que nem notaram aquela mudança no local ou não tiveram interesse ou tempo de parar pra olhar e descobrir o que era aquilo.

Mesmo com a rejeição de alguns, verifica-se que as fotos são objetos culturais que armazenam memória, são instrumentos eficientes para a reconstrução e conhecimento do que se passou. Por meio delas, pode-se idealizar mentalmente e obter indícios concretos a respeito da realidade descrita.

A popularização da técnica fotográfica culminou em uma intensa revolução na memória dos grupos sociais, antes restrita à transmissão oral, formas textuais e pinturas. A história passou a ser contada também pelas imagens, que constituíam o meio mais eficaz de aprisionar e demonstrar as percepções do indivíduo, dando origem um vasto patrimônio iconográfico.

Nesse sentido, a fotografia é importante instrumento para o estudo do passado, por sua capacidade de mantê-lo em sua forma original. Para alguns autores, este aspecto é visto simbolicamente pelo viés da morte da realidade. Do ponto de vista de Dubois (2004), a técnica petrifica o real no momento do recorte, retirando-o do espaço e inscrevendo-o em uma temporalidade própria, o que atribui ao passado a característica de fixidez.

Para Kossoy (1998), esta petrificação da imagem fotográfica só existe até o momento da leitura da mesma, quando é involuntariamente desmaterializada pelo espectador. O autor destaca a foto como ponto de recordação e de construção de narrativas, citando as reações emocionais que a mesma provoca:

Apreciando essas imagens, “descongelam” momentaneamente seus conteúdos e contam a si mesmos e aos mais próximos suas histórias de vida. Acrescentando, omitindo ou alterando fatos e circunstâncias que advém de cada foto, o retratado ou retratista tem sempre, na imagem única ou no conjunto de imagens colecionadas, o “start” da lembrança, da recordação, ponto de partida, enfim, da narrativa dos fatos e emoções. (KOSSOY, 1998, p. 45).

O uso das imagens para a rememoração é uma prática recorrente. Segundo o autor, a reconstrução de cenas anteriores se dá a partir da análise da fotografia em suas múltiplas faces, em um processo que não se trata apenas do exame visual dos signos que compõem seu conteúdo, mas de um processo de estruturação de impressões mentais.

Assim, a intervenção proposta por Brunna reúne e promove a discussão destas relações entre fotografia e cidade, fotografia e memória e, assim, reflete sobre a cidade como um espaço de intervenção, apropriação e reinvenção.

Diante do exposto, percebe-se que, mesmo de uma forma tímida, a intervenção conseguiu suscitar reflexões e memórias acerca do espaço da cidade de Goiânia, fazendo uma relação com a sua possibilidade de “não-lugar”. E, também, questionamentos sobre o olhar cotidiano e cego pela grande quantidade de intervenções visuais já presentes. Além disso, verificou-se que não há um consenso sobre o conteúdo das fotografias e conjunto delas dentro do espaço, logo, constata-se que “a recepção da imagem fotográfica é um nó em que se cruzam fatores heterogêneos, que em sua maioria nos escapam.” (SCHAEFFER, 1996, p. 95)

e, “que incita em quem olha (a obra) o maior investimento possível de ordem poética e de ordem pessoal” (SOULAGES, 2010, p. 201).

Dessa forma, a recepção é múltipla e plural. O observador pode resignificar a obra e até pensá-la não como obra de arte. Logo, a arte urbana interroga “sobre as identidades e não sobre a identidade que se definem e redefinem no ambiente urbano” (PALLAMIN, 2000, p.18). E este ambiente é subtraído a suas conexões comunus, uma vez que, conforme Rancière, passa a ser

habitado por uma potência heterogênea, a potência de um pensamento que se tornou ele próprio estranho a si mesmo: produto idêntico ao não-produto, saber transformado em não-saber, logos idêntico a um pathos, intenção do inintencional etc (2005, p. 32).

Devido a essa heterogeneidade, a construção da intervenção “Lembrança e esquecimento: memórias de Goiânia” não finaliza na intenção da Brunna, como proponente da obra, mas se estende ao olhar dos outros, que é múltiplo e não direcionado. Nesse sentido, ela não se encerra na produção, mas é expandida e problematizada no processo de colocação das fotografias no espaço e na recepção do público, que se torna aberta, uma vez que não diz respeito somente ao conteúdo da obra ou das aproximações com os receptores, mas a ambos. Desta maneira, o receptor se torna a figura central da cultura em detrimento do culto ao autor (BOURRIAUD, 2009, p. 99). Isto porque o processo de produção caminha na direção de uma nova “partilha do sensível”¹⁰, ou seja, a dissolução das fronteiras¹¹ entre quem faz e quem recebe a obra. Logo, há o estabelecimento de uma nova relação entre o fazer e o ver.

Com isso, as denominações de “Arte Pública” ou “Arte Urbana” que promovem esta nova partilha do sensível, esta dissolução entre fazer e ver, esta relação do estético ao sócio-cultural, se fazem presente, uma vez que a paisagem urbana dialoga com suas propostas de mudança e com o olhar do público, que muitas vezes, fica absorto no cotidiano, impedindo que perceba, inclusive, as suas transformações.

¹⁰ Termo utilizado por Jacques Rancière (2006).

¹¹ Durante a pesquisa na Doutorado, pretende-se aprofundar nesta questão da dissolução das fronteiras, verificando como isso se opera no fazer artístico das intervenções urbanas que se utilizam da fotografia. E, em consequência a dissolução de outras dicotomias (pensar/fazer; mente/corpo; cultural/natural; produtor/receptor; real/ficcional; verdadeiro/falso; espaço externo /espaço interno; teoria/prática) a partir de conceitos como Rizoma de Deleuze e Guattari, Pensamento heterárquico de Kyriakos Kontopoulos, Dispositivo de Deleuze e Teoria Ator Rede de Bruno Latour.

Diante disso, é possível pensar em uma fotografia construída e contaminada¹² pela visualidade já existente no espaço urbano (publicidade, fachadas, letreiros, etc) e também “pelo olhar, pelo corpo, pela existência de seus autores” e assim, “concebida como ponto de intersecção entre as mais diversas modalidades artísticas, como o teatro, a literatura, a poesia e a própria fotografia tradicional” (CHIARELLI, 2002, p. 115).

Esta mistura, que se vale de diferentes meios e modalidades artísticas gera, portanto, uma incongruência conceitual, para Mitchell (p. 167, 2009) no que tange à fotografia como uma mídia visual. Ele admite que todas as mídias são mistas. Isto porque as obras de arte ao serem colocadas nas ruas aguçam os sentidos de maneira concomitante ou alternada, possibilitando relações de sinestesia, aninhamento e trançamento. Assim, por mais que uma obra tenha uma predominância da visão, a percepção, que se dá também pelos outros sentidos, não é pura em si.

Desta forma, a fotografia utilizada em projetos de intervenção, como este, está vinculada a outras linguagens, ao cotidiano, às vivências do artista e daquela pessoa que passa pelo local, havendo, com isso, uma mistura entre arte, vida e experiência e “como experiência, a arte é evidentemente uma parte de nossa vida, uma forma especialmente expressiva de nossa realidade, e não uma simples imitação fictícia dela”(SHUSTERMAN, 1998, p. 45).

E esta experiência, dada nesta intervenção urbana, por uma nova relação com a cidade, se torna também objeto de reflexão e transformação. Assim, a produção artística de intervenção nas ruas passa a atuar a partir de um processo de pós-produção, como esclarece Bourriaud (2009), à recorrência a formas já produzidas, a inscrição de obras ou produtos conhecidos em uma rede de signos e significados, o uso de elementos ou espaços cotidianos. O sentido das obras de arte nasce, em consequência, de uma colaboração, de uma negociação entre o artista e as pessoas que vem observá-la.

E esta observação se dá com os olhos, ouvidos, boca, mãos e nariz, ou seja, a mistura de sentidos dá continuidade à obra que se torna uma experiência vivida, um dispositivo formal que gera relações. Logo, a artista, que pode ser também espectadora e vice-versa, desprograma para reprogramar. A arte passa a ser uma manifestação da interpretação do mundo resultante da colaboração da artista com o observador, sendo, portanto, um produto coletivo. Logo, “os significados da arte urbana tem relação com a apropriação pela coletividade” (PALLAMIN, 2000, p. 19).

¹² Termo utilizado por Tadeu Chiarelli no texto “A fotografia contaminada”, presente no livro “Arte internacional brasileira”.

Com esta instalação na rua, a cidade se converteu em um museu a céu aberto, os pedestres em visitantes deste local, que habitualmente está entre quatro paredes, originando reações diversas, dentre elas a memória de tempos vividos, materializada por palavras, suspiros e lágrimas. Desta maneira, dando novos significados ao projeto e à própria cidade.

Outras questões podem ser levantadas e as respostas recebidas apontam caminhos possíveis para se refletir sobre a fotografia como arte pública, como objeto de deflagração de memórias e como produtora de conhecimento. Contudo, não são conclusões definitivas, principalmente pelo fato da cidade ser um “organismo vivo” e, em consequência, a obra também. E, como coloca Bourriaud (2009, p.105), hoje, “é preciso olhar bem” o que está na cidade, no nosso cotidiano, em nós mesmos e no outro, pois arte, fotografia e vida estão em constante diálogo e constroem nossas subjetividades, modos de ver, andar e o próprio estar no mundo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Pedro de. *Arte pública versus arte privada? Alteridades artísticas urbanas e Web 2.0*. In: *Arte Pública e Cidadania: novas leituras da cidade criativa*. Coleção: Pensar Arquitectura. Portugal, Editora Caleidoscópio, 2010. P. 44-67.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BRAGA, A.A.B. *Roland Barthes e a escritura: um olhar poético sobre o signo fotográfico*. Revista Studium n. 19, <http://www.studium.iar.unicamp.br/19/04.html>.
- BOURRIAUD, Nicolas. *Pós-produção - Como a arte reprograma o mundo contemporâneo*. São Paulo: Martins Fonte, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *The practice of everyday life*. Trad. S. Rendall. Berkeley: University of California Press, 1984.
- CHIARELLI, Tadeu. *A fotografia contaminada*. In: *Arte internacional brasileira*. São Paulo: Lemos Editorial, 2002.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- FARIAS, Sálvio Juliano Peixoto. *Galeria Aberta: uma história por múltiplos atores*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás: 2005.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia*. In: SAMAIN, Etienne. *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MITCHELL, W.J.T. Não existem mídias visuais. In: Diana Domingues (org.). *Arte, Ciência e Tecnologia – Passado, presente e desafios*. São Paulo: Ed. UNESP/Itaú Cultural, 2009, p. 167-178.

- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. Muros: não se vê com os olhos. *In: Paisagens urbanas*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- _____. Quadros mecânicos: fisionomias urbanas. *In: Paisagens urbanas*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- _____. *Intervenções urbanas: arte/cidade*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.
- SANTOS, Alexandre. *Da cidade como resposta à cidade como pergunta: a fotografia como dispositivo de representação / apresentação do espaço urbano*. In: A fotografia nos processos artísticos contemporâneos. Alexandre Santos e Maria Ivone dos Santos, Org. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura: Editora da UFRGS, 2004.
- SCHAEFFER, Jean-Marie. *A imagem precária: Sobre o dispositivo fotográfico*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- SHUSTERMAN, R. Arte e teoria entre a experiência e a prática. *In: Vivendo a arte: o pensamento pragmatista e a estética popular*. São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 21-57.
- SOULAGES, François. *Estética da fotografia: perda e permanência*. Editora SENAC, São Paulo, 2010.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

**ALÉM DA MINHA CABEÇA: CRUZAMENTO ENTRE
VÍDEO/INSTALAÇÃO/PERFORMANCE**

Anahy Jorge¹
anahymjorge@gmail.com

RESUMO: O presente artigo estuda processos artísticos que englobam em sua construção os conceitos de performance, de vídeo e de instalação, estabelecendo conexões com experiências oriundas de contextos *não ligados* (Marcel Jean) á arte. Nesse contexto transdisciplinar, arte e ciência se cruzam e passamos a inserir fenômenos (distúrbios, doenças) como imagens performáticas junto a outras imagens radiológicas e objetos. Esse campo viabiliza uma discussão sobre o conceito de espaço (dentro e fora) do corpo, e o cruzamento entre arte (vídeoinstalação e performance) e ciência. Nesse percurso, o processo histórico de construção da obra vídeo/performance/instalação de Anahy Jorge, *Além da minha cabeça*, será analisada.

PALAVRAS-CHAVE: Vídeo/Instalação; Performance; Disfunção.

ABSTRACT: This article explores artistic processes that include in their construction the concepts of performance, video and installation, making connections with experiences derived from unrelated contexts (Marcel Jean) to the art. In this context transdisciplinary art and science intersect and then we insert phenomena (disorders, diseases) such as images next to performing other radiological images and objects. This field enables a discussion of the concept of space (inside and outside) the body, and the intersection between art (video installation and performance) and science. Along the way, the historical process of the construction work video / performance / installation Anahy Jorge, *In my head*, will be analyzed.

KEYWORDS: Video/Performance/Installation; Performance; Dycfunction.

¹ Doutora em Estudos e Práticas das Artes (UQAM), Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais. Bolsista da CAPES entre 2004-2008.

1 Além da arte: assuntos não ligados e o contexto artístico

O presente artigo focaliza os processos artísticos, envolvendo as linguagens da performance, da instalação e do vídeo, desenvolvendo conexões com conteúdos considerados não ligados (JEAN, 2000), ou seja, que não servem a uma finalidade previsível dentro da obra. Segundo o autor, tais conhecimentos são de duas ordens: os conceituais e os que emergem juntamente com os materiais adotados pelo artista. São vários os conteúdos, emergindo todas as áreas, como (filosofia, psicanálise, ciências, tecnologias) determinando ou indicando o pensamento e a posição do artista frente determinados assuntos. Dentro do contexto das artes, esses conteúdos tornam-se um arcabouço individual de cada artista e colabora para dar sentido à obra criada. Elas constituem a base cultural segundo a qual os artistas constroem e impulsionam o processo de criação individual.

Na pesquisa artística, tais conteúdos não são considerados indispensáveis, mas, no entanto, ignorá-los provocaria um esvaziamento na obra. Eles foram determinantes e direcionaram os artistas em diversos momentos, tais como: os novos estudos da física sobre os fenômenos da luz e as experiências pictóricas dos artistas impressionistas; em outro momento, os artistas inseridos no movimento surrealista e os conteúdos advindos da área da psicanálise, em especial junto ao conceito de automatismo; a mesma influência se fez notar mais tarde junto à pintura expressionista americana e em alguns artistas contemporâneos como Louise Bourgeois; Duchamp e os futuristas exploraram os conceitos de relatividade do tempo; poderíamos mencionar ainda a relação cada vez mais frequente e profunda entre a arte e a filosofia; mais tarde, a escultura abstrata e os conteúdos advindos do campo da fenomenologia.

Na atualidade, observamos as intrincadas relações que os artistas empreendem junto ao contexto tecnológico, mais precisamente ao contexto da informação. Atualmente, multiplicam-se as técnicas e, ao mesmo tempo em que aumentam as novas possibilidades de se fazer arte. Nesse percurso junto ao contexto tecnológico, poderíamos dizer que tanto as novas descobertas tecnológicas são absorvidas quanto às antigas são reelaboradas. Um exemplo que permitirá visualizar essa aproximação entre arte e tecnologia é dado pela obra do sul coreano asiático Nan June Paik, com sua instalação *Participation TV*, um exemplo emblemático da utilização do objeto televisão em meados de 1963. Nesse trabalho, o artista envolve a participação do público permitindo distorções nas imagens televisionadas, modificando os campos magnéticos via a utilização de dois dispositivos, imãs e microfones. No segundo momento, quando antigos meios técnicos são apropriados, citamos a artista

goiana Ana Maria Pacheco que apresenta nas suas instalações, procedimentos tradicionais antigos como o entalhe em madeira, as técnicas barrocas de pintura, e as incrustações de olhos de vidro e dentes em suas esculturas figurativas entalhadas. Um exemplo clássico da apropriação de contextos processuais antigos da escultura barroca goiana através das obras de Veiga Valle.

Vamos encontrar relações semelhantes quando o cruzamento envolve artistas e conteúdos oriundos da ciência. Os conhecimentos em biologia, em neurologia ou em medicina se repercutem no interior das instalações, videoinstalações, performances enfraquecendo a separação entre arte e ciência. Nesse percurso, observa-se a participação importante de novos elementos como: os laboratórios, os exames médicos, as colaborações de cientistas, experiências com o corpo e as apropriações de elementos estranhos a contexto artístico. Como um atelier, onde o artista investiga novas formas e conhecimentos, o laboratório transforma-se em um lugar de investigação e criação de novos conhecimentos para o campo da arte. Nesse intercâmbio, a arte vai utilizar e explorar um elemento recorrente como interface: o corpo. Aqui nos lembramos dos conceitos de performance e *body art* onde o corpo passou a ser um material constitutivo da arte após um longo período em que provocou e foi explorado (como objeto de fascinação, de conhecimento e de experimentação) nas diversas linguagens tradicionais da arte. O que seria a performance? Segundo Cohen (1989), ela seria uma arte de fronteira, que em seu agir desagrega convenções e formas estéticas, somando em seu contexto outros aspectos oriundos das artes teatrais como o conceito de representação, do uso da convenção.

Ao assumir o seu próprio corpo como suporte, observamos que o artista realiza um desvio de atenção da *obra para o processo, da obra para o criador* (COHEN, 1989, p.15). Evidencia uma tomada de consciência do artista sobre si mesmo, como instrumento não somente de criação, mas como suporte. O processo assume lugar importante dentro da obra. Alguns artistas refletem o desejo que explorar o processo científico sobre seu próprio corpo através da invenção de diferentes exames experimentais, revelando conhecimentos paralelos a sua obra, envolvendo a colaboração de cientistas e aproveitando essas frentes de interação oferecidas pelos diversos elementos estranhos a arte. Um exemplo que permitirá discutir essa intercessão entre arte e ciência medical diz respeito ao vídeo da canadense Chantal duPont, *Du front tout le tour de la tête*. Nessa auto representação, a artista faz diferentes tomadas dos efeitos, transformações múltiplas, que o processo de radioterapia provoca em seu próprio corpo. A artista compartilha a sua experiência decorrente de um câncer sofrido, explorando ao mesmo tempo as dualidades vivenciadas: trágico e o lúdico, humor e sofrimento, vida e

morte. Utiliza o vídeo como meio de explorar tais imagens temporais de si mesma juntamente com outras imagens, trazendo para o presente todos os efeitos externamente perceptíveis e sofridos no corpo em meses de tratamento medical radioterápico.

O vídeo, médium e dispositivo espacial, tem a capacidade de inserir diversas imagens do passado em poucos minutos no presente. Ele possui a capacidade de trazer e montar todas as imagens passadas no presente através de modos de funcionamento próprios, possibilitando efeitos de afloramentos, de camadas e de deslizamentos de um tempo passado, relacionando e encrustando imagens no tempo. Com o vídeo, o passado torna-se presente. Por meio dessa capacidade encontrada no vídeo, Françoise Parfait (2001) explicará o conceito de *anamnese*: habilidade de avivar a memória. Para ela, o vídeo torna-se diferente da fotografia e do cinema, que mencionam sempre o passado.

Nessa intersecção entre arte e ciência medical, percebemos que as áreas envolvidas (arte e ciência) permanecem respeitando-se mutuamente. Observa-se que são resguardados as especificidades, as estruturas de conhecimento, procedimentos de trabalho, grupos de interesses, as normas específicas e métodos de disseminação são considerados distintamente. Essa separação permanece quando visualizamos como cada área visualiza a participação das dimensões da racionalidade, da intuição e da emoção (WILSON, 2007, p. 489). As áreas envolvidas possuem características intrínsecas diferentes em cada um dos aspectos salientados e a participação do contexto das ciências (medicais) não se adequará aos devaneios, emocionais ou conceituais possíveis de existir na arte. A ciência continuará como ciência.

No entanto, cada artista/criador inserido dentro desse contexto interdisciplinar dosará de forma diferente as intercessões possíveis. Nesse sentido, cada obra será única. Mas, podemos salientar que em todas as experiências realizadas artisticamente, seja com a ciência ou tecnologia, ou ambas (interfaces exploradas nas obras abordadas por esse artigo) elas participam do sentido da obra (JEAN, 2000). Nesses possíveis cruzamentos entre arte e conteúdos não ligados, como a ciência e a tecnologia, vamos observar que não se trata de querer conhecer e dominar todos os processos tecnológicos ou científicos, mas de querer estar permeável a todos eles.

2 Transdisciplinaridade: corpo/performance/distúrbio e vídeo

No contaminado campo da arte na contemporaneidade encontramos toda uma sorte de relações entres as disciplinas ditas artísticas, inter, pluri, trans. Essa confluência

emerge dentro do campo artístico como consequência de uma curiosidade em buscar aberturas e, conseqüentemente, uma descoberta de algo que existe entre as coisas, entre as relações (PALMADE, 1977) que escapam ao observador comum. Tratando os conteúdos artísticos como disciplinas, diríamos que a interdisciplinaridade vai colocar em contato disciplinas (no nosso caso, linguagens artísticas) que possuem suas características próprias (métodos, conceitos, dados e termos) diante de outras que possuem, por conseguinte as suas. Por sua vez, a pluridisciplinaridade se resume a uma convergência a um mesmo resultado por diferentes disciplinas. Por outro lado, a transdisciplinaridade vai contrabandear conteúdos de diversas áreas tornando possível a realização de um axioma comum a todas. Assim vamos ter nesse campo movimentado das linguagens contemporâneas diversas formas de relacionar disciplinas, conceitos, linguagens artísticas. Obras vão emergir contaminadas, atingindo e transgredindo os limites de suas próprias bases, exercendo o direito de experimentar constantemente novas abordagens. Assim, vamos observar que o conceito de transdisciplinaridade será o que vai melhor conduzir o contexto contemporâneo quando elementos tão dispares, abordando todas as nossas percepções físicas como visão (cores luzes), audição (som, música), tato, olfato, trazendo todo um conceito de corpo para o trabalho.

Nessa proximidade entre diversas linguagens (performance, instalação, escultura, vídeo), similares ou diferentes, aparecem diversas formas de relações. Em cada encontro, as coisas se comportam de forma diferente segundo a vontade do artista. Nesse sentido, eles mixam suas obras, realizando o que Edgar Morin (PETRAGLIA, sd) menciona a forma livre de contrabandear saberes, trazendo conteúdos de diversas áreas promovendo diálogos entre as ciências.

Nesse sentido, a transdisciplinaridade tornou-se objeto de estudo de alguns autores (NORONHA, 2007 b) e as operações escolhidas pelo artista no transcorrer do processo poético aponta a existência de *conceitos operadores de obras e processos artísticos* oriundos de um contexto mais amplo do que foi particularmente realizado ao nível técnico. Segundo o mesmo autor (2005), a obra passa a ser envolvida e impulsionada por uma teia de valores elaborada por ela mesma. A teoria Interartes vai designar três formas de se pensar esse cruzamento entre as linguagens artísticas: assinalará o conceito de *Fusão* quando a obra deixa de ser suas partes integrantes, deixando de ter suas especificidades claras gerando outra forma, uma obra total; a *diferenciação* quando a obra apresenta relações com as suas diferentes origens, seus múltiplos olhares disciplinares; *intervalo*, a obra se apresenta no

caminho, numa condição de fronteira, num vai e vem, determinando, um resultado de análise que está no entre, além do arcabouço teórico apreendido.

Mencionamos anteriormente que diversos conhecimentos vibram dentro das propostas artísticas, oriundas segundo Marcel Jean (1998) de saberes conceituais e propagadas pela dimensão material da obra. Dessa forma, um conjunto de assuntos participa do processo artístico viabilizando a origem e razão de ser da obra. Nesse sentido, objetivamos focalizar no cruzamento da obra *Além da minha cabeça* (Ilustração III), a presença não somente as linguagens artísticas (vídeo/performance/instalação) como a intercessão com a ciência medical (assuntos não ligados). Nesse contexto híbrido, onde a artista Anahy Jorge insere como base das imagens de suas experiências com as disfunções cerebrais (inicialmente detectadas como crises de epilepsia) ao contexto da obra.

3 Descrição da obra *Além da minha cabeça*, versão 2008

A obra intitulada *Além da minha cabeça* (versão 2008) poderia ser definida como uma vídeo/performance/instalação. Ela possui duas grandes projeções em vídeos, parte imaterial, mais de trezentas cabeças de bonecas² em porcelana dispersas no chão e outras trezentas fixadas na parede lateral da sala de exposição da Galeria Art Mur, localizada na cidade de Montréal, Canadá. Em relação aos dois agrupamentos de objetos (parte material da obra) inseridos no chão e na parede, podemos observar que oferecem um sentido de continuação entre a horizontalidade e verticalidade do espaço arquitetônico da galeria. Em relação aos objetos fixados na parede, percebe-se uma simulação de um giro rotatório imaginário no interior da parede, como se o objeto/cabeça girasse verticalmente dentro de um espaço para além da parede física da galeria. No chão da galeria encontramos os objetos aleatoriamente espalhados.

Desse conjunto, os dois vídeos estão projetados em duas áreas distintas e interligados, próximos, como um grande L. O primeiro constitui de tomadas próximas do conjunto escultórico das bonecas em porcelana dispersas pelo chão e a ação de uma mão (não identificada) que desloca incessantemente cada peça de lugar. Cria-se uma relação entre os objetos imóveis no centro do espaço e os objetos em movimento no vídeo. Cria-se um espaço, virtual, criando ao mesmo tempo, um diálogo e uma simulação de movimento diante da

² Foram realizado para esse trabalho um conjunto de quatrocentos objetos reproduzidos em porcelana branca, confeccionados a partir de uma cabeça de boneca de porcelana comum. Outro conjunto de objetos está fixado na parede lateral e forma moldada de partes da mesma cabeça de boneca, dando uma aparência de fragmentos colados na superfície branca e emergindo da parede da galeria.

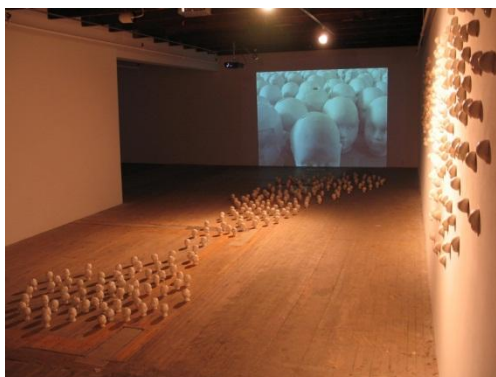
disposição e situação de imobilidade ali existente. Esse vídeo é criado a partir das mesmas peças dispersas no espaço da galeria. O segundo vídeo está projetado em uma pequena peça adjacente, recuado no espaço, apresentando a imagem do rosto da própria artista em movimento constante giratório diante da câmara. Um dos elementos do trabalho em questão consiste de uma série de tomadas construídas em três minutos repetidos infinitamente, ou seja, *em boucle*.

Essa vídeo/performance/instalação da artista, constitui de espaços (salas físicas e espaços virtuais) e tempos (presente e o tempo de cada vídeo) inseridos no espaço físico da instalação. Existem diferentes espécies de espaços, *e viver é passar de um espaço a outro, tentando não se bater um no outro* (PEREC, 2000, p.15). Segundo o autor, nós podemos passar de um espaço a outro, pois vivemos e nos locomovemos dentro de um determinado espaço: a folha, a cama, o quarto, o apartamento, a construção, a rua, o quarteirão, a cidade, o campo, o país. Todos constituem de espaços externos, onde nossas atividades são desenvolvidas. O espaço mencionado dentro da instalação *Além da minha cabeça* traz uma outra conotação: de interno. Não aquele dos sonhos, das abstrações, mas, aquele que fisicamente levamos conosco, o desconhecido. Fala daquilo que não é visto, somente é sentido. Tais imagens, tomadas de forma real, foram inseridas no contexto temporal do vídeo/performance trazendo outro tempo e outro espaço para a obra. Para considerar o espaço interno mencionado pela performance, é preciso considerar a hipótese das diversas espécies de espaços, não somente externos mas aqueles localizados em dimensões internas ao corpo discutindo contextos diferentes e imateriais.

O conceito de espaço é discutido junto a outro elemento importante: a cabeça. Em ambos os vídeos e em todos os objetos em porcelana predomina um mesmo elemento: a cabeça. Não se menciona uma fisicalidade interna da cabeça, mas um conceito de imaterialidade e espiritualidade que alguns autores sempre indicam junto ao elemento cabeça (SIMMEL, 1988). Algo que vai para além de nossa fisicalidade, que permeia outros sentidos, outras percepções. O conceito de um fora que se relaciona com um dentro vai discutir outros espaços existentes na obra, apresentando outras formas de estudar a questão espacial. O espaço interno se interliga com os diversos espaços externos compreendidos pela sala da galeria. Em meio aos espaços existentes, a instalação apresenta uma ausência de som. Além das imagens em movimento, vamos observar a artista balbuciar algo. Nesses momentos, apareciam duas únicas frases escritas na parte inferior do vídeo: *Eu me chamo Anahy Jorge e Eu sou epiléptica*.

4 Processo de construção da vídeo/performance *Além da minha cabeça*

Para compreender a obra acabada se faz necessário, visualizar o seu processo, a sua história. A primeira etapa da construção do primeiro vídeo/performance da obra *Além da minha cabeça* (Ilustração I) constituiu da captação das imagens oriundas de uma performance, ou ação, onde a artista faz algumas experiências diante da câmara sentada em uma cadeira giratória. Nesses momentos, a artista impulsiona com os pés em um giro constante, com uma rapidez moderada, sem precipitação, e de forma cadenciada a cadeira onde esta sentada. Em raros momentos a câmara captou seu olhar, predominava um girar constante de uma cabeça sempre abaixada, talvez voltada para um mundo de sensações internas. Os braços estavam sempre em contato com as laterais do corpo, em momentos intermitentes a mão direita buscava o mesmo ponto: base do crânio, lado posterior, pressionando insistentemente. De tempos em tempos o rosto se levantava, mostrando um olhar vago, ligeiro sorriso nos lábios.



Além da minha cabeça, Montréal 2008.

As mãos se moviam mecanicamente buscando certo ponto do couro cabeludo, junto ao início do pescoço. Segundo a artista, os dedos que apertavam insistentemente a mesma região provocavam internamente uma ardência interrupta, constante. De forma cadenciada, o mesmo processo se repetia de tempos em tempos. Nesse processo, o fora se conectava com o dentro e, em questões de segundos, certo torpor se irradiava do dentro criando um estado de semiconsciência, um espaço de alteração onde não se discernia o que se passava exatamente no exterior. O processo se repetia inúmeras vezes diante da mesma câmara fixa, impassível no alto de um tripé, cujo ângulo de visão somente captava a parte superior do corpo, ombros e cabeça. Outras imagens fizeram parte da construção do vídeo, uma série de imagens do interior do cérebro, provenientes de um exame de ressonância realizado pela artista durante a averiguação das causas das ardências, no departamento de radiologia (Hospital Saint Luc, Montreal). Essa documentação medical (dentre as inúmeras realizadas), componente científico do processo, foi produzida logo após a execução dessas

massagens performáticas. O resultado da ressonância foi conhecido posteriormente, anomalia com EEG, disfunção.

Tais tomadas do corpo em giro constante e as imagens fixas dos exames radiológicos constituíram a base de imagens que comporiam a vídeo/performance/instalação *Além da minha cabeça*. Os outros elementos constituem-se de objetos em porcelana e em argila moldados a partir de um molde de cabeça de uma boneca. Em cada desses objetos, foi inserida a imagem do código de barra. Esse elemento traz uma conotação de serialidade demarcada pela presença dos objetos confeccionados pela produção de moldagem.

O processo criativo constitui de um território compartilhado onde entrecruzam formas distintas de produção. Aqui, surge a ressonância magnética, exame medical, potencializando para o real uma série de tomadas virtuais de um comportamento interno do corpo físico, desconhecido pela artista. Uma série de cem imagens internas do cérebro foi inserida na montagem do vídeo encadeando um movimento contínuo, sobrepondo e incrustando as imagens. Graças ao efeito *anamnese*, o dentro e o fora do corpo se justapunham numa linha do tempo (montagem do vídeo) onde se tornava possível visualizar os efeitos da performance dentro do próprio corpo.

Podemos visualizar aqui uma simultaneidade de tempo (tempo da performance, tempo interno do corpo, tempo externo da instalação) e uma heterogeneidade de espaços (espaço externo, espaço corpo, espaço cérebro). Na ilustração II, observamos os vestígios de um processo, desencadeado por uma série de induções físicas, captados por processos laboratoriais neurológicos, repercutindo dentro da obra de forma tanto plásticas quanto conceitual. A inclusão desses elementos visuais demonstra que, em alguns momentos, desvanece a separação entre arte e ciência. A interface entre esses domínios de conhecimento se aprofundam apontando uma interação cada vez mais corrente da ciência no cotidiano das pessoas, *alargando as noções básicas sobre a natureza do tempo, do espaço, do universo, da vida e da consciência* (WILSON, 2000).



Imagem da Ressonância magnética



Além da minha cabeça – Vídeo I

5 Além da minha cabeça – conclusões

Poeticamente, se instala uma discussão sobre distúrbios corporais como componentes a uma proposta de vídeo-performance. Voltando a obra citada, *Além da minha cabeça*, não poderíamos afirmar que seria uma ação de representação, performática, mas uma ação híbrida provocada pela ação de distúrbios advindos de um mundo interno. O corpo como objeto de fascinação, de experimentação e de conhecimento sempre pontuou a história da arte. Inserida ao conceito de performance, o corpo desenvolverá um papel de suporte artístico. Traz outro aspecto importante, traz o domínio da vida sobre a arte. A performance torna presente a ação ao se aliar ao contexto do agora, ao domínio de efêmero. Em *Além da minha cabeça*, a construção do vídeo/performance desarticulou o conceito tradicional de performance como representação de uma ação, tornou-se vida ao trazer o contexto do distúrbio. Não poderíamos designar como representativo algo que não ofereceu ao artista um domínio completo. Nesse momento, a artista questiona o conceito de performance.

Entre os dois conceitos, vídeo/performance, podemos mencionar que houve um deslocamento entre o conceito de performance para o contexto de vídeo, um deslocamento

entre ambas as linguagens. Ainda analisando a obra, visualizamos uma dinâmica entre os vários componentes, vídeos, objetos e público. O espectador se movimenta em torno dos objetos objetivando um domínio maior sobre a obra, o conceito de teatro aí emerge pela primeira vez. Ao se deparar diante das duas vídeo projeções, esse conceito se intensifica um pouco mais. O espectador se vê diante de duas janelas que são quase como duas cenas a serem vistas e compreendidas. A noção de teatro fica cada vez mais evidenciada quando percebemos que uma separação entre o público e a cena existe. Existe um cruzamento entre as projeções e os objetos em porcelana espalhado ao chão.

Assim, o presente estudo estabelece uma discussão que vai rumo a intercessões de disciplinas pertinentes ao artístico onde o conceito de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade serão importantes. Ou seja, visa perceber como o contexto da arte (contemporânea) se imbrica com outros contextos externos ao seu domínio. Os processos artísticos passam a não pautar por um caminho processual fechado, mas por uma estrutura não linear, processual, aberta a colaborações advindas de outros contextos, sujeita a uma experiência baseada na máquina e, muitas vezes, sem uma intenção artística autoral. Nesse sentido a participação de um maquinário laboratorial, autônomo, constitui de um importante dado para a credibilidade na obra.

REFERÊNCIAS

- BROECKMANN, Andreas. Imagem, processo, performance, máquina: aspectos de uma estética do maquínico. São Paulo: Editora Unesp. 261-272 p.
- COHEN, Renato. Performance como linguagem. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.
- DURAND, Régis. Événements de l'espace, sculptures du temps. In : Le regard pensif. Paris: La différence, 1981. 111-151 p.
- HUCHET, Stéphane. A instalação em situação . In: Concepções contemporâneas da arte. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 46-6 p.
- JEAN, Marcel. Création, créativité, expression . In : La création artistique à l'Université : actes du colloque de la Commission de la recherche de l'Université Laval. Québec: Université Laval, 2000. 10 p.
- MÉREDIEU, Florence de. Histoire matérielle et immatérielle de l'art moderne. Paris: Bordas Cultures, 1994. 406 p.
- NORONHA, Márcio. Performance e audiovisual: conceito e experimento interartístico e intercultural na contemporaneidade. ANPUH / RJ, Encontro Regional de História.

PALMADE, Guy. De L'interdisciplinarité en général dans Interdisciplinarité et idéologies. Paris: Éditions Anthropos, 1977.

PARFAIT, Françoise. Vidéo, un art contemporain. France: Éditions du regard, 2001. 366 p.

PEREC, Georges. Espèces d'espaces. Paris: Galilée, 2000. 182 p.

PETRAGLIA, Izabel. Edgar Morin: Complexidade, transdisciplinaridade e incerteza. In: http://www4.uninove.br/grupec/EdgarMorin_Complexidade.htm

SIMMEL, Georg. La signification esthétique du visage . In : La tragédie de la culture. Paris: Petite Bibliothèque Rivages, 1998. 137-144 p.

WILSON, Stephen. , Ciência e Arte – Olhando para trás/olhando para a frente. In Arte, Ciência e tecnologia. Passado, presente e desafios. São Paulo: Editora Unesp, 489-498 p.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

SINDICALISMO EM JOÃO BERNARDO

André Luiz dos Santos Vargas¹
andreluiz_vargas@hotmail.com

RESUMO: João Bernardo faz uma análise teórica sobre casos empíricos dos sindicatos burocratizados como instituições reguladoras do capitalismo. Outros autores já levantaram hipóteses como essa, mas sua originalidade está na compreensão dos sindicatos e dos sindicalistas pela tese dos *gestores* como classe dominante capitalista, sobretudo no pós-1945. Sindicalistas como gestores, ou seja, como responsáveis pela coordenação do processo produtivo, da expropriação e divisão coletiva de mais-valia e reguladores do mercado de trabalho. Os sindicatos como instituição e os sindicalistas como gestores encontram-se assim em antagonismo com a classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo; Gestores; Capitalismo Sindical.

ABSTRACT: João Bernardo makes a theoretical review over empirical facts of bureaucratized trade unions as capitalist institutions. Other authors have already made hypotheses like this but the originality of João Bernardo's work is considering unions and unionists as *managers*, a dominant capitalist social class especially after the World War II. Unionists as managers, in other words, as responsible for coordinating the production procedure and for expropriation and collective partition of surplus value and responsible for regulating the labour market. Thus unions as institutions and unionists as managers are antagonists to the working class.

KEYWORDS: Unionism; Managers; Unionist Capitalism.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás; bolsista Capes.

“Mas não se julgue que uma organização deste tipo [livre associação entre trabalhadores] possa improvisar-se facilmente.” Louis-Eugène Varlin, 1870

João Bernardo escreve em fins da década de 1980 o livro “Capital, Sindicato, Gestores” baseado em fatos recentes em vários países relacionados às práticas sindicais. Em 2008, ao lado do advogado trabalhista Luciano Pereira, escreve “Capitalismo Sindical” mantendo-se a lógica geral da análise e fundamentando-se nos presentes fatos do sindicalismo brasileiro e mundial, mostrando por meio de várias notícias uma tendência global na organização e funções econômica e social dos sindicatos burocratizados.

No primeiro livro João Bernardo prefacia sua perspectiva teórica peculiar, ao se considerar as partes envolvidas na relação social de produção capitalista, enfatizando o papel do controle, coordenação e gestão do capital: “Antes de mais nada, o capital é (...) entendido como uma relação social, em que assume particular importância o problema do controle exercido sobre os meios de produção e da gestão dos processos econômicos” (BERNARDO, 1987, p.9). Aqui anuncia a problemática central de sua teoria dos gestores, que trarei mais adiante.

Na introdução o autor escreve:

“Serão certamente raros, nos nossos dias, os trabalhadores que considerem os sindicatos como instituições destinadas a derrubar o capitalismo. Os próprios dirigentes sindicais não se apresentam, nem sequer nos seus objetivos últimos, como visando pôr em causa este modo de produção, mas procurando apenas introduzir-lhe modificações que, na melhor das hipóteses, aumentam os salários, diminuem o desemprego, melhorem as condições de trabalho. Por isso mesmo, sempre que se desenvolvem lutas, as direções sindicais procuram contê-las em limites aceitáveis pelo patronato, para que as negociações possam prosseguir. Negociar é a função dos dirigentes sindicais e o capitalismo é, talvez, capaz de negociar tudo, exceto, evidentemente, o seu próprio fim. Enquanto mantêm a luta dentro dos limites do negociável os sindicatos são uma instituição que perpetua o capitalismo” (BERNARDO, 1987, p. 13).

Aqui se colocam importantes problemas comuns às análises do sindicalismo burocratizado, centrando-se no seu caráter não-revolucionário (e por que não antirrevolucionário?) e no papel das negociações lideradas pelos dirigentes sindicais: o sindicato aparece como uma instituição capitalista, em uma leitura teórica que seria facilmente adjetivada pejorativamente de “militante” por acadêmicos mais conservadores, não fosse a posterior demonstração do rol heurístico do autor. João Bernardo não foi o primeiro a ter essa hipótese. Desde o século XIX anarquistas e adeptos do sindicalismo revolucionário estabeleciam críticas parecidas, como por exemplo, o francês Louis-Eugène Varlin. Marxistas conselhistas também desenvolveram análises nesse campo, como é o caso de Anton

Pannekoek. No Brasil, Maurício Tragtenberg desenvolveu importantes estudos sobre esse tema, sendo um importante interlocutor de João Bernardo para sua teoria dos gestores.

Anton Pannekoek já escrevia nas décadas de 1920 e 1930 sobre a “força contra-revolucionária” dos sindicatos. Em uma época em que, segundo a ideia de João Bernardo os gestores ainda não eram classe dominante globalmente, o marxista neerlandês já fazia suas críticas às organizações sindicais². O cariz reformista dos sindicatos é denunciado, aproximando-os mais aos capitalistas e ao Estado que aos interesses dos trabalhadores. Quanto ao papel da negociação, praticamente monopolizado pelas direções sindicais, Pannekoek também escreveu:

“Os sindicalizados protestam contra os novos níveis de salários, sempre favoráveis aos patrões; os delegados defendem os acordos a que chegaram depois de longas e difíceis negociações e tentam fazê-los ratificar. Assim, devem por vezes servir de porta-voz dos interesses do Capital contra os dos operários. E, porque são os dirigentes influentes dos sindicatos e põem todo o peso do seu poder e autoridade dum lado, bem determinado, da balança, pode dizer-se que, nas suas mãos, os sindicatos se transformam em órgãos do Capital” (PANNEKOEK, O Sindicalismo. In.: A Luta Operária).

Parecem concordar quanto ao aspecto institucional dos sindicatos como mediadores no conflito de classes, tendo as negociações a função de trazer mudanças exigidas mas sem ameaçar os interesses dos capitalistas. Os sindicatos assim são instrumentos do próprio capitalismo e acabam servindo mais aos patrões que aos trabalhadores. As críticas ao sindicalismo burocratizado seguem a mesma lógica das críticas aos partidos, tomados como reformistas dentro do modo de produção capitalista. Em geral, são as mesmas críticas a todas as instituições capitalistas. João Bernardo inova ao trabalhar essa hipótese pela perspectiva da sua tese dos gestores como classe capitalista, depois de 1945 autônoma e dominante à burguesia; os gestores como responsáveis pelo controle e coordenação do processo produtivo e expropriação coletiva de mais-valia.

² “Em período de capitalismo desenvolvido e ainda mais na época imperialista, estes sindicatos transformaram-se cada vez mais em ligas gigantes que apresentam as mesmas tendências evolutivas já determinadas no corpo do próprio Estado. Formou-se neles uma classe de funcionários, uma burocracia que dispõe de todos os meios de poder e organização: dinheiro, imprensa, nomeação dos funcionários subalternos...E os sindicatos correspondem também ao Estado e respectiva burocracia pois, apesar da democracia que aí reina, os seus membros não são capazes de fazer valer a sua vontade contra a burocracia; qualquer rebelião, antes mesmo de poder abalar as cúpulas, destrói-se contra o aparelho artificial dos regulamentos e dos estatutos. Só por uma tenacidade obstinada uma oposição logra, por vezes, ao fim de anos, obter um sucesso modesto que se limita no máximo a uma mudança de pessoas. Foi por isso que nos últimos anos, tanto antes como depois da guerra, na Inglaterra, na Alemanha e na América tiveram lugar com frequência revoltas de sindicalizados que entraram em greve por sua própria iniciativa, contra a vontade dos chefes ou decisões das próprias ligas” In.: A Força Contra-Revolucionária dos Sindicatos, 1920.

Gestores

A teoria de João Bernardo sobre os gestores é essencial em sua obra e é sua perspectiva original para análise do sindicalismo burocratizado. Os gestores são uma classe social capitalista, antagônica aos trabalhadores mas independente da classe burguesa. O autor sai, portanto, da separação tradicional entre burguesia e proletariado, apenas. Os gestores aqui também não são apenas o “ramo burocratizado da burguesia” como pretendem outros pensadores marxistas, mas uma classe com estatuto próprio que o defina como tal.

O capitalismo é um sistema econômico necessariamente integrado e “pelos mecanismos da mais-valia relativa nos apercebemos que o capitalismo é uma relação social globalizada” (BERNARDO, 1991, 155). No modelo do autor a integração econômica pressupõe diferenciação recíproca dos processos de produção, diferentemente do modelo de Marx. A hierarquização é como a integração se realiza, entre Condições Gerais de Produção (CGP) e Unidades de Produção Particularizadas (UPP):

A estes processos fundamentais, necessários à integração das unidades econômicas no nível da própria atividade produtora, chamo Condições Gerais de Produção (CGP). Não deve entender-se aqui produção num sentido meramente técnico, mas em toda a sua amplitude social. As CGP não se limitam ao que geralmente se denomina ‘infra-estruturas’, mas cobrem todo o campo da tecnologia, que defino como aquele em que as relações sociais de produção se articulam com a sua realização material. As técnicas são esta realização estritamente material e na tecnologia concebe-se a articulação das técnicas com a sociedade” (BERNARDO, 1991, p. 158).

Como CGP, incluem-se as atividades produtivas com capacidade de integração do capitalismo e reprodução do capital por extração de mais-valia relativa. Divididas em vários tipos temos como CGP as infra-estruturas (educação, transporte, saúde e sanitário, coleta de lixo, comunicação etc.), centros de pesquisa e veiculação de informações, instituições repressoras como a polícia e forças armadas, publicidade etc. Em suma, são CGP as atividades essenciais para produção e reprodução da força de trabalho, deixando os trabalhadores afastados da organização do processo produtivo; as CGP são as responsáveis pela integração no capitalismo de forma a se realizar a mais-valia.

Se há o conceito que define os processos essenciais de integração do capitalismo (CGP), há o conceito que define as unidades produtivas que não realizam a função integradora: as Unidades de Produção Particularizada (UPP):

“Àquelas unidades que não desempenham qualquer função de CGP, denomino Unidades de Produção Particularizadas (UPP). Considero-as particularizadas

porque, servindo o seu output de input a um número reduzido de outros processos, não desempenham funções básicas nem centrais na propagação dos aumentos de produtividade. Enquanto as CGP iniciam a generalidade das remodelações tecnológicas e dão aos seus efeitos o âmbito mais vasto possível, cada UPP limita-se a veicular tais efeitos ao longo da linha de produção em que diretamente se insere, e dessa apenas” (BERNARDO, 1991, p. 158).

Deste modo ficam definidas as diferenças e as características de cada processo de produção no capitalismo, faltando as definições de classes e como se diferenciam as classes burguesa e gestorial:

“O sistema de integração hierarquizada de processos produtivos, com a superestrutura política que lhe corresponde, pressupõe que no interior do grupo social dos capitalistas se distingam a particularização e a integração (...) Defino a burguesia em função do funcionamento de cada unidade econômica enquanto unidade particularizada. Defino gestores em função do funcionamento das unidades econômicas enquanto unidades em relação com o processo global. Ambas são classes capitalistas porque se apropriam da mais-valia e controlam e organizam os processos de trabalho. Encontram-se, assim, do mesmo lado na exploração, em comum antagonismo com a classe dos trabalhadores. As classes sociais não são possíveis de definições substantivas, mas apenas relacionais” (BERNARDO, 1991, p. 202).

Assim, essas duas classes capitalistas diferenciam-se entre si por quatro pontos fundamentais: as funções que desempenham no modo de produção; suas superestruturas jurídicas e ideológicas correspondentes; suas diferentes origens históricas; e seus diferentes desenvolvimentos históricos. As esferas de ação da burguesia e dos gestores não devem ser correspondidas em uma definição simplificada entre UPP e CGP ou entre Estado Amplo (constituído pelos mecanismos da produção de mais-valia; pelos processos que asseguram aos capitalistas a reprodução da exploração) e Estado Restrito (em sentido reduzido, ao sistema de poderes classicamente definido – judiciário, executivo e legislativo). Define-se, entretanto, ao caráter ideológico de cada uma: o privatista ou a particularização com a burguesia e a integração com os gestores³. Na terminologia de João Bernardo “a organização dos processos de trabalho e dos demais aspectos da vida econômica não é sinônimo de gestão. A gestão caracteriza aqui apenas a organização de atividades em função de seu caráter integrado” (BERNARDO, 1991, 203).

Por linhas gerais, definiu assim os gestores como classe social autônoma em relação à burguesia, deixando claro o aspecto relacional das classes – as duas classes capitalistas em antagonismo com a classe trabalhadora, não podendo definir uma sem a outra separadamente, apenas em suas relações de antagonismo. Por essa perspectiva, entende-se

³ Não há capitalismo desenvolvido se não houver integração, portanto não devendo haver isolamento. Mesmo as UPP tendo sido campos de predominância burguesa, seu âmbito obrigatoriamente relacional com outros processos produtivos são campos de experiência de gestores.

também o capital como relação social: “O capital não é dinheiro, nem ações, nem quaisquer outros títulos de propriedade, nem instituições ou máquinas. Nada disso é capital; quando muito, são símbolos ou expressões do capital” (BERNARDO, 1987, p. 52). Tudo isso só pode ser considerado capital quando os trabalhadores se comportam como proletários, ou seja, o capital é fundamentalmente uma relação social: “Conseguir enquadrar a força de trabalho num sistema em que se lhe extorque mais-valia, conseguir controla-la durante esse processo de produção – isso é o capital” (BERNARDO, 1987, p. 53).

Historicamente a integração econômica prevaleceu sobre o caráter particularizado de cada unidade produtiva e a burguesia declinou, sendo assim os gestores como a mais importante classe capitalista. Levando toda essa análise ao estudo do sindicalismo, João Bernardo afirma o que está colocado como introdução, sobre a ação perpetuadora do capitalismo quando os sindicatos enquadram as lutas dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista. Afirmando que os sindicatos são instituições perpetuadoras do capitalismo, o autor vai começar os seus argumentos baseados em eventos para provar a ação de gestores nos meios sindicais, sendo as negociações a ligação mais direta entre a direção sindical e os patrões, ficando os trabalhadores alheios às decisões mais importantes. Seguindo a introdução:

“(…) Assim os dirigentes sindicais aparecem, no contexto global do capitalismo, como gestores do mercado de trabalho; ou seja, integram-se nas classes capitalistas que em conjunto organizam o processo de exploração dos trabalhadores e gerem o seu funcionamento” (BERNARDO, 1987, p. 14) .

Como organizadores do mercado de trabalho fica até evidente que os sindicatos exercem função de CGP no capitalismo. Além de gestores da força de trabalho, o autor demonstrará como os sindicatos exercem função de verdadeiros patrões capitalistas e acabam por confundir os interesses dos trabalhadores com os da empresa onde trabalham. Aponta-se aqui o que dirá mais adiante sobre a fragmentação e heteroorganização da classe operária paralelamente à coesão mais forte dos capitalistas. Comparando com as conclusões de Pannekoek sobre o “parentesco” entre ligas sindicais e o organismo de Estado, notadamente capitalista, em que se acusa a sabotagem de reivindicações dos trabalhadores:

“Os funcionários sindicais estão de acordo com os funcionários de Estado, não somente na medida em que, pelo seu poder mantêm os proletários para lucro da burguesia, mas também porque a sua política tende cada vez mais a enganar as massas por meios demagógicos e a ganhá-las unicamente em vista do seu acordo com os capitalistas” (PANNEKOEK, 1920).

O capitalismo dos sindicatos

Nos dois livros dedicados ao estudo sobre o sindicalismo, João Bernardo formula seus argumentos tomando como base casos em vários países envolvendo as relações sindicais e empresariais, noticiadas principalmente em notícias jornalísticas. Analisa as diferentes relações das diretorias sindicais com empresas e com os governos, de maneira a concluir uma lógica mais geral do desenvolvimento do capitalismo nos sindicatos. No primeiro livro cita as experiências históricas em países industrializados na esfera de influência norte-americana em período de Guerra Fria.

Na República Federal da Alemanha houve os casos de intervenção dos sindicatos na administração das empresas e casos em que os próprios sindicatos são proprietários exclusivos das companhias. Por exemplo, a central sindical DGB (Deutscher Gewerkschaftsbund) formou em 1974 uma *holding*, a BGAG (Beteiligungsgesellschaft für Gemeinwirtschaft AG), sendo os sindicatos os principais acionistas, com os administradores indicados pelas próprias direções sindicais. Seus lucros chegaram a 5,4 bilhões em 1977 e mais de 40.000 assalariados em 1982 (BERNARDO, 1987, p. 18). Em Israel os sindicatos são o reforço do papel patronal do Estado, com protagonismo da Histadrut (Federação Geral do Trabalho). Na Suécia, também com a realidade dos anos 1970 e 1980, os sindicatos administram fundos e ações de empresas nas quais seus próprios sindicalizados trabalham.

O caso dos Estados Unidos é tratado em mais páginas, sendo considerado de tipo peculiar e com características interessantes que demonstram as relações capitalistas inerentes aos próprios sindicatos, que são nesse país instituições altamente burocratizadas, servindo como alternativa às restantes instituições estatais na intervenção econômica direta. São delineadas novas funções patronais: sindicatos como proprietários capitalistas na forma clássica⁴; sindicatos como acionistas de grandes empresas, principalmente as empresas que empregam seus trabalhadores sindicalizados; e o “pension-fund socialism” (“socialismo do fundo de pensões”): o gerenciamento de fundo de pensões pelos sindicatos, os quais chegavam a controlar 50% dos títulos das companhias no setor industrial dos EUA (BERNARDO, 1987, p. 24).

Nesses casos incluem-se os sindicatos controlados pelo crime organizado: o *gangsterismo*. Os fundos dos sindicatos nesse tipo de relação são usados para financiar

⁴ A United Mine Workers of America (UMWA), existente desde 1890, é proprietária do National Bank of Washington (BERNARDO, 1987, p.23).

atividades do crime organizado, transferindo para o âmbito legal o dinheiro adquirido ilegalmente. Contam inclusive com ligações com governos:

“Mas enquanto o grande público é mantido na ignorância de outras facetas da atividade patronal dos sindicatos, os escândalos dos Temasters são divulgados apenas porque para os capitalistas já estabelecidos o gangsterismo representa uma concorrência desleal” (BERNARDO, 1987, p.25).

Isso significa que o capitalismo sindical existe nos Estado Unidos e coloca os interesses dos trabalhadores subordinados aos interesses dos patrões, auxiliados pelas direções sindicais – isso quando não é o próprio sindicato o patrão. O que faz o caso do *gangsterismo* sair em denúncias na mídia não é o fato de que os interesses da classe trabalhadora estão sendo sabotados por sindicatos que controlam ações e fundos de pensão, mas porque fere interesses dos próprios capitalistas. A mídia vinculada aos capitalistas, não critica a exploração e repartição de mais-valia como corrupção: corrupção nesse caso é a repartição de mais-valia que viola as regras do jogo estabelecidas entre os capitalistas. Não criticam o jogo, mas a quebra das regras. No caso do crime organizado, não só nos Estado Unidos, mas em outros países que apresentem relações políticas entre, por exemplo, gestores de empresas, Estado e gestores do jogo ilegal, a corrupção denunciada é a concorrência inconstitucional entre os capitalistas; as formas legais de extração e repartição de mais-valia são intocadas. E ainda cita-se casos em que houve alianças entre o crime organizado e a polícia para que se eliminassem as influências anarco-sindicalistas e comunistas de dentro dos sindicatos (BERNARDO; PEREIRA, 2008, p.76).

Outros casos mais visíveis da atuação do capitalismo sindical nos EUA é a intervenção de dirigentes ou representantes de sindicatos na administração das empresas. A co-gestão reafirma o argumento de que os sindicatos podem funcionar como patrões e portanto não representam a visão de mundo da classe trabalhadora. Os acordos e negociações são feitos no sentido de evitar que os interesses dos trabalhadores se colidam com os interesses corporativos: há uma planificação do mercado de trabalho conjunta entre sindicalistas e patrões (BERNARDO, 1987, p.26). Junta-se a isso o fato de que nessas relações são passadas informações confidenciais das empresas aos sindicatos. São os exemplos da General Motors Corp. com United Automobile Workers (UAW).

A participação de dirigentes sindicais na gestão de empresas também é característica do capitalismo sindical estadunidense, e se dá pelo conselho de administração. Caso da Employee Stock Ownership Plan (ESOP), que é um plano para propriedade de ações das empresas pelos assalariados: “A participação dos trabalhadores neste plano resume-se,

portanto, em financiar a aquisição das ações, cuja propriedade formal pagam com uma redução praticada nos seus salários” (BERNARDO, 1987, p. 28). Assim, os trabalhadores pagam pelas ações, mas o verdadeiro controle sobre elas é exercido pelos administradores do ESOP, pelos dirigentes sindicais e pelos patrões, demonstrando paralelamente à heteroorganização dos trabalhadores a “homogeneização da classe gestorial” (BERNARDO, 1987, p. 28). Não há dúvidas aqui de que os sindicalistas são gestores, repartindo coletivamente lucros obtidos com a exploração do salário.

Na Venezuela o BTV (Banco de los Trabajadores de Venezuela) é majoritariamente detido pela central sindical CTV (Confederación de Trabajadores de Venezuela), cabendo 30% ao governo⁵. No México o STPRM (Sindicato de Trabajadores Petroleros de la República Mexicana) detém companhias que vão da produção de oleodutos à indústria de construção, e sua atividade mais rentável era os estatuto preferencial, por lei, que detinha nos concursos para fornecimento de serviços ao monopólio estatal no ramo do petróleo, Pemex⁶ (BERNARDO, 1987, p. 36).

Em outros países, como os da Comecon e China, Grécia e outros “terceiro-mundistas” da época da Guerra Fria, os sindicatos se integram diretamente no aparelho estatal, do Estado Restrito em que

“a propriedade capitalista dos sindicatos e, em geral, a sua intervenção patronal decorrem da participação patronal decorrem da participação dos seus dirigentes nos aparelhos unificados de poder das classes dominantes. O capitalismo dos sindicatos é então indissociável do capitalismo de Estado” (BERNARDO, 1987, p. 37).

O Reino Unido apresenta também uma situação mais particular, em que os grandes sindicatos contam como apoio do Partido Trabalhista. Na verdade, a alternância política lá é, para João Bernardo, a alternância de hegemonias entre a confederação patronal CBI (Confederation of British Industry) e a central sindical TUC (Trades Union Congress). A participação no Estado Restrito permite aos gestores sindicais britânicos um nível de intervenção na gestão econômica (BERNARDO, 1987, p. 38).

O sindicalismo brasileiro não é citado no livro de 1987 mas tem espaço especial no de 2008, que reitera as teses gerais mas traz novos casos que as confirmam. Mostram-se casos na Europa e África de sindicatos que participaram diretamente das negociações com empresas e governos permitindo a onda de privatizações nos anos 1980-1990. No Brasil foi

⁵ Dados de 1974 a 1982.

⁶ Dados de 1982 a 1984.

no início da década de 1990 que se iniciaram os processos de privatização, no governo Fernando Collor. O Plano Nacional de Desestatização (PND) visava

“transferir para a iniciativa privada atividades que vinham sendo exploradas pelo setor público; reduzir o valor da dívida pública; viabilizar a retomada dos investimentos nas empresas a serem privatizadas, com vistas à sua modernização e ao aumento de sua competitividade; e estimular o fortalecimento do mercado de capitais” (BERNARDO; PEREIRA, 2008, p. 86).

O PND foi conduzido, sobretudo, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que tinha a responsabilidade em estabelecer as regras de venda das empresas. Nisso entra o direito de compra de ações pelos próprios trabalhadores e um apoio governamental aos demitidos pela ação de privatização. As reuniões com o BNDES para tomada de tais decisões contaram com participação de sindicatos que em maior parte dos casos, junto aos trabalhadores, chegaram a apoiar as privatizações pelas aparentes vantagens financeiras de compra e venda de ações de empresas, cooptados pelas benesses oferecidas pelo BNDES (BERNARDO; PEREIRA, 2008, p. 87).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) expressava desde o seu primeiro plano de luta no início da década de 1980 uma posição contrária à privatização de empresas estatais. Manteve essa posição até a década seguinte mas alguns dirigentes, como Vicente Paulo “Vicentinho” da Silva (hoje deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores-PT) e Jair Meneguelli (hoje presidente do conselho do Sistema Social da Indústria-SESI), mostraram-se flexíveis aos planos, opondo-se principalmente à privatização dos setores básicos (educação e saúde). Outra central sindical que hoje é uma das maiores, a Força Sindical, fundada em 1991, opunha-se à CUT e era favorável às privatizações, apresentando inclusive planos de aceleração do programa de privatizações formulados pelo economista Antônio Kandir, que cegou ao cargo de ministro do planejamento do governo FHC (BERNARND; PEREIRA, 2008, p. 88).

Considerando o cenário de crise no setor público e do autoritarismo empresarial que não mudaria caso o padrão mudasse de estatal para privado, o fator de sedução para os trabalhadores seriam os ganhos financeiros imediatos com as medidas de privatização. A burocracia típica do capitalismo sindical excluía a grande parcela dos trabalhadores sindicalizados das negociações, o que fez com que o BNDES passasse por cima das centrais, em especial da CUT. Os sindicatos de base decidiram então negociar com o BNDES tendo em vista a colaboração marginal dos trabalhadores nas negociações de compra de ações das

empresas, com participação dos sindicatos em clubes de investimento e conselhos de administração (BERNARDO; PEREIRA, 2008, p. 89).

Ao longo dos anos seguintes várias foram as empresas privatizadas e os processos de vendas de ações para trabalhadores, inclusive com casos de fraudes por parte de gestores que enriqueceram ludibriando funcionários a vender suas cotas a preços mais baixos, enquadrados em crimes de gestão temerária. Em 2007 houve uma campanha puxada por movimentos sociais e sindicais, incluindo a CUT, chamada “A Vale é Nossa”. Dez anos depois das privatizações da Companhia Vale do Rio Doce essa campanha defendia a reestatização da empresa, contando com pouco apoio da população e dos próprios grupos sindicais envolvidos. Aqui se demonstra um caso de ambiguidade ou duplicidade dos sindicatos com a passividade dos trabalhadores, algo bem comum aos efeitos do capitalismo sindical.

O sindicalismo brasileiro tem suas características particulares ligadas ao tempo da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. De bases corporativistas, os sindicatos são mantidos sob os interesses de patrões e do governo, comprando os trabalhadores com benefícios de direitos básicos garantidos pela CLT. Durante o Estado Novo os sindicatos mais radicais que fugiam às ordens patronais eram considerados clandestinos. Hoje em dia, sobretudo com os governos Lula, a tradição varguista nos sindicatos se mantêm mas com notáveis modificações. Defendeu-se inclusive a revisão da CLT puxada por negociações entre sindicatos, governo e empresas ou sociedades empresariais. Os sindicatos são fontes lucrativas para seus dirigentes, com a prática de cobrança de impostos sindicais, poucos gastos e participação efetiva na gestão do mercado de trabalho.

Com todos esses dados que são exemplos de vários outros que ocorrem no mundo todo no meio sindical devemos perceber quais são os mecanismos que permitiram às direções sindicais transformarem-se em patrões capitalistas. Primeiramente o capitalismo sindical desenvolve-se de maneira tradicional: “o tipo tradicional dos sindicatos caracteriza-se por ser financiado mediante quantias extorquidas *diretamente* aos trabalhadores” (BERNARDO, 1987, p. 39). São as cotizações, os impostos sindicais. Quando não vão para o fundo de greve ou outra forma de apoio às lutas de trabalhadores há o risco de se desvalorizar, portanto os sindicatos investem em aplicações capitalistas, como companhia de seguros, imóveis, bancos e ações de empresas.

Na perspectiva anticapitalista de João Bernardo, um sindicato combativo e revolucionário usaria os fundos adquiridos nas lutas e greves. Caso não houvesse a

necessidade, os sindicatos doariam quantias a outras regiões ou categorias de trabalhadores, importando apenas o internacionalismo da consciência de classe:

“Só o papel dos sindicatos como organizadores do mercado de trabalho, só a sua estrita inserção nos limites do capitalismo impediu e impede que as cotizações e contribuições dos trabalhadores sirvam para apoiar todas as formas de luta e de preparação das lutas, em quaisquer lugares e por quaisquer profissões. A condição indispensável para que o capitalismo prolongue sua existência é a de que o proletariado se reparta por grupos estanques e se divida por cisões geográficas e profissionais. Na sua ação burocratizada os sindicatos são um agente dessas divisões internas de classe operária” (BERNARDO, 1987, p. 40).

Repete aqui a ideia de que os sindicatos são instituições capitalistas, mas pela proximidade aos trabalhadores são justamente os principais instrumentos de desorganização da classe proletária. Monopolizam grande parte das reivindicações e participam das negociações para se chegar a um acordo com os patrões. Nisso as quantias de impostos sindicais são adquiridas e a classe trabalhadora se heteroorganiza, fragmentando-se em setores profissionais e regiões geográficas. Junto a isso a classe de gestores fica mais coesa, homogeneizada, mais forte frente à luta de classes, contando com a participação dos dirigentes sindicais. Os sindicatos assim são aceitadores da lógica do capital por oporem-se à internacionalização e unificação das lutas, por isso não dispõem de fundos para outras lutas que não as de sua categoria⁷ sindicalizada. Portanto, de tipo tradicional, “o capitalismo dos sindicatos surge, assim, como uma inelutável consequência do fato de os sindicatos se inserirem nos limites do capitalismo” (BERNARDO, 1987, p. 41).

A essas questões, lembrando a permissão de compras de ações de empresas por trabalhadores, segue uma pergunta fundamental à tese do capitalismo sindical: se as ações foram vendidas aos trabalhadores, por que são os dirigentes sindicais a coordenar o capital? E é assim que aparecem as reivindicações salariais puxadas pelos sindicatos: foi porque se verificou uma baixa relativa ou absoluta dos salários que os dirigentes sindicais passaram a poder participar no controle ou propriedade do capital (BERNARDO, 1987, p. 42). Significa então que não só de campanhas por aumento se fizeram as lutas sindicais; sindicalistas já negociaram e convenceram trabalhadores a reduções absolutas de salário, ou já participaram de negociações com empresários que permitam uma redução relativa:

“O mecanismo é idêntico ao dos outros casos: os trabalhadores admitem redução de salários e a alteração de normas de trabalho; é-lhes concedida a propriedade formal

⁷ O termo “categoria”, muito usado em greves, já é um sinal dessa heteroorganização. Em uma greve de professores, por exemplo, ouve-se mais os sindicalistas falando em nome da “categoria dos professores” do que em nome de trabalhadores da educação explorados pelos patrões em sua força de trabalho.

das ações, desprovida de significado prático; e aos sindicatos que possibilitaram esta operação é oferecida uma maior participação no controle e na gestão do capital” (BERNARDO, 1987, p. 45).

Descrevendo ainda melhor o mecanismo de desenvolvimento do capitalismo sindical:

“Todos estes casos, e muitos outros que se poderiam citar, obedecem a um padrão único: foram os dirigentes sindicais a ascender à gestão das empresas, ou a nela participar de mais perto, precisamente porque foram eles que impuseram aos trabalhadores a redução dos salários e regalias, a alteração das normas de trabalho, enfim, o acréscimo da exploração. Quando o patronato tradicional consegue sozinho chegar aos mesmos fins, o capitalismo dos sindicatos não pode seguir esta via de desenvolvimento. Quando não o consegue, porém – e são os casos mais frequentes – a intervenção dos dirigentes sindicais torna-se necessária, o que lhes abre a possibilidade de desenvolverem este tipo de capitalismo dos sindicatos. Escrevi atrás que na sua forma tradicional o capitalismo sindical era financiado mediante quantias extorquidas diretamente aos trabalhadores. O que distingue esta forma nova é o fato de tais quantias serem extorquidas indiretamente, na medida em que os trabalhadores podiam ter ganho, mas não ganharam, com essa diferença entre os salários normais ou previstos e os salários reduzidos, que as direções sindicais sustentam a sua ascensão nas hierarquias de gestão capitalista. Os trabalhadores financiam a aquisição de capital pelos dirigentes sindicais” (BERNARDO, 1987, p. 48).

Com esse trecho fica clara a ideia dos dois livros sobre o capitalismo sindical e atuação dos gestores. A história dos movimentos operários está repleta de ambiguidades e também de confrontos de classes, mas com essa estrutura sindical seria até ingenuidade esperar uma atitude revolucionária dos sindicatos que colocassem em xeque o próprio modelo de exploração capitalista. Os sindicatos burocratizados, como demonstrado, são parte essencial na coordenação produtiva da exploração capitalista, fundamentais inclusive aos patrões para que seus interesses não sejam ameaçados pelos interesses dos trabalhadores. Não é sem motivos que historicamente vão sendo contabilizadas derrotas do movimento operário que surgem de dentro das próprias lutas, entregadas ao legalismo dos chamados sindicatos amarelos ou pelegos. O afastamento proposital dos trabalhadores das negociações é estratégia sindical para manter o controle sobre a força de trabalho (BERNARDO, 1987, p. 49).

A subordinação do sindicato à empresa, ainda mais quando a empresa é propriedade do próprio sindicato, mantém os trabalhadores impedidos de se organizarem fora das hierarquias e disciplinas quando estão sindicalizados. No Brasil, por exemplo, o direito de greve previsto em lei demonstra as obrigações que os trabalhadores e sindicatos têm com seus patrões antes de se deflagrar paralização dos serviços. Qualquer radicalização é considerada ilegal, cabendo inclusive a perda de assistência jurídica do sindicato caso alguns trabalhadores tomem esse caminho. Integrar o sindicato na orgânica da empresa é a maneira ideal de

fracionar a classe trabalhadora e mantê-la controlada mais estritamente (BERNARDO, 1987, p. 50).

“Num primeiro movimento, é o controle exercido pelos dirigentes sindicais sobre a força de trabalho, para mantê-la encerrada nos limites do capital, que possibilita o desenvolvimento do capitalismo dos sindicatos. Num segundo movimento, é nas empresas inseridas no capitalismo dos sindicatos que o controle sobre a força de trabalho pode chegar às formas extremas. Este controle, que permite aos sindicatos converter em propriedade capitalista as quantias direta e indiretamente extorquidas aos trabalhadores, é o ponto nevrálgico do desenvolvimento do capitalismo dos sindicatos” (BERNARDO, 1987, p. 51).

Conclui-se, portanto, na teoria de João Bernardo, que os sindicatos burocratizados servem como instrumento capitalista de exploração e controle sobre a força de trabalho. Sindicatos são CGP essenciais ao capitalismo para se manter o proletariado mais dócil às medidas patronais, e é imperativo que as direções sindicais afastem os trabalhadores da organização interna e das negociações, impondo um grau de verticalização de funções, uma hierarquia. Os sindicalistas, ao contrário do que muitos dizem, já não são trabalhadores, são gestores, e, portanto estão em antagonismo aos trabalhadores.

Os dois livros tratando do mesmo tema, o sindicalismo burocratizado, são reforçadores da teoria dos gestores de João Bernardo, e é isso que o difere de outros autores, mesmo os de cariz autonomista, ou conselhistas ou autogestionários. Suas obras trazem os argumentos incansáveis da teoria de que os gestores – algo parecido com o conceito de tecnocratas ou tecnoburocratas – formam uma classe capitalista diferente da burguesia, com estatuto jurídico diferenciado, responsável pelo controle e gestão do mercado de força de trabalho e participando coletivamente na repartição coletiva de mais-valia. No caso, os sindicalistas são os gestores exemplificados.

O livro de 2008 encerra com a pergunta se seria inelutável os rumos capitalistas nos sindicatos. Ali mesmo cita o exemplo de 2006 em Oaxaca, México, quando trabalhadores assumiram a organização direta da Seção 22 do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Educação. Mesmo usando a estrutura permitida e não conseguindo grandes vitórias, o feito já demonstrou capacidade dos trabalhadores em romper com as ordens verticais da burocratização. Ora, perguntar se é inevitável seguir para os rumos do capitalismo sindical é negar as próprias surpresas da história. Afirmar lógicas do capitalismo não é afirmar que haja leis históricas. O capitalismo, como já afirmou o próprio João Bernardo, é o modo de produção ou sistema mais totalitário já visto pela humanidade: a cada dia que passa está permeando todos os aspectos da vida humana, e já invadiu há tempos inclusive os sindicatos, possível instrumento de luta proletária. Mas isso é também afirmar que a opressão pode gerar

oposição e luta. O autor não esconde sua perspectiva teórica ou preferência política pelo sindicalismo revolucionário, o que deixa claro sua opinião de que é possível romper a lógica do capitalismo sindical rompendo a dependência aos gestores sindicais e homogeneizando a classe trabalhadora, saindo das armadilhas da fragmentação. Se não fosse possível fugir disso, não veríamos tão comumente o surgimento de movimentos de descontentamento de trabalhadores com as próprias atitudes patronais dos sindicatos: as recorrentes “traições” dos dirigentes sindicais alimentam a luta de classes, reconhecendo os sindicalistas como classe antagônica.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, João. Capital, Sindicato, Gestores. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais, 1987.

_____. Economia dos Conflitos Sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Estado: a silenciosa multiplicação do poder. São Paulo: Escrituras, 1998.
BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. Capitalismo Sindical. São Paulo: Xamã, 2008.

BOTTOMORE, Tom (org.) Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

PANNEKOEK, Anton. A Força Contra-Revolucionária dos Sindicatos, 1920, In: <
<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/1920/mes/forca.htm>>

_____. A Luta Operária, In:
<<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/ano/luta/index.htm>>

_____. O Sindicalismo, 1936, In: <
<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/1936/mes/sindicalismo.htm>>

VIANA, Nildo. Anton Pannekoek e a questão sindical. In: BRAGA, Lisandro; VIANA, Nildo (orgs.). Anton Pannekoek e a Questão da Organização. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

**CONSIDERAÇÕES DE UM PROJETO PILOTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)
NA REDE DE ENSINO DO ESTADO DE GOIÁS SOB A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA
AMBIENTAL E INTERCULTURALIDADE**

Angela Ciccone Pinto¹
angelaciccone@gmail.com
Rosemeire Aparecida Mateus²
rosemeiremateus@gmail.com

RESUMO: No ano de 2010 a equipe de E.A da Secretaria de Educação de Estado de Goiás (SEDUC) passa a constituir um projeto de abrangência em EA nas escolas estaduais tentando a implementação de projetos continuados; o incentivo no aprofundamento e diálogo entre pesquisa, produção e *práxis* sobre a temática e a transdisciplinaridade. A História Ambiental fora utilizada como suporte teórico de nosso trabalho e serviu para fundamentar as análises realizadas à produção acadêmica em EA e nas metodologias de ensino e pesquisa e produção de materiais para os professores. Assumir a complexidade da História Ambiental reclamou considerar as relações interculturais existentes dentro de qualquer meio. O presente trabalho pretende apresentar e analisar o projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Prática educacional; História Ambiental; Interculturalidade.

¹ Professora efetiva da Secretaria de Estado da Educação, mestranda do Programa de Pós-graduação da Faculdade de História da UFG.

² - Professora efetiva da Secretaria de Estado da Educação, licenciada em História pela Faculdade de Filosofia Cora Coralina - UEG, Especialista em Educação Ambiental pela UFG, Especialista em Formação Sócio Econômica do Brasil pela UNIVERSO e integrante do Núcleo de Estudos de História Ambiental e Interculturalidade da UFG.- NUHAI.

ABSTRACT: In the year of 2010 the team of E. A. of the Office of Education in the State of Goiás (SEDUC) begins to constitute a project of comprehensiveness in EA in the state schools planning the implementation of continued projects; the incentive in the deepening and dialogue between research, output and *práxis* about the thematic and transdisciplinarity. The Environmental History was used as theoretical support of our work and served to substantiate the analyses carried out to the academic output in EA and in the methodologies of education and research and output of materials for the professors. To assume the complexity of the Environmental History claimed to consider the intercultural relations existing in any environment. The present work intends to present and analyze the project.

KEYWORDS: Educational practice; Environmental History; Interculturality.

1 Introdução

No ano de 2010 o Núcleo de Educação Ambiental (NEA) da Secretaria de Educação de Estado de Goiás (SEDUC) passou a constituir um projeto de abrangência em Educação Ambiental (EA) em dez escolas estaduais intentando a implementação de projetos continuados; o incentivo ao aprofundamento do diálogo entre pesquisa, produção e *práxis* sobre a temática e a transdisciplinaridade.

A História Ambiental fora utilizada como suporte teórico de nosso trabalho e serviu para fundamentar as análises realizadas à produção acadêmica em EA e nas metodologias de ensino, pesquisa e produção de materiais para os professores envolvidos.

Buscamos através do balanço dos projetos trazer a tona o que os historiadores ambientais asseveram: cada lugar no mundo constrói relações únicas entre homem e o meio ambiente. Para tanto ressaltamos a importância de passar a conceber um ecossistema sob uma perspectiva holística: “o seres humanos não constroem seu mundo apenas por meio do pensamento, mas também por meio do corpo e do conjunto de organismos” (Pádua, 2010, p. 93). Rechaçando desta forma explicações monocausais na qual a construção de mundo restringe-se as percepções humanas e culturais.

Assumir a complexidade da História Ambiental reclamou considerar as relações interculturais que existentes dentro de qualquer meio. Refletir sobre a alteridade, que forma ela se constitui e manifesta são elementos indispensáveis para as práticas de EA nos ambientes educacionais. A importância de problematizar epistemologias e paradigmas fez com que buscássemos as teorias decoloniais.

O presente trabalho pretende apresentar o projeto e realizar uma análise sobre sua implementação tendo como mote a História Ambiental e Interculturalidade.

2 Conhecendo os objetivos do projeto piloto

Geral: Fomentar nas Unidades Escolares (UEs) os três eixos propostos pelo MEC como pressupostos metodológicos em EA: *conhecendo a realidade local, educomunicação e ação política*, inseridos no programa curricular de ressignificação do Ensino Médio, por meio de uma equipe multidisciplinar.

Específicos:

- Proporcionar momentos de estudo e formação na área de Educação Ambiental;
- Trocar experiências e vivências sobre práticas educativas ambientais;
- Proporcionar a interação entre teoria e prática na perspectiva ambiental crítica;
- Compreender a dimensão da Educação Ambiental no espaço formal como possibilidade de interlocução interdisciplinar e transversal;
- Articular projetos e ações de EA desenvolvidos na escola;
- Registrar e socializar a experiência vivenciada em forma de coletânea a ser compartilhada com as demais escolas da rede estadual de ensino.

3 Conhecendo a metodologia do projeto piloto

No desenvolvimento do projeto cada profissional da equipe dedicou 20 horas semanais para a execução das ações, divididas em 10h de estudos e elaboração teórica – diretamente com a equipe do NEA e, 10h de trabalho efetivo nas Unidades Escolares (UEs). O

professor(a) facilitador(a) responsabilizou-se pela orientação das ações educativas socioambientais e pela articulação dos projetos de EA na comunidade escolar.

Como metodologia para diagnosticar cada realidade escolar considerando suas especificidades, recorreremos originalmente aos estudos dos documentos das Unidades Escolares (UEs), a saber, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE). Os professores fizeram o trabalho de mapear quais seriam as propostas e projetos existentes nas escolas. *A posteriori*, o professor(a) pode confrontar as informações dos documentos com sua aplicabilidade, através de diálogos e observações do cotidiano escolar. Em meio a estes levantamentos, foram ocorrendo nos encontros com a equipe do NEA estudos que tiveram o cuidado de atender a esta etapa do trabalho.

Articulado o perfil das UEs cada professor deu início à construção de um Plano de Ação com propósito de contemplar estratégias para potencializar o que as escolas ofereciam nos planos da sustentabilidade, como, implementar novas possibilidades de ações.

A equipe do NEA em suas formações e acompanhamentos ao projeto piloto compreendia a necessidade de enraizar o conceito de sustentabilidade. Desta forma, defendiam que este conceito apesar de estar em voga era pouco compreendido e absorvido como prática. Intentavam superar a avaliação superficial acerca da sustentabilidade ressaltando os preceitos do MEC que professam:

O contexto atual de mudanças do clima e de riscos socioambientais globais reforça o reconhecimento do papel transformador da EA, exigindo a revisão da referência superficial da transversalidade contida na sua normatização para o ensino formal, que em geral se apresenta desconexa, reducionista, desarticulada e insuficiente. (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Diretoria de Educação Integrada, Direitos Humanos e Cidadania: Coordenação-Geral de Educação Ambiental. Brasília, 2010, p. 1)

4 Conhecendo pressupostos teóricos-metodológicos do projeto

O cerne do projeto residiu na adoção de uma postura holística para EA. Vejamos como ela fora concebida e sob quais bases: “as interfaces da cidadania cobram seu lugar no campo do diálogo e tomadas de decisão no espaço escolar, as demandas da comunidade são postas em evidência, lançadas às problematizações, desqualificando a idéia ilusória de separação entre escola e sociedade”. (NEA, 2010) O que idealizaram é que a EA nos contextos atuais

deixam de abordar somente a temática ambiental em um sentido biológico e ecológico, para vislumbrá-la conforme a proposta de diretrizes para EA descrita MEC:

O tratamento transversal da Educação Ambiental não se limita ao “meio ambiente”, mas engloba questões como erradicação da miséria, o exercício de justiça social e ambiental, a busca de qualidade de vida, entre outros aspectos que justificam uma atitude crítica e a busca de transformação do atual modelo de desenvolvimento econômico e social. (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Diretoria de Educação Integrada, Direitos Humanos e Cidadania: Coordenação-Geral de Educação Ambiental. Brasília, 2010, p. 13)

Sob esta perspectiva adotada pelo grupo, uma escola sustentável, deveria perpassar três frentes de trabalhos que possibilitariam efetivar este conceito amplo de EA, atuando como veiculadoras de mudanças concretas na realidade social conforme defende a moção a favor da *Escola Sustentável*³ aprovada em 2010 na Conferência Nacional de Educação (CONAE). Essas frentes seriam: a edificação, a gestão e o currículo viabilizados de uma forma plástica e orgânica.

Como pressuposto foi defendida a reflexão sobre a realidade norteada nas três frentes expostas acima, na qual intrinsecamente ocorrem elementos contraditórios, haja vista a diversidade de fatores que integram um projeto de EA. Para a efetivação dos trabalhos houvera a preocupação de elencar os elementos facilitadores e dificultadores e, a partir daí, propor dinâmicas de ensino-aprendizagem que considerassem as contradições citadas à cima. Priorizaria a interlocução no intuito de atender a interdisciplinaridade proposta pelo projeto.

As preocupações em ampliar e interrelacionar os diversos aspectos que compõem o ambiente escolar foram abordados contundentemente com o propósito de construir uma concepção diferenciada quanto ao papel do professor envolvido no projeto. Este professor deveria agir como o dinamizador do trabalho, articulando e estabelecendo diálogos, garantindo uma participação horizontalizada sob os critérios de responsabilidade coletiva, cooperação e potencialização das habilidades pessoais.

Fundamentando-se neste perfil os professores estruturaram os planos de ação, vislumbrando possibilidades de vivificar o espaço escolar os aspectos facilitadores e com a

³ Escola Sustentável – Ótica pedagógica, em que cada medida adotada em relação ao espaço escolar, ao currículo e à gestão da escola considere critérios de sustentabilidade, que devem funcionar como balizadores de todas as ações. Ou seja, com intencionalidade pedagógica, que mantém uma relação equilibrada com o ambiente e compensa seus impactos com desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir um ambiente motivador de aprendizagem e reflita o cuidado com o meio e com as pessoas.

consciência de que as limitações seriam superadas no desenvolvimento das ações. Surgiram sugestões de *praxis* educacionais tais como: teatro com enfoque ambiental; feira de ciências e mostra de projetos dos estudantes; resgate da história ambiental da região e/ou do município; análise da situação presente e perspectivas para o futuro; roda de conversa, construção da árvore dos sonhos⁴; reflexão e construção de propostas para preservação do meio ambiente; promoção de ações na escola contando com participação da família; atividades de reconhecimento do ambiente escolar através do olhar do estudante, observando a escola como um todo e registrando por meio de fotos, vídeos, relatórios e a partir dos registros, fazendo reflexões para promover mudanças.

Problematizaram quais temáticas e práticas usualmente trabalhadas de forma pontual deveriam ser discutidas e compreendidas sob outros aspectos. O espaço e manuseio da horta, o conceito da reciclagem, viveiros, mudas e arborização deveriam transpor o foco unilateral que outrora apresentava. Através dos estudos o grupo no NEA passou a dialogar sobre quais seriam as características metodológicas que abarcaria as questões ambientais em sua amplitude. Asseveraram fundamental o trabalho inter e transversal que, por consenso, era a base para a possibilidade de reconhecer e conhecer novos valores, integrar e ampliar a visão sobre as relações entre o ser humano e o meio ambiente.

A perspectiva de relação entre o homem e meio ambiente resultaram em considerações temáticas do gênero: geração de resíduos, esgotamento de recursos naturais, consumo sustentável, desigualdade social, etc. A intenção nestas práticas era a de que dessa gama de possibilidades e discussões, a Educação Ambiental perpassaria as diferentes disciplinas escolares impulsionando a transformação das relações no ambiente escolar, percorrendo as dimensões de meio físico, estético e intelectual.

Outro aspecto importante para nossa análise do projeto piloto reside no entendimento do grupo da necessidade de buscar parcerias dentro e fora da escola. Para eles era indispensável angariar colaboradores. Aspecto presente desde a construção do diagnóstico escolar feito pelos professores, eles viam nas parcerias um grande potencial de facilitação na implementação do projeto de escola sustentável em todas suas esferas atendendo aos três eixos pedagógicos do

⁴ ÁRVORE DOS SONHOS: Uma árvore grande deve ser recortada em papéis. O professor deve dividir a turma em pequenos grupos para responder as perguntas: Como é a escola dos nossos sonhos? Como é a comunidade dos nossos sonhos? Cada grupo escreve os seus sonhos num papel em forma de folha e coloca na Árvore dos Sonhos. A negociação coletiva vai mostrar que há muitos sonhos parecidos entre as pessoas e que, por serem sonhados juntos, eles podem se tornar realidade.

MEC. Argumentavam que o desdobramento das parcerias estaria no envolvimento da comunidade escolar e local. Para o grupo a urgência das mudanças educacionais, com novas práticas pedagógicas em EA, que priorizassem a compreensão do Bioma Cerrado deveriam estar intrinsecamente atreladas a uma das funções que atribuíam a escolas. As UEs deveriam exercer a tarefa de “formadora de opinião” tendo como dever reconhecer e dialogar sobre temas fundamentais como água, lixo (resíduos), agropecuária, queimada, desflorestamento.

Por fim, a abordagem desses temas permitiria refletir sobre a degradação do bioma e, por outro lado, vislumbrar suas belezas e potencialidades, fomentando políticas públicas voltadas para práticas sustentáveis. Compreendendo a desintegração das políticas públicas como um dos grandes entraves sociais, só sendo possível promover o desenvolvimento com qualidade de vida por meio da sustentabilidade considerando as esferas: política, cultural, socioambiental e econômica.

5 Nossas reflexões sobre o projeto piloto em EA

A princípio devemos relatar que este projeto não teve continuidade devido à mudança de gestão governamental e a erradicação de diversos programas e projetos. No entanto, este fato não diminui a importância de problematizar sobre as práticas em EA pela educação formal. A razão desta análise sob a luz da História Ambiental e a Interculturalidade é de levantar quais as condições históricas que justificam a ineficiência das ações voltadas para a EA, e o currículo escolar de forma ampla, tomando por observatório este projeto piloto supracitado.

Compreendemos que as condições históricas estruturais das instituições de ensino e os conceitos neoliberais, ou posfordistas (Castro-Gómez, 2005,p. 65) adotados para fundamentar as práticas em EA resultam no fracasso assistido nas escolas.

Quando nos referimos às conseqüências das estruturas educacionais para o fracasso da EA queremos ressaltar dois aspectos: a forma compartimentada das disciplinas dentro do quadro normativo de conhecimento que raramente consegue atingir um nível de interdisciplinaridade, quiçá transdisciplinaridade. E outro, ainda mais abrangente, a descaracterização do conhecimento e do espaço escolar à vida dos alunos. Quais as razões explicam esta realidade?

Podemos começar nossa análise pela apresentação da perspectiva decolonial a cerca da modernidade. Para os estudiosos decoloniais a partir da ocupação da América pelos europeus a modernidade constituiu-se sob as bases de uma concepção eurocêntrica denominada por Quijano de *hibris do ponto zero*. Este fenômeno consiste em uma tomada de perspectiva soberana caracterizada pela unilateralidade⁵. Vejamos de que forma Castro-Gomez sintetiza este conceito:

Me refiero a una forma de conocimiento que eleva pretensiones de objetividad y cientificidad partiendo del presupuesto de que el observador no forma parte de lo observado. Esta pretensión puede ser comparada con el pecado de la hybris, de cual hablaban los griegos, cuando los hombres querían, con arrogancia, elevarse al estatuto de dioses. Ubicarse en el punto cero equivale a tener el poder de un Deus absconditus que puede ver sin ser visto, es decir, que puede observar el mundo sin tener que dar cuenta a nadie, ni siquiera a si mismo, de la legitimidad de tal observación. (Castro-Gómez, 2005, p. 63).

Desta forma a *hibris do ponto zero* instituiu uma hierarquia, entre outras, epistêmica na qual a alteridade, condicionada a valorações de superioridade e inferioridade, tem como cerne a depreciação racial/etnia. Para o autor, tal manifestação conceitualizada de *colonialidade⁶ do poder*, perpassa as esferas políticas e econômicas, atingindo também os campos do saber e da subjetividade humana. Age como pedra angular no padrão de poder capitalista e “opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivas, da existência social quotidiana e da escala societal”. (Quijano *In* Boaventura e Meneses, 2010, p. 84).

Elencar estas conjunturas estabelecidas a partir da modernidade e problematizar algumas de suas facetas nos possibilitam trilhar com mais facilidade as posições político pedagógicas do projeto em análise e compreender até que ponto ele avançou para uma pedagogia revolucionária, visto que esta era sua proposta inicial, e quais foram os fatores que não possibilitaram que seu propósito fosse alcançado. Vimos que as estruturas escolares compartimentadas como acabamos de relatar acima inviabilizam que uma escola se caracterize

⁵ Sobre este assunto podemos ver o estudo de Mignollo na relação entre a cartografia do século XVI e a construção da concepção de cientificidade moderna. (*The darker side of the Renaissance*, 1995).

⁶ Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos e produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais, além disso, localizada noutras jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é obviamente mais antigo enquanto a colonialidade tem vindo a provar nos últimos 500 anos ser mais profunda e duradoira que o colonialismo. Mas foi sem dúvida engendrada dentro daquele, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mudo tão enraizado e prolongado. (Quijano *In* Boaventura e Meneses, 2010, p. 84).

como integrada a vida das pessoas e/ou possibilite alternativas de transformação pessoal e social. Porém a integração/diálogo e o reconhecimento da abordagem multicultural estiveram presentes na proposta pedagógica do projeto, reconhecendo a necessidade da inter e transdisciplinaridade. O que explica seus resultados negativos? A nosso ver, mesmo que elementos como interculturalidade, sustentabilidade e participação social façam parte do discurso e planejamento neste trabalho de ensino-aprendizagem eles não conseguem em suas ações transpor ou vislumbrar o aspecto biopolítico implementado pelo sistema capitalista na contemporaneidade. Em outras palavras, a ausência de uma perspectiva analítica decolonial não possibilitou que fossem consolidadas estratégias de construção de “relações - de saber, ser, poder e da própria vida – radicalmente distintas” como pondera Catherine Walsh. (Walsh *In* Candau, 2009, p. 23).

Explicaremos primeiramente no que consiste o sistema biopolítico que abrange e historiciza a idéia de sustentabilidade e, a *posteriori*, os preceitos de interculturalidade e participação/responsabilidade social.

Para o pensador Juan Camilo Cajigas - Rotundo vivemos, desde o posfordismo, uma nova dinâmica do capitalismo. Se outrora a expansão deste sistema fundamentava-se sob as bases hierárquicas laborais dentro das distinções no sistema- mundo⁷ causando a mazela da colonialidade aos povos do sul. Agora as produções, logo a noção de desenvolvimento, pautam-se sobre outro princípio de expansão e riqueza, o da produção imaterial.

Esto significa que aspectos que el desarrollismo moderno había considerado como variables residuales, como la biodiversidad, la conservación del medio ambiente o la importancia de los sistemas no occidentales de conocimiento, pasan a convertirse em um elemento central de las políticas globales del desarrollo. (...) El desarrollo económico ya no se mide por los niveles materiales de industrialización sino por la capacidad de una sociedad para gerar o preservar capital humano. (Escobar *In* Castro-Gómez, 2005, p. 80).

Advertimos que esta mudança em relação à natureza não a deixa de ponderá-la como recurso, tão pouco perde seu dualismo em relação ao homem. Porém, sobre a perspectiva da escassez ela é apreendida de outra maneira. As outras formas, não ocidentais, de relação e conhecimento sobre a natureza passam a ser valorizadas, no entanto, sob a mesma ótica do lucro. Decorrente desde processo de transformação do sistema capitalista Cajingas-Rotundo reclama à perspectiva decolonial o conceito de biocolonialidade do poder em substituição da colonialidade

⁷ Procurar por Immanuel Wallerstein para entender a maneira de compreender o sistema capitalista por esta corrente teórica.

de poder de Enrique Quijano. Para ele as novas relações são biopolíticas e reafirmam as subalternidades produzidas pela colonialidade. O mesmo autor tem uma visão interessantíssima sobre o desenvolvimento sustentável no que ele chama de *visão glutona*. A idéia tão em voga de escassez para Cajingas-Rotundo justifica-se diante o nível alcançado pela sociedade de *confort*. “Este “confort” supone la producción de cuerpos articulados a partir de um irrefrenable estado de sobre-excitación, que se encuentra en la base de la reproducción del capital a partir del circuito de producción y consumo”. (Virilio *In* Cajingas-Rotundo, 2007, p. 171).

As necessidades de bens de consumo crescem cada vez com mais rapidez, solidificando a compreensão que vivemos em um tempo de escassez, causando uma alarmante preocupação sobre os recursos naturais sem problematizar os níveis de consumo, ou os padrões do sistema capitalista:

Contrario a lo que perseguían y persiguen los movimientos sociales ambientalistas centrados en la reformulación radical del capitalismo, con tal de conservar la naturaleza, esta perspectiva, agenciada por las elites corporativas del primer mundo, reformula la naturaleza con tal de conservar el capitalismo. La naturaleza, ahora ambientalizada, queda resignificada, reaxiomatizada y recapturada por la lógica del capital global. A partir del desarrollo de “tecnología verde” sería posible mantener niveles altos de productividad y crecimiento económico, aunque con menos contaminación y consumo de recursos naturales. En esta perspectiva jamás se ponen en duda los fundamentos de la productividad y el economicismo, que constituyen el a priori de la sustentabilidad. La naturaleza es “capital natural”, al igual que el trabajo es “capital humano”. (Castro-Gómez, 2005, p. 80).

Apesar de em muitos casos a EA encarar suas posições políticas e práticas como transformadoras, elas mostram-se superficiais e insignificantes. Um caso bem claro deste relato é a maneira em que se trata a reciclagem⁸ nas escolas, ou mesmo a horta. Sob o slogan “Vamos cuidar do planeta para as gerações futuras”, proposto pelo MEC sob as bases do documento da Comissão de Brundtland: Nosso futuro Comum⁹, estas ações são realizadas, muitas das vezes, sem contestação ou interesse, entendida como execução de uma tarefa vinda de ordens

⁸ Buscar *O cinismo da reciclagem*. Philippe, Pomier Layrargues.

⁹ A finales de los años ochenta, la comisión Brundtland propone la estrategia del desarrollo sostenible, enunciada como la conservación de los recursos naturales para el bienestar de las generaciones futuras. Sin embargo, el documento de la comisión deja un amplio margen de ambigüedad sobre el tipo de “bienestar” que se persigue, y sobre quiénes son y en dónde vivirán esas “generaciones futuras”. La situación del mundo en aquella época ya empezaba a marcar el progresivo aumento de situaciones de riesgo latente para las sociedades opulentas del norte: inmigraciones, contaminación ambiental, pérdida del Estado proteccionista y de bienestar, entre otras. (*Cajingas-Rotundo*, 2007, p. 172)

superiores. Por isso, ressaltamos que o primeiro passo para uma transposição desde quadro reside nos estudos e debates coletivos que elevem a percepção da realidade e imprimam a “humanização” nas pessoas pelo exercício inclusive da ética como professa Freire:

É quando se dá conta e vive a história como possibilidade que se pode experimentar a capacidade de comparar, fazer juízos, escolher, decidir, desprender-se. É assim como homens e mulheres fazem ético o mundo, ao mesmo tempo que mantêm sua capacidade como transgressores da ética.(Freire In Walsh, 2009,p. 33).

No projeto o intuito de uma nova abordagem para estas duas ações, reciclagem e construção de hortas, não conseguiu por em prática a proposta de adoção de um conhecimento integrado, significativo, que considerasse e viabilizasse novas formas de refletir e implementar novos saberes. Embora, muitos dos projetos tenham acontecido em escolas de periferia, com uma população constituída por famílias de emigrantes majoritariamente vindos do campo, os saberes presentes no cotidiano de suas famílias não foram considerados no espaço escolar. O diálogo entre escola e comunidade não conseguiu ser estabelecido através do projeto, visto que existe ainda nas escolas uma distinção clara do que é considerado como conhecimento válido ou não, ou seja, científico ou popular. Ainda que o próprio meio de vida dos alunos e comunidade revele os outros caminhos de saberes e experiências presentes em seu cotidiano. Ou seja, a universalização epistêmica ocidental promove uma homogeneização em todas as esferas da vida humana.

Es necesario resaltar que el ecocapitalismo se desenvuelve en el ámbito de los regímenes biopolíticos posmodernos, propios de la sociedad de control, que aspira a intensificar la manipulación de las diferentes dimensiones de la vida, tanto humana como no humana.(Cajingas-Rotundo,2007,p. 175).

Adentraremos agora na segunda proposta de explicação que abarca a interculturalidade e participação/responsabilidade social dialeticamente. Começemos com estudo de Walsh sobre a pedagogia decolonial esclarecendo a diferença fundamental entre interculturalidade funcional e interculturalidade crítica. A interculturalidade funcional reconhece o multiculturalismo, assumindo como eixo central a diversidade cultural, inclusive, admite a desigualdade, verificado nos programas/propostas de inclusão social dentro das sociedades e Estados nacionais. No entanto, ela articula reformas que deixam de fora dispositivos e padrões de poder institucionais e estruturais. Em contrapartida, a interculturalidade crítica assume como ponto de partida a condição da colonialidade, ou seja, “parte do problema do poder, seu padrão de racialização e da diferença”. (Walsh, 2009, p. 23)

Assumida esta posição decolonial, compreendemos que seja primordial impregnar nas ações pedagógicas a insurgência e intervenção nos campos de poder, saber e ser da vida (Walsh *In* Candau, 2009. p. 27). Assim, estaríamos rompendo com a subalternidade eurocêntrica em que nos encontramos e nos recolocaríamos na perspectiva do mundo globalizado não como seres e espaços puros e imaculados, tão pouco com ventrículos de uma cultura na qual somos parte integrante que seria a modernidade ou posfordista como defende Castro-Gómez.

As sociedades da periferia têm estado sempre abertas às influências culturais ocidentais e, agora, mais do que nunca. A idéia de que esses são lugares “fechados” – etnicamente puros, culturalmente tradicionais e intocados até ontem pelas rupturas da modernidade – é uma fantasia ocidental sobre a “alteridade”: uma “fantasia colonial” sobre a periferia, mantida pelo Ocidente, que tende a gostar de seus nativos apenas como “puros” e de seus lugares exóticos apenas como “intocados”. Entretanto, as evidências sugerem que a globalização está tendo efeitos em toda parte, incluindo o Ocidente, e a “periferia” também está vivendo seu efeito pluralizador, embora num ritmo mais lento e desigual. (Hall, 1992 p. 80).

Desta forma compreendemos que nossas participações/responsabilidades sociais devam estar voltadas às propostas de uma pedagogia decolonial e não atrelada as Agendas capitalistas. Devemos cada vez mais desenvolver uma criticidade sobre as responsabilidades ambientais imputadas aos países periféricos no que tange a temática ambiental nos valendo da perspectiva biopolítica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Municípios Educadores Sustentáveis*. Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente-Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação-Coordenação Geral de Educação Ambiental. ProNEA - *Programa Nacional de Educação Ambiental*. 3 ed. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente-Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. *Educomunicação Socioambiental: comunicação popular e educação*. Organizado por: Francisco de Assis Morais da Costa. Brasília: MMA, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La poscolonialidad explicada a los niños*. Editorial Universidade Del Cauca - Instituto Pensar, Universidade Javeriana, Colômbia, 2005.

CAJOGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. La biocolonialidad del poder. Amazônia, biodiversidad y capitalismo. In: *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más Allá Del capitalismo global*. (Org.): CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL, Ramón. Siglo Del

Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Bogotá, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11^o. ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAYRARGUES, F. Pomer. O cinismo da reciclagem – In: *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. [Orgs.] LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P. P. & CASTRO, R. de S. P. 179-219. São Paulo: Cortez. 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios – In: *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília. Ministério da Educação: UNESCO. 2007.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo/Brasília: Cortez/Unesco, 2000.

MIGNOLO, Walter. *The darker side of the Renaissance. Literacy, territoriality and colonization*. University of Michigan Press, Princeton. 1995.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In. *Estudos Avançados*, Vol.24, n.68, 2010, p. 81-101.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: *Epistemologias do sul*. [orgs.] BOAVENTURA, de Souza Santos & MENESES, Maria Paula São Paulo. Cortez, 2010.

TRAJBER, Raquel, *Cidadania e consumo sustentável: nossas escolhas em ações conjuntas* – In: *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília. Ministério da Educação: UNESCO. 2007.

TRAJBER, Raquel, Educação ambiental nos projetos transversais - In: *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília. Ministério da Educação: UNESCO. 2007.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-surgir e re-viver. In: *Educação intercultural na América Latina: entre concepções tensões e propostas*. (Org.) CANDAU, Vera Maria. Ed. Universidade Simon Bolívar, Equador, 2009.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol.4, n.8, 1991, p. 198-215.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

EM NOME DO DISSENSO: TOBIAS BARRETO E O JORNAL *DEUTSCHER KAEMPFER* (O LUTADOR ALEMÃO)

Aruanã Antonio dos Passos¹
aruanaap@yahoo.com.br

RESUMO: Tobias Barreto de Meneses (1839-1889) é considerado o pai fundador e um dos grandes expoentes do movimento filosófico cultural que se avolumou em torno da Faculdade de Direito do Recife (“Escola do Recife”) e que agregou Silvio Romero, Castro Alves, Joaquim Nabuco, Clóvis Beviláqua, Capistrano de Abreu, Graça Aranha dentre outros. Além de advogado e filósofo e poeta. Em vida seus poemas circularam nos jornais de Recife, sendo que sua única obra de poesias (*Dias e Noites*) só fora publicada após sua morte. Apesar de ser considerado o fundador do condoreirismo na poesia brasileira os críticos taxam seus poemas de “sensualistas” e “triviais”. Entendido mais como crítico ácido que poeta, Tobias Barreto publicou alguns jornais mesmo quando viveu por dez anos no interior de Pernambuco (Escada). Merece destaque o jornal *Deutcher Kampf* (O lutador alemão). A publicação do jornal todo em alemão revela a dimensão da crítica de Tobias ao Brasil que via na França o grande modelo cultural a servir de paradigma. Assim compreendemos a obra poética além dos textos publicados por Tobias nos jornais como complementares a sua crítica aos intelectuais que viviam na corte imperial e se sujeitavam a ela. Não à toa Tobias Barreto jamais concordou em se mudar para a capital e mesmo no interior de Pernambuco buscou uma alternativa para expressar seu pensamento com a pretensão de criar uma opinião pública alternativa ao centralismo cultural da corte imperial. Projeto esse inegavelmente articulado a sua crítica à cultura nacional, em suas dimensões literárias, filosóficas e políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; História das Ideias; Brasil Império.

¹ Docente do curso de História da UEG, Unidade Universitária de Jussara. Mestre em História pela UFPR. Doutorando em História pela UFG.

ABSTRACT: Tobias Barreto de Meneses (1839-1889) is considered founding father and one of the great exponents of the philosophical-cultural movement that if augmented around the Law school of Recife (“*School of Recife*”) and that Silvio Romero, Castro Alves, Joaquin Nabuco, Clóvis Beviláqua, Capistrano de Abreu, Graça Aranha amongst others. Beyond lawyer and philosopher and poet. While still alive its poems had circulated in periodicals of Recife, being that its only workmanship of poetries (*Days and Nights*) is only published its death after. Although to be considered the founder of the condoreirismo in the Brazilian poetry the critics they tax its poems of “trivial” and “sensual”. More understood as critical that poet, Tobias Barreto published some periodicals acid exactly when he lived per ten years in the interior of Pernambuco (Escada city). The periodical *Deutcher Kampf* deserves prominence (the German fighter). The publication of the periodical all in German discloses the dimension of the critical one of Tobias to Brazil that saw in France the great cultural model to serve of paradigm. Thus we understand the poetical workmanship beyond the texts published for Tobias in periodicals as complementary its critical one to the intellectuals who lived in the imperial cut and if they subjected it. So Tobias Barreto never did not agree to if to move for the same capital and in the interior of Pernambuco searched an alternative to express its thought with the pretension to create an alternative public opinion to the cultural centralism of the imperial cut. Project this undeniably articulated its critical a national culture, in its literary dimensions, philosophical and politics.

KEYWORDS: The press; History of the Ideas; Brazil Empire.

A Escola de Recife e Tobias Barreto: aportes teóricos e historiográficos

Desde o fim dos anos 1970 a historiografia brasileira sofreu um fenômeno de abertura teórica e metodológica decorrente das reverberações de alguns acontecimentos aqui no Brasil e dos modelos referenciais da Europa. No velho continente a crise das chamadas metanarrativas, dos grandes modelos explicativos, em especial o marxismo e o estruturalismo. Aqui abertura política, multiplicação dos cursos de pós-graduação e ampliação do mercado editorial resumem os principais elementos dessa mutação no campo intelectual-acadêmico.

Os estudos sobre o pensamento brasileiro da segunda metade do século XIX constituem numa tradição já bastante explorada nas ciências sociais e na História. Como ressalta José Murilo de Carvalho diversas abordagens se destacam. O viés mais enfatizado é o papel e a presença dos bacharéis.

Sabemos que a constituição da elite política imperial foi bastante tributária dos bacharéis e letrados. No movimento de ideias e ideais da segunda metade do século XIX e concentrados na chamada geração de 1870, a relação estabelecida com o Império é bastante irregular. Para José Murilo de Carvalho: “Tanto as idéias e valores que predominavam entre a elite, como as instituições implantadas por esta mesma elite mantinham relação tensa de ajuste e desajuste” (CARVALHO, 2003, p. 417).

Isso pode ser compreendido porque a geração de 1870 foi constituída por intelectuais “marginalizados” da política imperial. Um estrato social letrado formado por profissionais liberais, jornalistas, bacharéis que “para exercer sua insatisfação, buscaram espaços de protesto na nova imprensa e procuravam doutrinas que os ajudassem a criticar a situação desvantajosa em que vivenciavam e que legitimassem seus anseios de mudança (...)” (ALONSO, 2002, p. 87), não gratuitamente para Sílvio Romero, Tobias “ficou (...) como o mestre injustiçado; o provinciano esquecido a ser resgatado” (ALONSO, 2002, p. 11).

No entanto, mesmo que levarmos em consideração os pareamentos explicativos utilizados por Angela Alonso ao estabelecer a relação entre esses grupos sociais e a formação das ideias nas diversas correntes de pensamento, nos deparamos com uma dificuldade imensa em “classificar” Tobias Barreto em uma corrente específica. Alonso considera Tobias Barreto e a “Escola de Recife”, como Positivistas Abolicionistas, e ainda assim de modo flexível já que estariam: “Mais perto dos liberais republicanos na ação política, mas vizinhos dos positivistas abolicionistas em experiência social e em ângulo de interpretação do Brasil (...)”(ALONSO, 2002, p. 222), sua crítica seria eminentemente reformista, um pensamento até mesmo em certas circunstâncias moderado.

Logo a perspectiva da trajetória individual em meio a um contexto social mostra-se alternativa para se pensar a diversidade do sujeito na história. Dentro da historiografia estudos que enfatizaram a trajetória e a atuação política de personalidades abriram uma perspectiva fundamental para se pensar o todo a partir da experiência de indivíduos em seus respectivos contextos sociais. Destacamos a tese de doutorado de Joseli Nunes de Mendonça. Através da análise da atuação pública de Evaristo de Moraes e aspectos da sua experiência pessoal com os movimentos abolicionistas, republicanos e socialistas na passagem do Império à República (MENDONÇA, 2004). Joseli Nunes de Mendonça não busca simplesmente construir uma biografia de Evaristo de Moraes, mas sim “abordar as dinâmicas e processos sociais na perspectiva de uma experiência particular” (MENDONÇA, 2004, p. 20).

Outro trabalho importante foi realizado por Sidney Chalhoub em torno da obra literária de Machado de Assis. Através do estudo de seus romances e sua atuação enquanto

funcionário público na segunda seção da Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura (1870-1880 aproximadamente) (CHALHOUB, 2003, p. 10). O estudo de Chalhoub desvendou os meandros com que Machado de Assis escreveu sobre os acontecimentos que vivenciou em seu tempo através de sua obra, das críticas e respostas que o “bruxo do Cosme Velho” deu a esses acontecimentos através de seus romances.

Em outro trabalho que tomou como escopo a obra e vida de um literato, Raphael Frederico da Silva se debruçou em sua dissertação de mestrado sobre os impasses e contradições da identidade social de Lima Barreto diante de sua condição racial (SILVA, 2002). Partindo do estudo de Norbert Elias sobre Mozart², Raphael Frederico da Silva conduz sua análise da identidade social de Lima Barreto levando em consideração a inserção sociocultural em que o indivíduo se enquadra e estabelece a sua trajetória.

Assim com a construção de identidades, tanto individuais, quanto coletiva são tarefas que se intensificam no século XIX, também as noções de cidadania e cultura nacional pertencem a esse contexto. Dessa maneira é recorrente nas ciências sociais e nos estudos sobre o Segundo Império a ideia de que neste período da história do Brasil foram construídos diversos conceitos que orientam o que entendemos por Nação e povo brasileiro³.

Importa a esse estudo duas noções fundamentais inter-relacionadas, a de *cultura*, e a de *trajetória social*. O primeiro tomamos no sentido atribuído pela História Social da Cultura demarcada pelos estudos de E. P. Thompson e Natalie Zemon Davis, ou seja, compreendemos a cultura enquanto instância central “motivadora da transformação histórica” (DESAN, 1992, p. 66). Como propõe Thompson ao analisarmos os indivíduos ao longo do tempo devemos levar em consideração sua formação social e culturais específicas e não suas ações através de conceitos estáticos. Dessa forma, compreender o modo com que os sujeitos “percebem a si próprios e ao mundo exterior” (DESAN, 1992, p. 71) ressalta não a força de determinações conceituais exteriores a cada contexto histórico, mas sim a própria experiência dos sujeitos históricos no seu fazer diante das questões do mundo.

Já a noção de *trajetória* foi desenvolvida em estudos historiográficos da chamada micro-história. Dentre os principais trabalhos. Destacamos o importante estudo de Carlo

² Cf: ELIAS, Norbert. Mozart, sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

³ Sobre o assunto é fundamental destacar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para a construção do Estado-Nação brasileiro no século XIX. Ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Nacional. Ri ode Janeiro: Estudos Históricos, nº 1, 1988.

Ginzburg, *O queijo e os Vermes* (1976), e de Giovanni Levi, *A herança Imaterial* (1985)⁴. O trabalho de Ginzburg demonstra com um indivíduo medíocre pode ser entendido como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico (GINZBURG, Carlo, 2006, p. 20). A diminuição da escala de observação possibilita a percepção de eventos, processos, estratégias e sociabilidades que antes não podiam ser visualizadas. Assim, o trabalho de Giovanni Levi possui consequências no campo historiográficos tão importantes quanto o de Ginzburg. Através da trajetória de um padre exorcista e os diversos processos que enfrentou no século XVII, Levi desvela as estratégias locais de uma pequena comunidade em relação ao Antigo Regime. Essa perspectiva é chamada por Jacques Revel de história “ao rés-do-chão” (REVEL, In: LEVI, 2000, p. 7-37). Uma das implicações da microanálise é a de proporcionar uma análise do social levando em consideração diversas variáveis que, como afirma Revel, são mais complexas e móveis (REVEL, 1998, p. 23).

Se o referencial da micro-história nos permite compreender as relações entre os indivíduos, seus grupos sociais e seu tempo histórico, a história intelectual pode abrir perspectivas interessantes para uma análise tanto do viés de uma história das idéias políticas quanto de uma história dos intelectuais. Por certo que a história intelectual no Brasil ainda não alcançou o status que possui em outros países. Mesmo com a multiplicidade de significados e abordagens: nos Estados Unidos existem dois termos: *intellectual history* e *history of ideas*. Na Alemanha, o domínio é do termo *Gestesgeschichte*. Na Itália, encontramos *storia intellettuale* e *storia della filosofia*. Na França, apesar do peso e da influência dos *Annales*, *histoire intellectuelle* (CHARTIER, 1990). A produção acadêmica sobre História intelectual já é um campo de estudos consolidados no exterior. Aqui as dificuldades parecem emergir de uma certa imprecisão epistemológica. Como destaca Helenice Rodrigues da Silva:

(...) para merecer essa etiqueta, é necessário que a narração de uma vida seja circunscrita no interior de um espaço social preciso e/ou de um contexto histórico determinado. As biografias intelectuais, que inter-relacionam o indivíduo a seu tempo dentro de uma lógica hermenêutica, inserem-se na história intelectual. Nesse gênero de estudo, procura-se salientar a trajetória de um indivíduo, as relações que ele estabelece com seus pares, as visões de mundo, os esquemas de pensamento (ou os *habitus*) de um determinado meio intelectual, responsável pela configuração de uma trajetória e de uma obra. (SILVA, 2002, p. 23).

⁴ Destacamos: GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Ainda: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Já para Roger Chartier, “assim a história intelectual opõe às certezas léxicas das outras histórias uma dupla incerteza do vocabulário: cada historiografia nacional possui suas próprias designações, e em cada uma delas entram em competição noções diferentes que mal se podem distinguir umas das outras” (CAHARTIER, 1993, p. 447).

Para Quentin Skinner, “compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e portanto implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer” (SKINNER, 1996, p. 13). Segundo Helenice Rodrigues da Silva, “a primeira questão que a história intelectual deve colocar é a seguinte: por que alguém (um pensador ou um grupo de pensadores) se apropria de uma ‘idéia’ ou de um sistema de pensamento e os transforma em paradigma intelectual, num determinado momento histórico?” (SILVA, 1995, p. 46). Aos nossos olhos essa questão pode servir a traçar um caminho teórico-metodológico inicial à compreensão de Tobias Barreto, suas ideias e seu tempo.

Da Alemanha para o Brasil: Tobias Barreto e a Escola de Recife

O século XIX não foi apenas o século da História. Também foi o século do rompimento com a tradição. Tradição aqui entendida, principalmente em duas vias: a via política (o império) e a via cultural. Nesse último aspecto o panorama cultural impunha aos intelectuais brasileiros o desafio de pensar a identidade e o caráter nacional. Dessa forma o país oscilava entre a influência de modelos culturais estrangeiros, principalmente o europeu e a construção de um movimento cultural autenticamente brasileiro. Propomos-nos neste breve trabalho delinear os contornos de uma problemática capaz de considerar a emergência de um projeto identitário no Brasil oitocentista que conflitava com o paradigma francês predominante. Para tanto, observamos esse conflito de ideias e interesses através da chamada Escola de Recife.

É nesse contexto de fins de Império e início da República, que um grupo de intelectuais liderados por Tobias Barreto (1839-1889)⁵ e Silvio Romero (1851-1914) funda a

⁵ Tobias Barreto de Menezes nasceu em Campos, Sergipe, em 7 de junho de 1839⁵ e morreu no Recife, Pernambuco em 26 de junho de 1889. Em 1862 Tobias Barreto muda-se para o Recife ingressando na Faculdade de Direito em 1864 concluindo o curso de Direito em 1869 voltando então a viver no interior. A partir de 1871 passa a morar em Escada, atuando como advogado, sem perder o contato com a vida intelectual de Recife. Permanece em Escada até 1881 quando presta concurso para professor da Faculdade de Direito em Recife. Aprovado em primeiro lugar toma posse como professor substituto em 1882. Sua vida boêmia prejudica muitos de seus projetos intelectuais.

chamada “Escola de Recife” na capital de Pernambuco na década de 1860⁶. Entre os objetivos da “Escola” figurava o desejo de alçar o Nordeste brasileiro como centro intelectual tão importante quanto São Paulo e o Rio de Janeiro, de romper com o isolamento cultural em que a região se encontrava. Nesse projeto intelectual nascido na Escola de Direito do Recife esses intelectuais, construíram certa projeção para a cultura e para o caráter nacional. Falamos em caráter nacional em detrimento nos debates historiográficos em torno da busca por uma identidade nacional estreitamente ligada ao debate racial. Renato Ortiz, ao estudar as teorias raciais do século XIX com base em Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, afirma que “o que se propõe os intelectuais do período é a construção de uma identidade de um Estado que ainda não é” (ORTIZ, 1982, p. 34).

Romero chega ao Rio, ainda, trazendo consigo a influência de um grupo de autores e de um mestre: a Escola de Recife e Tobias Barreto. A Escola do Recife, da qual Barreto foi figura central, significou como ressalta Saldanha, um esforço para pensar o país, e tanto Romero quanto Barreto salientaram a necessidade de buscar soluções para os problemas brasileiros a partir da análise da índole nacional (SOUZA, 2004, p. 11).

Ora polemizando com os “centros” políticos e culturais do Brasil agrário do século XIX, esses juristas, poetas, filósofos, críticos, políticos, ora estabelecendo um diálogo direto com outros modelos estrangeiros que não apenas o francês, esses intelectuais foram responsáveis por múltiplos debates que iam da literatura estrangeira anglo-saxã⁷ à filosofia alemã passando pela música e poesia nacional.

Nesse contexto Tobias Barreto se destaca e passa a ser considerado por muitos como o mais ilustre dos membros da escola. Em primeiro lugar por sua capacidade intelectual reiterada não apenas por Sílvio Romero, também por diversos biógrafos e comentadores de sua obra⁸ visto como, “boêmio, revoltado, amigo de polêmicas, sua vida foi uma série de

⁶ Utilizamos o termo Escola como frequentemente aparece nos estudos sobre o movimento, no entanto é questionável a aplicação da noção de escola para esse grupo de estudantes e professores reunidos na Faculdade de Direito do Recife. Os principais nomes ligados à escola foram: Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Artur Orlando, Clóvis Beviláqua, Martins Júnior, Faelante da Câmara, Oliveira Teles, Sampaio Leite, Augusto Franco, Urbano Santos, Abelardo Lobo, Vitoriano Palhares, José Higinio Duarte Pereira, Araripe Júnior, Gumercindo Bessa, João Carneiro de Sousa Bandeira dentre outros. Cf: FILHO, Evaristo de Moraes. *Medo à Utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1985. p.47-48.

⁷ Veja-se principalmente o texto de Tobias Barreto, *Nota sobre a literatura da América do Norte (1886)*, onde Tobias traça um panorama geral da tendência assumida por essa literatura e que é chamada de *yankeeísmo*, ou seja, o caráter nacional que passa a definir a literatura na América do Norte. Cf: BARRETO, Tobias. *Crítica Literária*. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1978, p.50.

⁸ Destacamos: Hermes Lima, Evaristo Moraes Filho, Clóvis Beviláqua (integrante da escola de Recife), Gilberto Amado, Paulo Dantas.

atropelos e desafios” (COSTA apud HOLLANDA, 2004, p. 339). E no campo das ideias Tobias Barreto exerceu de forma marcante os espaços por onde passou e os diversos laços sociais que estabeleceu como professor, como escritor, como político, como polemista, como abolicionista.⁹

Um dos principais estudos em torno do movimento de ideias da intelectualidade nesse momento histórico é a tese de Angela Alonso sobre a geração de 1870 e seu papel na crise do Império (ALONSO, 2002). Através de uma sociologia das ideias da geração de 1870 Angela Alonso prioriza uma percepção das variadas ideias onde as divergências são relegadas a um segundo plano em nome de uma relação elementar, “estruturante” entre o contexto social e a própria existência de determinadas ideias.

Dessa maneira é recorrente nas ciências sociais e nos estudos sobre o Segundo Império a idéia de que neste período da história do Brasil foram construídos diversos conceitos que orientam o que entendemos por Nação e povo brasileiro.¹⁰ Nesse contexto Sílvio Romero demarca a posição da Escola de Recife em texto de datado de 1900, “*Explicações indispensáveis*”, escrito para as *Obras Completas* de Tobias Barreto e organizadas por ele:

Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos, hoje, que são elas correntes e andam por todas as cabeças, não tem mais o sabor da novidade, nos lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, *folk-lore*, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da escola de Recife. Tobias foi o mais esforçado combatente, com o senso de visão rápida de que era dotado (ROMERO, 1926, p. XXVII).

Tanto para Tobias Barreto quanto para Sílvio Romero a capital Federal e a Corte representavam a face “sombria de toda sorte de males” que afetava a vida na época e as das muitas polêmicas ressaltamos a crítica de Tobias Barreto a José de Alencar tendo em vista que

⁹ Sob o aspecto do movimento abolicionista a bibliografia atinente a participação de Tobias Barreto não é unânime. Alguns autores como Evaristo de Moraes Filho afirma que Tobias Barreto chegou a “ficar para trás, superado e hesitante, perdido entre os livros” mesmo sendo mulato e tendo vivido o preconceito quando tentara se casar. In: FILHO, Evaristo de Moraes. Op. cit, p. 144. Já Angela Alonso em trabalho recente sobre Joaquim Nabuco evidencia um episódio interessante onde: “Com José Mariano, fundou a Sociedade Pernambucana contra a Escravidão e foi à Escada, encontrar Tobias Barreto. Os três pediram aos proprietários locais a alforria de seus escravos e denunciaram o uso de açoites – agora ilegal – ao presidente da província”. In: ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 215.

¹⁰ Sobre o assunto é fundamental destacar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para a construção do Estado-Nação brasileiro no século XIX. Ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Nacional*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, nº 1, 1988.

Alencar se transfere do Nordeste para o Rio de Janeiro: “o renome literário, de que se acha apossado o Sr. José de Alencar, é um dos mais claros sintomas do nosso estado de inanição e marasmo intelectual” (BARRETO, 1978, p. 12).

Essa vontade de contestação à procura de um espaço no universo intelectual brasileiro é exemplarmente denotado no percurso intelectual de Tobias Barreto com pelo menos três fases distintas. A primeira marcada pela passagem do ecletismo espiritualista e o positivismo para o naturalismo de Haeckel e Ludwig Noiré em 1869 tendo como texto emblemático “*Sobre a religião natural de Jules Simon*”. A segunda é caracterizada pelo germanismo defendido por Tobias frente o predomínio da cultura francesa no Brasil.

O jornal *Deutcher kaempfer* e suas pretensões: em busca do dissenso?

Segundo Hermes Lima o germanismo era a erudição de Tobias fazendo-se arma:

“Para irritar o burguês com uma nota mais ostensiva de superioridade, abria frequentemente seu luminoso leque de pavão: o germanismo. Um dos periódicos redige-o mesmo em alemão, o *Deutscher Kampfer* (“Lutador Alemão”) teve vida curta e pouca repercussão. Tobias o produziu em Escada no interior de Pernambuco. Era um luxo, uma extravagância” (LIMA, 1957, p. 26).

E nas palavras do próprio Tobias: “Já o declarei com toda franqueza: no presente escrito, a Alemanha é o centro das minhas operações, é o meu ponto de partida, o meu *terminus comparationis*” (BARRETO, 1978, p. 85).

Do *Deutsche Kaempfer* só restou um manuscrito datada de 1º de julho de 1875, que fora encontrado nos arquivos da família de Artur Orlando. Os cinco números, publicados entre 2 de agosto a 12 de setembro de 1875, de sua existência se perderam. Devido a sua importância enquanto documento histórico, reproduzimos o manuscrito na íntegra¹¹:

“Não precisamos de explicitar, compreende-se de si mesmo, como difícil, até perigosa, é a presente empresa.

De dia a dia sobressai para o Brasil, cada vez mais clara e forte, a indispensabilidade de uma ampla aliança espiritual de todos os setores da vida, com a Alemanha.

Em vista da expansão gigantesca e surpreendente (em face do grande voo) que o Germanismo assumiu o curso destes últimos anos, os dias em que vivemos são de uma importância muito maior. A Alemanha lutou, venceu e abriu novos caminhos da História, não só para sua própria salvação, como bem mais para o progresso geral.

Éra, até pouco tempo, um sinal de educação avançada, fechar os olhos para a Alemanha, entretanto se tornou claro, para quem tem agora, portanto, a cabeça no lugar certo, que um povo de pensamento não pode ser também um povo de ação: a

¹¹ A tradução é de Vamireh Chacon. Encontra-se em: BARRETO, Tobias. *Monografias em alemão*. Instituto Nacional do Livro/MEC, 1978, p.18-23.

mais séria e maior lição resultante diante disto, com a qual gente de todas as nações se ocupa e progride irresistivelmente, e seria bastante estranho se apenas o Brasil permanecesse, apesar disso, sozinho e indiferente. Foi-se, por conseguinte, para sempre, aquele tempo quando se podia ignorar a Alemanha e seus formosos grandes homens, sem se tornar culpado de insulto à civilização; foi-se para sempre o tempo, no qual o Francesismo podia falar bem, e a Ciência e a Filosofia pareciam propriamente mercadorias francesas, as quais se podia comprar por qualquer preço. Não se deve deixar sem menção que será inaugurado um novo caminho para o estudo da Ciência e Literatura através do trabalho empreendido pelos senhores editores desta publicação. Trata-se de nada menos que o primeiro órgão para animar o Germanismo no Norte do Brasil.

É notório que o primeiro número de um jornal desperta sempre o interesse de vir a conhecer mais. Dirigimos agora o encarecido pedido, a todos aqueles que não depositam confiança em nossas próprias forças, para serem generosos conosco e ajudarem-nos em tempo, através de contribuições para aplainarem o caminho, o qual redator e editor possuem diante de si e têm de superar.

Entretanto, sem preocupação em relação a isto, pois da mesma maneira que levanta sarcasmo de um lado, desperta dúvida de outro, queremos, a qualquer preço, não apenas procurar honra da nossa pátria, como também infiltrar uma gota de sangue alemão na substância brasileira.

Repare-se apenas nisto. O redator do falado jornal é brasileiro. Quer-nos parecer como se esta mencionada circunstância possa despertar algumas reflexões em contrário, aqui e ali.

Quase sempre o primeiro número de um jornal equivale apenas a um cartão de visita, no qual o redator e seus colaboradores chamam a atenção do público para os seus nomes e revelam seu ponto de vista.

Não recompensa, entretanto, a argúcia do nosso empreendimento, que repete e destaca a próxima importância do aparecimento do jornal, a qual já é indubitável para os interessados e amigos do Germanismo. Se algo se ganha, de que se deva realmente falar, é a garantia que nós (ilegível) sentimos nossa posição de redator. Feita abstração de tudo isto, que nos falta um autêntico talento de redator, inclinamo-nos pelo menos a negar, que a novidade de um periódico alemão, redigido por um brasileiro, segundo a perspectiva habitual, (seja) um crime a ser punido.

Não estamos aliás na posição de poder corresponder plenamente à confiança em nós depositada. Contudo, será nosso empenho zeloso acompanhar o interesse do público e o que objetivamos em seguida, ajudar nossa pátria a entrar na grande e livre corrente do movimento intelectual alemão.

“Der Deutsche Kaempfer” surge, sem proclamar qualquer ato de fé. Na medida em que se desejar ou parecer com o objetivo, serão abordados naturalmente também os temas políticos sob uma perspectiva aberta”.

Em muito Tobias identificava o Brasil com a Alemanha sob alguns aspectos. Na segunda metade do século XIX a Alemanha vive seu momento de unificação sob o comando de Otto Von Bismarck, enquanto o Brasil abandonava gradualmente a escravidão e o passado “feudal” (LIMA, 1957, p. 116), modernizava-se gradualmente. No entanto a admiração pela Alemanha ganhou contornos de germanofilia: “Isolou-se em Escada com os olhos fitos em Berlim. Ali acabou de aprender alemão, sozinho como começara. Vencedora de guerra, unificada, poderosa e em plena fase de industrialização, a Alemanha, pela voz de Haeckel, acolhera o evolucionismo ruidosamente” (LIMA, 1957, p. 254-5). Ainda assim o lugar de sua germanofilia pode ser considerado como um norte para o Brasil:

A verdade, no entanto, é que sempre foi nacionalista e muito amou este País como poucos, procurando lhe chamar a atenção para os seus defeitos e para o seu atraso, medindo-o pelo avanço de outras nações, principalmente da sua querida Alemanha, nem sempre compreendendo as dificuldades, se não a impossibilidade, dessa aproximação, devido aos desníveis de desenvolvimento econômico e social. (FILHO, 1985, p. 173).

A partir do contato com a filosofia alemã Tobias começa a realizar uma crítica mais madura e apurada do positivismo de onde emerge o culturalismo. Cobrindo os seis últimos anos de sua vida as suas teses sobre a cultura encontram aqui sua formulação mais clara e precisa. Segundo Pedro Calafate “um dos temas mais relevantes da obra de Tobias é certamente o da Cultura, na linha daquilo a que seus posteriores analistas, com relevo para Miguel Reale e António Paim viriam a designar como o culturalismo brasileiro” (CALAFATE, p. 39).

Essa reflexão de Tobias sobre a cultura demarca uma evolução intelectual que culmina com a formulação de uma teoria da cultura (CARVALHO, 2002, p. 88). O procuramos perceber é a articulação dessa teoria com as diversas polêmicas e posições políticas em que Tobias Barreto se envolveu. Exemplo da força dessa perspectiva é o modo com que Tobias entende o crime e sua superação na sociedade. Segundo ele há uma tendência inata de alguns para o crime, mas a inexistência ou não em sociedade será determinado pela correção da natureza pelo refinamento da cultura, já que o direito é o desenvolvimento dos costumes.

Nesse sentido, no interior da teoria da cultura formulada por Tobias percebe-se que o centro nodal é o seu interesse pela raiz moral das ações humanas. De uma maneira geral a cultura passa a ser para os culturalistas “um a priori no qual o homem edifica existência singular” (CARVALHO, 2002, p. 89), tal qual na superação do crime. Por isso para Tobias a cultura é um modo de edificar uma sociedade mais justa e democrática (CARVALHO, 2002, p. 90). Não à toa sua crítica se mostra em diversos momentos, muito áspera diante da condição do Brasil nesse momento. O criticismo para Tobias Barreto fora um modo de impor desafios numa tarefa que ele não abandona desde a fundação da escola de Recife até a sua morte: provocar o movimento, a ação contra o ostracismo intelectual que reinava em seu meio.¹²

¹² Podemos estender o comentário de Angela Castro Gomes sobre a obra de João Ribeiro a Tobias Barreto: “Brasil é este país ‘vagaroso’ por força mesmo de sua grandeza material, que dispersa energias e exige imenso esforço de coordenação”. In: GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p.110.

Provocar o movimento fora no século XIX o grande lenitivo dos intelectuais que buscaram afirmar uma cultura nacional frente a outras nações. Essa necessidade foi fortalecida pela proclamação da República e o forjamento de símbolos e heróis que veio com ela. Aos nossos olhos tanto a Escola do Recife quanto o simbolismo caminharam nessa direção. Cada qual em seus contextos sociocultural buscou na França e na Alemanha seus referenciais do qual apropriaram conceitos adequando-os a realidade tupiniquim. Assim, mesmo quando aparentam falar do estrangeiro era a si mesmos que se referiam. Perceber a maneira com que esses modelos estrangeiros foram apropriados e pensados pela intelectualidade brasileira constitui tarefa salutar diante da nossa sempre inconclusa e complexa “identidade nacional”.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 e a crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BARRETO, Tobias. *Crítica Literária*. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1978.
- CARVALHO, José Mauricio de. O tema da cultura na filosofia brasileira. *Utopía y práxis Latinoamericana*. Ano 7, n.17, Junho de 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHARTIER, R. *História Intelectual e História das mentalidades: uma dupla reavaliação*. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. “História Intelectual” In: BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos no Ceará Provincial*. São Paulo: Annablume, 1997.
- COSTA, João Cruz. *O Pensamento Brasileiro sob o Império*. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *O Brasil Monárquico*. Vol.3: Reações e transações. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- DESAN, Susan. *Massa, Comunidade e Ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis*. In: HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FILHO, Evaristo de Moraes. *Medo à Utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1985.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 29.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939)*. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2004.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939)*. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2004.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. In: *Cadernos CERU*, nº 17, 1982.

REVEL, Jacques. *A história ao rés-do-chão*. In: LEVI, Geovanni A *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: _____. (Org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROMERO, Sílvio. *Explicações Indispensáveis*. In: BARRETO, Tobias. *Obras completas*. Vol.X: *Vários Escriptos*, Edição do Estado do Sergipe, 1926.

SILVA, Helenice R. “*Crise ideológica e produção intelectual: esquemas de pensamento próprio a uma situação histórica*”. *Cadernos de História*, v.1, n. 1, 1995.

SILVA, Helenice. *Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. São Paulo: Papyrus, 2002.

SILVA, Raphael Frederico da. *A “Moléstia da Cor”: a construção da identidade social de Lima Barreto (1881-1922)*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 2002.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Ricardo Luiz. *Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero*. *Revista de História Regional*, 9(1): 9-30, 2004.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

O ESPETÁCULO TOTAL: O TEATRO DE WALTER GROPIUS PARA ERWIN PISCATOR (1927)

Marcelina Gorni (autor)¹
marcelinag@hotmail.com
Bráulio Romeiro (co-autor)²
braulioromeiro@gmail.com

RESUMO: Este artigo objetiva analisar as inovações do espaço cênico no projeto para o Teatro Total – idealizado por Walter Gropius para Piscator em 1927 – explorando a relação entre a participação do público e experimentação de novas tecnologias, concebida por Piscator em sua teoria sobre o *teatro político*, além das contribuições específicas que a nova arquitetura para o desenvolvimento do espetáculo. Discutiremos inicialmente a contribuição de Piscator para o desenvolvimento do teatro épico, e para o espaço cênico. A seguir, o espírito de criação coletiva da Bauhaus, e, por fim, a busca pela unidade entre arquitetura e produção industrial na concepção arquitetônica de Gropius, essencialmente no que se refere a uma nova participação da tecnologia na vida cotidiana das pessoas, em um evento essencialmente coletivo, social e envolvente como o teatro.

PALAVRAS-CHAVE: Teatro Total; Walter Gropius; Cultura Arquitetônica.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the innovations on scenic space in the Total Theatre's project – designed by Walter Gropius to Piscator in 1927 – exploring the relationship between

¹ Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (FAV-UFG). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP).

² Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (FAV-UFG). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP).

public involvement and experiment of new technologies conceived by Piscator in his theory of political theater, in addition to the specific contributions that new architecture for development of show. At first, we discuss the contribution of Piscator to development of epic theater and scenic spaces. Following, the spirit of collective creation in Bauhaus, and finally, the search for unity between architecture and industrial production on architectural design of Gropius, mainly as regards the participation of new technology in the everyday life of people in a essentially collective event, social and engaging as theater.

KEYWORDS: Total Theatre; Walter Gropius; Architectonic Culture.

Sobre o teatro político de Piscator e o teatro épico Brechtiano

A história da dramaturgia ocidental é marcada pela teoria crítica de Aristóteles em sua *Poética*. Tal texto serviu de referência para o teatro ocidental a partir de sua releitura imposta pelo classicismo francês do Seiscentos. As regras de como se escrever um bom ou mau texto (com desdobramentos de como se dirigir bem ou mau uma peça) derivados desta releitura prevaleceram por séculos. É o chamado “drama rigoroso” ou “drama aristotélico” na terminologia brechtiana. (ROSENFELD, 1994, p. 15-26).

O teatro aristotélico objetiva desenvolver a empatia com o público. Envolvendo o espectador ao máximo no campo da ilusão, da magia, do absorver o público para dentro de uma espécie de “caixa mágica”, onde este compactua com a ação dramática em total absorção visando confundir-se a ilusão com a realidade. Neste tipo de teatro não se espera do público uma postura crítica em relação ao que ele assiste, pelo contrário, o efeito de total ilusão visa o envolvimento *emocional* ou *sentimental*, e não *intelectual* com a peça.

Embora o drama rigoroso, durante muito tempo ainda dominasse a produção dramática, um novo tipo de drama surge no início do século XX e consolida-se como forte alternativa a ele. Trata-se da configuração enquanto estilo único e próprio do “drama épico”. Elementos épicos sempre estiveram presentes em vários momentos na história da dramaturgia desde os dramas clássicos gregos, porém a forma mais bem acabada do drama épico, tal como o conhecemos, só aparece com a obra de Bertolt Brecht.

É através de Erwin Piscator, que Brecht toma contato pela primeira vez com elementos épicos colocados em cena. Piscator é o verdadeiro responsável pela “ampliação epicizante” sofrida pelo palco moderno.

A força que o teatro épico assume no início do século está diretamente relacionada não só à evolução do teatro moderno, como também a um contexto histórico específico. Uma Europa assolada por uma das maiores guerras que o mundo já conheceu (Iª Guerra) provoca uma reação do pensamento crítico generalizado em relação não só ao progresso tecnológico, mas também em relação à estruturação social, ao modo de produção vigente e à função social da arte.³

Piscator trabalha com a proposta de fazer uma arte direta, fundamentada num objetivo político-social. Em sua visão, a arte e o teatro seriam um meio para alcançar um fim. Um meio político, pedagógico de propaganda para a transformação da sociedade.

A teoria desse *teatro político* concebida por Piscator constitui forte referência para o trabalho de Brecht. Toda uma discussão da função da arte na sociedade está presente no pensamento tanto de um quanto de outro. Mesmo que suas obras divergentes em certo sentido, eles foram durante algum tempo companheiros assíduos de trabalho. De acordo com Bornheim, Brecht aprendeu muito com Piscator:

(...) não apenas na prática do teatro, nas técnicas de elaboração de um espetáculo realmente comprometido com a atualidade vigente; (...) Piscator foi o primeiro mestre importante que Brecht teve no aprendizado da teoria marxista, aprendizado significativo já porque ele se fazia vinculado sempre à prática do teatro - queria-se um marxismo posto em cena. (BORNHEIM, 1992, p. 131).

Piscator, sempre engajado e atento às questões de luta de classes, opõe-se radicalmente ao subjetivismo expressionista teatral, sempre procurando uma técnica “que acentuasse a importância das ‘coisas’ e das forças impessoais colocadas em cena, e que também evidenciasse a tirania dos processos e da técnica sobre a pessoa humana.” (GOMES, 1968, s/p). É o teatro do real, da realidade objetiva colocada em cena para ser analisada, julgada e transformada. O palco como tribuna. “Todas as tolices e perfídias que se haviam arrogado o governo do mundo levadas ao tribunal da arte dramática. (...) O teatro da confissão convida à ação, o teatro da confissão nasce pela ação.” (DREWS, 1968, p. 3).

Sobre a obra de Piscator, Brecht comenta:

³ O êxito da Revolução Soviética intensifica a divulgação do pensamento marxista, que contribui na intensificação dessa tomada de postura crítica.

Foi Piscator quem empreendeu a tentativa mais radical de imprimir ao teatro um caráter educativo. (...) Para Piscator, o teatro era um parlamento e o público uma associação legisladora. (...) O teatro de Piscator, embora não renunciando ao aplauso, pretendia mais ainda, uma discussão. O que desejava não era apenas proporcionar aos espectadores uma vivência, senão também obrigá-los a tomar uma resolução prática, a de ‘participar ativamente’ da vida. (BRECHT apud DREWS, 1968, p. 4-5).

Suas maiores contribuições ao Teatro Moderno são resumidas por Drews nos seguintes termos: “O teatro como trabalho de equipe. Coletivismo na arte. Associação dramatológica. Programática. Tecnicalização. Dramatologia óptica. Teatro total, espectadores participantes.” (DREWS, 1968, p. 15)

Buscando soluções mais urgentes para a classe operária, no contexto da luta de classes, Piscator utiliza-se dos chamados efeitos épicos (projeções, fitas, cenários giratórios, cartazes, etc.) exclusivamente com a finalidade de promover a propagação consciente da doutrina da luta de classes, mesmo à custa do nível artístico da obra. Brecht o contesta no sentido de que, para ele, a participação do artista na luta pelo socialismo não implica no abandono do nível artístico, da prática artística como diferente de outras práticas.

Não encontramos em Piscator, como vemos em Brecht, a tentativa de permitir uma atitude reflexiva por parte do espectador, deixando-o livre em suas decisões, dando-lhe unicamente os instrumentos para que possa optar de modo crítico e racional. Ao passo que Piscator preconiza a politização das massas, Brecht propaga a necessidade de buscar a significação social do teatro. Seu teatro visa apresentar ao espectador o mundo, a realidade social, os problemas, sem trazer soluções ou verdades absolutas, mas sim que suscite questionamentos, “uma reflexão acerca de si mesmo e da realidade que lhe está sendo exposta; que lhe provoque dúvidas, antes de respostas.” (GOLDFEDER, 1977, p. 07). Um teatro com forte teor de denúncia da realidade em que vivemos.

A nova forma dramática instaurada pelo modelo épico brechtiano subverte a tradicional ordem das relações entre *cena, sala e mundo*. No que se refere à forma no discurso cênico, seu vanguardismo está no fato de estabelecer a concordância na *relação forma/conteúdo*, no sentido de que tal relação determine o processo único de elaboração da obra artística. Para mostrar algo diferente ele precisava mudar também a forma de contar a história, uma vez que a forma do teatro aristotélico não cabia mais.

A visão do espetáculo

Do ponto de vista da evolução do espetáculo teatral, nos últimos anos do século XIX, ocorreram dois fenômenos, ambos resultantes da revolução tecnológica, que contribuíram para o surgimento da figura do encenador como o conhecemos hoje. O primeiro é o fato de que começa a se apagar a noção de fronteiras e de distâncias. E em segundo lugar temos a descoberta dos recursos de iluminação elétrica. (ROUBINE, 1998, p. 19).

A utilização da luz elétrica nos espetáculos, e contribuição do avanço tecnológico, permitem gradativamente a conquista efetiva do *espaço cênico*. O espetáculo torna-se um novo pólo de reflexão e experimentação. Este rico panorama de experimentos e novas técnicas de cena é especialmente caro ao teatro de Piscator.

(...) Se a presença do público operário revoluciona o teatro, o seu complemento de trabalho, a máquina modifica verticalmente o modo como se dá a inserção do homem na sociedade, e, em consequência, não poderia deixar de afetar também o mundo das artes. Daí a verdadeira maquinização que invade naqueles anos as artes, especialmente as artes plásticas (como tema) e as artes cênicas. Não se trata tão-só de novidades técnicas como as introduzidas pelo próprio Piscator, (...) e sim de transformar tecnologicamente a realidade cênica (...) A introdução do filme no espetáculo (...) ostenta este mesmo sentido: não apenas o de contemplação, ou de comentário pedagógico, porquanto o filme passa a ser utilizado também com função cênica, ou seja, enquanto cenas filmadas, que concorrem em pé de igualdade com cenas teatrais. (BORNHEIM, 1992, p. 125).

O papel do encenador teatral como o conhecemos hoje, vai surgir e se consolidar através do desdobramento do papel do diretor: de indivíduo responsável apenas por uma parte do espetáculo para indivíduo responsável pela concepção geral espetáculo. O encenador passa a assumir assim, o papel daquele que seleciona as possibilidades de interpretação do texto e acomoda todos os elementos de composição a uma unidade conceitual.

Todas as áreas de constituição do espetáculo contemporâneo passam a ser vistas como componentes de uma unidade da linguagem do espetáculo. Cada elemento do espetáculo passa a dizer algo sobre ele, cada parte adquire um valor de significação própria que será pensado no sentido da coesão geral do espetáculo. O espetáculo seria uma síntese de fatores e elementos de composição cênica e não uma somatória dos mesmos. Os próprios procedimentos de sua concepção cenográfica (reapropriação de objetos, combinação, recorte, decupagem estrutural e tratamento da superfície) integram uma sintaxe, não estando meramente justapostos entre si. Assim como a concepção cenográfica também não é justaposta, mas integrada em relação ao resto da encenação.

No que se refere à evolução e transformação do espaço cênico, ainda observamos em todo decorrer do século XX o intenso uso do palco italiano. No entanto, a questão do envolvimento e participação do espectador começa a surgir a partir de experiências como as de Piscator. E a clássica configuração palco/platéia estabelecida pelo modelo italiano começa a ser questionada.

Todas as pesquisas do início do século XX convergem de uma forma ou de outra para a crítica da estrutura e das relações espaciais impostas pelo palco italiano. Piscator através do uso de técnicas de projeção (cinematográfica e luminosa), do coro, da música, de palcos móveis, andaimes, etc., usa toda tecnologia disponível como um meio de envolver e agitar o público, tirando-o de sua atitude comodamente passiva e contemplativa.

Gropius e a Bauhaus

Do ponto de vista artístico e cultural, Gropius acreditava que todos os homens nascem providos de "inata sensibilidade artística", que se manifesta desde cedo em grau variados. No entanto, a educação e a sociedade industrial na qual esse homem cresce geralmente acabam por coibi-las. Em folheto intitulado *O artista e a mecanização*⁴ Gropius cita o texto *Espaço, Tempo e Arquitetura* de Gideon, em que este considera a educação do homem uma das tarefas cruciais para a geração vindoura. "Em nossa época, de tal mecanização racional, a missão mais importante parece ser o desenvolvimento de costumes criadores." (GIDEON apud GROPIUS, s/d, p. 01). A esse respeito, o próprio Gropius afirma que "todo ser humano sadio é capaz de exprimir-se criativamente. Não me parece de modo algum, que o problema consista em saber se há capacidade criativa latente, mas antes em como se pode ativá-la." (GROPIUS, 1977, p. 79).

Para Gropius a tarefa dos arquitetos e professores, e o seu trabalho na Bauhaus ilustra bem isso, era (re)ativar a sensibilidade artística tanto nos jovens estudantes de artes e arquitetura assim quanto na sociedade. A importância desse novo tipo de artista e arquiteto criador era conhecer profundamente os mais recentes meios e processos de produção industriais, apropriando-se das possibilidades e limitações impostas pela máquina a fim de voltar a participar dos processos de construção da sociedade moderna, como ocorria no passado, antes da

⁴ O texto: GROPIUS, Walter. *O Artista e a Mecanização*, folheto da FAU-USP, contém 05 páginas datilografadas, nas quais não consta fonte, data ou local. A partir de uma análise do texto, podemos concluir tratar-se de artigo escrito em período posterior a 1950.

industrialização. Só assim o arquiteto e artista do início do século XX poderia agregar qualidade artística na produção industrial alemã, e ao mesmo tempo retomar seu lugar dentro da moderna sociedade industrial. Tais princípios básicos estruturavam o ensino de arquitetura e artes aplicadas na Bauhaus.

O que Gropius pretendia era a busca de uma unidade harmônica entre sociedade e máquina. No primeiro período da Revolução Industrial perdeu-se o enfoque no aspecto humano (subjetivo) e social devido ao intenso fascínio com a máquina. As pesquisas de Gropius concentram-se na ideia de que somente fazendo a máquina trabalhar para atender as necessidades humanas, e com o homem em primeiro plano, é que a associação homem/máquina será bem sucedida. “A chave para a reconstrução efetiva de nosso mundo-ambiente – eis a grande tarefa do arquiteto – reside na nossa decisão de reconhecer de novo o elemento humano como fator dominante.” (GROPIUS, 1977, p. 118).

Gropius vê a verdadeira razão da luta de classes e da decadência das relações comunitárias observadas na primeira metade do século XX na alienação do trabalho humano imposta pela divisão de tarefas na indústria.⁵ A separação dos processos de produção no modelo fordista impede o trabalhador de manter o domínio de todas as fases da produção. Sem esse domínio e uma vez que todos os detalhes e características do produto industrializado devem ser resolvidos na fase de sua idealização, não podendo ser alterados durante a sua execução, os antigos artesãos tornam-se operários presos a um trabalho mecanizado e atomizado onde ele deixa de intervir criativamente.

Segundo Argan, o projeto do espaço para Gropius era o projeto da existência de um grupo social, grupo de pessoas que “compartilham uma experiência formativa”. O elemento de coesão do grupo é “uma mesma disposição à experiência a ser realizada.” (ARGAN, 1993, p. 273). Projetar o espaço significa projetar a existência social e vice-versa. Logo o projeto também deve ser uma atividade social, de grupo, interdisciplinar, como garantia de sua essência democrática. Esse espírito de trabalho cooperativo já está presente no morrisiano *Arts and Crafts*, que defendia o trabalho em grupo seguindo os modelos das corporações de ofício medievais.⁶ De

⁵ Segundo Gropius, a transformação gradual dos artesãos e aprendizes de artesãos do século XIX em “operários mecanizados” degradou o trabalho humano a uma mera ferramenta industrial. (GROPIUS, 1977, p. 118).

⁶ Argan comenta que: A concepção do classicismo acadêmico de arte havia relegado o artesanato a um plano inferior de aplicação estilística servil. O individualismo fez da arte uma expressão do orgulho e do domínio; o orgulho é o espírito da mentira; para reconquistar o espírito da verdade é necessário renunciar ao individualismo, voltar à moralidade artística dos primitivos, à colaboração, à comunidade dos artistas. “A inserção deste fator social na

acordo com Argan, ao lado do *Arts and Crafts*, o *Kunstwerbeschule* e a *Werkbund* alemães constituem os antecessores diretos da Bauhaus, e se caracterizam por afinar o caráter da sociabilidade da arte, natureza específica do fator artístico. A *Werkbund* alarga e aprofunda a idéia morrisiana da arte como produto de colaboração. Na leitura de Argan, como a máquina não permite a intervenção do artífice no decurso da execução, todos os problemas devem ser resolvidos a priori, na ideação, resultando assim da coordenação e de competências diversas. Em teoria, a obra de arte é sempre uma obra coletiva de uma sociedade que, através dela, satisfaz uma determinada exigência. A máquina simplesmente recebe e multiplica a ideação. A obra é simultaneamente toda teoria e toda prática.

A partir da *Werkbund* a arte deixa de ser revelação feita ao artista pela “graça da inspiração”, torna-se o “aperfeiçoamento de um fazer que tem o princípio e o fim no mundo e se cumpre inteiramente na esfera social, o problema da gênese da forma então, torna-se o próprio problema da produtividade e adquire, automaticamente, um caráter social.” (ARGAN, 1984, p. 20). Na Bauhaus procura-se retirar da criação artística qualquer característica de excepcional ou de sublime, para a integrar num ciclo normal de atividade e produção: “A arte destinada a repercutir-se e confundir-se na vida deveria nascer como ato de vida.” (ARGAN, 1984, p. 32). A arquitetura “nasce da própria vida, do cotidiano e habitual relacionamento do homem com as coisas no meio das quais vive e de que se serve...” (ARGAN, 1984, p. 37). A rígida racionalidade da Bauhaus objetivava “criar condições para essa arte sem inspiração, uma arte que não deforme poeticamente a realidade da noção, mas que forme, construtivamente, a nova realidade.” (ARGAN, 1984, p. 30).

A Bauhaus promoveu uma verdadeira integração e interpenetração dos processos de criação e concepção artísticos junto aos processos de execução e produção industriais através de pesquisas e experimentações em suas oficinas. O objetivo era a criação artística totalmente integrada no ciclo normal de atividade e produção industrial. Estruturada como o que poderia ser uma comunidade artística organizada, a Bauhaus promovia integração e trocas de experiências entre seus mestres e alunos. Em sua concepção básica não existia separação ou diferença entre a atitude ativa (de produção da arte) e a receptiva (da percepção da mesma).

Argan nos alerta quanto ao fato de que a Arquitetura Moderna desenvolvida dentro da Bauhaus deixa de encarar o espaço como lugar estático, mas, rompendo esses preconceitos, passa

produção artística garantirá a sua eficácia na esfera social. O Movimento *Arts and Crafts* pretende ser a reconstrução de uma comunidade artística capaz de realizar um estilo na produção” (ARGAN, 1984, p. 24 e 25).

a entendê-lo como função de composição de disposição de planos no espaço, definindo e recortando o mesmo da melhor maneira possível, ou seja, procurando encontrar as melhores formas artísticas. Na pesquisa da Bauhaus, essas formas (formas-standards) componentes espaciais, pesquisadas a partir de perfeita comunhão entre ação criadora e execução industrial, eram formas abstratas.

Ainda segundo Argan, uma das maiores conquistas da Arquitetura Moderna é a redescoberta do “espaço”. A espacialidade Moderna se caracteriza pela decomposição e análise do “espaço redescoberto”. A partir da *Faguswerk*, projeto de Gropius de 1912, o edifício passa a ser encarado como construção geométrica abstrata de planos transparentes no espaço. E isso aparece nos projetos desenvolvidos na Bauhaus por ele próprio, por seus colegas e alunos.

Nas palavras de Gropius, o escopo específico da Bauhaus era “concretizar uma arquitetura moderna que, como a natureza humana, abrangesse a vida em sua totalidade.” (GROPIUS, 1977, p. 30)

Arquitetura moderna: um projeto coletivo para a coletividade

De acordo com o próprio Gropius: “A nova filosofia arquitetônica reconhece a importância das necessidades humanas e sociais e aceita a máquina como ferramenta da forma moderna, que deve justamente preencher essas necessidades.” (GROPIUS, 1977, p. 119). Tal filosofia aplica-se aos projetos desenvolvidos por alunos e professores dentro da Bauhaus, e aos projetos do próprio Gropius, desenvolvidos individualmente ou (como cada vez mais acontecia) em grupo, cujo Teatro Total é um exemplo bastante importante. A experimentação e o trabalho colaborativo são princípios importantes desse novo pensamento arquitetônico. Naquele momento de transformações sociais, e de novos modos de produção fazia-se urgente uma redefinição do papel do arquiteto e a configuração do designer dentro da sociedade industrial. O trabalho em equipe ajudava a redefinir estes papéis.

A forma-tipo ou forma standard, entendida como modelo resultado da pesquisa e busca pelo que existe de melhor em diversos aspectos, sempre existiu em outras épocas passadas, bem antes do Movimento Moderno. Quando uma forma standard era gerada, ela passava a ser repetida enquanto atendesse às demandas dos modos de produção vigentes. Na visão de Gropius, tais formas:

eram o resultado dos recursos de produção e costumes de vida de então e representavam uma fusão do melhor, onde muitos indivíduos haviam colaborado para a solução do problema. As formas-padrões da arquitetura do passado constituem uma feliz mistura de técnica e fantasia, ou melhor, uma completa concordância de ambos.” (GROPIUS, 1977, p. 119).

Na recente era industrial não seria diferente. A Bauhaus estabeleceu-se como um dos mais férteis e frutíferos centros de origem de formas-standard, de alta qualidade e adequação à lógica de produção industrial, de provavelmente todo o século XX. E o trabalho em equipe comprovou-se fundamental e eficaz para alcançar tal objetivo.

As formas que os produtos da Bauhaus assumiam não são pois o resultado de uma moda, mas sim de uma combinação artística e de inúmeros processos de pensamento e trabalho no domínio técnico, econômico e da criação formal. O trabalho sozinho não pode alcançar essa meta, só na cooperação de muitos é possível achar aquela solução que transcende o individual e permanece válida por anos a fio. (GROPIUS, 1977, p. 43).

A industrialização, as novas técnicas e novos materiais estavam transformando definitivamente o modo de construção e a estética das cidades, mas o perfil do arquiteto do século XIX não estava preparado para enfrentar as questões que a nova sociedade dele solicitava. Era preciso que a formação dos jovens arquitetos passasse tanto pelos aspectos de criação estético-formal, quanto pela experimentação e participação em oficinas voltadas para a pesquisa da produção industrial, ou participando dos processos de execução da obra no canteiro. Uma reaproximação do arquiteto com a execução da obra se fazia necessária para que ele pudesse conhecer e apropriar-se dos recursos tecnológicos disponíveis.

E além da formação individual do designer e do arquiteto, a industrialização acrescentou tantas variáveis e especificações (tanto na construção quanto na confecção de objetos industrializados) que o trabalho em equipes multidisciplinares tornava-se cada vez mais interessante para manter a qualidade da produção:

O êxito do produto industrial, no campo cultural, tanto técnico como científico, depende exclusivamente do grau de harmonia no trabalho, que se obtém com um tema composto pelo artista, pelo cientista e pelo empresário comercial. Se colocada como meta de trabalho, de uma verdadeira equipe, a satisfação das necessidades humanas, todos os componentes da equipe têm o igual peso ou valor dentro da mesma. [...] Creio que as mudanças dos métodos de produção e o incremento rápido da industrialização na construção, obrigarão o futuro arquiteto, aproximar-se muito mais da construção, e formar grupos com o engenheiro, o cientista, e o empresário, tornando-a uma equipe construtiva [...]. Já que o florescimento da democracia depende da faculdade de colaborar”, então “o arquiteto, cuja principal tarefa profissional deveria ser a de controlar a construção, necessariamente deve desenvolver uma nova técnica de

colaboração. O caráter desta técnica deve basear-se na iniciativa individual, e não na direção autoritária.³⁵ (GROPIUS, s.d., p. 01-04).

Sendo assim, a liberdade e independência de criação, fundamentais para a eficácia e funcionamento do trabalho coletivo, serão reconquistadas dentro do grupo. Na visão positivista de Gropius do trabalho em equipe como solução para os problemas da arquitetura na próxima geração, não tem mais lugar o antigo individualismo pretensioso do arquiteto. O profissional idealizado por ele no projeto de ensino da Bauhaus é um novo tipo de colaborador industrial “que reúne em sua pessoa as peculiaridades do artista, do técnico e do homem de negócios.” (GROPIUS, 1977, p. 37).

Os pioneiros do Movimento Moderno desenvolveram o método de abordar o problema da arquitetura na era industrial com “projeto para uma vida integral.” (GROPIUS, 1977, p. 134).

No desejo de fundamentar seu trabalho na vida do povo, tentaram ver sempre a unidade individual como parte de um todo. Essa idéia social contrasta fortemente com a obra do egocêntrico arquiteto-prima donna, que impõe seus estados de espírito a um cliente intimidado e só produz monumentos voluntariosos de significação estética e individual. (GROPIUS, 1977, p. 134).

Como no teatro, onde diversos profissionais de diferentes áreas, unem-se colaborativamente em prol de um projeto em comum: a *encenação*; para Gropius, a verdadeira Arquitetura Moderna, a construção de uma moderna sociedade, também só poderia ser concretizada através do trabalho conjunto de uma equipe de profissionais de diferentes áreas: ciência, indústria, artes, etc., com a finalidade de realizar projetos viáveis econômica e tecnologicamente, e ainda com boa qualidade estético-formal. Em sua visão, o desenvolvimento da indústria dentro da sociedade ocidental requiritava cada vez mais o trabalho de colaboração e experimentação para se retomar uma arquitetura realmente nova e moderna, através da transformação na estrutura da concepção da mesma, e no modo de realizá-la. Só assim o arquiteto abandonaria seu papel de “ilustrador de fachadas”, para retomar o que sempre foi seu papel principal: o de *servo* na construção da nova sociedade e da nova realidade constantemente mutáveis, e ao mesmo tempo, *líder* desta nova equipe de colaboradores da construção.

O arquiteto do futuro trabalharia cada vez mais em conjunto com a indústria e em equipes coordenadas e integradas. “O bom da arquitetura repousa no labor harmônico e conjunto de um grupo de colaboradores ativos, cuja cooperação corresponde ao do organismo a que chamamos sociedade.” (GROPIUS, 1977, p. 30).

Em sua visão, Gropius só vislumbrava melhoria da qualidade estético-formal na produção industrial, a partir do momento em que o projetista compreendesse a importância e as repercussões técnico-econômicas da industrialização e quando o industrial passasse a deixar de enxergar o projeto como algo descolado, agregado posteriormente ao produto.

Erwin Piscator & Walter Gropius

As ideias de Piscator estão diretamente relacionadas com o contexto histórico da Alemanha pós-1ª Guerra Mundial, ou seja, uma nação derrotada, em trágica situação política, econômica e social. Piscator não vai admitir a arte pela arte, e busca, através da retomada da objetividade e da racionalidade no fazer artístico, reconstruir e transformar a sua realidade buscando eliminar de vez o caos irracional instaurado pela guerra. Para Piscator a arte só tem sentido agente desmistificador na transformação do mundo real. Sendo assim ele instaura um teatro que permite a reconstituição épica do mundo real.

O espírito de missão que o teatro assume para Piscator está indicado em algumas de suas palavras:

Combatemos o mistério, o segredo, a magia no teatro. Queremos fazer sentir aos espectadores que estão no teatro que não estão ali para viver uma vida imaginária, mas uma vida mais ampla, fragmento da vida real, fragmento multiforme, feito de numerosos acontecimentos que dizem respeito ao homem. (...) Pretendo mostrar uma realidade política em movimento. (PISCATOR apud REDONDO JR., 1961, p. 27).

Gropius é o arquiteto responsável por projetar o teatro ideal da mente de Piscator em 1927, cuja construção seria garantida pela Bauhaus. Na época, Piscator não podia mais prescindir de um teatro seu, onde ele pudesse elaborar suas experiências sem as restrições implícitas e impostas pelo tradicional teatro burguês. O Teatro Proletário de Piscator provoca escândalo entre a sociedade burguesa, habituada ao teatro de entretenimento.

Não menor era o escândalo provocado pelas idéias sobre arte e arquitetura colocadas em prática por Gropius no período em que esteve na direção da Bauhaus. Suas idéias de dissolver e democratizar a arte transfigura o papel social da mesma, provocando tanta polêmica quanto o teatro político de Piscator.

Tal como vimos a arquitetura para Gropius, o teatro para Piscator também assume conotações de trabalho artístico coletivo. A construção de uma sociedade renovada pelo espírito

democrático, composta de homens criativos e participantes, passa pelo desenvolvimento de um trabalho cooperativo. O trabalho coletivo é essencial para essas duas artes, além de favorecer e disciplinar a produção. Na sociedade idealmente concebida por Gropius e Piscator estariam eliminadas todas as distinções de classes sociais, e os homens seriam livres criadores, através da incorporação e domínio pleno da máquina nos sistemas de produção artísticos.

Piscator busca a concretização da revolução social através de um teatro político-pedagógico, no modelo de uma tribuna ou assembléia que visa provocar uma ação política mais direta no público. Ao passo que Gropius objetiva despertar a criatividade e a sensibilização artística nos homens do povo, a fim de criar uma sociedade do futuro, onde o artista é o protótipo do “homem do futuro”, do “homem integral”. Enquanto Piscator encara o teatro como agente de transformação da realidade social, através da representação dos problemas e conflitos sociais colocados em cena, Gropius o considera um “centro educativo social”- um agente transformador da sensibilidade artística da sociedade. “Refazendo a sensibilidade desgastada pelo trabalho mecânico, torna-a capaz de reencontrar nesse mesmo trabalho, nos seus processos e ritmos em contato pleno com a realidade e a satisfação dos instintos vitais.” (ARGAN, 1984, p. 82). O teatro passa a promover a “educação integral da sensibilidade orientada para desenvolver com a capacidade perspectiva, a aptidão para uma rápida organização e construção do espaço.” (ARGAN, 1984, p. 82). Piscator e Gropius compartilham o interesse no potencial político-pedagógico expressão teatral. As novas possibilidades cênicas promovidas pelo uso da máquina e das novas tecnologias os unem na concepção e idealização do Teatro Total.

O Teatro Total é concebido no horizonte de uma sociedade ideal, democrática, onde as contradições de classe tenham sido superadas e as relações não se fazem “de cima para baixo”, hierarquizadas, mas são circulares, horizontais. Nesta sociedade ideal não se distingue um trabalho puramente ideal (de criação e concepção artística) de um trabalho manual (de execução).

Segundo Argan, nessa sociedade também não se distingue “um ativo ‘produzir’, que já não o seria, de um passivo ‘gozar’ a arte: todo o ato do círculo da função social, portanto também o ‘usar’ o produto artístico, será por isso mesmo criativo e participará do devir ou progredir da sociedade.” (ARGAN, 1984, p. 20). Com esta compreensão do fato artístico, Gropius subescreve a ideia psicoriana do espectador-participante na ação cênica. Nesta concepção de arte, o usuário torna-se fruidor, e ao mesmo tempo, autor do fato artístico; no caso, a encenação.

O teatro total

O Teatro Total de Walter Gropius baseia-se nessas premissas sociais e tecnológicas. O seu objetivo último é fazer o cidadão participar criativamente do “fazer” artístico, já que a fruição da obra artística não é mais entendida por ele como uma condição passiva, mas encarada também como ato criativo que contribui para o progredir da sociedade. Todas as exigências de Piscator quanto ao novo teatro convergem no sentido da produção de um equipamento teatral de refinamento técnico para satisfazer as exigências de diversos diretores de cena. Isso permitiria obter o máximo de participação ativa do espectador no espetáculo, possibilitando que a ação cênica influísse mais fortemente sobre ele.

Gropius não encara o espaço como um lugar estático. Para ele, as novas formas da arquitetura moderna não se justificam mais “com as habituais categorias formais, fundamentalmente naturalistas, da massa, do volume, do equilíbrio entre cheios e vazios, da relação plástica entre peso e pressão.” (ARGAN, 1984, p. 28). Os princípios de proporção, harmonia e simetria não justificam as formas de uma arquitetura formulada sob os efeitos de uma avançada industrialização. O desenvolvimento de sua arquitetura baseia-se na concepção de que “o edifício já não é uma massa plástica, mas uma construção geométrica de planos no espaço”. (ARGAN, 1993, p. 273).

Framptom (1987) localiza duas etapas do que chama de “conversão” de Gropius aos princípios da *Neue Sachlichkeit* (*Nova Objetividade* ou *Nova Racionalidade*). Essas etapas são representadas pelo edifício da Bauhaus de Dessau (1925) e por suas habitações Törten (1928). Segundo ele, o projeto do Teatro Total seria o projeto da *Nova Objetividade* mais inequívoco de Gropius. A *Sachlichkeit* é apontada por Argan como “objetividade e concretização, correspondência exata e calculada da coisa à função, da forma ao uso”. (ARGAN, 1993, p. 25). Essas características estão todas presentes no Teatro Total de Gropius.

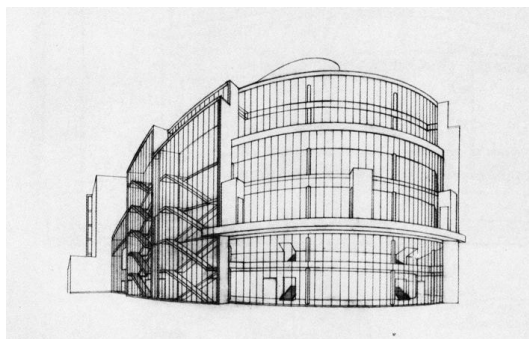
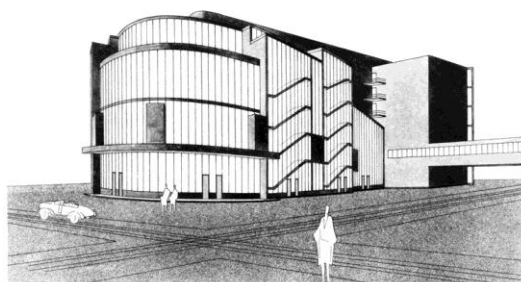
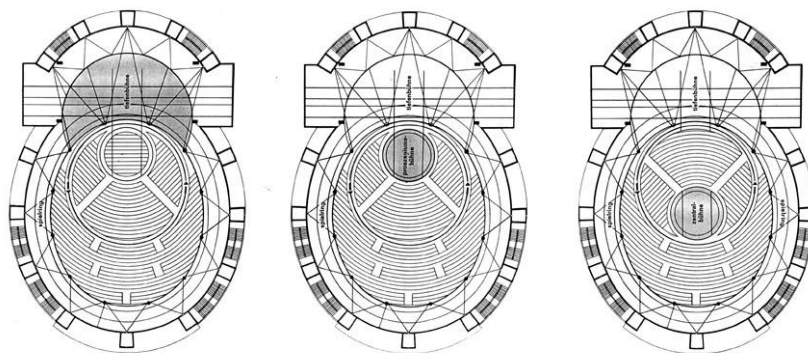


Figura 1. Perspectiva a partir da rua. Fonte: NERDINGER, 1990, p 202.

Figura 2. Perspectiva. Fonte: NERDINGER, 1990, p. 166.

Da construção pelas mãos dos operários, para o uso dos próprios operários, o Teatro Total é o lugar que garante o desenvolvimento de todas as artes sob as asas da arquitetura total. Em certo sentido, esse projeto se configura como uma analogia ao ícone dos primeiros anos da Bauhaus - a Catedral, realização da “obra de arte total”. O teatro como “síntese de todas às artes” é uma concepção almejada por Piscator.

O Teatro Total é conformado por um palco sintético, que abriga as três formas historicamente conhecidas de palco até então. Um sistema extremamente flexível, permite alterar as disposições do teatro, inclusive durante a encenação, e configura o espaço tanto com o palco em profundidade (ou italiano), arena circular central e semi arena (anfiteatro). Todo o espaço interno do teatro é construído em forma oval. Em uma de suas extremidades está o palco em profundidade. Na frente dele, em uma plataforma rebaixável localiza-se um pequeno proscênio. Através de um giro de 180° na plataforma que compreende o proscênio e a parte da frente da platéia, pode-se dispor o palco italiano em formato de arena central. Um complexo sistema de comunicação entre palco e platéia permite aos atores “invadirem” o espaço da platéia. Usando andaimes e escadas móveis eles podem entrar no meio, ao lado, por baixo ou por cima dos espectadores. Tais recursos possibilitam verticalizar a cena e ocupar efetivamente todo o espaço tridimensional da caixa, inclusive o espaço da plateia. Passarelas suspensas, rampas (que conectam palco e plateia) e plataformas rebaixáveis configuram esse novo espaço.⁷



⁷ Tais elementos referem-se às Figuras 3, 4 e 5. Configuração com palco italiano (palco em profundidade), configuração em anfiteatro (semi-arena ou proscênio), e configuração em arena circular central, respectivamente. Fonte: GROPIUS, 1968a, p. 130-131.

Os três palcos podem ser utilizados ao mesmo tempo ou podem ser movidos durante o espetáculo, permitindo ao encenador grande flexibilidade na construção da cena. Tal flexibilidade é viabilizada por diversos recursos técnicos, tais como: trilhos para facilitar a locomoção de cenários; rápido acesso ao depósito; diversas câmeras cinematográficas dispostas por todo o teatro; e aparatos de iluminação que garantem múltiplas possibilidades cênicas.

As experiências épicas de Piscator com projeções luminosas e cinematográficas são referências para Gropius no projeto do Teatro Total. O complexo sistema de projeções idealizado por Gropius contam com câmeras dispostas nas doze colunas estruturais do interior da Oval além de uma torre de projeções central. Entre as colunas são fixadas telas de projeção que tomam todas as paredes internas do teatro. Paredes e forro se transformam em lugares de projeção.⁸ Todo o espaço interno, “neutralizado pela ausência de luz, torna-se, em virtude da luz de projeção, um recinto de ilusão, um palco dos próprios fatos cênicos.” (GROPIUS, 1968b, p. 151). O espaço do palco e o espaço da platéia integram-se num imenso e único “espaço de projeções.” Todo esse espaço torna-se o lugar da ação cênica. O espectador é totalmente envolvido, sacudido na cena. De acordo com as suas próprias palavras, Gropius quis realizar “uma unidade do espaço, da ação e do espectador, dando mobilidade a todos os meios espaciais, para sacudir o público de sua apatia intelectual, assaltá-lo, agredi-lo de surpresa e obrigá-lo a participar ativamente no espetáculo.” (GROPIUS apud WINGLER, 1980, p. 413).

As projeções vindas de todas as direções estabelecem o “fortalecimento da ilusão cênica”, envolvendo o público num processo catártico. O teatro piscatoriano procurava chamar a atenção do público para os temas por ele propostos, justamente através desse envolvimento a absorção do público no espetáculo. Neste caleidoscópio a existência humana encontra sua própria realidade, pautada pelo enfrentamento artístico.

O projeto do Teatro Total é calculado minuciosamente de modo a atender as premissas técnicas exigidas por um projeto desse porte: a acústica, os problemas de visibilidade e mobilidade dentro do teatro são minuciosamente resolvidos, sendo “um límpido recipiente para

⁸ Segundo o próprio Gropius, estes dispositivos visam “construir com a luz e com imagens abstratas ou objetivas – imagens paradas ou em movimento - criar uma ilusão cênica pela qual se economizam em grande parte o aparelhamento teatral e os bastidores.” (GROPIUS, 1968b, p. 151)

as forças do drama que atuam em seu interior”. Nesse sentido, o arquiteto cria o teatro, e a forma do palco (cenário), o espetáculo, “pois assim, como o espírito dá forma ao corpo, assim também a obra arquitetônica configura o espírito, fecunda o mundo representativo espacial dos poetas.” (GROPIUS, 1968a, p. 126).

Segundo Gropius, a arquitetura do novo teatro deve refletir o espírito de seu próprio tempo, ou seja, estar em perfeita comunhão com os avanços tecnológico da indústria da construção. De acordo com suas palavras, essa arquitetura deverá ser “uma grandiosa demonstração do que nosso tempo tem produzido no que se refere a construção e materiais, ferro, vidro, cimento, metais, todos ordenados conforme as leis da proporção, do ritmo, da cor e da estrutura dos materiais.” (GROPIUS, 1968a, p. 126).

Internamente a forma do edifício é elíptica, a disposição das cadeiras ao redor do pequeno proscênio é curva, acompanhando a curva das paredes internas. Tal disposição permite ao espectador a apreensão total do espaço interno de representação em uma única tomada de visão, especialmente quando o teatro está configurado em arena central. Nesta configuração, a “cena vertical” ocupa tridimensionalmente o espaço. O espectador é integrado à encenação.

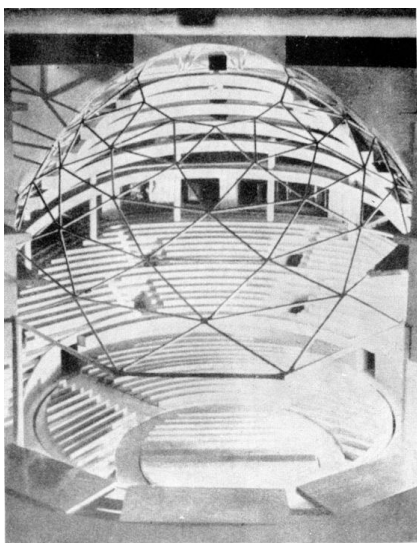


Figura 6. Vista interna da maquete, mostrando a plateia a partir do palco. O Teatro Total possui capacidade de dois mil lugares, e nesta visão pode-se apreender toda amplitude do espaço ovoide que abriga a plateia. Fonte: ARGAN, 1984, s. p.

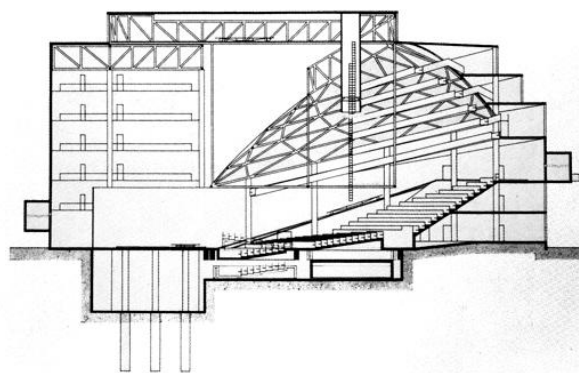


Figura 7. Corte longitudinal, configuração com palco italiano. Fonte: GROPIUS, 1968a, p. 128.

O “ovo” proposto por Gropius torna-se assim ideal para abrigar as diversas possibilidades espaciais propostas durante a encenação: na horizontal, na vertical, a cena pode conquistar todas as dimensões segundo as determinações do encenador. A forma ovóide proposta por Gropius abriga ampla flexibilidade, podendo abrigar variados tipos de espetáculos, fugindo da rigidez exclusiva do palco italiano e possibilitando espetáculos mais variados num mesmo teatro. Talvez para os dias atuais, fossem limitadas as possibilidades de distribuição espacial entre palco e platéia (abrigoando “apenas” três configurações históricas de palco/platéia). No entanto, essa rigidez é amenizada ao avaliarmos o quanto inédita, inusitada e revolucionária era a proposta de Gropius para a realidade teatral de seu tempo. A flexibilidade espacial proposta no Teatro Total proporcionava ao diretor de cena coisa que ele desconhecia até então, ou seja, um “aparelho cênico” flexível e tridimensional, onde o lugar da ação multiplica-se tridimensionalmente pelo espaço interno de todo o teatro.

No palco em arena central, além de perceber o espaço, a plateia percebe a si mesma. Esta configuração do palco possibilita que o espectador encare e entenda sua própria presença na ação cênica, como ingrediente ativo e participante no desenvolvimento do espetáculo.

O espaço interno do Teatro Total materializa-se na resolução da estrutura externa. A forma, o movimento interno do teatro, aparece externamente através de dois volumes articulados, com marcada geometrização. Cada um dos volumes corresponde respectivamente ao palco em profundidade e à platéia. Eles se articulam em um fulcro central elíptico, remetendo ao movimento mecânico e à velocidade, como duas engrenagens que giram em sentido contrário uma em relação à outra. Essa dupla revolução marca um ritmo constante e compassado.

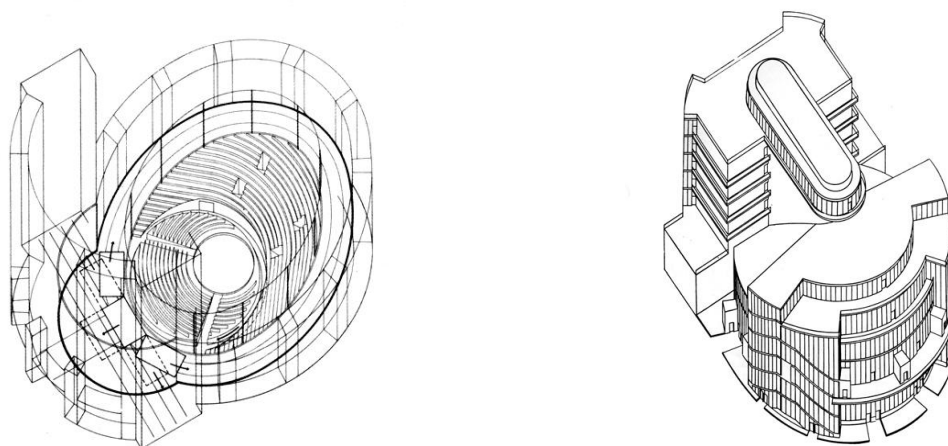


Figura 9. Perspectiva isométrica do edifício. Uma composição de planos e volumes que revela a complexidade de funções reunidas. Fonte: ARGAN, 1984, s. p.

Figura 8. Perspectiva isométrica do interior do edifício, mostrando os planos elípticos que o compõem, com a configuração palco em arena circular.
Fonte: NERDINGER, 1990, p. 188.

“Os elementos oblíquos das escadas, mostrando-se ao exterior através das vidraças, e a sucessiva ascensão das massas desenvolvem um ritmo de revolução em todas as dimensões.” (ARGAN, 1984, p. 83). A estrutura interna do teatro está explicitada em suas formas externas, baseada no sistema de rotação e movimento interno à própria estrutura.

A forma exterior do Teatro Total segue um movimento de revolução contínua que se expande em todas as dimensões, particularmente num movimento de ascensão vertical. O movimento e a velocidade da máquina são temas recorrentes na arquitetura de Gropius. Segundo Argan, tais características seguem uma linha progressiva clara durante a evolução de seus projetos. Ou seja, primeiramente o fator dinâmico caracteriza-se pela aplicação de princípios mecânicos precisos, numa cinemática da forma (cujo maior exemplo é o edifício da Bauhaus de Dessau, 1925); a seguir, o movimento identifica-se com a forma, numa força por ela produzida e reutilizada para assim, reproduzir em sucessivas e infinitas determinações (cujo Teatro Total é o exemplo); e finalmente, a idéia de movimento materializa-se em imagens de movimento, numa contínua revolução da forma em torno de suas próprias geratrizes (ilustrado pelo Palácio dos Sovietes, 1931). “Procura-se materializar o princípio do movimento num movimento efetivo, num palpável e contínuo deslocamento da forma sobre os seus eixos.” (ARGAN, 1984, p. 88)

Esse dinamismo não serve a sua arquitetura como modelo formal, mas sim como um princípio espacial e um determinante de formas. Nasce da própria impossibilidade de Gropius “pensar a construção como conjunto de valores imóveis num espaço constante, e da conseqüente necessidade de senti-la como desenvolvimento, projeção e revolução contínuas num espaço indefinido.” (ARGAN, 1984, p. 71). A Arquitetura Moderna prescinde de formalismos preconcebidos, buscando atender as necessidades de uma sociedade industrial mutável, em constante transformação. Quando as formas dos edifícios passam a se repetir por um formalismo ou etilismo preconcebido e individualizado, a Arquitetura Moderna deixa de existir.

REFERÊNCIAS

ARGAN, G. C. *Arte Moderna- do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. Cia. das Letras, São Paulo: Ed. Shwarcz, 1993.

_____. *Walter Gropius e a Bauhaus*. Lisboa: Ed. Presença, 1984.

BENJAMIN, W. “Que é Teatro Épico? Um estudo sobre Brecht”. In _____. *Arte e Técnica, Magia e Política*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

BORNHEIM, G. *Brecht – A estética do teatro*, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1992.

DREWS, W. “Prefácio”. In PISCATOR, Erwin. *Teatro Político*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968,

ECKARDT, W. V.; GILMAN, S. L. *A Berlim de Bertolt Brecht – Um Álbum dos Anos 20*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993, p. 77-90.

FRAMPTON, K. *História Crítica de la Arquitectura Moderna*, Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1987, p. 125-143.

GARCIA, S. *As Trombetas de Jericó: Estética e Política no Teatro das Vanguardas Históricas*, Tese de doutoramento, ECA-USP, São Paulo, 1992, vol. I.

GOLDFEDER, S. *Teatro de Arena e Teatro Oficina: O político e o revolucionário*, Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP, 1977, p. 02 a 20.

GOMES, D. In PISCATOR, E. *Teatro Político*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUERRA, M. *História e dramaturgia: em cena Carlos Telles (década de 70)*, Tese de doutoramento, ECA-USP, São Paulo, 1984.

GROPIUS, W. *Bauhaus: Novarquitetura*, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

_____. “Construcción de un teatro”. In *Apolo en la Democracia*, Caracas: Monte Avila Editores, 1968a.

_____. “Da construção de teatro considerando a construção do Teatro de Piscator em Berlim”. In PISCATOR, Erwin. *Teatro Político*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b.

_____. *Investigaciones sobre el Espaço Escenico*. Madrid: Alberto Corazón Editor, 1970, p. 137-143.

_____. *O Artista e a Mecanização*, Folheto avulso, FAU-USP, s.d.

NERDINGER, W. “Progetto di ‘Totaltheater’ per Erwin Piscator”. In _____. *Walter Gropius: Opera Completa*, Milano: Ed. Electa Spa, 1988, p. 113-115.

_____. (ed.) *The Walter Gropius archive at the Busch-Resinger Museum*. New York: Garland Publishing, Harvard University Art Museums, 1990.

PISCATOR, E. *Teatro Político*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

REDONDO JR., *Panorama do Teatro Moderno*, Lisboa: Ed. Arcádia, 1961.

ROSENFELD, A. *O Teatro Épico*, São Paulo: Perspectiva, 1994.

ROUBINE, J. *A Linguagem da Encenação Teatral*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SCHLEMMER, O.; et al. *The Theater of The Bauhaus*, Baltimore: Ed. Johns Hopkins University Press, 1987.

WILLETT, J. *O Teatro de Brecht (visto de oito aspectos)*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

WINGLER, H. *La Bauhaus Weimar, Dessau, Berlin: 1919-1933*, Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1980.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

A LUNDA NA OBRA HISTÓRICO-LITERÁRIA DE CASTRO SOROMENHO (1930-1968)

Cássio Santos Melo¹
cassiomelomelo@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo desta apresentação é compartilhar os resultados preliminares de nossa pesquisa de Doutorado iniciada em 2011 sobre a obra do escritor Castro Soromenho (1910-1968). Uma das questões que tentaremos compartilhar com os ouvintes, e para qual ensaiamos algumas hipóteses, são os porquês o escritor Castro Soromenho ter elegido a Lunda - região no nordeste de Angola - como objeto de investimento afetivo de seus textos. Além desta, temos uma segunda preocupação que é caracterizar como paralelamente à prosa fictícia de Soromenho, foi se desenvolvendo um segundo estilo de caráter histórico, o qual está cristalizado nos estudos histórico-sociológicos que Soromenho preparou como professor no curso de Sociologia na Universidade de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Lunda; História.

ABSTRACT: The purpose of this presentation is to share preliminary results of our PhD's research in 2011 on the work of writer Castro Soromenho (1910-1968). One of the questions we will try to share with listeners, and for which have some hypotheses, are the reasons that writer Castro Soromenho electing the Lunda – region in the northeast of Angola – as an object of emotional investment in his texts. Besides that, we have a second concern which is to character as parallel to the fictional prose Soromenho, was developing a second style of a historical character, which is crystallized in the historical and sociological studies that Soromenho prepared as a professor in the course of Sociology at the University of São Paulo.

KEYWORDS: Literature; Lunda; History.

¹ Professor da Universidade Federal do Acre e Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo.

O texto que ora apresentamos objetiva apresentar nossas intenções com relação ao estudo da obra do escritor luso-africano Fernando Monteiro de Castro Soromenho (1910-1968), em especial compreender as especificidades narrativas que a região nordeste de Angola, a Lunda, irá assumir em toda sua obra. Soromenho se inscreve numa tradição que se inicia na virada do século XIX para o XX, quando escritores europeus começam a utilizar a África como objeto de investimento afetivo para construir seus escritos ficcionais, a exemplo de Joseph Conrad, Edmond Morel e André Gide. A novidade a partir desse momento estava na denúncia feita à escravidão e tantos outros problemas frutos do colonialismo.

Soromenho, por sua vez, não foi um leitor de tais obras, mas podemos fazer uma análise de sua produção na linhagem de semelhante tradição, guardadas, evidentemente as suas especificidades. Filho de um português que ocupou altos cargos na administração das províncias de Angola fez o estudo ginasial e parte do liceal em Portugal entre 1916 e 1925 em Lisboa e concluiu o Liceu em Sá da Bandeira, capital da Huíla, na Escola Artur de Paiva, onde foi aluno de Gastão de Souza Dias. O ambiente histórico das primeiras décadas do século XX em que Soromenho cresceu estava absorto na perspectiva de se construir uma literatura etnográfica, histórica e literária a respeito das colônias portuguesas como forma de Portugal afirmar suas potencialidades de grande nação. No caso português, autores do naipe de Henrique Dias Carvalho e seu ex-mestre Gastão de Souza Dias são exemplos daqueles que se ativeram a produzir obras dessa natureza, as quais foram lidas por Soromenho e citadas em vários de seus livros.

Uma das questões que nos colocamos nesta pesquisa é procurar compreender como a África se configurou como tema dos escritos de Soromenho e, além disso, como ela permaneceu na sua obra entre 1937 e 1968 – ano de sua morte. Especialmente se considerarmos que durante o período em que ele viveu em Portugal, entre 1937 a 1960, conviveu com escritores portugueses que estavam distantes de tais temáticas, como Cardoso Pires e Casais Monteiro.

Amarrada a essa questão está uma segunda, que diz respeito a observar as nuances da técnica literária de Castro Soromenho. À primeira vista, tal preocupação não parece ser da alçada do historiador, todavia, sabemos que estilos e motes temáticos são históricos e estão relacionados ao lugar social em que o autor está circunscrito. Como compreender o fato de um jovem jornalista tal qual era Soromenho em 1934, quando publica seus primeiros contos de caráter etnográfico, finalizar sua carreira com um estudo sócio-histórico sobre a Lunda como material para a disciplina de Sociologia da África na Universidade São Paulo? A Lunda

composta por Soromenho na década de 30 não é a mesma de 1968, essa Lunda acompanhou *pari passu* à constituição da própria historiografia sobre a África ao longo dos anos 50 e 60, como também captou as reverberações dos movimentos nacionalistas que estão surgindo na África no mesmo período, além do próprio nacionalismo português. Todavia, é preciso afirmar que o nacionalismo Angolano não era uma das preocupações de Soromenho, essa perspectiva é mais fruto de uma recepção de sua obra por pesquisadores das áreas de Letras que um projeto articulado pelo autor. A princípio acreditamos que Soromenho se agarrou à África como um caminho para a construção de sua obra, obviamente essa perspectiva se tornou consciente para o autor apenas quando ele já era escritor maduro nos anos de 1960 e se dizia ser um homem africano. Esta identificação não é a mesma de vinte ou trinta anos atrás, pois em diversos momentos ele definiu como um português como veremos a seguir (MOURÃO, 1960).

A Lunda, região do atual nordeste de Angola, abrigava no passado a congregação dos reinos do estado do Muatiânvua. O nome Lunda representa a celebração da amizade entre os chefes dos estados que se juntaram para formar o novo reino por volta do final do século XVI. Segundo nos sumaria Raquel Silva, quando Diogo Cão chegou ao continente africano, toda a África Equatorial e Austral era dominada e governada por três grandes reinos ou impérios: o Reino do Congo, Império Lunda e o de Monomotapa. A região da Lunda é limitada dois grandes afluentes do Rio Congo, o rio Cassai limita a Lunda a sul e a leste, constituindo a linha fronteira a leste entre Angola e o Zaire; a oeste o rio Cuango, limita a região em questão até a fronteira norte, que a confina com a República do Zaire (SILVA, 2007, p.11).

Como é sabido, a relação da África com Portugal é de longa data e o significado que a primeira assumiu para o segundo, variou ao longo da história de constituição do chamado império ultramarino português, iniciada nos idos do século XV. No imaginário português as noções de nação e império variavam temporalmente dependendo da relação de forças entre Portugal e suas possessões no ultramar. Segundo Leila Hernandez, “a singularidade do imaginário português é ter sido fundado no sentimento de isolamento e fragilidade em relação à Europa, mas também nos mitos do ‘Eldorado’ e da ‘herança sagrada’” (HERNANDEZ, 2008, p. 502). Tais mitos fundiam-se na perspectiva de que Portugal possuía uma missão civilizatória ao longo do mundo inteiro, a qual representava uma expressão da vontade Divina.

Dentro desse contexto, a África figurou, também, como objeto de investimento afetivo do imaginário Português. No século XIX, havia a crença inquestionável das riquezas

das colônias africanas, como também a ideia de que o projeto colonial africano compensaria a perda do Brasil, restituindo a Portugal as possibilidades de cumprir sua missão, qual seja, a de tornar-se uma grande potência (IDEM, p.503). No processo de constituição das colônias portuguesas ao longo do século XIX, à já citada crença civilizatória de Portugal soma-se o discurso científico racial que começa a ganhar corpo nesse período. Tal discurso previa a categorização e diferenciação das sociedades humanas em graus de evolução diferenciados, constituindo, de igual modo, parâmetros de comparação a partir de pares dicotômicos como civilizado/bárbaro; evoluído/atrasado; etc (SHARWCZ, 1993, p. 43-66). Portugal justificava sua ação, partindo do pressuposto de que aos africanos era dada a oportunidade de progredir ao serem integrados como membros do império português. Mito esse que no século XIX será a matriz principal da identidade nacional portuguesa e que caberá à África, ou melhor, seu domínio, reatualizá-lo sob novos matizes.

Não é demais lembrar, que na primeira do século XIX Portugal viverá um período de dificuldades econômicas com a perda do Brasil e com fim do tráfico triangular de escravos entre Europa, África e América (SILVA, 1994). Tal situação obrigará Portugal a estabelecer novos projetos coloniais de modo a manter vivo o mito do grande império que a Graça Divina teria predestinado os portugueses a realizar. Dentro dessa conjuntura a África figurará como uma nova etapa do projeto português, representada por uma grande colônia formada por Angola, Moçambique, uma parte do baixo Congo quase toda a Rodésia do Norte e a Rodésia do Sul (HERNANDEZ, 2008, p. 506).

Alberto da Costa e Silva nos lembra que para Portugal, restabelecer-se na África significava uma resposta às humilhações sofridas diante do Reino Unido. Os britânicos, em função do seu poderio econômico e naval arvoraram-se como os herdeiros naturais dos territórios do empobrecido império português. A pressão foi tamanha que Portugal recebeu em 1890 um *ultimatum* da Inglaterra para abandonar as terras que comporiam mais tarde o Maláui, a Zâmbia e o Zimbábue (SILVA, 1994, p.34-5). Os resultados da chamada Conferência de Berlim de 1884 – a qual dividiu a África entre as principais nações europeias – de certa forma compensaram as perdas de Portugal. Uma das resoluções da conferência previa que “o direito de um país europeu a terras africanas decorria primordialmente de seus títulos de ocupação efetiva e dos tratados assinados com os nativos” (SILVA, 1994, p.35).

No que toca à mentalidade da expansão europeia no final do oitocentos às “nações civilizadas” caberia organizar toda a estrutura administrativa, judicial, religiosa e militar, sob o intuito de destruir e desorganizar o tráfico negreiro e a escravidão, motivo esse pelo qual a Europa justificou politicamente sua presença na África. Ressaltemos que esse domínio era

uma prerrogativa da Conferência de Berlim, pela qual Portugal e demais países deveriam transformar a conquista formal em efetiva. Assim, no período de 1891 a 1914, Portugal fez uso de sistemáticas campanhas militares de ‘pacificação’ e ‘domesticação’ com o intuito de submeter os novos territórios à burocracia colonial portuguesa. Esse processo foi mais intenso nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné, uma vez que São Tomé e Príncipe e Cabo Verde já eram territórios integrados desde o colonialismo do século XV.

Segundo Leila Hernandez, de meados da década de 1910 até por volta de 1926, a ocupação efetiva foi acompanhada com a transição do sistema de administração militar para o de administração civil, isso implicava em destruir o poder dos chefes tradicionais e desenvolver as “missões civilizadoras laicas de Portugal”.² De acordo com Regina Claro, neste período “procedeu a lenta metamorfose do cativo em ‘indígena’, da substituição da escravatura pela política do indigenato: situação jurídica que esteve no centro dos conflitos entre africanos e portugueses. Os “não civilizados” foram transformados em indígenas” (CLARO, 2004, p.48).

A esse processo seguiu-se a criação em 1911 do Ministério das Colônias e de ampla legislação que norteou as regras básicas para o tratamento das chamadas populações indígenas, a qual deveria ser aplicada conforme o estágio de civilização dos povos africanos submetidos por Portugal. A legislação que se aplicava às colônias, – comumente conhecida como Direito Indígena – em boa medida regulamentou o processo de destruição da cultura das sociedades africanas submetidas, seja por estabelecer novos códigos de comportamento no âmbito do direito e da religião, seja por manter os africanos em situação próxima à da escravidão.

Assim o colonialismo representava do ponto de vista do colonizador, a oportunidade para que essas sociedades fossem integradas à civilização ao assimilarem paulatinamente os valores morais e sociais dos europeus, em outras palavras, elas precisavam “evoluir” e se desligarem de sua cultura tradicional. Todavia, esse status de cidadania ou europeização seria alcançado num espaço de tempo indeterminado que poderia durar até séculos. Para angariar a categoria de “assimilado” o indígena deveria provar que abandonou seus usos e costumes e assumiu os elementos da cultura portuguesa.

Em 1928 o Código de Trabalho dos Indígenas das colônias portuguesas aboliu legalmente o trabalho forçado substituindo o pelo contrato, o qual era apenas uma maneira de escamotear a prática escravagista em Angola. Somente em 1961 o Estatuto Indígena será

² Hernandez, Op. cit., Idem, p. 509. A autora lembra que o termo colônia só foi abolido da legislação portuguesa na década de 1950.

abolido, dando mostras que no âmbito do colonialismo português o racismo e a ideia de superioridade do elemento branco arrastaram-se pelo século XX adentro.

No que toca à produção literária de cunho etnográfico, a historiadora Regina Claro demonstrou que obras dessa cepa faziam parte inclusive das preocupações das elites mestiças angolanas do início do século XX. O jornalista Joaquim Cordeiro da Matta (1857-1894) nascido em Icolo e Bengo, foi um dos representantes da corrente que valorizava a cultura angolana de matriz ovimbundo. Tal valorização se apoiava na língua quimbundo como forma de afirmação desta cultura, afinal essa era uma língua em franca utilização nas relações comerciais com Luanda, como também pelo fato de que a cultura ovimbundo e a língua quimbundo serem de regiões mestiças. Regina Claro lembra que Cordeiro da Matta fora colaborador de vários jornais dentre eles o *Arauto Africano*, o *Jornal de Luanda* e o *Pharol do Povo*, neste último ele era responsável por uma seção de caráter etnográfico, denominada “História de Angola” (CLARO, 2004, p.69).

A par de tais observações podemos afirmar que o esforço para se investigar aspectos etnográficos da sociedade angolana está circunscrito à realidade da cidade de Luanda, e é sob a perspectiva da realidade de Luanda que a produção de muitos literatos angolanos será encaminhada. O nacionalismo que a literatura angolana irá paulatinamente construir ao longo de século XX exclui, como todos os nacionalismos, uma ampla complexidade de povos e culturas que ainda não estavam completamente sob o manto da metrópole. A Lunda no nordeste de Angola é um exemplo. E Castro Soromenho, fruto desta tradição em que descrição etnográfica assumia o papel de preservação de um passado que na visão de muitos desses letrados em breve desapareceria, fixou essa região se utilizando de vários gêneros textuais, como a história, o romance, o conto e o texto jornalístico.

Castro Soromenho por não ser um escritor mestiço possuía outra perspectiva. Diante de tal assertiva podemos nos fazer uma pergunta: será que a escolha pela Lunda se deu pelo fato de que ela fora considerada uma região ainda não completamente dominada pelo contato com o colonialismo português? Ou foi apenas por uma razão prática, visto que sua incursão pelas áreas lundas se deu no mesmo período em que seu pai era governador da referida província?

Seja como for, muitos literatos portugueses, ou que se identificavam como portugueses a exemplo de Castro Soromenho, na década de 1930 elegeram a África como objeto de investimento afetivo de suas ficções. Para a literatura portuguesa, esta África estava localizada nas áreas do tão propalado mapa de cor-de-rosa que Portugal almejava dominar, do atlântico – partindo de Angola – até o pacífico, em Moçambique. Todavia, as pretensões e

ameaças da Grã-Bretanha impediram que tal desejo se concretizasse. De tal sorte que esta literatura funcionou como um importante elemento compensador dos bríos feridos de uma nação que se considerava mais importante do que realmente era. A literatura colonial da década de 1930 terá como meta louvar o papel civilizador português. O racionalismo britânico não fez conta da longevidade da presença portuguesa em território africano.

Um pouco atordoado ainda após a Conferência de Berlim, Portugal passou a intensificar a ocupação efetiva de suas possessões. A ocupação do território angolano estava na ordem do dia, e devia ser rápida e agressiva. As novas regras que se intensificaram a partir da década de 90 do oitocentos, colocaram as relações entre portugueses e as sociedades tradicionais sob novas roupagens.

Assim, como parte da política de restrição dos direitos dos nativos, como também de ocupação efetiva do território angolano, que é nomeado como Governador Geral de Angola (1912-1915) o general Maria Mendes Norton de Matos. Este homem trazia consigo um plano de modernização da colônia, cujo fito era reforçar a soberania portuguesa no território angolano. Seus esforços estiveram concentrados na substituição da administração militar pela civil, na colonização intensiva por famílias vindas da metrópole, nas missões civilizadoras laicas e na destituição dos poderes dos sobados (CLARO, 2004, p.87).

Creio que vale a pena ser citado uma passagem de uma obra da lavra de Norton de Matos, intitulado *A província de Angola*. O trecho a seguir nos dá uma dimensão não só das medidas administrativas levadas a cabo por Portugal em Angola nas primeiras décadas do século XX, como também perceber o que Portugal enquanto nação pensava de si própria comparada ao seletivo grupo de potências que almejava pertencer. Vejamos então:

a colonização por famílias portuguesas deve excluir por completo dos núcleos de colonização os indivíduos de raça preta e a construção arquitetônica deveria seguir o estilo das aldeias de Portugal. Justificava que para a fixação da raça portuguesa em Angola temos de estabelecer um tipo superior de civilização e ir procurar modelos e exemplos, não ao deplorável modo de viver da maioria dos operários portugueses e, sobretudo dos nossos trabalhadores rurais, mas às civilizações mais perfeitas da Inglaterra, da África do Sul e principalmente da Austrália, do Canadá e dos Estados Unidos da América (MATOS, 1926; Apud: CLARO, 2004, p. 88).

O ápice deste processo se deu com a promulgação do Ato Colonial de 08 de julho de 1930, sob a batuta do Ministro Interino das Colônias Oliveira Salazar. Esse código reafirmava o “direito histórico de Portugal em possuir, colonizar territórios fora do continente europeu, bem como sua aptidão especial para ‘civilizar’ as populações indígenas” (CLARO, 2004, p.96). Grosso modo seria esse o ambiente histórico vivenciado por Soromenho no

início da sua vida, tanto em Lisboa como na Lunda. Na primeira como matriz de tal perspectiva, na segunda observando a aplicação prática de tal política.

Quanto ao campo/universo intelectual no qual estava envolvido Castro Soromenho, já comentamos anteriormente que Henrique Dias de Carvalho e Gastão de Souza Dias estavam entre as suas principais referências, especialmente o primeiro. Todavia, não podemos deixar de mencionar um tipo de literatura produzida em Portugal entre as décadas de 1920 até meados da década de 1950 que envolveu uma quantidade razoável de escritores portugueses, nascidos ou não em Portugal. Comumente conhecida como literatura colonial, este tipo de produção começará ganhar corpo a partir do final do século XIX. Amparada no olhar etnocêntrico do homem europeu, o desconhecido continente africano por meio da literatura é conhecido.

A criação da Agência Geral das Colônias, em 1924, marca o início da propaganda colonial oficial em Portugal. As suas iniciativas editoriais e culturais e particularmente o *Boletim da Agência Geral das Colônias* – criado em 1925 – e o seu Concurso de Literatura Colonial – instituído no ano seguinte – reforçaram consideravelmente o discurso colonial português.³ Este concurso instituído e regulamentado por meio de várias portarias expedidas pelo Governo Republicano Português, conseguiu angariar diversos patrocínios oriundos de instituições como o Banco Ultramarino, Companhia do Petróleo de Angola, a Companhia de Diamantes de Angola, o Banco da Beira, dentre outras. A mercê dos patrocínios conseguidos foi possível criar dois prêmios de primeiro e segundo lugares. Sendo que o primeiro era da ordem de 5000\$000 (cinco mil escudos) e o segundo de 2500\$000 (dois mil e quinhentos escudos). Castro Soromenho arrebatou três prêmios do referido concurso. Em 1939, ficou em 2º lugar com seu livro *Nhári: o drama da gente negra*, curiosamente neste ano o 1º lugar não fora premiado; em 1942 leva o 1º prêmio com a obra *Homens sem caminho*; e em 1943, novamente fica com 2º lugar com *Rajada*, novamente o 1º prêmio não fora atribuído. De maneira nada fortuita, Gastão de Souza Dias – professor liceal de Soromenho na Huíla – ganhará vários prêmios no referido concurso de literatura. Aliás, Souza Dias foi quem angariou a primeira colocação na estreia do concurso em 1926.

A despeito dos prêmios conseguidos, Soromenho, paralelo a sua produção literária em Portugal, garantiu sua sobrevivência material por meio do jornalismo, isso até 1943. Após

³ Acerca do *Boletim da Agência Geral das Colônias*, seu nome passou por algumas mudanças ao longo da sua existência. A partir de 1932 ele foi chamado de *Boletim Geral das Colônias* e entre 1957 a 1974 passou a se chamar *Boletim Geral do Ultramar*. Atualmente o acervo destes boletins encontra-se completamente disponível no site do projeto “Memória da África” pertencente à Universidade de Évora, Cf: <http://memoria-africa.ua.pt/collections/BGCBGU/tabid/176/language/pt-PT/Default.aspx>

esse período Soromenho abandona a carreira de jornalista e passa a se dedicar exclusivamente à literatura. Em 1949 inicia sua carreira de editor. No Rio de Janeiro como correspondente do *Diário Popular*, o escritor acerta com o editor Arquimedes de Melo Neto, que dirige a Casa do Estudante do Brasil, a publicação de *Terra morta* e a constituição de uma editora que viria a ser denominada de Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileira. A editora é dissolvida pelos sócios pouco depois, e o escritor funda, em 1953, a Editorial Sul. A nova editora é formada em sociedade com seu cunhado, Raúl Mendonça, três anos depois a Editorial Sul é fechada pelas autoridades portuguesas sob a alegação de irregularidades administrativas.⁴

No caso específico da produção literária que teve a região angolana como tema, o historiador português Alberto Oliveira Pinto define a da seguinte maneira:

[...] são de literatura colonial, neste sentido subjetivo e restrito, as obras literárias cuja temática incida sobre Angola e os angolanos mas cujos autores, naturais ou não de Angola, se sentem portugueses e concebem Angola como espaço português e os angolanos como portugueses e seus súbditos (PINTO, 2010, p. 127).

Afiançamos sem medo de cometer equívoco, que o nosso objeto de pesquisa não se enquadra em sua totalidade na definição acima. Castro Soromenho, apesar de se sentir como um homem português e ser educado como tal, procurou descrever a Lunda como uma região africana, obviamente não podemos desconsiderar que isso ocorreu dentro de um espaço em situação de colonização e desta maneira nos seus textos a situação de sobreposição de uma cultura sobre outra vem à tona. A produção escrita de Soromenho também não assume o reverso da literatura colonial, a literatura de caráter de nativista, qual seja, aquela encabeçada por homens nascidos na África cujas obras já apresentam certas tintas nacionalistas, a exemplo de Alfredo Troni e Antônio Assis Júnior.

Assim, o que pretendemos é situar historicamente Castro Soromenho e sua produção histórico-literária não encarando sua obra desvinculada da realidade na qual foi gestada, e sem nos preocuparmos com catalogações de estilos, correntes e demais categorias desta natureza. Que no mais das vezes obscurecem a interpretação de autores e suas respectivas obras.

Castro Soromenho, como tantos outros que se embrenharam no convívio com os grupos tradicionais africanos no intuito de registrar alguns elementos de suas culturas,

⁴ SOROMENHO, Jorge Eduardo de Castro. Disponível em [<http://sobrecs.wordpress.com/biografia/>]. Acessado em 01 de agosto de 2011. Este site foi elaborado pelo filho do escritor que mora no Brasil, aproveitamos para agradecer a solicitude de Jorge Soromenho em nos facilitar o acesso a vários textos originais de Fernando Castro Soromenho, inclusive fotografias.

experienciou um processo que contava com a participação dos próprios africanos. O fato de não dominar o idioma dos lundas e quiocos, exigia que a relação de Soromenho fosse intermediada pelo chamado “língua”, o intérprete que o acompanhava nas suas viagens.

Numa fotografia que ilustra o livro de contos *Lendas Negras* (1936), Soromenho se encontra sentado numa espécie de caixote de madeira e ao seu redor, igualmente sentados, estão três homens africanos.



Fotografia que ilustra o livro de contos *Lendas Negras* (1936)⁵

Soromenho posa para esta foto de maneira bastante garbosa, usa polainas, farda da administração colonial e está de posse de papel e lápis. Ao ocupar uma posição central na fotografia e sentar-se numa num caixote que garantisse bons centímetros acima de seus interlocutores, a clivagem social já estava posta. O “língua” que o acompanhava está num segundo plano logo atrás de Soromenho olhando seriamente para as lentes. Estas fixarão a intenção – consciente ou não – do jovem funcionário da Administração portuguesa em demonstrar que domina as técnicas de registro do passado oralizado das sociedades tradicionais africanas, e que neste momento se aventura nas lides de etnógrafo. Contraditoriamente a isso, nos idos de 1960 ao ser interrogado por Fernando Mourão em Lisboa a respeito de qual método utilizara para recolher material que lhe servira de base à primeira parte de sua obra, sem pestanejar Soromenho responde: “Não usei nenhum método. Nunca recolhi material. Africano nascido em Moçambique, mas medrado em Angola desde mal saído do berço, a Angola devo a minha vida de escritor” (MOURÃO, 1960).

Ainda não sabemos se a resposta de Soromenho é verdadeira ou se foi retórica, com o intuito apenas de desestabilizar o seu argüidor. Fernando Mourão em sua obra *A sociedade angolana através da literatura*, frisa sobremaneira o trabalho etnográfico de

⁵ O verso desta fotografia assim como seu original foram disponibilizados pelo filho de Castro Soromenho que vive no Brasil e atua como professor na FEA-USP.

Soromenho junto às populações lundas e quiocas.⁶ Logo mais abaixo apresentaremos algumas outras evidências que auxiliarão a ensaiar respostas para contradições de tal espécie.

Ainda acerca da fotografia que citamos anteriormente, há no verso desta algumas informações que nos permitem fazer algumas inferências, a começar pela data de 1932 anotada manualmente com caneta. Neste ano Soromenho estava nos sertões na função de Aspirante na circunscrição de Saurimo, Distrito da Lunda, a serviço do governador do distrito, ninguém mais ninguém menos que seu próprio pai, Artur Ernesto de Castro Soromenho. Na introdução de *Lendas Negras* (1936), ele afirma que ao se entrar na chota e sentar junto ao fogo, viveu um pouco da alma da gente negra, pois “Ouvi o ciciar de seus pensamentos calmos, envolvidos numa ânsia de bem; escutei suas palavras amargas, reprovando todo mal, e ficou-me, prisioneiro na lembrança, o alevantado instinto de justiça que alimenta esta raça descuidosa” (SOROMENHO, 1936, p.3).

Nesta fase inicial da obra de Soromenho composta basicamente por contos, ele encara sua função como tendo o papel de registrar a história e a cultura deste povo. Estes contos, que se alinham aos publicados dois anos mais tarde no livro *Nhári* (1938), tratam da temática da morte, de sentenças morais para aqueles que praticam o mal e da disputa de poder por terras.

Soromenho, também, procura evidenciar o papel dos europeus na abertura de caminhos no continente negro, a exemplo de sua singela e sintomática dedicatória do livro *Nhári*. Por ser curta a reproduzimos na íntegra: “a todos aqueles que, humanitariamente, no cumprimento de missões de muito cansar, abriram caminhos, que eu trilhei no continente negro” (SOROMENHO, 1938, p. 7). Em obras seguintes, o termo “a todos aqueles” evolui de maneira bastante explícita para “portugueses”, tendo estes um papel muito importante nesse processo de dominar o continente africano. Leiamos esta passagem do ensaio *Imagens da cidade de S. Paulo de Luanda* (1939), que por si só é mais esclarecedora que nossas afirmações.

E a nós, portugueses, mais uma vez nos pertence o principal papel no desempenho dessa missão histórica. A nossa situação geográfica nas terras africanas – e são as situações geográficas que fundem em bronze indestrutível os destinos dos povos – marca-nos bem claramente nossa linha de acção. Em face na nacionalidade que se está formando com tanta intensidade e com tamanho brilho na África do Sul, temos de nos preparar para manter, mais uma vez, a civilização latina, e, acima de tudo, a civilização portuguesa que dela nasceu, tão própria para transformar as civilizações primitivas e para se adaptar a variadas regiões, mercê das notáveis características com que cinco séculos de administração e governo de colônias e de

⁶ MOURÃO, F. A. A. *A sociedade angolana através da literatura*. São Paulo: Ática. Ver especialmente o capítulo II “A visão poética ou a terra da amizade”.

impérios a diferenciaram das outras civilizações. Preparação de que maneira? De forma alguma guerreira ou agressiva. Essa preparação tem de ser, atendidas as condições de tempo e de lugar, a mesma que fizemos no Brasil. Fixar nas terras de África que nos pertencem, a nossa raça [...] (SOROMENHO, 1939, p. 9)

Em artigos jornalísticos publicados no *Diário de Luanda* e nas revistas *O mundo português*, *Humanidade*, *Vida Mundial Ilustrada* e *Atlântico* ao longo do final da década de 1930 e 40, Soromenho relacionará alguns temas que estão completamente imbricados na sua obra, o homem africano, o imperialismo português e a literatura. A leitura desses artigos cotejados com suas obras literárias nos possibilitará ensaiar interpretações mais sólidas e consistentes acerca do nosso objeto.

Acerca da fotografia já citada, assim como outra que estava em poder da família – na qual Soromenho aparece de pé defronte a algumas casas tradicionais – e uma série bastante extensa de fotografias do rosto de homens e mulheres lundas e quiocos, possivelmente foram todas tiradas em 1932 também

Estas últimas, por sua vez, compõem uma espécie de anexo de um livro de 1944, intitulado *A maravilhosa viagem dos portugueses*. A datação dessas fotografias é algo impreciso ainda neste momento da nossa pesquisa, mas temos plena certeza que elas não ultrapassam o ano de 1936. Sabemos apenas que em 1933 – período em se inicia o expurgo de funcionários republicanos – seu pai é enviado de licença a Lisboa e nunca mais retornou a África, falecendo no ano de 1944 em Lisboa.

Entre 1933 e 1936 Castro Soromenho permanece como funcionário do governo, mas é um período muito obscuro de sua vida, pois desconhecemos suas atividades profissionais e intelectuais neste momento. Talvez uma pesquisa nos relatórios do Governador da Lunda deste período possa fornecer algumas pistas. Em 1936 fixa-se em Luanda, ano em que publica seu primeiro conto *Aves do Além*, o qual será incorporado no seu primeiro livro também de 1936 sob o título *Lendas Negras*. Sua permanência em Luanda é pequena, e em 1937 vai para Portugal e nunca mais retorna à África. A Lunda, sua história e sua cultura estarão presentes em toda sua obra. Todavia, seu retorno a Portugal levará Soromenho a recriar novamente a Lunda que ele já havia ficcionalizado nos seus primeiros contos. Isso se dará por um processo de incorporação de novas leituras etnográficas e inclusive históricas, como também pelo fato do próprio autor fazer uma revisão crítica da sua obra a partir do momento que estava em Portugal. Segundo ele próprio, “quando em 1937 abandonei Angola, estava longe de vir a ser um escritor. Interessado no jornalismo, profissão que exerci largos anos, dele me ocupei. Foi aqui em Portugal que nasceu o escritor, depois de reviver a minha vida em Angola” (MOURÃO, 1960).

Pedimos licença neste momento ao leitor que ora nos acompanha, para fazer uma digressão analítica acerca de um trabalho de Castro Soromenho que nunca fora publicado. Trata-se de um texto que compõe o acervo do Centro de Estudos Africanos da Universidade São Paulo, e sua compreensão e análise nos auxiliará na exposição dos objetivos de nossa pesquisa.

“*Lunda: da formação do império às fronteiras coloniais*”, texto de caráter histórico e sociológico é resultado do trabalho desenvolvido por Castro Soromenho como professor da disciplina de Sociologia da África que ele passou a ministrar após sua chegada a Universidade de São Paulo em 1966.

Soromenho logo no primeiro parágrafo deste texto informa ao seu leitor que somente o estudo histórico dos períodos colonial e pré-colonial dos países ao sul do Equador dará condições para compreender a presença das chamadas sociedades tradicionais dentro dos novos países africanos que estão surgindo após os processos de independência dos anos de 1960. Ele procura justificar o porquê da escolha do Império Lunda como seu objeto de análise, sendo um dos elementos principais para esta escolha a localização geográfica do dito império, pois ele se situava numa zona de confluência, como também o fato das “velhas culturas” não terem sido abandonadas, assim

[...] tendo a Ocidente a presença portuguesa nos antigos reinos do Congo e N’Gola e a Oriente em Tete sobre o Zambeze, com o árabe instalado em vários pontos da costa do Índico, em trato comercial com as caravanas lundas que iam aos seus mercados, pela mesma estrada que atravessa o Império, por onde, rumo ao Ocidente, seguiram durante mais de dois séculos escravos para o Brasil [...] (SOROMENHO, 1968, p. 1).

Fazendo uma análise retrospectiva dos vários escritos de Soromenho, os quais se passam sempre no mesmo espaço geográfico – a Lunda –, de súbito algo nos chama a atenção ao ler a justificativa acima. Nos idos de 1968, agora na condição de professor universitário na Universidade de São Paulo, Castro Soromenho construiu uma argumentação científica e racional para o seu envolvimento com as questões históricas e sociológicas da Lunda. Todavia, sabemos que no final da década de 1920, quando ainda residia em Angola junto a seus pais, as razões para seu envolvimento com a escrita de lendas dos povos lunda e quioco não foram tão racionais assim.

Soromenho, em 1968, enfatiza que só o conhecimento da sociedade tradicional trará possibilidades para a compreensão da sociedade pré-colonial, colonial e pós-colonial também, porque a sociedade tradicional está presente no espaço geográfico do antigo império Lunda.

E as fontes históricas para o estudo do império Lunda estão na tradição oral, mais exatamente as narrativas de portugueses que desde a primeira metade do século XIX já circulavam pela Lunda a exemplo do comerciante Joaquim Rodrigues Graça que produziu um diário datado de fevereiro de 1846, sobre o qual Soromenho mantém certas reservas quanto às suas afirmações. Aqui mais uma vez, implicitamente, nosso autor nós dá uma pista de como foi seu acesso às tradições dos povos da Lunda. Soromenho é enfático em afirmar que as fontes históricas para o estudo do império Lunda estão na tradição oral, a qual ele aparentemente buscou nos livros e não no contato com as populações da Lunda.

Relativo ao período em que o diário de Joaquim Graça é escrito o que se sabia sobre Angola resumia-se basicamente às regiões próximas ao litoral. Quanto às terras para além do rio Cuango, o desconhecimento se fazia por completo, eram conhecidas simplesmente como país do Molúas e estados do Muatiânvua, observa Soromenho.

Após fazer tais afirmações, Soromenho inicia bruscamente a tratar da fundação do Estado do Muatiânvua, narrativa essa, que segundo suas citações, se fia no estudo de Henrique Dias de Carvalho e que foram por ele confirmadas mais de cinquenta anos depois.

Segundo Soromenho a fundação do estado do Muatiânvua se dá por volta do final do século XVI, ou pouco antes da conquista do reino de N'gola pelos portugueses no final da primeira metade do século XVII. Apoiando-se na leitura de *Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda* (1890), da autoria do militar-expedicionário Henrique Dias de Carvalho, Soromenho nos narra o processo de fundação do estado Lunda a partir da morte do regente mais velho da comunidade dos bungos, o Ká-cala e que confiou a sucessão do reino a sua filha Luéji, em detrimento do seu irmão Kinguri. Reproduzamos então, as palavras do autor para concluir esse raciocínio.

[...] por ser jovem e inexperiente [Luéji] foi assistida no governo do Estado pelos velhos dirigentes das comunidades, situação que se manteve até o seu casamento e nascimento do herdeiro do novo Estado, que se chamou Lunda porque lunda significa “amizade”. Foi o pacto de amizade entre as comunidades bungos que formando o Estado Lunda conferiu à filha do último regente o título de Suana Murunda (ou Suanamulunda), “Senhora das terras”.

O casamento de Luéji, a “Senhora das Terras” do país da Lunda com um príncipe luba do Segundo Império, o famoso guerreiro e caçador Ilunga, deu origem à fundação do Estado do Muatiânvua – matriz do império Lunda (SOROMENHO, 1968, p. 6).

Não foi a primeira vez que Soromenho narra em seus escritos a fundação do império Lunda a partir do casamento de Luéji com o príncipe Ilunga. No ano de 1936, ele publica seu primeiro livro, *Lendas Negras*, uma reunião de vários contos recolhidos, segundo

ele afirma na introdução, a partir da tradição oral nos povos da Lunda. Entre estes contos está um que se intitula “Terra da amizade”. Neste conto, Soromenho narra, numa linguagem bastante diferenciada do texto acadêmico produzido trinta e um anos depois, a lenda que explica a origem da Lunda. No conto, Luéji aparece como a rainha lunda que se entregara aos amores de um caçador quioco. A presença deste causará grande descontentamento, sendo chamado mesmo de usurpador e levando alguns homens a declararem guerra à rainha que feriu as tradições ao se deitar com um quioco. O fato é que Luéji conseguiu se sobrepor aos conflitos e fazer reinar a paz na Lunda, “sobre a montanha Luangue uma mulher nua, - nua e bela, e ardente, como uma flor de fogo. [gritou:] Inahu! Inahu! (Acabem, acabem)” (SOROMENHO, 1936, p. 138).

Acreditamos que no momento em que Castro Soromenho produziu este texto ele já havia tomado contato com os trabalhos de Henrique Dias de Carvalho. De igual maneira nos perguntamos se os contos que recolheu na Lunda já estavam filtrados por tais leituras. O fato é que o conto narrado por Soromenho apresenta a mesma morfologia para a explicação da fundação da Lunda presente nos trabalhos de Henrique Dias Carvalho, diferenciados obviamente pelos estilos narrativos. Quanto ao texto que preparou para a disciplina de Sociologia da África em 1967, ele está mais sofisticado do ponto de vista científico. Outras incorporações advindas de trabalhos sobre história da África e da leitura crítica de viajantes e exploradores que passaram pela região no século XIX, completam tal mudança.

Evidentemente, a comparação dos textos que procuramos fazer acima merece uma análise mais pormenorizada, o que não se aplica aos propósitos deste texto. A Lunda que Soromenho narrou em romances, contos, textos de caráter histórico e jornalístico, mudou paulatinamente ao longo de sua obra. Nossa hipótese é que houve, na verdade, um lento e constante caminho de mudança de um discurso literário para um discurso histórico ao longo da obra de Soromenho. Objetivamos nesse sentido, evidenciar a historicidade dessa mudança, a qual não foi tão regular havendo mudanças e incorporações.

Não que Soromenho deixe de escrever utilizando-se da linguagem literária, na verdade história e literatura coexistem na sua prosa. O fato é que a Lunda/África, seu objeto de investimento afetivo e intelectual, vai se tornando cada vez mais distante e ficcionalizada na sua linguagem literária. Ao passo que o discurso histórico foi se aprimorando paulatinamente, por meio da incorporação de estudos sobre exploradores portugueses, análises etnográficas e trabalhos historiográficos que virão à tona nas décadas de 1950 e 1960. Por isso, é de extrema importância também, deslindar as idiosincrasias do campo intelectual ao qual Soromenho estava ligado.

Não podemos, todavia, deixar de salientar que o fio condutor que amarra essas duas narrativas é a própria Lunda e os porquês dessa região e sua história ter seduzido nosso autor a ponto dele ter dedicado todos os seus escritos a essa região faz parte das perguntas que intentaremos responder nesta pesquisa.

A título de exemplo, no que toca às incorporações presentes nos textos do nosso autor, citemos a forma como Soromenho inova bastante no estudo que preparou para a Disciplina de Sociologia da África, ao tratar da forma como a mandioca entrou na África via Angola. Para confirmar sua tese de que a mandioca se africanizou, analisa os diferentes modos de preparo e os alimentos obtidos a partir da raiz na Lunda, os quais diferem em muito dos praticados na América, local originário da planta.

Após a digressão acerca da africanização da mandioca, Soromenho continua seu texto evidenciando um elemento que fez o caminho inverso da mandioca e modificou completamente a cultura do Novo Mundo, o escravo. Para o então professor Castro Soromenho, “o escravo não foi apenas o braçal mas o portador de técnicas agrícolas e metalúrgicas, suas conhecidas desde a pré-história” (SOROMENHO, 1968, p.16). O escravo, ainda teria uma grande contribuição de ordem econômica que segundo ele

“estão na base da formação do Império Lunda e na determinação de sua política sócio-econômica, sem que tivesse havido a menor intervenção direta do homem branco, que só entrou na Lunda quando o Império começou a desagregar e o Muantiânvua franqueou as fronteiras aos exploradores e comerciantes estrangeiros, para que a economia lunda não ficasse dependente de intermediários, colocados nas fronteiras do Império” (SOROMENHO, 1968, p. 16).

Após a leitura de tais considerações, o leitor compenetrado sofre uma espécie de solavanco mental, pois espera que Soromenho continue seu raciocínio acerca das contribuições econômicas do escravo à economia lunda. Fato que não ocorre. Todavia, podemos pinçar algumas passagens dispersas pelo texto que nos servem de pistas para interpretar o raciocínio acima. Para Soromenho, as fronteiras do império lunda funcionaram como “barreiras à expansão do comércio de escravos, em mãos de portugueses do Congo e N’Gola e às tentativas de ligação de Moçambique a Angola por terra firme” (SOROMENHO, 1968, p.6).

Todavia, há uma importante pista presente nesta citação que merece ser explorada. Refiro-me a abertura do império lunda ao estrangeiro fato que ocorreu a partir do segundo quartel do século XIX, com a presença dos árabes a leste das fronteiras do império. Ou seja, apesar da região ter absorvido em sua cultura hábitos e alimentos exógenos, o homem

estrangeiro só adentrou os territórios lundas três séculos após aquilo que Soromenho nomeou de revolução agrícola na região.

Na tentativa de explicar como os lundas conseguiram manter tal defesa e dominar povos de diferentes etnias numa região tão extensa, ele inicia uma longa digressão. A começar pela produção de alimentos na região que propiciou ao reino Lunda certa independência em relação ao exterior, ficando assim descartada a possibilidade de boicote de abastecimento por parte de inimigos externos. Neste sentido, a introdução da mandioca e do milho na região por volta no século XVII, que se tornou a base da alimentação dos lundas provocaria também um aumento demográfico na região.

Em suma, a Lunda permaneceu como um enclave aos interesses estrangeiros principalmente no que toca ao comércio de escravos que arruinou os reinos do Congo e de N'Gola. Todavia, foi a organização política do “Império da Lunda”, segundo as palavras do próprio autor, que permitiu que se formasse uma barreira aos interesses dos negreiros do ocidente.

Soromenho esclarece ao leitor que um dos principais motivos que levou o império a ser tornar uma barreira aos interesses dos mercadores estrangeiros foi a sua organização política centralizada. Por esse motivo, a história da Lunda se destoa do restante dos estados africanos com os quais os portugueses tomaram contato e dominaram ainda no século XVII, não sem grande resistência por parte dos povos africanos.

Para os portugueses, as regiões dominadas na África austral se tornaram importantes zonas de abastecimento de escravos, e até o momento da perca do Brasil era de tal modo que eles enxergavam essa região. Na Lunda, o comércio de escravos existiu também e foi intenso. Todavia, era o próprio Muatiânvua que o realizava com os negreiros de Angola, pois ao estabelecer uma unidade política alargada o chefe dos lundas se colocava fora dos laços familiares dos clãs e introduziu o incesto real, pois ele rompera com a tradição do caráter ancestral e familiar – matrilinear – de origem do chefe. Portanto, a definição de quem seria ou não escravo estava posta sobre novas bases, eram prisioneiros de guerras de expansão e não mais clãs aparentados. Só é escravo aquele que perdeu seus direitos clânicos, é um elo quebrado da corrente.

Resta dizer que talvez aqui esteja uma grande pista para compreender porque Soromenho seduziu-se pela Lunda e por sua história. Talvez a Lunda fosse o Portugal projetivo que ele desejava ver: a compelir seus inimigos e possuidor de uma base política forte e expansionista. As suas preocupações com o sentimento de cunho nacionalista podem ser entrevistas nesta passagem:

A organização política e militar criou a unidade territorial mas não formou uma consciência nacional, o que impossibilitou a Confederação dos Estados do Muatiânvua, o Império Lunda, de se transformar em nação. Não se formou uma nação como não se formou o povo lunda à escala territorial do Império. (SOROMENHO, 1968, p. 26).

No caso específico de Soromenho talvez a literatura tivesse essa função para cimentar a nacionalidade de um Portugal que almejava ser um grande império ultramarino. E a África seria o trampolim para se alcançar esse objetivo pela via da escrita, tanto literária como histórica. Materialmente também a ela cabia realizar o sonho português de dominar de costa a costa toda a África Central. Numa passagem do seu estudo de 1967 quando analisa o processo de entrada dos primeiros portugueses na Lunda já por volta do século XVII, ele afirma: “Foi com esse colono que se forjou o direito histórico de Portugal às terras da Lunda – direito de descoberta e ocupação!” (SOROMENHO, 1968, p.44).⁷

Com o fim do tráfico negreiro para a América, o império Lunda inicia sua decadência, e já por volta de 1868 instalam-se os primeiros comerciantes negros abundos de Angola na Lunda, e a *posteriori* os portugueses. A incorporação da Lunda à colônia de Angola só ocorreu no final do século XIX, isso teoricamente segundo Soromenho, “porque sua ocupação militar só terminou em 1920” (SOROMENHO, 1968, p.34). Mas foi, sobretudo a invasão dos quicocos em 1885, que contribuiu enormemente para a decadência do império lunda, ou que restava dele neste momento, pois destruíram a Mussumba – capital do império – e fizeram mais de sete mil prisioneiros. A última pá de cal fora lançada pela Conferência de Berlim, que retalhou as suas fronteiras históricas entre Angola e Congo. Por conta do seu enfraquecimento vários chefes lundas aceitaram se submeter a Portugal, e neste ano de 1885 por intermédio de Henrique Dias de Carvalho aceitaram o primeiro tratado de protetorado entre Portugal e o Estado de Caungula, pelo qual Portugal se obriga a manter a integridade dos territórios sob seu protetorado. 1920 foi a data da última batalha com que os portugueses marcaram a fronteira da Lunda Angolana. Quando Castro Soromenho chegou a essa região no final da década de 1930 já encontrara a região completamente destruída pelo colonialismo, com sua prosa tentou fixar o passado dessa sociedade que outrora fora um império.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, H. Dias de. *Expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888): Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

⁷ Grifos do original.

CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano*. São Paulo: Bartira, 1999.

CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia; VECCHIA, Rejane (Orgs.). *A kinda e a misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda: Nzila, 2007.

CLARO, Regina. *Letras negras em folhas brancas: a construção da nação em Angola por Assis Júnior (1917-1935)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 48.

FERREIRA, Manuel. *A aventura crioula*. Lisboa: Ulisseia, 1967. Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997.

HERNANDEZ, Leila Leite. “O olhar imperial e a invenção da África”. In: *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. SP: Selo Negro/Summus, 2008.

LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin: tradução e melancolia*. 1ª ed., 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2007.

LARANJEIRAS, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

MARGARIDO, Alfredo. As Classes sociais em “O Segredo da Morta”. In: *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

MILLER, Joseph. “Angola Central e Sul por volta de 1840”. In: *Estudos Afro-Asiáticos, Centro de Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, 32, 1997, p. 9-54.

MOURALIS, Bernard. *As contra-literaturas*. Trad. Antonio F. R. Marques e João D. P. Correia. Livraria Almedina: Coimbra, 1989.

MOURÃO, Fernando A. “Entrevista com Castro Soromenho”. *Cultura: boletim da Sociedade Cultural de Angola*, 2 (11). 7 de maio de 1960.

_____. *A sociedade Angolana através da literatura*: São Paulo: Editora ática, 1978.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *A formação da literatura angolana: 1851-1950*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997.

OLIVER, Roland. *A experiência africana. Da Pré-História aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

PADILHA, Laura Cavalcante. *Novos pactos, outras ficções – ensaios sobre literaturas afro-lusobrasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio S. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PELLISSIER, René. *História das campanhas de angola: resistências e revoltas (1845-1941)*. 2ªed. Vol. I. Lisboa: Estampa, 1997.

PINTO, Alberto de Oliveira. *História e Literatura: Angola, os angolanos e sua cultura (1924-1939)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Departamento de História, Lisboa, 2010.

SALGADO, T. e SEPÚLVEDA, M. do C. *África e Brasil: letras e laços*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2000.

SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias Africanas: história e antologia*. São Paulo: Ática, 1985.

SANTOS, E. R. S. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores centro-africanos da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Eduardo dos. *A questão da Lunda: 1885-1894*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966.

SCHARWCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SEPÚLVEDA, Maria do Carmo; SALGADO, Maria Teresa. *África & Brasil: letras em laços*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2000.

SERRANO, Carlos Moreira Henriques. *Angola: nasce uma nação – um estudo sobre a construção da identidade nacional*. Tese (Doutorado em Antropologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1988.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

_____. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova

_____. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Revista Estudos Avançados* (São Paulo), V.21, Maio/Agosto de 1994, p.21-42.

SILVA, Raquel. *Figurações da Lunda: experiência histórica e formas literárias*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOROMENHO, Castro. *Lendas Negras*. Lisboa: Editorial Cosmos, 1936. Cadernos Coloniais, Nº 20.

_____. *Nhári: o drama da gente negra*. Porto: Livraria Civilização, 1938.

_____. *Imagens da cidade de S. Paulo de Luanda*. Lisboa: Editorial Cosmos, 1939. Cadernos Coloniais. Nº 55.

_____. *“Lunda: da formação do império às fronteiras coloniais”*. São Paulo, 1968, Mimeo.

THORNTON, J. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.

THORTON, John. "The Chronology and causes of Lunda Expansion to the West. 1700-1852", *Zambia Journal of History*, 1, 1981, p. 1-13.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

A AÇÃO POPULAR: DO CRISTIANISMO AO MARXISMO-LENINISMO

Camila de Jesus Silva¹
camilajesilva@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem por objetivo trazer ao leitor uma breve história sobre o partido clandestino, de extrema-esquerda, Ação Popular, a partir de um contexto histórico que engloba o viés político, social e cultural, tanto nacional quanto internacional. Analisaremos desde seu processo criador, destacando suas contradições e particularidades.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Extrema-esquerda; Organizações clandestinas.

ABSTRACT: This article aims to bring the reader a brief history of the clandestine party, far-left, Popular Action, from a historical context that includes the political bias, social and cultural, both nationally and internationally. We will look from his creative process, highlighting its contradictions and peculiarities.

KEYWORDS: Military dictatorship; Far-left; Clandestine organizations.

Nos anos 60, diante de diversas agitações políticas e problemas econômicos estruturais, o Brasil foi assolado por uma Ditadura Militar, assim como outros países durante o século XX. Antes mesmo do Golpe Militar de 1964 vinham-se formando diversas organizações partidárias não legalizadas pela legislação brasileira (ARNS, 1986, p. 89; GORENDER, 1987).

¹ Bacharel em História pela Universidade Federal de Goiás.

Esses partidos foram intensamente perseguidos após a instauração do regime, principalmente após o AI-5², tornando-se, então, clandestinos até o término da ditadura (ARNS, 1986, p. 89; GORENDER, 1987).

Muitos desses partidos foram (e ainda são) pouco abordados pela historiografia e bibliografia em geral, chegando a ser completamente desconhecidas pelo público. Em sua maioria, essas organizações adotaram uma orientação marxista de extrema-esquerda e quase todas resultaram de dissidências do PCB³, partido que reunia praticamente toda a esquerda brasileira até o final da década de 50 (ARNS, 1986, p. 89; GORENDER, 1987).

A década de 60 foi marcada pelo surgimento de muitas dessas novas organizações; como a VPR⁴, ALN⁵, POLOP⁶, etc.; diante de intensa agitação política e popular, influenciadas por diversos acontecimentos nacionais e mundiais, no ramo da política, da música e do comportamento. A luta pelas Reformas de Base, de João Goulart, A Revolução Cubana, a Revolução Chinesa e o movimento de Contracultura⁷, entre tantos outros, são exemplos de acontecimentos que influenciaram fortemente a juventude nacional (TIERRA, 2010, p. 5).

Apesar de terem como ponto comum a busca por uma sociedade socialista, tais organizações divergiam muito entre si, o que futuramente provocou inúmeras dissidências e fragmentações, desde a forma como cada uma enxergava a sociedade brasileira até os métodos de ação que pretendiam utilizar para chegarem ao objetivo final, inclusive se utilizariam ou não a via armada, entre outras coisas. Com o Golpe de 1964, esses partidos passaram a lutar principalmente contra o regime imposto, que os perseguia. Também divergiam sobre as etapas da futura “revolução socialista brasileira”, se poderiam instituí-la assim que derrubassem o Regime Militar, ou se seria necessário restabelecer a democracia para só então iniciarem os preparativos que dariam as bases para a revolução (ARNS, 1986, p. 90).

Organizações partidárias, divergentes, clandestinas, formadas em sua maioria por jovens, porém todas imbuídas de um espírito político que jamais se viu igual na história do

² AI-5: Ato Institucional número 5. Instituído em 1968, durante a presidência de Costa e Silva, é considerada a fase mais dura da Ditadura Militar brasileira.

³ PCB: Partido Comunista Brasileiro.

⁴ VPR: Vanguarda Popular Revolucionária.

⁵ ALN: Ação Libertadora Nacional.

⁶ POLOP: Organização Revolucionária Marxista - Política Operária

⁷ Contracultura é um termo utilizado para abranger diversos movimentos civis e políticos do ocidente, principalmente nas décadas de 60 e 70. Foram movimentos ocasionados por grande descontentamento, principalmente das camadas médias, frente à realidade histórica do período e por crises existencialistas que exigiam revisão das relações sociais. Dentre esses grupos descaram-se o movimento hippie, o movimento estudantil, o movimento feminista e o movimento negro (CRUZ, 2009).

país. É absolutamente relevante o conhecimento desses partidos; para a história brasileira, da esquerda nacional e mundial; que tanto marcaram toda uma época de lutas de esquerda contra o Regime Militar. Atribuir o conhecimento desses partidos é função desse artigo, por mais que no recorte de uma única organização, que teve muita representatividade no meio estudantil brasileiro do período: a Ação Popular.

A Ação Popular (AP) nasceu em 1962, em Belo Horizonte, composta por jovens que integravam movimentos ligados à Ação Católica Brasileira⁸: JUC (Juventude Universitária Católica) e JEC (Juventude Estudantil Católica) (ARNS, 1986, p. 100).

Os líderes da JUC vinham assumindo posições de destaque no movimento estudantil nacional e percebia-se nitidamente uma radicalização de suas perspectivas, pelo seu envolvimento com estudantes da esquerda e seus debates sobre a estrutura social brasileira. Devido a isso, ao final de 1961 a CNBB⁹ emitiu um documento que proibia os jucistas de concorrer a cargos em organismos de política estudantil e condenava a opção pelo socialismo e a revolução (DIAS, 2007, p. 167-168).

Entretanto, a crescente participação da JUC no movimento estudantil surtiu a necessidade de ampliação de seus objetivos políticos (DIAS, 2007).

A princípio, a Ação Popular ficou definida como “movimento político”, em vez de partido. Inspiravam-se em idéias humanistas de Jacques Maritain, Teilhard de Chardin, Emanuel Mounier e do Padre Lebret. Em seu “Documento-Base”¹⁰, publicado em 1963, em seu I Congresso, feito em Salvador, propõem-se a lutar por uma sociedade justa, condenando o sistema capitalista e também o socialismo existente (ARNS, 1986, p. 100; FILHO, SÁ, 2006, p. 49).

Seus integrantes vinham principalmente do meio estudantil, de onde a organização controlou sucessivas diretorias da União Nacional dos Estudantes (UNE), penetrando também nos meios operários e rurais, desenvolvendo o trabalho de agitação no campo e nas fábricas, principalmente no Nordeste, através do Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à CNBB (ARNS, 1986, p. 100; FILHO, SÁ, 2006, p. 50).

⁸ A Ação Católica Brasileira, surgida a partir da década de 30, possibilitou a participação dos leigos na vida eclesial, levando a fé católica para além das igrejas. São exemplos de ramificações dessa ação, a Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC) e Juventude Estudantil Católica (JEC), movimentos juvenis que buscavam transformar a realidade brasileira, inclusive se envolvendo politicamente (BESEN, 2000).

⁹ CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

¹⁰ Documento que orientava, de forma teórica e prática, o movimento político Ação Popular. Exerceu forte influência, até o golpe militar de 1964. Após esse acontecimento, tal documento começa a ser questionado, sendo reformulado e lançado um novo em 1971 (DIAS, 2007).

Durante o governo de João Goulart, a AP engaja-se nas lutas pelas Reformas de Base, junto aos movimentos sociais, tomando uma posição a esquerda do PCB. Com o golpe, em 1964, começa a sofrer o impacto da repressão, resultando em prisões e exílio dos militantes (ARNS, 1986, p. 100).

Nos anos seguintes, a AP começa a se reestruturar lentamente, mantendo sua influência e militância nos meios universitários. Logo começam a tentar redefinir os princípios políticos e filosóficos da organização. Desde seu surgimento, era claro o seu posicionamento de esquerda, pelo socialismo, por mais que isso se chocasse com a determinante cristã. Porém, esse processo de reavaliação resultaria na gradual ruptura com a influência cristã, de sua origem, devido à nova teoria escolhida (DIAS, 2007, p. 174).

De 1965 a 1967, em meio a muita polêmica, caminham para a adoção do marxismo como guia científico e teórico de suas atividades. Em 1968, a I Reunião Ampliada da Direção Nacional deixou clara sua opção pela teoria e prática maoísta, como o tipo de marxismo a ser adotado (ARNS, 1986, p. 100; FILHO, SÁ, 2006, p.49).

A partir de 64, a AP vai se modificando até se caracterizar como uma organização maoísta típica, defendendo que a revolução ocorreria fazendo o cerco das cidades pelo campo, se assemelhando, nesse sentido, ao PC do B. Entretanto, na prática, a AP não chegou a se envolver com a guerrilha rural, sendo interrompida ainda no processo preparatório (ARNS, 1986, p. 101).

A II Reunião Ampliada, realizada em junho de 1969, formaria uma comissão executiva provisória para preparar a eleição de um Comitê Central. Nessa mesma reunião, seria aprovado o texto que determinava necessário a reconstrução de um partido operário unificado, no Brasil. Em outubro, do mesmo ano, foi aprovado um novo texto pela direção, sobre “preparar ativamente a guerra popular”. Tal documento definiu a adesão à luta armada a partir do campo (FILHO, SÁ, 2006, p. 49).

A influência da Revolução Cultural chinesa e o interesse pela maior participação das classes operárias na luta provocaram na AP uma “campanha de proletarização” dos militantes. Esse processo consistia em deslocar para o trabalho em fábricas, ou para o meio rural, centenas de membros da organização, numa tentativa de transformar sua composição social pequeno-burguesa, que vinha principalmente da classe média, por vir dos meios universitários. O resultado dessas medidas, aliadas ao rigor exigido na disciplina dos militantes, provocou certo esvaziamento de pessoal. Por outro lado, ocorreram experiências interessantes de implantação nos meios populares como o do ABC paulista, da Zona

Canavieira de Pernambuco, da região Cacaueira da Bahia, da área Pariconha e Água Branca, em Alagoas, e do Vale do Pindaré, no Maranhão (ARNS, 1986, p. 101).

Em 1968 a AP inicia a publicação do “Jornal Libertação”, um periódico de formação a ser distribuído em todos os focos da AP, no país. Nesse mesmo ano ocorre uma luta interna que resulta no aparecimento de uma nova organização dissidente: o PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Os fundadores desse novo grupo discordavam do maoísmo ortodoxo seguido pela direção da AP (luta antifeudal, cerco das cidades pelo campo, etc.) e contavam com dois ex-presidentes da UNE; com o padre Alípio Freitas, vinculado às Ligas Camponesas; e com José Porfírio, camponês goiano que teve participação lendária nos conflitos rurais de Trombas de Formoso, de 1955. A dissidência chegou a executar algumas ações armadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas desestruturou-se em 1971, ao ser atingida pela ação dos órgãos repressivos (ARNS, 1986, p. 101).

Em março de 1971, a III Reunião Ampliada da Direção Nacional aprovou um novo “Programa Base”, convertendo formalmente a AP em organização marxista-leninista-maoísta, ou maoísta, passando a se chamar Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, inaugurando uma nova fase do partido. A partir de então, já é praticamente decisivo o processo de aproximação da AP com o PC do B, principalmente por defender a união de todos os partidos marxistas-leninistas em um único partido. Semanas depois, o novo Comitê Central confirmava a fusão ao PC do B. Após isso, o grupo começava a atrair mais militantes, entretanto, entre 1972 e 1973 ocorreu novo racha, pois alguns dirigentes não concordavam com a união, como Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, ao PC do B, e mantiveram a estruturação da AP como organização independente (ARNS, 1986, p. 101; FILHO, SÁ, 2006, p. 50).

Posteriormente, o grupo que não aderiu à incorporação ao PC do B, passou a ser conhecido como “AP Socialista”, aproximando-se da POLOP e do MR-8 para editar a revista “Brasil Socialista” (ARNS, 1986, p. 102).

Entre 1973 e 1974, essa organização sofreu duras baixas pelos órgãos de segurança do regime. Dirigentes importantes como Paulo Wright e Honestino Guimarães, seriam presos e mortos pelo DOI-CODI, sendo considerados “desaparecidos políticos” (ARNS, 1986, p. 102).

No final da década de 70, a AP esteve no processo de criação do PT, Partido dos Trabalhadores, assim como outras organizações de extrema esquerda, que atuaram até 1974 (DIAS, 2007, p. 177).

Pudemos entrever um breve retrato das organizações clandestinas de esquerda do Brasil, durante a ditadura militar, com foco em um partido. Mas por que falar especificamente da Ação Popular?

Analisando todo o contexto e sua história, percebemos que a AP foi uma organização partidária de extrema-esquerda bem diferente de suas contemporâneas. Sua origem é relacionada aos movimentos de Ação Católica, da Igreja Católica. Logo, a Igreja que se opôs ao Regime Militar, na AP, não foi a mesma que lhe deu total apoio, em 1964 (ARNS, 1986). A própria hierarquia da Igreja, que apoiou o Golpe, começou a questionar o regime com as denúncias de torturas aos presos políticos, que vieram à tona após 1968, com o AI-5.

Os jovens que compuseram aquele movimento político, que faziam parte de JEC e JUC, foram capazes até mesmo de contradizer às ordens superiores, em prol de seus ideais políticos generosos e apaixonados (DIAS, 2007; TIERRA, 2010, p. 4).

Porém, esse processo, além da posição antagônica da Igreja com relação ao regime, também não foi linear, apresentando muitas permanências. Mesmo com a adoção da AP pelo marxismo, seu fundo religioso não foi dissolvido, permanecendo recalcado e mascarado. A maior parte dos militantes continuou exercendo a fé cristã, inclusive, muitos ainda continuavam na JUC, ocorrendo o fenômeno da dupla militância (DIAS, 2007).

Podemos perceber a peculiaridade da AP com relação à sua não-linearidade e suas contradições teóricas. Seu processo contraditório já é intrínseco à sua origem, por ter surgido de movimentos religiosos. Seus participantes, por mais que não fossem da alta hierarquia da Igreja Católica, recebiam o aval desta para suas primeiras manifestações, como permitia a Ação Católica, até o momento em que suas ideologias se esbarraram com o socialismo (DIAS, 2007).

Logo, é extremamente importante a análise e compreensão desse partido clandestino de extrema-esquerda, assim como todos os outros do período. Tal recorte foi feito em cima de frutos de pesquisa, que pretendemos ampliar, mas que já podem dizer muito à história nacional, à história dos partidos de esquerda e ao leitor interessado. A Ação Popular foi um forte exemplo de que não existe linearidade histórica.

REFERÊNCIAS

ARNS, D. Paulo E. Um relato para a história. *Brasil: Nunca mais*, 17. edição, Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

BESEN, José A. História da Igreja no Brasil. *Jornal Missão Jovem*, disponível em: <http://www.pime.org.br/missaojovem/mjhistrenova.htm>, acesso em 01 nov. 2011.

CRUZ, Maria A. Souza. A Guerra Fria e a Contracultura. Núcleo de estudos contemporâneos, disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/materia/grandes-processos/guerra-fria-e-contracultura>, acesso em 25 jan. 2012.

DIAS, Reginaldo B. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a Ação Popular na História do catolicismo. *Revista brasileira de História das Religiões: Dossiê Identidades Religiosas e História*, Maringá, v. I, 2007, disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/17%20Reginaldo%20Benedito%20Dias.pdf>, acesso em 01 nov. 2011, p. 167-177.

FILHO, Daniel A. R.; SÁ, Jair F. *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*, 2. edição, São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 49-50.

GORENDER, Jacob. *O Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*, São Paulo: Editora Ática, 1987.

TIERRA, Pedro. Prefácio para uma vida em curso. In: AZEVEDO, Ricardo. *Por um triz: memórias de um militante da AP*, 1. edição, São Paulo: Plena Editorial, 2010, p. 3-5.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

DIREITO À MEMÓRIA?: UMA REFLEXÃO SOBRE A COMISSÃO DA VERDADE

Carla Beatriz de Almeida¹
lookcarla84@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo refletir sobre a lei nº 12.528 de 2011 que cria a Comissão da Verdade que tem o objetivo de examinar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1946 e 1988 em nosso país. Assim, teremos a oportunidade de enfrentar uma parte traumática da nossa história, abrir os arquivos, ter conhecimento de aspectos ainda obscuros da repressão ocorrida durante a ditadura militar e promover ações de reparação das vítimas e seus familiares, bem como pensarmos nas seguintes questões: do “dever de memória”, o reconhecimento das reivindicações de cunho memorial, principalmente no Brasil, em que o direito fundamental à memória não se concretizou em todas as suas vertentes; a relação entre memória e a História; a tensão entre memória, história e esquecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; História; Comissão da Verdade.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the Law No. 12.528 of 2011 establishing a Truth Commission that aims to examine the serious human rights violations that occurred between 1946 and 1988 in our country. So we will have the opportunity to face a traumatic part of our history, open files, be aware of aspects still unclear repression occurred during the military

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto Federal de Brasília (Campus Taguatinga Centro)
Bacharel e licenciada em História pela UFJF
Bacharel em Direito pela Unipac/MG
Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Educação para as relações étnico-raciais pela UFJF.
Mestranda em História pela UFJF
Pós-graduanda em Gestão Pública pelo IFB

dictatorship and promote actions to redress for victims and their families, and we consider the following issues: the "duty of memory", the recognition of claims of memorial stamp, mainly in Brazil, where the fundamental right to the memory has not been realized in all its aspects, the relationship between memory and history, the tension between memory, history and oblivion.

KEYWORDS: Memory; History; Truth Commission.

1 Introdução

No presente trabalho, a priori traremos uma contextualização do Golpe de 1964, bem como algumas perspectivas sobre esse acontecimento trazidas por alguns historiadores e pesquisadores, bem como buscaremos trazer algumas reflexões sobre a Lei 12.528/2011 que institui a Comissão da Verdade e nas seguintes questões: existe um “dever de memória”? O direito fundamental à memória se concretizou em todas as suas vertentes no Brasil? Podemos estabelecer uma relação entre memória e a História? Encarar o trauma coletivo do nosso passado poderá ajudarnos no caminho do processo de implantação da nossa democracia?, etc. Cabe salientar que o presente artigo não visa trazer concepções prontas, mas suscitar o debate em torno de um tema atual que ainda merece abordagens mais aprofundadas e espera ainda o desenvolver efetivo das atividades da Comissão da Verdade.

2 Perspectivas do Golpe de 1964

O Golpe de Estado de 31 de março de 1964 se forjou através de uma mobilização político-militar, que acabou com a deposição do governo constitucionalmente instituído do presidente da república, João Goulart que fora para o exílio político no Uruguai. Antes de se tornar presidente fora ministro do trabalho no governo de Getúlio Vargas, vice-presidente de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros, identificava-se com as ideias de Vargas, preocupação com os trabalhadores e a questão salarial.

Quando Jânio Quadros renunciou a presidência da República (25 de agosto de 1961), seu vice, João Goulart estava em viagem oficial na China e encontrou resistência ao seu retorno, uma vez que o então presidente da câmara dos deputados, Ranieri Mazzilli e chefes das Forças Armadas não queriam o seu retorno ao Brasil, alegando questão de

segurança nacional (ideologia difundida pela escola Superior de Guerra), apesar disso, Goulart assume a presidência (07 de setembro de 1961) devido a forte pressão para sua posse por parte de certos senadores e deputados, sindicatos de São Paulo, da Igreja católica em Porto Alegre e em São Paulo, em especial a pressão do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

João Goulart exerceu a presidência tendo a oposição conservadora, civil e militar, transformando-o em um alto risco para o país. Com o golpe, o Comando Revolucionário cassou deputados, senadores, governadores, prefeitos, militares, desembargadores e outros funcionários públicos, com base no Ato Institucional n. 1 que permitia a cassação de direitos políticos de qualquer pessoa por dez anos. Com o Ato Institucional n.2, houve um alargamento do poder executivo, controle maior no Congresso Nacional, modificação do funcionamento do poder Judiciário e dissolução dos partidos políticos.

No governo de Arthur da Costa e Silva, tivemos a assinatura do Ato Institucional n. 5 que não tinha prazo de vigência e dava amplos poderes para o chefe do executivo, dentre os quais: fechar o Congresso Nacional e Assembleias estaduais; cassar mandatos de parlamentares; suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer pessoa; demitir, remover, aposentar funcionários públicos; demitir ou remover juízes; suspender garantias do poder Judiciário; suspensão do *habeas-corpus* em crimes contra segurança nacional; julgamentos de crimes políticos por tribunais militares e legislar por decretos e atos institucionais.

A junta militar, que sucedeu ao presidente Costa e Silva, divulgou a Lei de Segurança Nacional (setembro de 1969) que acabou com as liberdades públicas, eliminando os direitos individuais, de reunião, de associação e de imprensa. Com o governo do general Garrastazu Médici, tivemos uma repressão nos dizeres de (VIEIRA, 2000, p. 198): “dura e implacável”, com a edição do Decreto-Lei Secreto (Decreto-lei n. 69.534 de 11 de novembro de 1971), dando prerrogativas para editar decretos-lei secretos sem divulgação oficial, concordando com a prisão de pessoas que não conheciam o conteúdo deles. E foi durante essa administração que intensificou a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI); estruturou-se a Operação Bandeirantes (Oban, com o escopo de coibir direta e violentamente suspeitos e ativistas de grupos armados e clandestinos); iniciou atuação do primeiro Codi e seu órgão de execução, o DOI (desrespeito aos direitos humanos para obtenção de informações) e o aumento da censura aos meios de comunicação e a produção cultural.

Seu sucessor, Ernesto Geisel, apesar de dizer que se empenhava no aperfeiçoamento democrático seguro e gradual, não se permitiu a diminuição do seu poder

presidencial, criticando a anistia ampla, a infiltração comunista na imprensa e sindicatos. E amparado no Ato Institucional n. 5, decretou o pacote de abril introduzido pela Emenda Constitucional n. 8, que criou o Conselho da Magistratura para disciplinar juízes; foro privilegiado para os policiais militares nos tribunais militares; as eleições indiretas para governadores estaduais se tornou permanente, bem como ampliou de cinco para seis anos o mandato presidencial. No dia 15 de março de 1979, foi eleito presidente pelo colégio eleitoral João Batista Figueiredo, indicado por Geisel, que reafirmou o modo de pensar de seus antecessores. E suas reformas administrativas revestiram-se de caráter restrito, a anistia política (Lei n. 6683 e decreto-lei 84.143, ambos de 1979) não foi plena excluiu os crimes de sangue e não soltou imediatamente os presos políticos².

Após essa contextualização inicial, acreditamos ser necessária trazer um balanço sobre as interpretações na historiografia sobre o golpe de 1964, processo histórico que marcou a vida republicana brasileira e foi alvo de inúmeras interpretações, divergentes ou complementares, contudo nenhuma delas ficou sem sofrer influência das teorias ou concepções produzidas no período. Essas interpretações partiram de no mínimo três pressupostos nos dizeres de (DELGADO, 2004, p. 16), quais sejam: “o olhar dos autores que a analisaram; os vínculos teóricos desses intérpretes e a época ou o período nos quais produziram sua interpretação e sua narrativa sobre o acontecido”.

Nesse sentido, uma vez que, não constitui a questão central deste artigo consideraremos aqui a análise proposta pela historiadora *Lucília de Almeida Neves Delgado*³ que incorpora a dimensão da temporalidade como sendo inerentes as opções teóricas e metodológicas dos diferentes autores. Dessa forma, propõe uma grande divisão em quatro grupos, quais sejam: interpretações estruturalistas e funcionais; interpretações que enfatizam o caráter preventivo da intervenção militar; análises que privilegiam a versão conspiratória e

² Sobre o golpe de 1964, temos um panorama geral, a partir das seguintes obras:
 BANDEIRA, Muniz. *O governo João Goulart: 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1977.
 CURY, Levy. *Um homem chamado Geisel*. Brasília: Horizonte, 1978.
 FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
 GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
 _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
 _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.
 _____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964 – 2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.
 VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A Experiência brasileira (1500-2000): A Grande Transição*. 2 ed. São Paulo: Senac, 2000.
³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964 – 2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

interpretações que destacam as ideias de ação política conjuntural e falta de compromisso com a democracia.

Assim por esta proposta, as análises estruturalistas estão vinculadas a dimensão do tempo longo e, portanto se relacionam a deposição do presidente João Goulart por um golpe militar a problemas da nossa realidade nacional (subdesenvolvimento e atraso industrial). E os autores desta linha interpretativa, encontramos principalmente os sociólogos, economistas e cientistas políticos, por exemplo, Otávio Ianni; Fernando Henrique Cardoso; Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira. A ênfase destas interpretações recai no processo econômico, social e político que teve como desdobramento a tomada do poder institucional por segmentos das forças armadas e setores organizados da sociedade civil e política, ou seja, esses autores trabalham com a ideia de inevitabilidade do golpe, a ruptura da ordem política institucional decorreu dos conflitos sociais oriundos do modelo desenvolvimentista de industrialização dependente e baseado na concentração de renda.

Já as interpretações que enfatizam o caráter preventivo da intervenção militar identificam que foi uma intervenção na ordem política estimulada pelo descontentamento com a crescente e autônoma organização de diferentes segmentos da sociedade civil, ou seja, tratou-se de ação destinada a evitar possíveis transformações nos sistemas econômicos e político brasileiros, devido à crença de que com o crescimento dos movimentos populares e programas de governo reformistas adotassem um modelo distributivo. São integrantes dessa interpretação: sociólogo Florestan Fernandes, Caio Navarro de Toledo e Lucília de Almeida Neves Delgado, sendo que para o primeiro a ruptura política impediu a transição para uma democracia ampliada.

Temos também as análises que privilegiam a versão conspiratória que acreditam que a ruptura da ordem política foi decorrente de uma ação conspiratória feita pela aliança dos seguintes segmentos sociais e organizações: setores das forças armadas anticomunistas, grande parte do empresariado, latifundiários, setores conservadores da igreja católica, capital internacional com interesses no país e partidos políticos. Alguns intérpretes desta vertente são Moniz Bandeira, René Dreifuss e Heloísa Starling, que trabalham com a ideia de tempo curto, dando ênfase à conspiração conjuntural. Esses dois primeiros atentam para a questão da interferência internacional, para M. Bandeira (investimentos da CIA e a operação *Brother Sam*) e R. Dreifuss (articulação de conspiração internacional direitista).

No que concerne, as interpretações que destacam as ideias de ação política conjuntural e de falta de compromisso com a democracia, temos três autores que são enfatizam mais pontualmente esta ideia, segundo a qual a articulação política que culminou

no golpe de 1964, apresentou variáveis conjunturais (tempo curto) e predominantemente políticas, quais sejam: Wanderley Guilherme dos Santos, Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira. Eles apresentam em comum uma sobrevalorização dos aspectos políticos da conjuntura pré-1964, para o primeiro, tivemos uma crise política conjuntural cujos fatores seriam: paralisia decisória, fragmentação de recursos do poder, radicalização ideológica, inconstância das coalizões, instabilidade governamental e dispersão partidária. Já Figueiredo e Ferreira destacam uma ausência de compromisso, tanto dos segmentos de esquerda, como os de esquerda com a democracia. Em suma, para os três foi à radicalização política e não fatores estruturais que ocasionaram o rompimento da ordem constitucional.

Os acontecimentos de 1964 deram início a uma longa conjuntura política pautada por um crescente autoritarismo, através de uma ação com o intuito de conter uma organização autônoma da sociedade civil, mas pensar os fatores que levaram a ruptura da ordem democrática é uma tarefa muito complexa e cheia de especificidades, já que os fatores de longa e curta duração se misturaram, formatando uma crise complexa cuja dinâmica histórica é singular.

3 Comissão da Verdade e a questão do Direito à memória

O processo de justiça de transição após períodos de administrações autoritárias e início do processo de (re)democratização de acordo com (ABRÃO e TORELLY, 2011, p. 215) compõem-se de quatro dimensões, quais sejam: “1) reparação, 2) o fornecimento da verdade e a construção da memória, 3) a regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante à lei e 4) a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos”. Diante disso, percebemos que no Brasil o percurso de implantação destas dimensões, se deu tardiamente ou não ocorreu, quando comparamos com nossos vizinhos da América Latina (por exemplo, a Argentina).

No que se refere à primeira dimensão, reparação aos perseguidos políticos estamos em um processo de implementação gradual, tivemos como marco inaugural a lei da Anistia (lei n. 6.683/79), que foi conseguida graças à reivindicação popular (manifestações sociais, Comitês brasileiros de Anistia, pressões externas). Após a lei da Anistia, foi editada uma emenda à constituição de 1969, que previu a restituição dos direitos políticos as lideranças estudantis e ampliou a incidência de proteção dos direitos da Lei 6.683/79. E com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito a reparação ganhou o status de garantia constitucional, assegurando todos os setores atingidos pela repressão:

Art. 8º do ADCT: É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto – Lei n. 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso houve a implantação de comissões com objetivavam a reparação, primeiro a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (reconhecer a responsabilidade do Estado por mortes e desaparecimento, imputando a obrigação de localização dos restos mortais, conforme a lei n. 9140/95). Depois, tivemos a Comissão de Anistia (cujo escopo consistia em reparar os atos de exceção: tortura, prisões arbitrárias, demissões por motivos políticos, sequestros, exílio, banimentos e monitoramento ilegais, com fulcro na lei n. 10559/02).

Cabe salientar que o programa de reparação vai além do ressarcimento financeiro, a legislação prevê também a declaração de anistiados políticos, computo do tempo para efeito de aposentadoria, validação de registro dos diplomas universitários cursados no exterior, identificação de restos mortais.

Após a sucessão presidencial, durante administração de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) tivemos inovações no que concerne a política de reparação simbólica, como o projeto Direito à Memória (com o registro oficial das mortes e desaparecimentos), projeto Marcas da Memória (implantação das caravanas da Anistia com pedidos oficiais de desculpas), projeto Memórias Reveladas (disponibilizar arquivos do período), projeto de lei para formar uma Comissão da Verdade (PL n. 7376/2010) e a proposta de fazer um Memorial da Anistia. Para (ABRÃO e TORELLY, 2011, p. 225):

Não resta dúvidas de que a iniciativa do governo Luiz Inácio Lula da Silva em enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei para a criação de uma Comissão da Verdade constitui-se em uma nova e imprescindível etapa do processo de revelação e conhecimento da história recente do país em favor de uma efetiva memória que colabore para a construção da identidade coletiva.

Nesse sentido, acreditamos que a anistia não pode ser interpretada como uma amnésia imposta, um incentivo ao esquecimento, acreditar que a mesma representa um perdão as atrocidades que foram cometidas por agentes do Estado no período da ditadura militar, uma

vez que tal postura seria negar a própria necessidade do processo reparatório no contexto de efetivação da justiça de transição brasileira tão necessária à nossa sociedade civil.

No que concerne à reforma das instituições percebemos que tem havido esforços constantes com vistas adequação ao Estado Democrático de Direito, apesar de sabermos que isso constitui um processo permanente e constante, uma vez que se mostram necessárias reformas significantes, como na Segurança Pública e nas Forças Armadas.

Vale lembrar a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI); criação do Ministério da Defesa (submissão do comando militar ao poder civil); criação do Ministério Público (defensor do Regime Democrático e da ordem jurídica); criação da Defensoria Pública da União; extinção dos DOI, CODI e DOPS; revogação da lei de imprensa editada na ditadura; criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos; criação dos tribunais eleitorais (independentes e com autonomia administrativa e funcional).

Também caminhamos na dimensão da verdade e construção da memória, com os projetos: Direito à Memória e a Verdade (Secretaria de Direitos Humanos) e Marcas da Memória (Comissão da Anistia do Ministério da Justiça), bem como a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) ⁴ com a função de difundir e aglutinar documentos, estudos, trabalhos, pesquisas sobre o regime ditatorial.

Vale dizer que estão pendentes a abertura dos arquivos das forças armadas e a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos, assim acreditamos que a partir do início das atividades da Comissão da Verdade poderemos ter um grande avanço neste sentido, efetivando o pleno direito à verdade, com a investigação, localização e abertura dos arquivos específicos dos órgãos de investigação e repressão ligados diretamente ao poder central que estavam nas mãos dos militares, de forma que tenhamos um mapeamento destas instituições utilizadas para praticar violações aos direitos humanos e os instrumentos de prática de tortura.

Nesse sentido, poderemos fazer caminhar a dimensão da regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante a lei, com a investigação, processo e punição dos crimes praticados pelo regime, aqui temos o maior obstáculo, pois no Brasil não existe julgamentos relativos aos agentes que cometeram violações aos direitos humanos durante o regime militar, ensejando um não reconhecimento ao direito de proteção judicial às vítimas. Sendo que este tema só foi tratado oficialmente pela primeira vez no dia 31 de julho de 2008

⁴ Sobre esse Centro de Referência. Disponível em:

<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home> Acesso em 16 de maio de 2012.

durante a Audiência Pública: *‘Limites e possibilidades para a responsabilização jurídica dos agentes violadores de direitos humanos durante o estado de Exceção no Brasil’*⁵.

Essa audiência pública desencadeou um questionamento perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de uma ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF n. 153⁶), no qual o Supremo decidiu pela eficácia da lei da Anistia aos agentes perpetradores de violação de direitos durante o regime militar, afirmando que ocorreu uma anistia bilateral na lei 6683 de 28 de agosto de 1979⁷, reeditada na EC n. 26/85, conhecida como convocatória da Constituinte, onde foi firmado um acordo político fundante da Constituição Democrática de 1988, só podendo o Poder Legislativo revê-lo, assim a dimensão da regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante a lei não foi contemplada.

Nosso ordenamento jurídico concede ao Supremo Tribunal Federal, como última instância do poder judiciário, a atribuição de interpretar a Constituição⁸, assim, pela nossa cultura jurídica os ministros dão a última palavra ao interpretar a Carta Magna, principalmente em casos como estes que envolvem questões controversas⁹. (DWORKIN, 2001, p. 157) atenta para o fato de que “muitas pessoas consideram que o constitucionalismo é extremamente antidemocrático – na medida em que subordina os cidadãos comuns a uma elite de juízes”.

Nesse momento é válida a lição de (BOBBIO apud CARVALHO NETTO, 2003, p. 141), no seu A era dos Direitos, afirma que:

A história do Direito Constitucional é uma história de promessas não cumpridas. Exatamente por isso, a atual doutrina do Direito é unanime em requerer que o direito em geral e, em especial, o Direito Constitucional sejam uma efetividade viva, isto é, que se traduzem na vivência cotidiana de todos nós.

⁵ Sobre essa audiência pública ver: Blog Memória Viva. *Ditatura: especialistas divergem a prescrição de crimes*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://novoblog.memoriaviva.com.br/2008/07/>. Acesso em 16 de maio de 2012.

⁶ Sobre esse ADPF ver: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 153 – 6*. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&s1=153&processo=153>

⁷ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Lei 6683 de 28 de agosto de 1979*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm Acesso em 16 de maio de 2012.

⁸ Artigo 102, I, “a”, da Constituição Federal.

⁹ Sobre os questionamentos do poder de decisão dos tribunais, em especial das Supremas Cortes, que muitas vezes se configura como injusto e ameaçador, ver:

DWORKIN, Ronald. *The concept of non-enumerated rights*. In: University of Chicago Law Review. Vol. 59, 1992, p. 381.

DWORKIN, Ronald. Direitos fundamentais: a democracia e os direitos do homem. In: DARNTON, Robert, DUHAMEL, Olivier. *Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 154-162.

Nesse sentido, podemos problematizar a lei da Anistia (Lei 6683 de 28 de agosto de 1979¹⁰), que consistiu no início do processo de acerto de contas se deu na administração do presidente João Figueiredo, se mostrou mais corrente com os anseios do governo militar do que com a causa dos desaparecidos políticos, sob a bandeira da conciliação pragmática e pacífica necessária para a transição democrática. Assim coube aos familiares de mortos e desaparecidos políticos seguissem lutando por justiça, com demandas pautadas pelo esclarecimento da verdade, assunção de responsabilidades e localização de restos mortais, já que de certa forma a lei da Anistia propôs uma memória do esquecimento, garantindo uma série de benefícios aos militares que estavam no poder, assegurando que não fossem atingidos pelas leis de direitos humanos pela democracia emergente¹¹.

Diante o exposto somos levados a crer que a justiça de transição no Brasil tem se intensificado no processo de reparação, contudo essas medidas tem se mostrado letárgicas quando se compara com outros países da América Latina (como Argentina e Chile) e outros (Grécia e na Alemanha), o que caracteriza as especificidades do nosso processo longo e cauteloso, contudo temos experimentado um refinamento da nossa democracia.

Nos dizeres de (ABRÃO e TORELLY, 2011, p. 228):

É um dado que as medidas transicionais no Brasil são tardias em relação as adotadas em outros países, como nossos vizinhos Argentina e Chile, ou mesmo países distantes, como a Grécia e a Alemanha do pós-guerra, mas isso não depõe contra relevância de adotar tais medidas, como o caso da Espanha, que em 2007 editou lei para lidar com os crimes da Guerra Civil e do regime franquista. De todo modo, em um processo com as peculiaridades do brasileiro, longo, delicado, vagaroso e truncado, não é realista a crítica de que o processo de reparação seria causador de “alienação” social, nos termos de um cala boca.

Também nesse entendimento (MEZAROBBA, 2010, p. 109):

O processo acerto de contas entre o Estado brasileiro e as vítimas de perseguição política nos anos do arbítrio (1964 – 1985) (...) pelo menos quatro obrigações que o legado de graves e sistemáticas violações de direitos humanos, como o deixado pelo regime militar, gera aos Estados, em relação às vítimas e à própria sociedade, apenas uma vem sendo realmente contemplada por aqui: a oferta de reparações.

¹⁰ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Lei 6683 de 28 de agosto de 1979*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm Acesso em 16 de maio de 2012.

¹¹ Reflexões sobre a lei da Anistia, ver:

D'ARAÚJO, Maria Celina. Memória da ditadura militar no Brasil: fontes e métodos. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro, FGV, 2007, p. 115 - 135.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964 – 2004)*. São Paulo: Edusc, 2004, p. 29-52.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da Ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 235-252.

Apesar das especificidades do caso brasileiro com sua ênfase na reparação, temos os seguintes benefícios como: o trabalho das Comissões de Reparação tem contribuído para a busca da verdade, revelando fatos e instigando a tomada de consciência da necessidade de se conhecer as violações de direitos humanos que ocorreram; exposição do reconhecimento por parte do Estado das lesões que foram feitas, ensejando uma não alienação, um não esquecimento e afirmação de um direito à verdade; bem como o avanço nas políticas de memória (Caravanas da Anistia, Comissões de Reparação, Comissão da Verdade, debates públicos), delineando a formação de memória.

Contudo as demandas em torno da justiça transicional começam a se alargar, principalmente com a aprovação da lei 10.559/2002¹² (Responsabilidade do Estado por todos os atos de exceção, ainda que não resultasse em desaparecimento ou morte), com o engajamento das frentes de mobilização social (parentes de vítimas, associação de anistiados, entidades vinculadas a sindicatos). E atualmente temos mais um reforço para incorporar pautas mais amplas no nosso percurso de ‘justiça transição’, a responsabilização dos agentes torturadores, o projeto de lei n. 88 de 2011 (hoje, Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011¹³) que institui a Comissão da Verdade e a defesa da preservação do direito à memória.

Nesse sentido, a recente aprovação, pelo Senado Federal do PLC n. 88/2011 que cria e regulamenta a Comissão da Verdade, órgão que terá a importante tarefa de apurar as violações a direitos humanos perpetrados entre os anos de 1946 a 1988 assim cientes de nossa história poderá seguir em frente no processo de consolidação da nossa democracia. Na América Latina alguns países instituíram comissões nesse sentido, como a Argentina, El Salvador, Guatemala, Bolívia, Uruguai, Chile, Equador e Paraguai. O primeiro caso chama atenção, haja vista que a comissão Argentina (com dez membros) conseguiu documentar cerca de nove mil casos de desaparecimento¹⁴. No caso brasileiro, a criação desta comissão foi recomendada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos na sentença proferida em 24 de

¹² Sobre essa lei ver: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Lei 10.559 de 13 de novembro de 2002*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10559.htm Acesso em 16 de maio de 2012.

¹³ Sobre essa lei ver: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm Acesso em 16 de maio de 2012.

¹⁴ Sobre comissões da verdade na América Latina ver:

CALDAS, Roberto de Figueiredo. A comissão nacional da verdade e a lei geral da informação. In: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Resgate da memória da verdade: um direito histórico, um dever do Brasil*. Brasília, 2011.

novembro de 2010 no caso da Guerrilha do Araguaia¹⁵, de acordo com essa sentença o Brasil tem o dever de localizar o paradeiro das vítimas desta guerrilha, bem como sistematizar e publicar documentos que estão na guarda do Estado. Assim a lei de acesso à Informação¹⁶ (PLC n. 41/2010) será uma parceira para assegurar tal objetivo, bem como permitir que o sigilo sobre documentos do período da ditadura sejam abertos, garantindo o acesso à informação pública, direito fundamental ratificado pelo Brasil em tratados internacionais (Pacto Internacional dos direitos civis e políticos, Convenção das Nações Unidas contra a corrupção e Pacto São José da Costa Rica).

A lei n. 12.528/2011 que cria e regulamenta a Comissão da Verdade tem por finalidade¹⁷ de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no período da ditadura militar, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, tendo como objetivos¹⁸ esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos; promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior; identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade; encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos; colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos; recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e promover a reconstrução da história (com base nas informações obtidas) dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações¹⁹.

¹⁵ Temos acesso a íntegra desta decisão, ver: CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia X Brasil)*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.gov.br/clientes/sedh/sedh/sobre/sistemasint/lund.pdf>

¹⁶ Sobre essa lei ver: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acesso em 16 de maio de 2012.

¹⁷ Artigo 1º da Lei 12528/11.

¹⁸ Artigo 3º da Lei 12528/11.

¹⁹ Sobre essa lei ver: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm Acesso em 16 de maio de 2012.

Com vistas à efetivação de tal Comissão, no dia 16 de maio de 2012, sob a gestão da presidenta Dilma Rousseff foi instalada a mesma²⁰, com os seguintes membros: Cláudio Fontelles (ex-procurador geral da República), Gilson Lângaro Dipp (ministro do Supremo Tribunal de Justiça), José Carlos Dias (ex-ministro da Justiça), José Paulo Cavalcanti Filho (jurista), Maria Rita Kehl (psicanalista), Paulo Sérgio Pinheiro (diplomata) e Rosa Maria Cardoso da Cunha (advogada). Cabe salientar, que a efetivação desta comissão resultou de um processo desde as lutas da sociedade civil brasileira, pelas liberdades democráticas, pela anistia, pelas eleições diretas, pela Constituinte, pela estabilidade econômica e pelo Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido acreditamos que teremos uma oportunidade para avançarmos nas quatro dimensões de justiça de transição propostos por (TEITEL, Ruti apud ABRÃO e TORELLY, 2011, p. 215): “1) reparação, 2) o fornecimento da verdade e a construção da memória, 3) a regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante à lei e 4) a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos”. Diante disso, o Brasil ao estabelecer esse percurso das dimensões da justiça transicional poderá reverter o estigma de justiça de transição tardia ou incompleta.

Nos casos da justiça de transição, após períodos de exceção, nos deparamos com um dilema central²¹, qual seja, se as vítimas tem o direito de saber a verdade e se o Estado tem o dever de investigar para revelar a verdade, dentro dessa questão nos deparamos com o conflito entre justiça, história e memória.

Nesse momento, somos levados a crer que a Comissão da Verdade representa um importante passo da vida política brasileira ao enfrentarmos o desafio de conhecer aspectos ocultos da repressão durante ditadura militar (situações traumáticas do nosso passado recente). Convém lembrar que a nossa Carta Magna de 1988, tem a dignidade da pessoa

²⁰ Sobre a cerimônia de instalação da Comissão da Verdade, ver: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Brasil vive momento de maturidade política, diz Dilma durante posse dos integrantes da Comissão da Verdade*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/2012/05/16-mai-2012-brasil-vive-momento-de-maturidade-politica-diz-dilma-durante-posse-dos-integrantes-da-comissao-da-verdade-1> Acesso em 16 de maio de 2012. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Discurso da presidenta Dilma Rousseff na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/2012/05/16-mai-2012-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade> Acesso em 16 de maio de 2012. MIGALHAS. *Dilma anuncia membros da Comissão da Verdade*. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI155289,61044-Dilma+anuncia+membros+da+Comissao+da+Verdade> Acesso em 16 de maio de 2012.

²¹ Sobre a justiça de transição e seus dilemas, ver: TEITEL, Ruti. *Genealogia de la Justicia Transicional*. In: *Harvard Human Rights Journal*, Harvard, 2003. (original).

humana como fundamento²², garante o direito à vida²³ e traz a tortura como crime inafiançável e não suscetível de graça e indulto²⁴.

Assim quando falasse em trauma coletivo, logo nos lembramos do que poderíamos chamar dever de memória (olhar para o horror sofrido no passado para jamais repeti-lo), contudo sabemos reivindicações baseadas na memória são importantes, mas não eficientes por si mesmas, uma vez que, a memória está ligada a afetos, identidades, sentimentos, recalques, traumas. Daí surge à necessidade de aliar memória e História no esforço de pensarmos os acontecimentos de maneira mais articulada e afastar o dom de revanche e rancor. No entanto, excluir a memória não seria uma forma de tornar esse crime perfeito (sem pistas, sem lembranças), não passaríamos para outro tipo de violência, a simbólica?

Sabemos as astúcias²⁵ da memória: imersa no presente; preocupada com o futuro; caráter seletivo (pode revelar/mostrar ou silenciar/se calar); às vezes de maneira inconsciente, se molda e desmolda diante de novas inquietações, visões, experiências, pontos de vista.

Quando do golpe de 1964, assim que os militares assumiram o poder cultivaram uma memória de que este golpe foi uma intervenção salvadora a favor da democracia, da civilização cristã e contra o comunismo, desordem e corrupção, assim se referiam ao golpe como revolução. Com o passar do tempo, a ditadura foi se desgastando, as esquerdas e com destaque o presidente João Goulart, ressurgiram como vítimas que foram perseguidas pelo movimento golpista, nesse momento, os militares vão ser conhecidos como gorilas. Essa versão predominou a partir dos anos 80 até a redemocratização, assim as esquerdas perderam no campo do enfrentamento político, mas saíram vencedoras no campo da batalha da memória, nos dizeres de (REIS, 2004, p. 40): “as esquerdas, derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas da memória”.

4 Considerações finais

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a lei n° 12.528 de 2011 que cria a Comissão da Verdade que visa examinar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas

²² Artigo 1, III da Constituição Federal de 1988.

²³ Artigo 5, X da Constituição Federal de 1988.

²⁴ Artigo 5, XLIII da Constituição Federal de 1988.

²⁵ Sobre as artimanhas da memória, ver:

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964 – 2004)*. São Paulo: Edusc, 2004, p. 29-30.

entre 1946 e 1988. Acreditamos que a implantação desta comissão se configura como uma oportunidade de enfrentar uma parte traumática da nossa história, abrir os arquivos, ter conhecimento de aspectos ainda obscuros da repressão ocorrida durante a ditadura militar e promover ações de reparação das vítimas e seus familiares.

Nesse sentido, procuramos refletir sobre as seguintes questões: do “dever de memória”; reconhecimento das reivindicações de cunho memorial, principalmente no Brasil, em que o direito fundamental à memória não se concretizou em todas as suas vertentes; a relação entre memória e a História; a tensão entre memória, história e esquecimento.

Acreditamos que este debate é essencial, uma vez que, estamos vivendo um período de afirmação dos Direitos Humanos e consolidação da nossa democracia, poderemos com essa Comissão pensar possibilidades de parcerias com órgãos e entidades para obtenção de dados e documentos, bem como intercâmbio com instituições de pesquisa dedicadas à guarda da memória e divulgação da produção científica na área de História, Direito, Administração, Gestão Pública, etc., bem como, estudos interdisciplinares.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo, TORELLY, Marcelo D. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da lei da Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: Ministério da Justiça. *A anistia na era da responsabilidade: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça/ Comissão da Anistia, 2011.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Brasil vive momento de maturidade política, diz Dilma durante posse dos integrantes da Comissão da Verdade*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/2012/05/16-mai-2012-brasil-vive-momento-de-maturidade-politica-diz-dilma-durante-posse-dos-integrantes-da-comissao-da-verdade-1> Acesso em 16 de maio de 2012.

BANDEIRA, Muniz. *O governo João Goulart: 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1977.

BLOG MEMÓRIA VIVA. *Ditadura: especialistas divergem a prescrição de crimes*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://novoblog.memoriaviva.com.br/2008/07/> Acesso em 16 de maio de 2012.

CALDAS, Roberto de Figueiredo. A comissão nacional da verdade e a lei geral da informação. In: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Resgate da memória da verdade: um direito histórico, um dever do Brasil*. Brasília, 2011, p. 46 - 51.

CARVALHO NETTO, Menelick. A Hermenêutica Constitucional e os desafios postos aos Direitos Fundamentais. In: José Adécio Leite Sampaio. (Org.). *Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 141-163.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia X Brasil)*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.gov.br/clientes/sedh/sedh/sobre/sistemasint/lund.pdf> Acesso em 16 de maio de 2012.

CURY, Levy. *Um homem chamado Geisel*. Brasília: Horizonte, 1978.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Memória da ditadura militar no Brasil: fontes e métodos. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro, FGV, 2007, p. 115 - 135.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964 – 2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

DWORKIN, Ronald. *The concept of non-enumerated rights*. In: University of Chicago Law Review. Vol. 59, 1992.

_____. *Direitos fundamentais: a democracia e os direitos do homem*. In: DARNTON, Robert, DUHAMEL, Olivier. *Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 154-162.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

_____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

MEZAROBBA, Glenda. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir.. (Org.). *O que resta da ditadura? A exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 109-119.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964 – 2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964 – 2004)*. São Paulo: Edusc, 2004, p. 29-52.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Constituição Federal*. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 16 de maio de 2012.

_____. *Lei 6683 de 28 de agosto de 1979*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm Acesso em 16 de maio de 2012.

_____. *Lei 10.559 de 13 de novembro de 2002*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10559.htm Acesso em 16 de maio de 2012.

_____. *Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acesso em 16 de maio de 2012.

_____. *Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm Acesso em 16 de maio de 2012.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da Ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 235-252.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Resgate da memória da verdade: um direito histórico, um dever do Brasil*. Brasília, 2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 153 – 6*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&s1=153&processo=153>. Acesso em 16 de maio de 2012.

TEITEL, Ruti. *Genealogia de la Justicia Transicional*. In: Harvard Human Rights Journal, Harvard, 2003. (original).

VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A Experiência brasileira (1500-2000): A Grande Transição*. 2 ed. São Paulo: Senac, 2000.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

ENCONTROS ENTRE TRABALHADORES: A UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE COMO ESPAÇO PARA CONFRONTAÇÃO DE MEMÓRIAS – UNIOESTE/MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR

Carlos Meneses de Sousa Santos¹
menesesufu@yahoo.com.br
Sheille Soares de Freitas²
sfsheille@gmail.com

RESUMO: Propomos apresentar algumas questões suscitadas a partir do desenvolvimento do projeto de extensão intitulado “Produzindo memórias e histórias”, vinculado ao Programa Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI. Este programa é uma atividade institucional realizada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Entre agosto de 2011 e junho de 2012 promovemos algumas reflexões a partir de documentos, como entrevistas orais, programas de rádio, fichas de assistência social, entre outros. O interesse foi debater os sentidos expressos na produção desses materiais, confrontando valores e atuações dos sujeitos que protagonizaram as relações evidenciadas. O texto destaca a identificação de uma condição de classe, comum aos trabalhadores, mas também expõe compreensões e encaminhamentos distintos ao se tratar essa condição em nossas próprias trajetórias.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores; UNATI; Memórias.

ABSTRACT: We propose to present some questions arising from the development of the extension project titled “Making Memories and Histories”, linked to the Open University Program for Elderly - UNATI. This program is an institutional activity carried out by the State University of Paraná -UNIOESTE. Between August 2011 and June 2012 we promote

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia - UFU; Mestre em História.

² Professora Adjunta do Colegiado de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Doutora em História.

some reflections from documents, as oral interviews, radio programs, tokens of social assistance, and others. The interest was to debate the meanings expressed in the produce in these materials, by confronting values and actions of the subjects who staged out the relationships evidenced. The text highlights the identification of a class condition, common to workers, but also exposes the different understandings and referrals to treat this condition in our own trajectories.

KEYWORDS: Workers; UNATI; Memories.

Este texto pretende destacar algumas questões que emergiram do desenvolvimento de uma atividade de extensão realizada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Trata-se do curso “Produzindo Memórias e Histórias”, realizado entre agosto de 2011 e junho de 2012. Esse trabalho esteve vinculado ao programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), o qual, naquele momento, estava sendo instituído no Campus de Marechal Cândido Rondon. Quando formulamos nossas pretensões com esse curso, supomos a pertinência do debate sobre a historicidade da trajetória de pessoas com mais de 55 anos, única exigência feita àqueles que se interessasse em participar do programa, conforme definição institucional.

Assim, ao considerarmos a cidade de Marechal Cândido Rondon, lugar onde ocorreu as atividades, tivemos de reconhecer que seu território conta com 51 anos de fundação; portanto, ao avaliarmos a idade dos participantes e a narrativa de suas trajetórias, estaríamos lidando, em grande medida, com pessoas que, em algum momento de suas vidas, mudaram-se para a cidade. Desse modo, propomos suscitar um debate sobre os sentidos e as condições de suas mudanças, assim como de suas vidas no novo lugar. Entendíamos que esse ponto de partida permitiria evidenciar situações como trabalho e vida familiar, tratando dos valores e interesses que orientaram suas condutas.

Enquanto historiadores, construíamos um caminho de reflexão que percebia, nos possíveis participantes do curso, trajetórias que se constituíram como a expressão de um processo histórico vivido pela sociedade brasileira, tendo como temporalidade o período posterior à segunda metade do século XX. Como modo de pautar a discussão desse processo, indicamos o debate sobre documentos, como entrevistas orais, programas de rádio, fichas de assistência social, entre outros que permitiam associar e distinguir certas experiências em um conjunto mais amplo da sociedade. O interesse foi evidenciar os sentidos expressos na

produção desses materiais, confrontando valores e atuações dos sujeitos que protagonizaram as relações evidenciadas. A pretensão foi destacar a identificação de uma condição de classe, comum aos muitos trabalhadores, assim como expor compreensões e encaminhamentos distintos ao se tratar essa condição em nossas próprias trajetórias.

Ao trabalhar com esses materiais, apontamos um obituário, apresentado no noticiário Frente Ampla de Notícias, veiculado pela Rádio Difusora do Paraná, atuante em Marechal Cândido Rondon desde 1966. O anúncio, intitulado “Fim da vida de um pioneiro”, foi transmitido em 31 de janeiro de 1968. O texto formulou a seguinte narrativa:

Aquele que entrou corajosamente em um lugar para rasgar selva a peito aberto fazendo com que a mais frondosa árvore sentisse o tilintar do seu machado impiedoso, buscasse e rebuscasse lascas até cair o tronco grande onde o pioneiro sentava-se logo após por alguns instantes em seu pequeno descanso de entre em meio a derrubada. Esta é a vida de pioneiro. Pioneiro é aquele homem de coragem, ou muita coragem que não há perigo com qual se defronte que não une todas as suas forças para que torne tudo esclarecido. Vindo do Rio Grande do Sul, foi alojar-se na localidade de Linha São Cristóvão. Ali apontavam calos por sobre calos em mãos alvas de um grande amigo que sabíamos ter muita saúde e vontade de trabalhar. João é o seu nome, o nome daquele que transformou sua união conjugal em grande família que hoje sente a perda de um ente querido. Viver tantos anos no desempenho do desbravamento, lutando contra temperaturas e contra o tempo no feitiço de obras de onde provinham o seu sustento. Designado a sentar junto ao senhor, João morreu como um pioneiro. Cumprir o seu dever de pioneiro para morrer como tal. (RÁDIO DIFUSORA DO PARANÁ, 31/01/1968, n.p.).

Indicamos a notícia, formulada pela rádio, como modo de evidenciarmos uma noção recorrentemente proposta ao se falar do processo de constituição da cidade. A noção de “pioneiro” é atribuída como modo de qualificar e destacar a suposta preponderância de determinados sujeitos que vieram para Marechal Cândido Rondon, os quais, por meio de suas atuações, expressariam o que é apresentado como o próprio “desempenho do desenvolvimento”. Essa elaboração busca atribuir virtude a certos empreendimentos, onde, mesmo que tensionados socialmente, pretendem-se inevitáveis e inquestionáveis, além de serem alardeados como algo desejado e esperado por toda a sociedade.

Ao colocarmos essa visão em discussão, uma das participantes do curso, uma senhora de aproximadamente 60 anos, que conjuntamente com seu esposo é proprietária de uma pequena área rural, logo indicou sua inserção social e vínculo a essa narrativa:

... essa notícia aí era o meu vizinho [risos]... É... a introdução fala muito da derrubada das árvores, porque ele, na verdade, ele era dono de uma serraria, né? Então, acho que justo por isso que eles introduziram a questão de lascas de árvores e tudo... que foi um dos primeiros... das primeiras serrarias do município de Rondon... Era a dele ali em São Cristóvão [linha São Cristóvão, Distrito de Margarida]. (FREITAS et al., 2012, p. 2).

A Senhora que se pronunciou, chegou à área rural de São Cristóvão em 1952, então município de Toledo. Ainda criança, com menos de um ano de idade, acompanhava os pais, que vinham de Santa Catarina,

Tudo começou com uma parte de um bolão da Loteria Federal que meu pai ganhou em 1949... Com esse capital ele realizou o sonho de adquirir uma área de terras no Oeste do Paraná, para criar gado... Ficamos em Toledo até que o pai derrubou a mata e construiu o galpão, dividido em partes (moradia, paiol para o milho e estrebaria para as vacas de leite). Ali vivi minha infância... (ISADORA, 2012, p. 1).

Quando nos confrontamos com essa memória, entendida como elaboração das experiências e expectativas de pequenos proprietários, reconhecemos logo o público que ocuparia as salas da universidade quando esta instituição declarou estar aberta às pessoas com mais de 55 anos. Logo no primeiro dia de atividades, encontramos com (ex)primeira-dama e (ex)secretária de educação do município, além de engenheiro e professor aposentados. Talvez procurassem reencontrar o que lhes foi familiar no percurso de suas vidas, ou ainda a consagração dos caminhos construídos nestes últimos 50 anos.

Entendíamos, portanto, que nossas pretensões iniciais, as quais pareciam supor encontros com trabalhadores que tivessem atuado como empregados desses sujeitos, não seriam realizadas nesse curso. No entanto, tínhamos a oportunidade de dialogar com pequenos proprietários como Isadora, onde sua família teria conseguido o capital da compra das terras após terem sido premiados em um bolão da Loteria Federal.

Quando indicamos a celebração do dominante por meio da noção de pioneiro, tínhamos em mente a distinção existente entre os que pudessem ser identificados com esse termo generalizante, mas talvez tenhamos aprendido algo sobre a automoralidade de pequenos proprietários, fundamentalmente os que chegaram a ter que se empregar a terceiros, ou que apenas com muitas dificuldades se constituíram como patrões de outros trabalhadores. Assim, não ignoramos a exploração mantida no modo como construíram suas relações de poder, reconhecendo posturas que lhes mantiveram como pequenos proprietários, mas, por sua vez, passamos a destacar o universo de contradições que compunham suas experiências. Desse modo, sua automoralidade lidou com a identificação de dificuldades por vezes compartilhadas com um conjunto mais amplo de trabalhadores, ao mesmo tempo em que formulou a distinção de classe.

Quando indicamos o debate das imagens atribuídas a trabalhadores que vinham para Marechal Cândido Rondon, chamamos a atenção para os que não usufruíam da condição de proprietários, os quais não figuravam na categoria de “pioneiros”. Nesse caminho, destacamos assalariados, meeiros, agregados e diaristas. As imagens, novamente, foram

evidenciadas a partir das transmissões do programa Frente Ampla de Notícias. A exibição dessas imagens, no entanto, ocupa agora o quadro de “Ocorrências policiais”, apresentando a seguinte visibilidade:

Recebemos da Guarda Noturna local as ocorrências que vamos dar abaixo: O guarda Joaquim... prendeu na noite de 1º... os indivíduos Dimas e Agostinho, por estarem embriagados, sem onde dormir e sem documentação de espécie alguma. Na Delegacia de Polícia foi providenciado acomodação para ambos, que passaram a noite como hóspedes do Estado. Constatamos realmente, de algum tempo para cá o aumento do número de aves de arrição que, além de não possuírem documentação alguma, de maneira geral são “gambás”. O policiamento se encarrega dos mesmos, mas isso só não basta para curá-los. (RÁDIO DIFUSORA DO PARANÁ, 04/02/1967, n.p.).

As “aves de arrição”, encontradas “sem onde dormir e sem documentação”, foram acomodadas na Delegacia de Polícia, “como hóspedes do Estado”. Muito provavelmente, os policiais encontraram homens que nas poucas vindas à cidade, devido à condição de empregados rurais, aproveitavam para se embriagar, reconhecendo aí algum divertimento. Quando indicamos esse sentido como possibilidade histórica, expressa na experiência de muitos trabalhadores – onde percebíamos, contudo, que o questionamento dessa prática não guardava exclusividade apenas nas ações de patrões e do Estado, mas também de familiares e outros trabalhadores –, logo ouvimos a seguinte consideração:

Esse caso aqui... foram tratados desses indivíduos como indigentes, porque na verdade, de repente, eles eram trabalhadores... eles fizeram história também na nossa região. Por exemplo, isso aconteceu em 67; em 50, quando o meu falecido pai abriu em São Cristóvão, ele adquiriu uma terra... uma área bastante grande, e os filho... só tinha as três meninas pequenas, eu era a bebê de colo. Mas aí vinha muito o pessoal do Paraguai, andarilhos que saíram do Paraguai... que cometeram algum delito lá... e pra não ficar preso lá – porque as delegacias lá eram diferentes do que é hoje, né? Geralmente eram maltratados – então eles fugiam pro Brasil. E eles... ali, eles trabalhavam honestamente... e eles sabiam que... porque eles não tinham mais aonde ir. Então, eu sei que meu pai ele chegava a ter 20 paraguaios trabalhando na terra, porque ele derrubô uma base de umas dez colônias de terra, e plantô tudo colônia, porque o objetivo do meu pai era criar gado, né? Então, era morros e tudo. Ele pegô uma terra quebrada... e tinha uns paraguaios lá, e uns foram pro Paraguai buscar a esposa também. E o meu pai, naquela época... eles faziam uns ranchinhos mesmo... eles pegavam sapé e coqueiro e faziam... Mais eram gente de bem! Só que eles tinham isso... o pai pagava e eles bebiam, porque eles não sabiam... Daí, entre eles, eles se provocavam, mas com nós não, nós nunca tivemos uma troca de palavra com essa gente. Sempre foi gente de bem... e nós fomos criados com eles... Porque daí a mãe pegô as paraguaias pra ajudá em casa, pra cuidá das crianças, né? Mas era assim, meu pai foi gente que se respeitava, foi gente de credo, apesar de ser de posses, né? E essas pessoas... a minha mãe sempre foi de dizer assim... passavam os andarilhos lá em casa... então os outros vizinhos, que vieram do sul, eles tinham assim um pouco de medo, rejeição, né? E a minha mãe tinha uma área grande, ela recebia essas pessoas, elas chegavam lá em casa a mãe tratava... e nós sentávamos ao lado dos andarilhos pra vê eles comê... dava a impressão de que eles não eram gente, sabe? Porque a mãe cuidava muito bem de nós, eles tão maltrapilhos assim... (FREITAS et al, 2012, p. 8).

Sendo assim, “... de repente eles eram trabalhadores...”. Aceitar pensar sobre essa possibilidade permitiu que Isadora assentasse sua avaliação a partir de sua própria experiência, pois “eles tinham isso... o pai pagava e eles bebiam, porque eles não sabiam...”. A condescendência é pautada na imagem de classe, uma vez que não há dúvidas sobre a compreensão de que “essa gente” é os que recebem para trabalhar, enquanto o pai paga pelo trabalho realizado. A relação classista permite estabelecer o distanciamento das posições ocupadas na convivência desigual, ao mesmo tempo em que aponta essa convivência como algo valoroso: “meu pai foi gente que se respeitava, foi gente de credo, apesar de ser de posses, né?”.

A benevolência indicada articula exploração e vitimização, sendo que reúne, na mesma análise, a indignação com o noticiário da Rádio Difusora do Paraná – o qual buscou atribuir legitimidade a atuação policial que tratou os sujeitos mencionados como “indigentes” – e, ao mesmo tempo, aponta que o pai chegou a ter 20 trabalhadores em suas terras, os quais teriam desmatado aproximadamente 10 colônias, algo em torno de 250 hectares.

Essa composição parece supor uma relação marcada pelo equilíbrio de interesses, onde tanto os trabalhadores quanto os empregadores teriam sido beneficiados de modo satisfatório. Uma vez que, o pai “adquiriu uma terra... uma área bastante grande, e os filho... só tinha as três meninas pequenas, eu era a bebê de colo”; já os trabalhadores,

...vinha muito o pessoal do Paraguai, andarilhos que saíram do Paraguai... que cometeram algum delito lá... e pra não ficar preso lá – porque as delegacias lá eram diferentes do que é hoje, né? Geralmente eram maltratados – então eles fugiam pro Brasil. E eles... ali [nas terras do pai] eles trabalhavam honestamente...

O suposto consenso entre patrão e empregado apresenta esses sujeitos convivendo no interior da casa de “área grande”, espaço diferente daquele “ranchinho de sapé e coqueiro”, o qual se constituiu no lugar destinado aos trabalhadores. A relação, firmada como de proximidade, apresenta um ambiente de interação recíproca, “... nós fomos criados com eles... Porque daí a mãe pegô as paraguaias pra ajudá em casa, pra cuidá das crianças, né?”.

Contudo, o aparente consenso, revelado no olhar patronal, não nos parece retórico ou cínico, apesar de ser a própria experiência da exploração. Acreditamos, de fato, que há algo de distintivo nessa automoralidade. Distinção que evidencia a divergência de condutas firmadas nas ações de proprietários, sobretudo quando se trata da relação com subalternos, “... passavam os andarilhos lá em casa... então os outros vizinhos, que vieram do sul, eles tinham assim um pouco de medo, rejeição, né? E a minha mãe ... ela recebia essas pessoas, elas chegavam lá em casa a mãe tratava...”.

Porém, essa determinada ordem de envolvimento certamente não anulou a desigualdade da relação, pelo contrário, talvez tenha potencializado a crueza das imagens do encontro entre desiguais: “... dava a impressão de que eles não eram gente, sabe? Porque a mãe cuidava muito bem de nós, eles tão maltrapilhos assim...”. Esse parece o termo da condescendência classista, parece ser esse o ápice da automoralidade patronal. Foi desse universo de considerações que emergiu o espaço de confrontações de memórias estabelecido no decorrer do curso. Essa moralidade foi desafiada a pensar o lugar social de onde era erigida, foi instigada a avaliar a perversidade e contradições de suas argumentações.

Quando apresentamos a notícia de que o “Lions Clube homenageou... os pioneiros”, a qual foi transmitida pela Rádio Difusora em meados de 1978, esperávamos constranger a linguagem celebrante, a qual busca emoldurar de modo elogioso as façanhas e a grandeza dos pioneiros, ao mesmo tempo em que ativa a emasculação de um amplo conjunto de personagens. Segundo essa formulação:

Durante a reunião festiva de ontem, o Lions Clube prestou significativamente, uma homenagem aos pioneiros que vieram construir Mal. C. Rondon... [a] reunião festiva de ontem... contou com a totalidade dos membros do clube terminando com um jantar nas dependências do Concórdia... Lembrou dona Alice [uma das pioneiras homenageadas] que aqui, tudo era mato, céu e os bichos, mas havia a necessidade de acreditar em Deus e assim, todos os problemas foram superados, pela vontade e pela coragem, sobretudo pelas palavras de conforto de um para com o outro, nos piores momentos. Grávida, dona Alice não sabia que estava gerando gêmeos que nasceram numa choupana na localidade de Porto Britânia com o auxílio de uma parteira de 75 anos que somente falava o guarani... (RÁDIO DIFUSORA DO PARANÁ, 02/08/1978, n.p.).

Atuações como essa compõem uma genealogia que localiza as dificuldades no momento da fundação da cidade, construindo a partir desse marco inaugural uma temporalidade de conquistas e melhorias, onde “... todos os problemas foram superados...”. Nessa pauta estruturante aparecem os personagens do enredo narrado: protagonistas e coadjuvantes, mocinhos e vilões, todos dispostos de modo a expor uma cronologia do caminho certo, destacando a trilha que recompõe a importância da homenagem e dos homenageados para se ter uma cidade próspera.

Dona Alice – a protagonista destemida, temente a Deus e perseverante – e a velha parteira sem nome – que trazia o inconveniente de só falar o guarani – apontavam essa ambiguidade. Talvez esta personagem obscurecida tivesse algo a dizer sobre a compreensão de que “... todos os problemas foram superados...”, ou ainda, que as palavras de conforto trocadas entre os “desbravadores” na noite festiva não sugeriam uma alteração compartilhada na vida daqueles que trabalhavam de casa em casa, prestando serviços aos donos de terra. Foi

ao mencionar as dificuldades de Alice com a gravidez que a parteira foi inserida nessa relação, não por compor o conjunto daqueles que produziam formas de viver em Marechal Cândido Rondon durante aqueles primeiros anos. Essa distinção foi percebida no debate do curso como algo que retirou o lugar tranquilo da narrativa personificada da parteira:

Participante: ... como colocaram da parteira que nem falaram?!... pena que não se colocou o nome dela... porque ela foi a parteira...

Coordenadores: Mais ela não era parte dos que seriam homenageados!

Participante: Pois é... a parteira Lica, que ela fez todos os partos ali na região Oeste.

Coordenadores: Mais ela não era pioneira!

Participante: Ela não era pioneira... e ela não era bem vista, porque ela era uma Guarani.

Coordenadores: É... mas era necessária, né?

Participante: ... a parteira Lica fez todos os partos ali... depois que veio outras parteiras... mas inicialmente era a Lica... Ela podia ter sido lembrada, né?

Coordenadores: Mais por que não foi lembrada?! (FREITAS et al, 2012, p. 9).

Mais do que protestar contra a censura das biografias dos subalternos, ou se indignar com a ausência de seus nomes em ruas e prédios públicos, trata-se aqui de indicar a derrota de valores e interesses sustentados e aspirados por esses sujeitos. Não apenas porque eles padeceram em uma temporalidade passada, onde restaria agora folclorizá-los em salas de museus, apontando-os como resquícios de um arcaico que fora deixado para trás; mas sim porque talvez nos interesse retomar determinados valores e intenções, atualizá-los e tomá-los como nossos. Não por pedantismo ou apego ao passado, mas porque reconhecemos a permanência da relação de exploração que compartilhamos, porque desejamos superá-la (THOMPSON, 1981).

Nesse sentido, destacamos uma ficha do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Conforme a formulação da ficha, Diana é mãe de Leiriel. A mulher de 18 anos tem Dario como seu marido, o qual é o pai do garoto de um mês e 13 dias. O menino nasceu em Marechal Cândido Rondon-PR, cidade em que moravam há 11 meses. Apesar de indicar ter habilidade como manicure, Diana se encontrava desempregada. Em 28 de outubro de 2010 apenas Dario estava empregado.

O marido, de 26 anos, teria vindo à cidade trabalhar como motorista da empresa Agrícola Horizonte, a qual tem como atividade privada a industrialização de produtos agrícolas, principalmente trigo, mandioca e soja, a partir dos quais produz farinhas, féculas e rações. Saíram da cidade de Cascavel-PR, distante aproximadamente 80 km, em busca de emprego, o qual oferecia o rendimento mensal de R\$ 700,00. Contudo, o casal lidava com dificuldades que marcavam o modo como viviam. Diana, ao lidar com essas dificuldades, buscou a Assistência Social da Prefeitura, atuação que foi registrada nos seguintes termos:

28/10/2010 – Solicitou cesta básica por estarem passando dificuldades financeiras; o esposo quebrou o dedo e Diana teve gastos com farmácia, ainda teve infecção urinária (...);
21/02/2011 – Encaminhada para o SSE [Serviço Sócio Educativo] de 0 a 6 anos;
03/03/2011 – Recebeu cesta básica e fez inscrição no Curso de Aperfeiçoamento Doméstico (...);
12/04/2011 – Não compareceu no Curso em Serviço de Aperfeiçoamento Doméstico. (DIANA, 28/10/2010, n.p.)

Entendemos que a situação vivida por Diana se estabelece enquanto aspectos da condição de classe conhecida por milhares de trabalhadores na contemporaneidade. A necessidade do emprego, as dificuldades com a criação dos filhos, assim como os limites em mobilizar recursos em favor da própria saúde, parecem-nos evidências de uma experiência histórica marcada pela exploração. Mas uma exploração constantemente tensionada nas ações desses sujeitos, onde percorrer cidades e pressionar o Estado vem se constituindo enquanto dimensões da movimentação social dos trabalhadores, dimensões dos modos como a condição de classe desses sujeitos vem sendo tratada politicamente (SANTOS, 2010).

Contudo, a tentativa de mensurar, classificar e tipificar o modo de vida dos trabalhadores em níveis cada vez mais variados de pobreza, tendo em vista as pressões que esses sujeitos vêm promovendo por uma condição de classe mais favorável, vem provocando, nas ações do Estado, a proposição de “situações” de “assistência social”. Desse modo, o que é expresso enquanto condição comum na vida dos trabalhadores sofre o esforço de ser percebido e tratado como casuísmos provocados por eventualidades individualizadas.

Por certo que gastos com farmácia não são, muitas das vezes, custos constantes, mas quando são exigidos quase sempre desconsertam orçamentos bastante limitados. Assim, quebrar um dedo e/ou sofrer de infecção urinária expõe trabalhadores a situações limites diante de uma condição constante de pressão ao modo como vivem. Limites que são valorados frente a necessidades não contempladas, o que em uma sociedade de mercado, muitas vezes, é pontualmente traduzido como dificuldades financeiras, tal como apreendido e apresentado na avaliação da assistente social.

No entanto, a ampliação da noção sintética de “dificuldades financeiras” aparece nas práticas e nas expectativas dos trabalhadores. A solicitação da cesta básica, atuação construída por Diana, compõe a preocupação com o custo do aluguel, onde a casa de madeira, com quatro cômodos, exige o valor de R\$ 300,00 mensais; que associado aos R\$ 20,00 de água, R\$ 50,00 de luz, R\$ 45,00 do gás e R\$ 12,00 dos créditos para o telefone celular, limitam a alimentação e o vestuário, os quais foram estimados em R\$ 293,00 durante o mês. A confrontação dos gastos com a renda é um dos modos utilizados pelo Estado para

diagnosticar o grau de pobreza dos trabalhadores, assim como a necessidade ou não da sua “assistência”.

Nesse sentido, ao tentar conseguir a cesta básica por meio da assistência social, Diana não nos parece tratar de um problema individual. Mais do que isso, também precisamos reconhecer que ela não vem agindo isoladamente ao construir essa possibilidade de atuação ao lidar com as dificuldades que enfrentava, pois somente no ano de 2010, segundo o próprio Centro de Assistência Social, foram analisadas a situação de 694 famílias. Mesmo numericamente, tendemos a considerar como expressiva a quantidade dessas atuações, haja vista que estamos falando de uma cidade com pouco mais de 45 mil moradores.

Claro que ao tomarmos como referência os números do Centro de Assistência Social, ainda precisamos considerar a possibilidade de muitas das famílias que lhes procuraram não terem conseguido sequer serem classificadas em “situação de assistência”, não sendo nem mesmo cadastradas para avaliação. Essa consideração parece importante, pois o documento, entendido enquanto a expressão da relação entre trabalhadores e Estado, precisa ser compreendido como pauta da relação de desigualdade que o fez emergir.

Essa atuação, composta nesse campo de tensão, estabeleceu para Diana, após aproximadamente quatro meses, um segundo encontro com as assistentes sociais, as quais prescreveram o Serviço Sócio Educativo de 0 a 6 anos, conforme indicado na ficha de “atendimento”. Esse programa, que chega a ter encontros semanais, propõe discutir temas “relacionados à educação, fases do desenvolvimento infantil, relacionamento, regras e limites”³. Frequentar o programa é um passo necessário para conseguir, assim como para manter, os R\$ 22,00 do Programa Bolsa família, com o qual é contemplada; lidar com a condescendência classista de psicólogos e assistentes sociais ao supor que estão educando e moralizando os trabalhadores empobrecidos é o desafio de sujeitos como Diana, haja vista o interesse pela conquista de auxílios como bolsa família e cesta básica, conseguidos após 124 dias de empenho.

³ Além das atividades do Serviço Sócio Educativo, o CRAS articula e coordena os seguintes programas: Programa Bolsa Família, Programa de Distribuição de Cesta Básica, Programa de Atendimento Integrado a Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e os Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social. Sobre a promoção enfática destas atividades, ver:

- NOVA sede do CRAS será inaugurada amanhã em Marechal Cândido Rondon. **AquiAgora.net**. Marechal Cândido Rondon, 18.02.2010. Disponível em: <<http://www.aquiagora.net/verNoticia.php?nid=5842>>. Acesso em: 29 de julho de 2011.

- SECRETARIA inicia descentralização das atividades do CRAS. **PortalRondon.com.br**. Marechal Cândido Rondon, 02.03.2011. Disponível em: <<http://www.portalrondon.com.br/noticias/zoom/3016>>. Acesso em 29 de julho de 2011.

Contudo, a conquista da cesta básica, em particular, foi possível diante da promessa em se fazer presente no Curso em Serviço de Aperfeiçoamento Doméstico, um compromisso que foi descumprido pela trabalhadora, comprometendo futuras conquistas. Talvez tenha considerado outros caminhos para lidar com as dificuldades vividas em sua condição de classe, talvez tenha se permitido perder a paciência com os ensinamentos dos que se julgam a elite educada dos trabalhadores, os quais, muitas vezes, valoram-se enquanto uma espécie de classe média, diferenciando-se no conjunto dos homens e mulheres que vivem de seu próprio trabalho.

No entanto, quando confrontamos ações como a de Diana com o que chamamos de automoralidade de pequenos proprietários, vem à tona um debate frequente na sociedade brasileira, qual seja, a assistência aos trabalhadores empobrecidos. Posições conflitantes indicam um campo de tensão aberto nas relações contemporâneas, apontando valores e interesses dissidentes.

Participante 1: É... os gastos... não sobram um vintém para o algo a mais, né?! ... Mas... aí é por falta da parte dela, né? Se ela fosse comparecer... participar desse curso de aperfeiçoamento... e tudo, né? Também não queria nada com nada, né?

(...)

Participante 2: É... às vezes a gente vê questões e a gente não analisa. Mas olhando agora, ela parece que não tinha saída, né? Porque esse valor... os gastos mensais extrapolam só nisso aqui... Ela tem que cuidar a criança, como é que ela vai sair, né? A gente não chega a pensar nessas situações todas, né?

(...)

Participante 1: Às vezes a gente pensa que as pessoas não querem nada com nada, mas vai ver a realidade deles, né? (FREITAS et al, 24/04/2012, p. 7)

A percepção desse campo de forças sociais foi destacada a partir da evidenciação de desigualdades, formulando aí o compromisso desse projeto. Ao inferir análises sobre essa prática, os participantes se dispuseram a confrontar sua automoralidade, a qual não trazia todas as dimensões vividas por aqueles trabalhadores. Acreditamos que os participantes do curso, os quais enfrentam o processo de envelhecimento, têm algo a dizer sobre as práticas de desigualdade experimentadas socialmente nos últimos 50 anos e sobre o recolocar de suas atuações e interpretações do vivido. Avaliamos que eles perceberam e vivenciaram tensões envolvendo diferentes dimensões de suas vidas, as quais foram fomentadas por interesses e valores sustentados em suas trajetórias e no compartilhar relações. Suas visões foram entendidas a partir de posicionamentos mantidos na historicidade de suas condutas, ou ainda na reavaliação dessas perante um universo de pressões que trazia para eles elementos que não estavam na centralidade de suas narrativas ou explicações do que foi e é vivido em Marechal Cândido Rondon.

Nesse sentido, esperamos tê-los instigado a enfrentarem suas contradições; assim como esperamos que ao afirmarem a lucidez de suas ações lidem com a prospecção de relações que continuam interpelando o desejo de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

DIANA (pseudônimo). *[Fichas de cadastro e anotação]*. Marechal Cândido Rondon, 28.10.2010. Cadastro no Centro de Referência de Assistência Social. Documentação consultada no próprio Centro de Referência de Assistência Social, Pasta 2 – Bairro Higienópolis.

FIM da vida de um pioneiro. In: *Rádio Difusora do Paraná*. Programa Frente Ampla de Notícias, 31.01.1968, n.p. Marechal Cândido Rondon.

FREITAS, S. S. et al. Transcrição da atividade VI. In: *Produzindo Memórias e Histórias*. UNATI/PROEX. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Marechal Cândido Rondon, 27.03.2012.

_____. Transcrição da atividade VIII. In: *Produzindo Memórias e Histórias*. UNATI/PROEX. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Marechal Cândido Rondon, 24.04.2012.

ISADORA (pseudônimo). Texto autobiográfico. In: *Produzindo Memórias e Histórias*. UNATI/PROEX. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Marechal Cândido Rondon, 10.04.2012, p. 1.

LIONS Clube homenageou ontem os pioneiros. In: *Rádio Difusora do Paraná*. Programa Frente Ampla de Notícias, 02.08.1978, s/n. Marechal Cândido Rondon.

OCORRÊNCIAS policiais. In: *Rádio Difusora do Paraná*. Programa Frente Ampla de Notícias, 04.02.1967, n.p. Marechal Cândido Rondon.

SANTOS, Carlos M. S. Uberlândia, cidade em disputa: relações classistas em fins do século XX e início do século XXI. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 14, p. 172-197, 1 sem. 2010.

THOMPSON, E. P. Intervalo: A Lógica Histórica. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

“O GENERAL GÓES DEPÕE”: MEMÓRIA E HISTÓRIA

Dianari Inácio de Moraes Junior¹
dianarijunior@yahoo.com.br

RESUMO: Importante personagem da história política e da história militar brasileira entre os anos 1930 e 1950, o General Góes Monteiro legou a posteridade suas memórias através de entrevistas concedidas ao jornalista Lourival Coutinho, que reunidas sob o título *O General Góes Depõe*, foram publicadas em 1955. Investigar esta obra a partir da tensão história e memória é nosso principal objetivo. Interessa-nos analisar a estrutura do depoimento bem como, as intenções arquivísticas de seus autores. Tanto Coutinho, quanto o próprio Góes visavam registrar para posterior julgamento da História, o testemunho do velho general soldado acerca dos acontecimentos que este assistiu e participou. Nosso foco recai sobre a transformação do *testemunho* (fala) em *arquivo* (escrito) por meio de uma *narrativa*. Buscamos compreender como o General Góes Monteiro por meio da verbalização de suas lembranças representa o passado.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Testemunho; História.

ABSTRACT: Important character of Brazilian political history and Brazilian military history between the years 1930 and 1950, General Goes Monteiro bequeathed to posterity their memories through interviews with the journalist Lourival Coutinho, who gathered under the title *The General Goes Testifies*, were published in 1955. Our main goal is investigate this book from the relation of history and memory. We are interested in analyzing the structure of the interview as well as archival intentions of its authors. Coutinho and Góes reported for subsequent trial of History the testimony of the old soldier about the events that the general

¹ Mestrando, Bolsista CNPq.
Faculdade de História/UFG.

saw and participated. Our focus is on the transformation of the testimony (speech) in archive (writing) by means of a narrative. We seek to understand how the General Goes Monteiro through verbalization of their memories, he represent her past.

KEYWORDS: Memory, Testimony, History.

O historiador faz História tendo como base vestígios, fragmentos vindos do passado. Nosso ofício consiste em interpretar esses indícios e dar uma forma inteligível, produzir sentido. Sobremaneira isto é feito de forma narrativa. Via de regra, o passado é expressado e explicado contando-se, ou escrevendo uma história. Assim, é partindo desse princípio narrativo que buscamos analisar o depoimento do Gal. Góes Monteiro. Interessa-nos enquadrar o testemunho do velho general sob o aspecto de uma *narrativa das lembranças*. Queremos entender como Góes Monteiro, a partir da memória que lhe restou dos acontecimentos de que viu e participou, representa o passado. Como ordena os acontecimentos dentro do enredo e com que objetivo? Como Góes se representa nesse enredo, e em que medida para além de registrar suas reminiscências ele produz história, inscreve uma interpretação dos fatos?

Considerações preliminares: narração e representação

Ao produzir sua análise epistemológica sobre a ciência histórica Paul Ricoeur propõe uma divisão didática do *fazer do historiador* se valendo da contribuição teórico-metodológica de Michel de Certeau a respeito da *operação historiográfica*. Para Ricoeur são três as fases dessa operação: 1) fase documental, que compreende o momento da declaração das testemunhas oculares até o momento da constituição dos arquivos; 2) fase explicativa/compreensiva, que reside no processo argumentativo de perguntas e respostas pertinentes a pesquisa histórica e 3) fase representativa, etapa da “colocação em forma literária ou escrita do discurso levado ao conhecimento dos leitores de história (...) é na fase da escrita que se declara plenamente a *intenção historiadora de se representar o passado tal como se produziu*² – qualquer que seja o sentido atribuído a esse ‘tal como’” (RICOEUR, 2007, p. 147). Vale ressaltar, que essa divisão é meramente didática. Ricoeur pensa essas

² Grifo meu.

etapas numa articulação, por isso a ideia de operação, não são estágios estanques, mas sim “momentos metodológicos imbricados uns nos outros” (RICOEUR, 2007, p. 147).

O que mais nos interessa pensar aqui são esses elementos da fase escriturária. O conceito de que quando o historiador produz historiografia ele intenta *representar* o passado *tal como* teria acontecido nos indica a obrigação de fidelidade da História em dar forma coerente e ao menos verossímil aos fatos passados e principalmente, esse argumento evidencia a consciência metodológica de que ao fazer História o historiador reconstrói o passado de maneira aproximada e através de analogia de imagens. Não é possível que reproduzamos o fato passado como “de fato” ele teria ocorrido. Fazemos imagem desses acontecimentos, narramos o passado a partir dos traços que restaram. O trabalho historiográfico não é de reprodução mimética, mas de produção de imagens de uma coisa que já não é mais.

Assim sendo, narração e representação são engrenagens complementares. Ao narrar não estamos simplesmente descrevendo características e detalhes de determinada coisa, estamos representando determinada realidade. O processo é de criação de imagens mentais que permitam ao interlocutor e/ou leitor compreenderem aquele real que está ali sendo construído. Lembremo-nos que é por meio da linguagem que se dá essa construção, ou seja, é através de signos – símbolos sonoros ou gráficos que representam as coisas. Ao final, a grande questão, é que só temos acesso ao *real* que passou através de imagens, traços, impressões. De tal modo, a narrativa é o constructo por excelência, que alinhava forma e significado aos indícios do passado trazendo a tona o caráter referente da representação histórica.

Seguindo as pistas de Paul Ricoeur o par narrativa/representação³ é elemento presente nos três momentos da operação historiográfica. Já no ato de declaração dos testemunhos nos defrontamos com a capacidade de o depoente representar suas sensações e experiências passadas. A testemunha nos conta histórias produzindo imagens de suas reminiscências. E aqui, mas que um elemento integrador da operação historiográfica, o binômio narrativa/representação evidencia a relação entre história e memória, como nos explica Ricoeur:

De forma mais radical, a mesma escolha terminológica deixa aparecer um elo profundo, não mais entre duas fases da operação histórica, mas no plano das relações entre história e memória. Foi em termos de representação que a

³ Ricoeur usará posteriormente o termo *representância*, como variação terminológica que enfatiza o caráter ativo da operação histórica e fundamentalmente “a visada intencional que faz da história a herdeira erudita da memória e de sua aporia fundadora” (RICOEUR, 2007, p. 248).

fenomenologia da memória descreveu o fenômeno mnemônico depois de Platão e Aristóteles, na medida em que a lembrança se dá como imagem do que foi antes visto, ouvido, experimentado, aprendido, adquirido; e é em termos de representação que pode ser formulado o alvo da memória enquanto é dita do passado (RICOEUR, 2007, p. 248).

Ora, sem memória não há História. Ela é o ponto inaugural. É por meio do arquivamento das declarações das testemunhas oculares, que é possível tomarmos consciência do passado e buscar entendê-lo. Esse processo é fundamental para a historiografia, pois a escrita enquanto arquivo resguarda até o presente a efervescência e as nuances daquilo que já não é mais. Essas *fontes*, como serão qualificadas pela seleção do trabalho do historiador, é que possibilitam uma narrativa historiográfica distinta da escrita literária no que concerne a pretensão de verdade. O uso de fontes limita a capacidade de imaginação na história, na medida em que ressalta o referente do passado através das imagens das lembranças – a presença da ausência – estruturadas na narrativa.

E acrescenta-se que apesar de história e memória possuírem lógicas temporais distintas é por meio da representação de que ambas se valem no momento de seu uso e/ou de seu registro, que nos é possibilitado acessar o passado e estabelecer continuidades e tomar consciência de nossa constituição no tempo e no espaço. A relação história/memória, narrativa/representação não é importante somente na operação historiográfica, essa tensão também é responsável na formação de nossas identidades, na constituição do indivíduo na medida em que, por exemplo, o lembrar-se é dado fulcral para a *mesmidade* do sujeito.

Tendo como foco o uso pragmático, cotidiano desses artefatos cognitivos, podemos dizer a partir do filósofo da história Jörn Rüsen que a narrativa de uma história é um procedimento mental no qual o ser humano interpreta a si mesmo e a seu mundo.

Narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropologicamente universal. A plenitude do passado cujo tornar-se presente se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de “história” pode ser caracterizada, categoricamente como narrativa. O pensamento histórico obedece, pois, igualmente por princípio, à lógica da narrativa (RÜSEN, 2001, p. 149).

Deste modo, a constituição narrativa da história permite ao sujeito orientar-se no tempo. É a partir desse arcabouço que damos sentido particular a nossas existências. Através dessa orientação histórica pautamos ações no presente e traçamos planos para o futuro – assim, se articulam passado, presente e futuro. E se eu me compreendo, preferencialmente, no tempo o produto dessa reflexão também está submetido à mesma lógica. Nesse sentido, podemos dizer que a vida só é história quando narrada e a vida só tem seu sentido completado

a partir da atribuição de um ponto final. Nesse contexto os fatos vivenciados pelo sujeito julgados como relevantes para contar a história dele, são forjados pela narrativa. Esses acontecimentos só fazem sentido e só tem relevância quando arranjados na estrutura narrativa. É no desenrolar das intrigas do enredo, que o acontecimento encontra sua função - mais que expressar a vivência ele carrega uma reflexão a cerca do que foi.

Destarte, analisar o depoimento do General Góes Monteiro requer pensar os usos da memória e da narrativa. É importante ainda, pensar como ele atribui sentido a sua vida e com que intenções fez isso. Cabe por fim, identificar as intervenções do jornalista Lourival Coutinho nesse processo. E para isso, nos valeremos dos princípios acima referidos. Interessamos refletir sobre a memória expressada pelos testemunhos e a forma de arquivamento destes. Queremos também pensar a capacidade de representação do texto legado pelo general, enfocando o poder de criação de um personagem histórico a partir de suas competências narrativas. No primeiro ponto mapearemos os motivos que levaram a confecção do livro, curiosamente intitulado *O General Góes Depõe*.

O General, o jornalista e o “tribunal da História”

O título do livro a primeira vista chama atenção pelo uso do verbo depor. Comumente associado ao ambiente do tribunal, o ato de depor está sobremodo relacionado à busca de justiça. A imagem no senso comum é de testemunhas de defesa ou acusação e réus prestando seus depoimentos com o intuito de esclarecer um eventual crime, por exemplo. Mas, estaria o ilustre General Góes Monteiro sentado no banco dos réus? Em certa medida sim. Por um lado Góes depõe para se defender das acusações de seus opositores e para dar sua versão aos atos que fez ao longo de sua vida pública julgados improcedentes, antidemocráticos etc. Mas, ao depor suas memórias Góes Monteiro está também se resguardando a possibilidade de acusar, e principalmente o que quer o general é legar sua narração dos fatos para a posteridade.

A motivação por parte do velho soldado é de deixar registrado. Homem de muitas palestras dominicais suas impressões e interpretações a respeito dos importantes acontecimentos da vida política brasileira dos quais participara ficariam perdidos, esquecidos na fugacidade da fala. A intenção de Góes Monteiro é de fazer memória ao general importante que foi e deixar arquivada a narrativa de sua vida pública, alinhavada por suas próprias palavras.

Góes inicia o prefácio de sua autoria dizendo: “Jamais pensei em legar à posteridade narração do que foi a minha vida” (COUTINHO, 1955, p. 9), argumentando não ser ele um homem digno de tanto. Entretanto, na sequência das páginas após relatar diferentes convites que recusara com o objetivo de produzir suas memórias ele confessa: “Mas, afinal, aceitei a incumbência, embora doente, desiludido e decepcionado” (COUTINHO, 1955, p. 12). Ao encontrar o jornalista Lourival Coutinho - que possuíam sérias reservas as atitudes do general, uma vez que o distinto jornalista fora perseguido, censurado e preso pela ditadura do Estado Novo – Góes Monteiro resolve aceitar o “desafio”, que aquele lhe propôs, de registrar em um livro e tornar público os relatos que ele fazia em palestras íntimas a Coutinho sobre a participação dele em vinte e cinco anos de vida pública.

O que motiva Pedro Aurélio de Góes Monteiro é a expectativa de um julgamento imparcial, e ao que me parece o desejo de ao final do depoimento após um denso diálogo consigo mesmo construir um “retrato” do ator político Gal. Góes Monteiro, comandante em chefe da revolução de 1930, ex-ministro de guerra, articulador do Estado Novo, uns dos responsáveis pela reestruturação do exército brasileiro na década de 1940, ex-senador e eterno candidato a presidência da república. Ora, os acontecimentos em que esteve envolvido eram bastante relevantes para que seu autor permanecesse calado. Nas palavras do próprio Góes sua justificativa:

Mas o que aconteceu se acha envolvido nas dobras da História, à espera do julgamento severo e frio que só o dá a perspectiva do tempo, quando os interesses e as paixões transitórias dos contemporâneos cederem o lugar à visão das constantes e das permanentes no jôgo das forças humanas (COUTINHO, 1955, p. 9-10).

Ao cabo, o que Góes quer é participar de seu próprio julgamento posterior. Não quer que nos anais da história esteja registrado apenas as falas de seus acusadores. Góes quer defender-se construindo sua própria narrativa, bem como quer legar uma espécie de testamento intelectual e político a nação e a seus camaradas de farda, já velho e doente, na curva do caminho o combativo soldado diz arrepender-se da luta revolucionária com Getúlio devido a intentos não alcançados e faz seu último apelo: “A indisciplina, quer individual, quer coletiva, tem seus corretivos próprios, mas, sendo ela a base das organizações armadas juradas na obediência da lei, quando a desobediência civil as atinge, não há mais salvação possível” (COUTINHO, 1955, p. 544). Ele volta a insistir na tese de que a caserna deve se manter longe da politicalha oportunista - o que parece não ter sido seguido nem pelo próprio general, diga-se de passagem.

Por outro lado, a motivação de Lourival Coutinho é de decifrar a personalidade de seu antigo “algoz”. E como ao final de muitas conversas agradáveis e reveladoras de um homem simpático e de inteligência admirável, Coutinho muda sua opinião negativa sobre o general, ele organiza o livro para dar a possibilidade de seus contemporâneos reverem seus julgamentos, muitas vezes negativos, a cerca da figura de Góes Monteiro e fundamentalmente quer o jornalista contribuir para com os arquivos da História para que os interessados tivessem acesso a fala sistematizada de Góes Monteiro e assim se procedesse a investigação historiográfica e se produzisse análises imparciais.

Ao final o que ambos almejam é justiça. Contam com o julgamento imparcial da História, já supostamente afastada das paixões, sendo possível então uma análise objetiva dos acontecimentos. E para isso o que eles fazem é cristalizar na forma escrita a conversa de Góes Monteiro. Mas, que inquirir buscar contradições ou testar o general, Lourival Coutinho faz perguntas abrangentes e mais no tom de convite, diga-nos sobre sua participação na revolução de 1932, por exemplo.

O jornalista parece não querer incomodar o general, está ali como um privilegiado interlocutor ouvindo o testemunho de alguém que participou de momentos que mudaram o rumo da história política brasileira a partir dos anos 1930. Ele está ali como que um escrivão que colhe o depoimento da testemunha. Tirando os comentários que Coutinho faz sobre como encontrara o general para o início das palestras, se no escritório, com qual ânimo e raros momentos de reflexão parece que Góes está a ditar suas memórias. Assim, esse arquivamento se deu quase sem nenhuma interferência de Lourival Coutinho, a narrativa é de Góes Monteiro, a ordenação relevante dos acontecimentos também, o máximo que o jornalista estrutura é a sequência cronológica.

Na análise fenomenológica que faz da memória, Paul Ricoeur distingue ao menos duas formas de memória, uma artificial e uma natural. Antes, porém, destaca que a operação mnemônica tem duas abordagens, uma cognitiva e uma pragmática, de modo que “o reconhecimento, que coroa a busca bem sucedida, designa a face cognitiva da recordação, ao passo que o esforço e o trabalho se inscrevem no campo prático” (RICOEUR, 2007, p. 71). Assim, temos uma *memória artificial* (agida), com os excessos de uma prática de memorização – que apassiva o sujeito – e uma *memória natural* da busca, “da rememoração, no sentido limitado de evocação de fatos singulares, de acontecimentos” (RICOEUR, 2007, p. 72).

Isso importa para a nossa análise na medida em que, considerando o ato de testemunhar como *memória declarada*, ou seja, uma reconstituição narrativa dos

acontecimentos passados através das lembranças retidas pela nossa sensibilidade, o depoimento do contemporâneo ganha papel de importante instrumento para a História, na medida, em que repõe a temporalidade do acontecimento devido ao ato de rememoração (memória natural). Nesse contexto ressaltamos a seguinte fala de Góes Monteiro acerca das condições de seu testemunho:

Acedi, respondendo, desataviadamente, às suas interpelações e requisitórios, relatando tudo de memória, sem recorrer a documento algum. Por isso, essas reminiscências deverão estar eivadas de lacunas, deficiências, omissões e falhas. São incompletas, mas contêm o essencial, as linhas fundamentais daquilo que, através de tantas vicissitudes, me ficou como impressão de verdadeiro e autêntico (COUTINHO, 1955, p. 14-15).

Por certo, isto faz parte também da estratégia de todo depoente em chamar a atenção de seu interlocutor e dizer confie em mim, meu relato é fidedigno. Por outro lado, entretanto, evidencia a disposição de nosso depoente em questão usar apenas a memória natural, trazer à tona as imagens que ficaram. Mas, claro que no processo de verbalização dessas lembranças ao ordenar a narrativa os acontecimentos podem ganhar um relevo um pouco distinto do que teve quando aconteceram, devido à própria lógica das intrigas no enredo e a balanços interpretativos que o distanciamento do tempo permite. A linha entre memória e história é tênue, especialmente nesse aspecto da representação narrativa, pois se trata de uma operação semelhante para ambas.

Assim, a representação que Góes Monteiro faz de seu passado mostrando-se como um homem sofrido, que nasceu em uma família plutocrata alagoana falida, que perdeu o pai cedo e teve que conquistar seu futuro somente com suas próprias forças. A imagem de um soldado combativo, inteligente e bom estrategista que lutou do lado legalista contra a Coluna Prestes, e depois se tornou revolucionário em 1930. Bem como a imagem de um homem que sofreu com ingratidões, injúrias de parentes e inimigos, e já na velhice desiludido e arrependido resolve tecer a narrativa de sua vida.

Essas representações (imagens) só fazem sentido a partir de um fio ordenador que alinha acontecimentos e produz uma identidade única por meio da narrativa, da memória e da história. Sim, esse Góes Monteiro é também fruto da memória, pois como afirma Ricoeur, “no plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa” (RICOEUR, 2007, p. 98). Para concluir, Góes faz memória no sentido que narra suas lembranças, mas também faz história na medida em que analisa algumas dessas lembranças, falando, por exemplo, de arrepender-se de determinadas ações.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COUTINHO, Lourival. *O General Góes Depõe*. Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1955.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do exército*. Rio de Janeiro: Andersen Editores, s/d.

_____. *Lágrimas de um soldado*. (Sem editora), 1986.

REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

RICOEUR, PAUL. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. ¿Qué es un texto? In: RICOEUR, Paul. *Historia y narratividad*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1999.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.

SANDES, Noé Freire. O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 125-140, 2009.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

“EU SOU UM TEMPO SOLIDÃO”: A ESTÉTICA DO SILÊNCIO NA OBRA DE ESTÉRCIO MARQUES CUNHA

Eduardo Barbaresco Filho¹
universoed@hotmail.com

RESUMO: A produção do compositor goiano Estércio Marquez Cunha é marcada por obras diversificadas, com formações para instrumentos solos, orquestra, coral, grupos de câmara. Seu processo de criação é fortemente interagido com outras artes, a considerar suas canções com poemas de sua autoria, ou ainda um dos gêneros de destaque, a música teatro. Todo o som, ritmo, movimento, pode tornar-se material de uma composição, desde que organizado e pensado artisticamente. Em suas peças a figura do silêncio, do tempo esticado, alargado, é marcante, com preferência por andamentos lentos, que estimulam o processo de percepção. O objetivo proposto é o de investigar tais figurações em algumas obras, dentre elas, “Tempo”, “Breve tempo sonoro”, por meio do diálogo com Deleuze, Ricoeur, para construção de uma história biográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Biografia; Estética; Tempo.

ABSTRACT: The production of the composer Estércio Marquez Cunha is marked by diverse works with soil formations for instruments, orchestra, choir, chamber groups. His creative process is strongly interacted with other arts, to consider his songs with his own poems, or one of the prominent genres, the music theater. All rhythm, movement can be made of a material composition, since arranged and designed artistically. In his spare figure of silence, time stretched, extended, is striking, with a preference for slow time, which stimulate the process of perception. The proposed objective is to investigate by means of some works, including "Time", "Short time sound," such figurations, through dialogue with Deleuze, Ricoeur, for construction of a biographical history.

¹ Acadêmico do Programa de Doutorado da Faculdade de História da UFG orientado pelo professor Márcio Pizarro Noronha.

KEYWORDS: Biography; Aesthetics; Time.

O tempo! O passado! Aí algo, uma voz, um canto, um perfume, ocasional levanta em minha alma o pano de boca das minhas recordações... Aquilo que fui e nunca mais serei! Aquilo que tive e não tornarei a ter!
(PESSOA, 2006, p. 207).

Construir a história de uma vida perpassa universos variados e muitas vezes paralelos, intercalados, espaços marcados pela memória, por lembranças, esquecimentos, por vivências, sobretudo, organizados e ditados por um *tempo*. Seja cronológico, seja calendário, performático, alargado, musical, cristão, a figuração de tal categoria marca a escrita biográfica e em caso específico dialoga com o processo de criação musical da obra de Estércio Marquez Cunha.

A reflexão proposta divide-se em duas perspectivas: considerar os fatores temporais como ponte para a escrita de uma história biográfica em que se coadunam tempos múltiplos, e por outro lado ter a noção de tempo musical, ora métrico, medido, ora livre, natural, dentro do processo de criação. Algumas concepções estéticas são convocadas com o intuito de reforçar aquilo que a obra em si pode dizer, ou traduzir, neste caso a ampla utilização de andamentos lentos, não utilização de barras de divisão de compasso, utilização apenas de unidades de tempo; características que apontam para uma estética do silêncio, ou da relação música – silêncio, pensadas pós Cage².

Sobre o tempo e a escrita biográfica de um músico

*O tempo era bom? Não era
O tempo é, para sempre.
A hera da antiga era
roreja incansavelmente.
Aconteceu há mil anos?
Continua acontecendo.
Nos mais desbotados panos,
estou me lendo e relendo.*
(DRUMOND, 2005)

² Compositor, poeta, teórico musical norte americano. Sua matéria prima é o óbvio, o cotidiano – tudo o que já existe, mas, que passa despercebido ao sentimento geral – fazendo o mesmo com o silêncio. É o compositor da famosa peça 4'33", em que um performer entra no palco e não toca nenhuma nota se quer durante esse respectivo tempo. Foi um dos primeiros a escrever sobre música aleatória, ficou conhecido pelo uso não convencional de instrumentos e pelo seu pioneirismo na música eletrônica. Influenciou muitos artistas de todo o mundo e integrou o movimento Fluxus, que abrigava artistas plásticos e músicos. Informações obtidas em: http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Cage acessadas em abril de 2012.

Boas (2008) define o pensar sobre o tempo como um dos tópicos fundamentais para a narrativa biográfica, dentre outros, a descendência, o fatalismo, a extraordinariedade, a verdade, a transparência. O tempo visto de modo cronológico e linear é tratado como limitação narrativa e filosófica que aprisiona o personagem. Ricoeur (2010, p. 55) afirma:

Embora seja verdadeiro que a principal tendência da teoria moderna da narrativa – tanto em historiografia como em narratologia – seja a de “descronologizar” a narrativa, a luta contra a representação linear do tempo não tem necessariamente como único resultado “logicizar” a narrativa e sim aprofundar sua temporalidade.

Alguns autores adotam posições críticas e contrárias a cerca dessas questões. Weinberg (1992) afirma que a vida deve ser como uma linha do tempo, narrada cronologicamente em primeira instância; Kendall reafirma que o personagem biografado é um existente e não uma mera criação romanesca, o personagem é uma criatura do tempo, assim a biografia “é uma simulação, não o monumento da existência” (KENDALL, 1986, p.45). Segundo Boas (2008, p. 215) é com Edel – biógrafo de Henry James – que a cronologia, como sustentada por Weinberg, perde força em detrimento a escolhas particulares; cada vida é singular merece, pois, uma escrita, uma transcrição de modo único. A escolha dos fatos, dos acontecimentos da vida do biografado é de suma importância, Boas (2008) concordando com Ed El e Benito Schmidt afirma que a biografia deve ser entendida como a própria vida, o ser humano que se move, vive, enfrenta e supera obstáculos, uma construção, um “edifício biográfico” em que o tempo parte tanto do biografado quanto do biógrafo. O ato de contar a história do outro condiz com o fluxo da vida, narrar é viver, um ato performativo que pode revelar ou esconder faces, é uma condição humana:

Hoje sei que transformar sua vida em narrativa é simplesmente viver. Somos homens-narrativas. A ficção significa inventar algo diferente dessa vida. Li Paul Ricoeur, sei que a identidade narrativa não é uma mera quimera. E acabo de ler a tradução em francês do livro de Dorrit Cohn, *Le propre de la fiction* (o próprio da ficção), cuja fórmula implica haver algo próprio a biografia. Não, autobiografia não é um caso particular de romance, nem o inverso, ambos são casos de construção de narrativa. (LEJEUNE, 2008, p. 74, 75).

Para Ricoeur (2010) é através da narrativa que o tempo se torna humano. A partir de leituras agostinianas o autor coloca a relação tríplice do presente (presente do passado, presente do presente, presente do futuro) como horizonte para a construção de uma escritura, interpondo o conceito de intriga e atividade mimética com base na poética aristotélica³. Se os

³ Ricoeur (2010) desenvolve a reflexão a partir do que denominou “Célula melódica – o par *mimeses* e *mythos*” de gêneros de discursos gregos, sobretudo a tragédia. Os dois termos devem ser entendidos como operações que sustentam a poética – a arte. *Mythos* refere-se ao ato de compor, enquanto que a *atividade mimética*, à imitação, processo ativo de representação.

tempos são orientados no/para o presente, antagonicamente podem ser evocadas relações, ou falhas no triplo presente. Precede assim, aporias da existência de um presente sem passado e nem futuro, o sentido do tempo e da eternidade. A eternidade não é passado ou futuro (Platão), é estável por contraste das coisas que não são estáveis. “No eterno nada passa, tudo é totalmente presente, ao passo que nenhum tempo é totalmente presente” (Ibid. p. 46); o eterno pode comportar-se de modo negativo no próprio tempo, intensificando a experiência temporal. Em oposição ao eterno, à plenitude, ao lar, à luz estão as temporalidades: como dissolução, imagem de ruína, de dispersão, como agonia, imagem da morte, doença, fragilidade, lágrimas, como banimento, exílio, vulnerabilidade, nostalgia, desejo vão, como noite, imagem de cegueira, obscuridade (Ibid. p. 52).

A eternidade, e o tempo podem ser lidos no contraste entre intenção e distensão, respectivamente uma reflete o estado interior do homem, e outra a multiplicidade e a errância do homem velho. Um sentido de homem pecador, e homem novo é perscrutado diante leituras e análises de trechos bíblicos realizados por Agostinho. De uma leitura teológica para uma reflexão do tempo cotidiano, Ricoeur comenta, a partir de Heidegger, sobre a intratemporalidade, “conjunto de experiências mediante as quais o tempo é designado como aquilo em que os acontecimentos ocorrem” (RICOEUR, 2010, p.137), citando três traços característicos: a databilidade, todo acontecimento é datável desde que seja visto sob o presente, com relação ao “agora”; a extensão, noção de duração e intervalo, consideração de um lapso do tempo; o tempo público, relacionado à noção de cotidiano, o tempo atinge o presente por um agora.

Sabe-se que para a escrita biográfica, a história e a literatura muitas vezes não possuem limites e contornos definidos. Do ponto de vista literário a temática “tempo”, é observada em vários autores; Michael Cunningham em “As horas” narra histórias de vários personagens que se encontram em três períodos diferentes, três mulheres que vivem ligadas a um livro de Virginia Woolf – “Ms. Dalloway” em espaços temporais distintos, porém presas aos mesmos sofrimentos, a solidão, desespero. Proust na tentativa de recuperar o passado “Em busca do tempo perdido”, utiliza da memória como recurso para uma reflexão sobre o tempo, aquele que se esvai, se esgota, que por outro lado pode ser visto numa dimensão de profundidade. Cortazar em sua crítica do dia a dia coloca o homem frente a si mesmo pela figura do *cronos*, dos ponteiros do relógio e fragiliza as instâncias de que esse mecanismo evoca.

“Pense nisto: quando dão a você de presente um relógio estão dando um pequeno inferno enfeitado, uma corrente de rosas, um calabouço de ar. Não dão somente o

relógio, muitas felicidades e esperamos que dure porque é de boa marca, suíço com âncora de rubis: não dão de presente somente esse miúdo quebra pedras que você atará ao pulso e levará para passear. Dão a você – eles não sabem, o terrível é que não sabem – dão a você um novo pedaço frágil e precário de você mesmo, algo que lhe pertence, mas não é seu corpo, que deve ser atado a seu corpo como um bracinho desesperado pendurado a seu pulso”. (CORTÁZAR, 2009, p. 16).

Dois matizes temporais são pensadas segundo Deleuze (2009): o *Aion* que remete a passados e futuros, num vai e vem contínuo, como uma fita métrica, potência do instante, povoado de efeitos, sem nunca ser preenchido, sempre já passado e ainda por vir. Enquanto o *Cronos* é limitado no presente, atualização, noção de agora, e infinito por que circular, contínuo, restaurador; o *Aion* é ilimitado no passado e futuro e finito no instante, na erótica do tempo, o tempo do gozo e da criação, da performance (p. 170). Perez (1987) convocando a música para essa reflexão afirma:

A música apesar de poder ser grafada em partituras, é a custa da imobilidade ou discriminação que parte a sequência segundo suas linhas de fratura: as notas, a música aparece apenas ao restabelecer-se o transporte, abrindo intervalos de som. Nota/intervalo/nota/intervalo... o intervalo como resto sem valor põe em destaque a pura diferença entre os elementos formais, cujas possibilidades combinatórias são inúmeras, desde a combinação regular numa série monótona até as sequências mais variadas. Olhados com uma lente de aumento, os intervalos pensados revelam-se como espaços de silêncio escandidos pelo som (p. 45, 46).

O intervalo citado por Perez remete a Deleuze e o tempo *Aion*, numa inferência entre psicanálise, arte e história. “Trata-se fundamentalmente do jogo entre produção sonora e a superfície de ausência em que ela tenta inscrever. Nessa heterotopia de som e silêncio advém a música, metáfora – movimento” (IBID, p.46). O processo criativo carrega uma origem às vezes não encontrada. No indivíduo pode remeter a infância, que nunca passa, que está ao lado, próxima e distante, longe e perto da experiência, do tempo de vida. Conceito que pode dialogar com o de memória de longa duração, ou ainda memória implícita (Warrington e Weiskrantz -1974) que convoca lembranças encobridoras (Freud). Trata-se de uma memória que não é consciente e não pode ser evocada em palavras⁴. Para Freud a lembrança

⁴ Segundo artigo de Mancia (2005), disponível em:

www.joseouteiral.com.br/textos/Memória_Texto_3_Maia_Mancia.doc

Acessado em 15 de maio de 2011. Ela controla a aprendizagem de várias habilidades: a) *priming*: que é a habilidade de um indivíduo escolher um objeto ao qual ele tenha sido previamente exposto subliminalmente; b) *memória procedural*: a qual se relaciona com as experiências cognitivas e sensorio-motoras, tais como, aprender tarefas motoras, atividades diárias, tocar instrumentos ou praticar certos esportes; c) *memória emotiva e memória afetiva*⁴: se relaciona com experiências emocionais, bem como com as fantasias e defesas ligadas às primeiras relações da criança com o ambiente e em particular com a mãe. É provável que essa memória também se relacione com as experiências do feto, durante o último período de gestação, quando na sua relação íntima com a mãe, com seus ritmos e em particular sua voz. Estes estímulos constituem um padrão de continuidade, ritmo e musicalidade em torno dos quais, as primeiras representações do bebê – ou proto-representações - desde o nascimento, são organizadas (Mancia, 1981). É bem sabido que as experiências sensorio-motoras do feto podem

encobridora traz recordações de fatos às vezes insignificantes que podem revelar experiências reprimidas na infância. As memórias da primeira infância determinam muito do que um ser adulto será, em contrapartida, não podem ser totalmente recordadas, por isso encobertas.

Tem-se algo próximo ao conceito de formação do traço⁵ mnêmico, como resíduos de um material arcaico enquanto escritura das primeiras instâncias de percepções estocadas no inconsciente. Formação de imagens que interpõem aparelho de linguagem e parêlho psíquico que dirão da representação da palavra e da coisa entre o acústico, o sinestésico, a leitura e a escrita. Freud acaba por relacionar o aparelho psíquico como aparelho de memória⁶.

Nesse pensar o tempo da performance-criação-reação é um instante sobreposto a uma memória construída e evocada, até mesmo num sentido cultural-social. Tempo corporal pulso sentido, lembranças, recordações, conhecimento, *cronos* e o corte intervalar sempre inédito, acontecimento, pulsão, vontade, gozo, *aion*. A criação artística, tida em processo, atualiza o passado para o presente *cronos* e permite um diálogo da escritura, da partitura como notação entrelaçada num só território do corpo num tempo *aion*, evanescente, do desejo, da

ser memorizadas (De Casper e Fifer, 1980). A voz da mãe também pode ser memorizada (ver Kolata, 1984), e, quando re-experimentada nos primeiros anos de vida, em particular durante a amamentação, pode influenciar a frequência cardíaca e até mesmo a quantidade de sucção do bebê (Mehler et al., 1978).

⁵ Pode-se remeter ao conceito de traço em Derrida ou a arqui-escritura. É preciso agora pensar a escritura como ao mesmo tempo mais exterior à fala, não sendo sua imagem ou seu símbolo e, mais interior à fala que já é em si mesma, uma escritura. Antes mesmo de ser ligado à inscrição, à gravura, ao desenho ou à letra, a um significante, remetendo. Em geral, a um significante que remete, em geral, em geral, a um significante por ele significado, o conceito da grafia implica, como possibilidade comum a todos os sistemas de significação, a instância do rastro instituído. (DERRIDA, 1973, p. 56). Segundo Harland (1987, p. 142-143), “Derrida deriva sua teoria da arque-escrita a partir de Freud, especialmente do ensaio de Freud intitulado ‘Notas sobre o Tablete de Escrita Mágico’ [Note on the Mystic Writing Pad]”. Neste ensaio, Freud compara o aparato psíquico ao Tablete de Escrita Místico (ou Mágico), que ainda hoje é vendido como um brinquedo novidade para crianças. O Tablete é feito de uma folha transparente de celulóide que recobre uma folha de papel não-absorvente que por sua vez recobre uma base encerrada. Um estilete ao pressionar o celulóide, pressiona o papel contra a base encerada, e este último o contato faz com que a cor escura da base transpareça, como uma escrita levemente no papel de cima. Tal escrita não está realmente depositada no papel, e pode ser feita desaparecer simplesmente levantando e separando o papel da base. Contudo, como observou Freud, a base encerada, ainda retêm a marca inscrita pelo estilete, mesmo quando o escrito já não seja mais visível. Nesse aspecto, a base pode ser comparada ao inconsciente da mente, que retêm o que ele não percebe, e o papel (e o celulóide) pode ser comparado ao sistema de percepção, que por sua vez transmite (e conscientiza) aquilo que não retêm. Derrida tira o máximo dessa analogia quando ele interpreta o papel do Bahnung (facilitação) e do Spur (o traço) no modelo genérico de Freud para a percepção e a memória. Naquele modelo de Freud, uma força qualquer, excitada nos circuitos perceptuais do indivíduo, passa através do sistema neurológico do cérebro, abrindo ou facilitando um caminho ou traço de baixa resistência eletroquímica. Este caminho ou traço então permanece como uma forma física de uma memória inconsciente, o canal entalhado ao longo do qual forças futuras poderão mais facilmente fluir e seguir. Derrida aceita essa teoria do traço e a combina com a escrita inscrita sobre a base encerada do Tablete Mágico, pois tal escrita também tem a forma de um canal entalhado escavado pela pressão do estilete. Pela interpretação de Derrida, o traço é, portanto, um signo (material), da mesma maneira que a escrita é um signo (material)”. Assume, desta forma, que a operação de deslocar o papel de sua base é contínua e isso garante a escrita mental sob constante apagamento.

⁶ Ver trabalho disponível em:

http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/5000057941_03_cap_01.pdf

Acessado em 13 de maio de 2011.

apresentação performática. Caos aparente visto que mesmo a impressão de uma escuta de uma peça moderna pode ser sentida e vivida num cronômetro; o relógio que marca os segundos e os minutos. Por um lado essa possibilidade traz diversos presentes, por outro, esconde a superfície da efemeridade. Seria um jogo ideal como colocado em *Lógica dos Sentidos* de Deleuze? Sem regras, ganhadores ou perdedores... Talvez o justo diálogo do coelho, do chapeleiro e a Alice de Lewis Carroll.

Se você conhecesse o Tempo tão bem quanto eu conheço”, o Chapeleiro falou, “não falaria em gastá-lo como se fosse uma coisa. Ele é uma pessoa. É muito provável que você nunca tenha falado com o tempo”. “Talvez não”, Alice replicou cautelosamente, “mas eu sei que tenho que marcar o tempo quando aprendo música”.

“Ah! Isso explica”, concluiu o Chapeleiro. “Ele não vai ficar marcando compasso para você”. Agora, se você ficar numa boa com ele, poderá fazer o que quiser com o relógio. Por exemplo, suponha que são nove horas da manhã, bem a hora de começar a fazer as lições de casa, você apenas tem que insinuar no ouvido do Tempo e o ponteiro dá uma virada num piscar de olhos! O Chapeleiro balançou a cabeça com ar de lamento. “Eu não”, ele replicou.

“Eu e o Tempo tivemos uma disputa março passado... um pouco antes dela enlouquecer, você sabe...” (apontando a Lebre de Março com a colher de chá) “... foi no grande concerto dado pela Rainha de Copas e eu tinha que cantar (...)” Bem eu mal tinha acabado de cantar o primeiro verso”, disse o Chapeleiro, “quando a Rainha berrou ‘Ele está matando o tempo! Cortem-lhe a cabeça!’”⁷

Esse trecho mostra-nos de modo claro dois momentos um *cronos* e um *aion* invocado pelo chapeleiro cantor, performático, no instante da fala da rainha sobre a morte do tempo. O *aion* é descoberto pela rainha que rudemente condicionada, presa ao relógio, ao metrônomo, intercepta o chapeleiro. A performance criação é um justo corte temporal, de data, inscrição no tempo, incorporação, presente – agora; e instante – intervalo, entre o que foi e será movimentado. É o momento do *Pisca a pisca* do chapeleiro, no caso do non sense deleuziano, ou da narrativa do instante em muitos contos da escritora francesa Marguerite Duras.

É possível que na interpretação musical todas essas questões possam estar relacionadas de modo direto ou indireto. Ora sobrepor *layers cronos* e *layers aion*, mantendo uma relação de mal estar com seu próprio tempo, deslocado, desajustado, como o local do historiador da arte para Didi hubermam em *Devant le temp*, ora evocar a memória arcaica, traduzindo ao que é orgânico.

Bergson (1979) em “pensamento e o movente” questiona a existência desse universo fora da performance ao comentar sobre a música. Não, se considerar que a sinfonia inexistente ao real; sim, tendo-a como ideia anterior a sua realização. A questão abordada é como

⁷ Trecho do Livro “Alice no país das maravilhas” de Lewis Carroll (1832-1938), disponível em e-book no site: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/alicep.html> acessado em março de 2011.

pensar o tempo de uma forma positiva, na sua interioridade. O mesmo aconteceria no seguinte caso: acordo e programo como será todo o meu dia, trabalhos, estudos, para cada hora um evento escrito. Tem-se apenas um tempo externo, uma borda daquilo que a experiência contempla - o próprio viver. Tem-se uma noção de duração, enquanto a duração em si não é percebida como espaço de possibilidades e da criação, como continuidade e sucessão. A crítica de Bergson está no logocentrismo da metafísica tradicional e nos moldes fechados dos sistemas filosóficos que são em sua maioria imprecisos por demais.

Aqui se pode remeter ao *Memorioso Funes* de Borges (1995), que no tempo não se perdia (ou de todos os tempos o pertencia), senhor do passado, presente e futuro, que se sentiu imortal até o seu derradeiro momento. “Não recordava somente cada folha de cada árvore de cada monte, como também cada uma das vezes que tinha percebido, ou imaginado” (p. 115). Se as imagens lembranças o acompanhavam sempre, por outro lado, há um espaço de se pensar o imemorial, como referencia a um passado virtual comentado por Deleuze em “*diferença e repetição*”. Há modos de se pensar o presente, o passado e o futuro na relação com a memória encaixando um passado que nunca foi presente, opondo-se a uma memória voluntária e representativa. E nesse passado visto como imemorial localiza o objeto de desejo, nunca vivido ou representado do modo empírico⁸. Por um pensar dialético do tempo e da memória ecoa-se a vida, a experiência e o fluxo... Nas palavras de Neruda: “Quantas semanas tem um dia e quantos anos têm um mês?”⁹.

A biografia reúne o discurso sobre tempos múltiplos e o ser humano na sua multiplicidade ou exemplaridade num sentido de resgate da univocidade. Sempre haverá várias histórias, sobre um mesmo fato, ou personagem, modificado, transformado, lido e relido às margens de um tempo, de uma interpretação e de uma escrita. Insere-se a existência do Estércio professor, artista, músico, compositor, poeta, crítico, dentre outras dimensões, esposo, pai, avô, cidadão com seus gostos, fazeres distintos, hábitos e crenças. Pode-se refletir sobre tais relações segundo parâmetros: biografia e contexto; biografia e texto; biografia modal (um personagem como exemplo de um grupo); processo hermenêutico (LEVI, 2006).

Talvez o grande desafio conforme Loriga (1998) é justamente repensar essa multiplicidade, tanto de abordagens, como de possibilidades heurísticas de um mesmo sujeito, na escrita de uma história biográfica. Certamente algumas questões influenciam diretamente a investigação do processo composicional, foco neste trabalho, e não podem ser renegadas. Se o

⁸ Ver artigo: www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a02.pdf
Acessado em 12 de maio de 2011.

⁹ Parte XXIII do livro das perguntas. NERUDA (2010, p.53).

tempo da criação mescla-se com o tempo da vida, ou de uma época vivida, num sentido até mesmo cronológico, o tempo musical refunda a liberdade da expressão e o próprio músico compositor como construtor, arquiteto temporal.

O tempo musical e Estércio Marquez Cunha

Tradicionalmente o conceito de tempo musical é entendido em associação a noção de métrica, pulso, diferentes espaços de tempo que são alocados os sons no transcorrer de uma peça musical; duração das notas, do material sonoro ou silêncio, ora prolongado, ora curto. Por outro lado, pode significar o andamento sugerido, que varia de largo a prestíssimo, passando por andante, moderato, allegro.

A relação tempo e música pode ser vista de modo direto, pois o ritmo designa a velocidade de repetição de cada som no decorrer de uma obra, repetição de sons, de pausas. É salutar na construção sonora a ideia de compasso (sobretudo nos períodos barroco, clássico, romântico), agrupamento de valores marcados por parte forte e partes fracas do tempo. Os compassos mais comuns são os binários, ternários, quaternários, embora muitas peças configurem outros exemplos, como compassos mistos, quinários, setenários (três mais quatro, ou quatro mais três, como exemplo: peças do compositor Bela Bartok da coleção Mikrokosmos), compostos, com subdivisão ternária.

Seguindo uma produção e tendência do começo do século 20 (quebra da ideia de tempo medido, preocupação timbrística) a maioria das peças de Estércio Marquez não apresenta unidade de compasso, algumas somente a ideia de pulso, (unidade de tempo). Os compassos são representados por X/unidade de tempo (semínima, mínima, colcheia...) e não há marcação de barras de divisão. Tem-se a preferência por andamentos mais lentos, e a utilização de certas combinações não muito usuais, como peças para voz e clarineta, contrabaixo e voz (o que a seria mais comum voz e piano, ou violão, cravo). Das técnicas estilísticas destaca-se a produção serial, dodecafônica, atonal e a música teatro, com influências de compositores como Conrado Silva¹⁰, Michael Hennagin¹¹, Gilberto Mendes, Stravinsky, Schoenberg.

¹⁰ Compositor de música eletroacústica, nascido em Montevideu, Uruguai, no ano de 1940. Estabeleceu-se no Brasil em 1969, quando foi contratado para o cargo de professor pelo Departamento de Música da Universidade de Brasília. Foi aluno de John Cage, Karlheinz Stockhausen, Pierre Boulez, entre outros. É considerado um dos precursores da música eletroacústica no Brasil, e ocupa atualmente o cargo de Primeiro Secretário da Sociedade Brasileira de Música Eletroacústica, da qual é membro fundador. Informações obtidas em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Conrado_Silva_de_Marco acessadas em março de 2012.

Como exemplo tem-se a peça música teatro “Tempo” produzida em 1978 dedicada a Yara Moreira¹², estruturada por: um trompete, um trombone, uma corrente, uma matraca, um metrônomo, um reco-reco, um chocalho, um atabaque. Na primeira página são colocadas convenções: um intérprete deve segurar ou amarrar a corrente no pulso, de um tamanho tal que possa levantar e voltar lentamente, escutando o tilintar, o metrônomo ora é mudado de tempo ora é tocado, tratando-se de uma ação em gestos lentos e teatrais, é importante que os personagens se coloquem em pontos distantes uns dos outros, enquanto uma procissão passa por eles. A cena se inicia no escuro com a cortina fechada e os personagens estáticos, o som da matraca introduz à corrente, o atabaque aparece na maioria das vezes que o som da corrente se finaliza; as pausas e a quantidade de toques no metrônomo são marcadas. O trompete e o trombone aparecem com figuras de longa duração numa dinâmica de pianíssimo, no meio da peça o trombone toca uma melodia que lembra temas de procissões religiosas usadas em cidades interioranas de Goiás.

O tempo do silêncio é construído assim como é arquitetada a ideia de tempo presente-passado com a procissão. Partilhando opiniões com o compositor, o mesmo relatou participar de cerimônias religiosas quando criança, o som da matraca alude a procissões da semana santa que antecede a páscoa, a figura da corrente alude à relação memória e tempo. As lembranças são aprisionadas no tempo, este, prende o ser humano, amarra-o, lançando-o fora de si; o tempo como uma corrente é capaz de ditar ou não o sentido de uma vida¹³ ou até mesmo da arte- música; crítica ao tempo musical, ao tempo cronológico.

¹¹ (1936-1993) Compositor de música clássica, trabalhou como arranjador para filmes e televisão, foi aluno de Aaron Copland, Bernstein, Darius Milhaud. Compôs obras para piano, orquestra, solo, música de câmara. É um dos compositores norte-americanos de destaque no século XX, juntamente com Ray Luke (também professor de Estêrcio durante o curso de mestrado). Informações obtidas no site:

<http://digital.library.okstate.edu/encyclopedia/entries/H/HE014.html> Acessadas em março de 2012.

¹² Poetisa brasileira amiga de Estêrcio. Nasceu em Tigipió (PE) a 8.11.1941. Recém-nascida foi levada para Goiás, passando a residir em Ipameri (GO), terra do seu pai. Faleceu a 10.05.2003, em Goiânia. É neta do poeta Demóstenes Cristino um dos iniciadores do modernismo em Goiás. Bacharel em Letras Vernáculas e em Direito. Professora da Universidade Federal de Goiás, Instituto de Artes. Informações obtidas no site:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Y%C3%A0da_Schmaltz Acessadas em março de 2012.

¹³ É interessante ressaltar que a arte trabalha com possibilidades, experiências perceptuais. A hermenêutica pode ser usada para dar luz a esse jogo interpretativo.

(Fonte: próprio autor)

A ideia de teatro música perpassa o gestual e a cena que é produzida durante toda a peça, a música não está somente nos sons organizados, mas em todo espaço da performance – concepção de música aleatória em Cage na peça 4 minutos e 33 segundos. O silêncio é então repensado não apenas como pausa, mas como matéria fundante da obra e que permanece. O som desaparece no silêncio e sob esse prisma a primeira nota não é começo, ela emerge de um antecessor.

Cada nota tem seu próprio limite de tempo de vida – ela é finita. A terminologia é clara: a nota morre. E aqui podemos ter a primeira indicação precisa sobre o conteúdo na música; o desvanecimento do som por sua transformação em silêncio, é a própria definição dos limites de espaço e tempo. (BAREMBOIM, 2009, p. 14).

O som opera inevitavelmente dentro da passagem do tempo. “Tenho a sensação de que a duração da obra é maior a de minha própria vida, de que estive em uma viagem pela história, que começa e termina no silêncio” (ibid. p. 17). Para Estércio Marquez o pensar sobre o tempo, liga-se à noção de percepção.

Eu encaro a estética como conhecimento da percepção. Toda obra de arte é feita para ser percebida (...) quanto mais civilização agente se torna mais sérios são os problemas da percepção. Eu acho que a forma é o tempo sonoro e no mundo em que se vive hoje tão poluído de tanto ruído, tanto mais silêncio conseguirmos, mais elementos de percepção estaremos oferecendo. (...) Perceber não so sons mas o espaço e o tempo que existe entre os sons é um elemnto fortíssimo, e também um

elemento expressivo muito grande. Quer dizer, o silêncio pode ser... dentro de um silêncio posso enxergar um grito.... pode ser um xingamento dependendo da maneira como ele está colocado. (GARCIA, 2002, p. 90).

O tempo tem forma, da periodicidade ou não, tudo isso é fantástico, não só em termos de música, mas em termos de vida. Eu acho que o meu tempo, o tempo do cerrado, é um tempo solidão. A paisagem nossa aqui é tão maravilhosa, da qual eu gosto tanto, é árida, seca, dramática, nessa coisa o silêncio está muito presente (...) Eu tenho alguns momentos sim, passagens rápidas, e nesse interrompimento, acontece muito de fragmentos rápidos num tempo lento, e isso eu acho fantástico. Esse fragmento aparece, é como uma pluma flutuando no ar, são coisas assim, elementos que estão soltos por aí. (CUNHA, 2002).

Numa interpretação e análise do expressionismo em “Filosofia da nova música” de Adorno (2002, p. 46) o tempo solidão é colocado como angústia pela poesia e associado à coletividade; os habitantes da cidade que já não sabem nada mais uns dos outros; a solidão é reconhecida como estilo. Dialeticamente se Estércio escreve numa linguagem dodecafônica não deixa, pois, tais influências em segundo plano, reinterpretando-as conforme seu universo em conjunto à identidade cultural local, bastante reconhecida por ele.

Em outro exemplo tem-se a peça “Breve tempo sonoro” composta em junho de 1976 para o Festival de inverno de Ouro Preto. É estruturada sob efeitos sonoros com exploração timbrística dos seguintes instrumentos - voz: uma flauta, um violino, uma soprano, coral, prato, par de clavas, atabaque, piano. A linguagem predominante é atonal, serial, com a apresentação de vários clusters no piano, modos diferentes de se tocar cada instrumento, a flauta ora soa melodicamente, ora articula os ataques como uma conversa, associada a fala, o coral trabalha com a idéia de massa sonora, voz falada, sussuros, ataques individuais de vogais, curtas ou prolongadas; o violino utiliza pizzicato e vibrato (microtom), exploração de registros opostos extremos, o mais agudo ou grave possível. A série dodecafônica é apresentada gradativamente no decorrer da peça priorizando as notas iniciais la, mi, re, do#, no final o piano toca a série num arpejo, la, mi, re, do#, si, sol, fa#, fa, mi, do, sib, lab. Tem-se a indicação de um pulso muito lento para a semínima. Ao final o compositor escreve “deixar soar” para o prato e a série do piano, incidindo a questão abordada anteriormente do silêncio em Baremboim (2009).

A primeira sonoridade trabalhada é com o coral e as vogais, soando de modo decomposto (vogais soltas) até um crescendo que define a junção das vozes, sem altura definidas. Após a ideia de muito som apresenta-se o silêncio, utilização de pausas, na maioria dos momentos os instrumentos são colocados de modo individual, ou com poucos agrupamentos de timbres, soprano associada à flauta, flauta, violino e piano trabalhando na mesma série inicial. A percepção temporal parece deslocada a uma idéia de ausência de pulso

(figuras prolongadas, som coral e vogais colocadas de modo aleatório) que sobrepoem a uma escrita que apresenta barra de divisões de compasso, o violino a flauta e a soprano são medidos (compasso quaternário, numa figuração tema e repetição do tema com atraso, “eco”, em algumas partes), assim como o piano, contrapondo o deslocamento feito pelo coral que parece neutralizar o tempo notório de um metrônomo. O alargamento do tempo condiz com o conceito de percepção sonora e estética da obra de Estércio no geral; o tempo musical que pode ser sentido de modo métrico é decomposto e fragmentado para que o “novo”, o material sonoro, a frase, os recursos utilizados, sejam percebidos e apreendidos. A partitura vista de modo não convencional amplia o conceito de música, associando, à partitura desenho, obra singular, não somente na performance sonora, mas como grafia num pensar interartístico¹⁴.

(Fonte: próprio autor)

O silêncio, o tempo são pensados em vários compositores do Sec XX, cita-se Pendereck – *Dimensões do tempo e do silêncio*; Gerard Grisey – *Vox temporum*; *Jour contre jour*; *Tempo ex machina*; John Cage – *4'33*; Koellrutter e a concepção planimétrica da música. Para Pendereck certamente o tempo é tratado na perspectiva de lembrança, constantes homenagens e alusões às atrocidades das guerras no século xx. Em Gerard Grisey

¹⁴ A perspectiva é a de NORONHA (2007) que apresenta questões de se pensar a arte: como separação, junção (arte total) e a noção de intervalo.

há uma concepção aritmética das estruturas sonoras que são organizadas por repetições e diferenças, inserindo até mesmo desniveis entre as afinações de alguns instrumentos, o som é decomposto, fragmentado, em níveis espectrais. O silêncio em Cage é pensado pela filosofia de Henry David Thoreau, como uma superfície em constante movimento que oferece os sons à percepção, ele não existe como ausência sonora, mas como variação. Remete-se ao que Estércio diz: “o silêncio pode ser... dentro de um silêncio posso enxergar um grito... pode ser um xingamento dependendo da maneira como ele está colocado”. (GARCIA, 2002, p. 90). Em Kollhouter a planimetria é vista como técnica composicional do impreciso e do paradoxal, dos signos que são representados graficamente, privilegiando o intérprete como co-autor da obra (corrente estética composicional muito difundida na década de 70 no Brasil). Certamente Estércio Marquez Cunha formou-se compositor relendo tais autores na busca incessante de uma linguagem própria, traços particulares que fazem situá-lo no “circuito” dos compositores de música erudita brasileira na atualidade. Embora ainda persista a relação cultural de produção associada a grandes centros urbanos, Estércio e sua obra reafirmam o local em meio ao universal.

O silêncio, o modo como Estércio trabalha o tempo musical, perceptível, ou não, alargado, expande as tendências estruturalistas e pós estruturalistas da composição que consideram a ampla utilização de signos diversos e os processos de escritura. Tal perspectiva, marca o pensamento artístico de Estércio.

Considerações

Por uma via dupla de análise, tempo- biografia, tempo musical e Estércio, a recapitulação e o diálogo com as teorias e correntes filosóficas propostas, permite-nos um entendimento do processo criativo e a discussão da construção de uma história interartística para além de um simples exercício hermenêutico. De um lado a história colabora com a força documental, das partituras, dos escritos, a constituição dos arquivos, do outro o historiador reconstrói o próprio tempo pela narrativa. A música não aparece apenas como pano de fundo, mas, como enlace primordial que sustenta e fundamenta o constructo de uma história de vida. Certamente nessa história há vários textos, espaços lacunares, que a memória, o tempo e o silêncio se fazem protagonistas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. *Filosofia da nova música*. São Paulo: perspectiva, 2009.
- BAREMBOIM, Daniel. *A música desperta o tempo*. São Paulo: Martins, 2009.
- BERGSON, H. *O pensamento e o movente*. São Paulo: Abril cultural, 1979.
- BOAS, Sérgio Vilas. *Biografismos: reflexões sobre as escritas de vida*. São Paulo: UNESP, 2008.
- BORGES, J, L. *Ficções*. São Paulo: Globo, 1995.
- CORTAZAR, J. *História de cronópios e de famas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CUNHA, Estércio Marquez. *Estércio Marquez Cunha: Entrevista de Nilsea M. Garcia*. Goiânia, 2002, fita cassete (90 minutos).
- DELEUZE, G. *A lógica do sentido*. 5º ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DOSE, F. *O Desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.
- DRUMOND, Carlos. *As impurezas do branco*. São Paulo: Record, 2005.
- EVERETT, D. *Michael Hennagin*. 1993. Disponível em:
<http://digital.library.okstate.edu/encyclopedia/entries/H/HE014.html> Acesso: março de 2012.
- FONSECA, Aleilton. *Yeda Schamltz*. 2002. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Y%C3%AAda_Schmaltz Acesso: março de 2012.
- GARCIA, Nilsea Maoli. *A obra pianística de Estércio Marques Cunha*. Goiânia, 2002.179f. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Federal de Goiás.
- HARLAND, R. *Superstructuralism, New Accents*. London: Methuen, 1987.
- KENDALL, Paul M. *The art of biography*. New York: Norton, 1986.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rosseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEVI, G. *Usos da biografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LORIGA, S. *A biografia como problema*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- MANCIA, M. *Memória implícita e inconsciente reprimido precoce*. 2005. Disponível em:
www.joseouteiral.com.br/textos/Memória_Texto_3_Maia_Mancia.doc acessado em 15 de maio de 2011.
- NERUDA, P. *Livro das perguntas*. Porto Alegre: L e PM, 2010.

NORONHA, Marcio Pizarro. *Performance e audiovisual: conceito e experimento interartístico e intercultural para o estudo da história dos objetos artísticos na contemporaneidade*. In: Anais do XXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. Organização: Marília Andrés Ribeiro e Maria Izabel Branco Ribeiro – Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

PEREZ, Carlos D. *Do gozo criador*. São Paulo: Escuta, 1987.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. 5º Ed. São Paulo: Cia das letras, 2006.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Vol. 1, 2, 3. São Paulo: Papyrus, 2010.

WEINBERG, Steve. *Telling the untold story: how investigative reporters are changing the craft of biography*. Columbia: University of Missouri, 1992.

SITES:

http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Cage

www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a02.pdf

http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/5000057941_03_cap_01.pdf

www.joseouteiral.com.br/textos/Memória_Texto_3_Maia_Mancia.doc

http://pt.wikipedia.org/wiki/Conrado_Silva_de_Marco

<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/alicep.html>

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

**EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA NA HISTÓRIA REGIONAL: UM INSTRUMENTO
NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA**

Elaine Smaniotto¹

RESUMO: Uma das problemáticas mais sérias que estagiários do Curso de História e, depois, professores de História, enfrentam em sua prática pedagógica, se refere à competência deste profissional para motivar os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Que metodologias o educando pode lançar mão para motivar os alunos aos estudos? Como a prática da pesquisa em história regional, no decorrer da sua formação, poderá influenciar no seu trabalho em sala de aula? O objetivo deste trabalho é apresentar experiências de pesquisa em história regional, adotadas pelo Curso de Licenciatura em História nas Faculdades Integradas de Taquara/RS – FACCAT, como um dos instrumentos na formação de professores, enquanto elemento constitutivo do fazer-se professor de história vinculado à realidade social em que está inserido. A metodologia de trabalho adotada proporciona aos acadêmicos a prática da pesquisa no decorrer de sua formação e permite o envolvimento da comunidade na coleta de fontes documentais, evidenciando, assim, a valorização de sujeitos locais como produtores de história.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores, Ensino de história; História regional.

ABSTRACT: One of the most serious problematic matters that apprentices of History Course and History teachers later on, face on their pedagogical usage, is about this professional's competence to motivate students on their learning process. What are the methodologies teacher is able to use in order to motivating pupils to study? How research practice in regional history, during graduation, may influence on their work in the classroom? The aim of this

¹ Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) /São Leopoldo/RS e Professora do Curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara/RS (FACCAT). Professora que ministra as disciplinas Estágio Supervisionado de Ensino Fundamental II e Estágio Supervisionado de Ensino Médio II (FACCAT).

paper is to present research experiences in regional history, assumed by the Course of Licentiate Degree in History at Faculdades Integradas de Taquara/RS – FACCAT, as one of the instruments in teachers graduation, and a constitutive principle of being a history teacher linked to social reality where he is inserted to. The working methodology provides college students the research practice during their learning journey and allow community involvement in assessment of documental sources, and so the appreciation of local people as history generators is evidenced as well.

KEYWORDS: Teachers graduation; History learning; Regional History.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar experiências de pesquisa em história regional², adotadas pelo Curso de Licenciatura em História nas Faculdades Integradas de Taquara/RS – FACCAT³, como um dos instrumentos na formação de professores, enquanto elemento constitutivo do fazer-se professor de história vinculado à realidade social em que está inserido.

Compactuamos a ideia de que a História Regional é “aquela que toma o espaço como terreno do estudo, que enxerga as dinâmicas históricas no espaço e através do espaço, obrigando o historiador a lidar com os pressupostos de diferenciação de áreas” (MARTINS, 2009, p. 143). Trata-se de uma proposta de estudo de vivências de grupos sociais historicamente relacionados a uma base territorial. Para levar às salas de aula a História Regional é necessário que o professor seja pesquisador. Neste sentido, a proposta ensino e pesquisa, teoria e prática, é desenvolvida nas várias disciplinas do Curso de Licenciatura em História desta instituição. Na maioria das vezes os temas pesquisados são escolhidos pelos acadêmicos levando em conta as necessidades da comunidade e as lacunas historiográficas. As pesquisas são desenvolvidas seguindo método científico e resultam em artigos que são apresentados pelos acadêmicos em Seminários de Pesquisa, Mostras Científicas e Encontros

² “O conceito de região está voltado para a forma pelas quais os homens organizam o espaço, tornando-o particular dentro de uma organização econômica e social mais ampla. Esse conceito de região permite o trabalho do historiador, ao dedicar-se à constituição histórica regional em um processo de mudança e transformação. É possível entender a região como construção histórica, e não apenas como divisões regionais administrativas” (BITTENCOURT, 2008, p 162.)

³ O Curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara/RS foi autorizado pela Portaria / MEC nº 2910 de 14 de dezembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2001. O curso de História está baseado legalmente de acordo como a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. O Curso de Licenciatura em História leva em consideração a realidade do sistema educacional da região e a aspiração de transformação em consonância com as novas tendências educacionais. A primeira colação de grau do Curso de História foi no final do ano de 2008.

de Historiadores. Os resultados das pesquisas retornam para a comunidade em forma de livros, catálogos, exposições, documentários e oficinas. Este material também se torna instrumento didático utilizado pelo professor de História durante o Estágio Supervisionado e, posteriormente, enquanto profissional no seu trabalho com alunos de Ensino Fundamental e Médio da região de abrangência das pesquisas. A proposta pedagógica tem como principal pressuposto o ensino a investigação, a pesquisa e a produção de saberes.

A seguir algumas experiências do Curso de Licenciatura em História da FACCAT serão apresentadas com o objetivo de ampliar o debate sobre a utilização de história regional como instrumento na formação de professores de história.

A pesquisa na formação de professores: história regional

Por meio da pesquisa o acadêmico e depois professor de História amplia os seus conhecimentos, o que interfere no seu trabalho em sala de aula. Conhecer e praticar exercícios com vários tipos documentais, dominar as técnicas de pesquisa como instrumento pedagógico, vinculado à realidade social em que está inserido, entrar em contato direto com situações de pesquisa, confrontar diversas possibilidades de abordagem de um tema, refletir criticamente sobre o trabalho do historiador, eis alguns dos objetivos do Curso de Licenciatura em História da FACCAT.

Durante este processo de ensino e aprendizagem a pesquisa tem sido intensificada a partir da proposta de trabalho nas disciplinas, onde, além de se desenvolver uma postura investigadora da realidade, propõe-se a análise, a construção e a reconstrução dos conhecimentos em cada área, possibilitando produções e autorias.

Anualmente o Curso de Licenciatura em História promove a Semana Acadêmica. Nesse evento são apresentados trabalhos de pesquisa realizados em grupos e individualmente pelos acadêmicos. Os objetivos específicos da Semana Acadêmica buscam incentivar e fomentar a pesquisa como uma atividade básica para a graduação; estimular a participação de graduandos na atividade de investigação e desenvolver seu interesse pela busca da explicação científica; promover a divulgação dos projetos de pesquisa desenvolvidos com a participação de estudantes da graduação; dar o apoio e a oferta de subsídios teóricos, propiciando o aperfeiçoamento daqueles que se qualificam para a investigação científica.

Um dos projetos desenvolvidos pelos acadêmicos e professores do Curso de História foi “Terra, Gente e Fé”. Ocorreu no período de 2003/2006, o qual objetivou o registro histórico de aspectos menos conhecidos e discutidos na historiografia da região do

Vale do Paranhana. A partir deste projeto foram desenvolvidas várias atividades contemplando, assim, a História Regional e oferecendo material didático para os professores, como: Documentário: Terra, Gente e Fé: a memória à Taquara do Mundo Novo através da fotografia; Exposição Itinerante – Terra, Gente e Fé, que percorreu vários locais, em municípios da região; Lançamento do livro⁴ Terra, Gente e Fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo; Lançamento do Calendário – 160 Anos da Colônia do Mundo Novo – Um olhar sobre a Colônia do Mundo Novo; e em maio de 2012 foi novamente realizada uma exposição no Bloco E desta instituição de ensino, com materiais resultantes desta pesquisa, objetivando mostrar aspectos históricos da região para os participantes do XII Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras⁵.

Outra atividade com articulação à pesquisa que o Curso oportuniza, é a atuação dos graduandos em pesquisas do interesse da comunidade regional. As atividades desenvolvidas recebem incentivos de instituições com o objetivo de conhecer, preservar e divulgar sua história. Dentro deste contexto, nos anos de 2006 e 2007 os acadêmicos e professores do Curso de Licenciatura em História integraram o projeto “160 anos de cultura alemã em Igrejinha”,⁶ em parceria com a Secretaria de Educação do município, sendo que desse projeto foi editado um livro de artigos. Um grupo de acadêmicos assessorou os professores das escolas da rede municipal, estadual e particular daquele município, na elaboração de pesquisas e artigos contando a história da imigração alemã na região.

O patrimônio histórico e cultural do município de Igrejinha também foi tema de pesquisa e produção de material didático. Para a realização do inventário dos bens que constituem o patrimônio histórico-arquitetônico deste município, foi necessária a união de forças como: a Promotoria de Justiça de Igrejinha; o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico, Paisagístico, Natural e Cultural de Igrejinha, a Secretaria do Planejamento e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal; as Faculdades Integradas de Taquara, o Curso de Licenciatura em História da FACCAT e a comunidade em geral. No período de março de 2009 a maio de 2010, foi realizado o Inventário do Patrimônio Histórico

⁴ REINHEIMER, Dalva.(org.) *Terra, Gente e Fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo*. Taquara: FACCAT, 2005

⁵ O XII Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, nesta ocasião teve como sede as Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT e ocorreu nos dias 3 a 5 de maio de 2012. Durante as atividades foram apresentadas 5 mesas redondas e 52 comunicações/ apresentação de pesquisas, sendo que 12 comunicações foram apresentadas por acadêmicos e professores do Curso de Licenciatura de História da FACCAT.

⁶ REINHEIMER, Dalva. SMANIOTTO, Elaine. *160 Anos da Cultura Alemã em Igrejinha: memórias, registros e preservação*. Igrejinha: Gráfica Treze de Maio, 2007

e Arquitetônico do município de Igrejinha/RS. Ao todo foram inventariadas 355 construções, entre casas, prédios, ruas, cemitérios, monumentos e pontes, trabalho este realizado por professores e acadêmicos do Curso de História. A partir do material elaborado sobre o Inventário, foi produzido um documentário que está servindo como proposta metodológica de Educação Patrimonial para professores estagiários e demais professores da rede municipal, estadual e particular deste município e estes, com seus alunos, nas suas respectivas escolas. O Inventário permite o conhecimento de bens histórico-arquitetônico-artísticos, e este conhecimento se torna um instrumento de “alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA, 1999, p. 6). A Educação Patrimonial é o ensino centrado nos bens culturais, objetivando proporcionar aos indivíduos um maior contato com o patrimônio cultural, por meio da observação, registro, exploração e apropriação.

Neste sentido, segundo Moema Nascimento Queiroz, a Educação Patrimonial

“(…) torna-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo, resgatando uma autoestima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, do perceber seu entorno e a si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de transformação”. (QUEIROZ, 2006, p. 2)

Ao privilegiar a arquitetura enquanto fonte histórica parte-se do entendimento da cultura material enquanto narrativa coletiva do grupo, num processo de manutenção da memória. Esta fonte pode ser entendida como uma “memória que se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9). Assim “o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo” (PESAVENTO, 1990, p. 16), este espaço se dá pela materialidade vista da arquitetura, e também, se dá pela possibilidade de enxergar nela o passado da região do Vale do Paranhana contidas nas edificações preservadas. Nesse contexto,

“as construções antigas passam a ser consideradas como registros da memória coletiva. Fragmentos de textos, enfim, que a comunidade ou aqueles que ela designou para representá-los não desejam ver apagados no processo de incessante reescrita do texto urbano” (BARROS, 2007, p. 42).

Os lugares têm suas histórias e as pessoas que neles vivem guardam em suas memórias singularidades que marcaram suas vidas. A memória narra os fatos vivenciados, ou que pensaram ter vivido. Neste sentido o historiador Michael Pollak (1992) enfatiza que a memória social é um fenômeno coletivo e social submetido a transformações constantes. Ela transmite a cultura local herdada e é construída por acontecimentos vividos socialmente.

Michael Pollak assinala que os elementos apoiadores à memória são os acontecimentos vividos, as pessoas e os lugares.

Acreditamos que a Educação Patrimonial revela ser também um recurso metodológico que permite, aos acadêmicos e alunos de Ensino Fundamental e Médio, estabelecer relações ativas e interpretativas relacionadas diretamente com a produção de novos conhecimentos, consultando documentos localizados em contextos vivos e dinâmicos da realidade como o Patrimônio Histórico.

Nesta instituição de ensino, o desenvolvimento da pesquisa também ocorre notadamente por meio de trabalhos de conclusão de curso (TCC). Estes oportunizam aos acadêmicos do curso a experiência e a prática na pesquisa científica, contribuindo, dessa forma, para a formação do professor investigador, pesquisador, observador e transformador da realidade em que atua e em que irá atuar. Neste sentido, as pesquisas são importantes “na medida em que facilitam e implicam a busca, o contato com fontes diversas, democratizando o acesso e a crítica à história, ampliando as possibilidades temáticas e a compreensão histórica.” (FONSECA, 2003, p. 124)

Apresentaremos a seguir três exemplos de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dentro de uma nova abordagem da história que valoriza e interpreta a história regional e local e estes, por sua vez, têm como proposta metodológica a utilização de fontes diversas como: oralidade, fotografias e jornais.

a) O trabalho de pesquisa⁷ teve como finalidade conhecer e registrar as ações relacionadas à cultura musical do negro no município de Taquara, no período compreendido entre os anos de 1888 e 1940. O trabalho foi desenvolvido por meio da oralidade e leitura de imagens - fragmentos de memórias - que proporcionam a identificação dos diferentes momentos e locais em que a música era tocada e cantada por negros. O objetivo principal foi demonstrar a tentativa de integração e/ou de afirmação de uma identidade negra na religiosidade e nas confraternizações culturais organizadas por negros e também por outras etnias. Os dados apontados em decorrência da pesquisa mostram barreiras impostas à inserção do negro na sociedade, sendo que este, na maior parte do tempo, ocupava um lugar subalterno à margem social, mas, mesmo assim, gradualmente, encontra possibilidades de se integrar por

⁷ Pesquisa realizada por Marcos Aurélio Azevedo, acadêmico do Curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) orientado por Elaine Smaniotto, mestre em história e docente do Curso de Licenciatura em História da FACCAT. (segundo semestre de 2010).

meio da música, de momentos religiosos (Centro de Umbanda, Terno de Reis) e de momentos festivos (carnaval, bailes).

b) No final do século XIX as imagens fotográficas passam a ser intensamente empregadas no registro de vistas urbanas para, assim, identificar o progresso e a construção da civilidade. A partir de então, no final do século XX, a fotografia transforma-se, para o historiador, em uma fonte a mais de estudo da história. Sendo assim, essa pesquisa⁸, teve como objeto de estudo o processo de interatividade entre imagens fotográficas e a área urbana, com a finalidade de compreender as representações da urbe na fotografia. O recorte temporal delimitou-se entre 1882 e 1930, contemplando o final do Império e a República Velha. O recorte espacial contemplou a cidade de Taquara no Rio Grande do Sul. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram selecionadas fotos de diversos arquivos, dentre as quais foram eleitas as imagens mais significativas para a análise da representação da cidade de Taquara. O trabalho utilizou a fotografia como fonte histórica principal e fundamentou-a com outros demais documentos escritos, contextualizando os aspectos representativos da área urbana taquarense. Evidenciou-se, portanto, o aspecto histórico das imagens taquarenses, identificando na fotografia o que não está explícito, ou seja, suas representações.

c) Os Festivais Nativistas surgiram no Rio Grande do Sul a partir da década de 1970. Entre os tantos festivais, merece destaque a Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, realizada no município de Taquara/RS, nas décadas de 1970 a 1990. Mais do que um simples festival, a Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi um marco na história, não apenas da cidade de Taquara, mas também do Estado do Rio Grande do Sul, pois se tratava de um movimento cultural que englobava os costumes, as tradições e a arte, com objetivos definidos, em suas mais variadas manifestações. O festival além de tornar conhecidos, e porque não dizer famosos, muitos compositores e intérpretes, também tornou possível o surgimento de novos talentos. A pesquisa⁹ teve com fonte, notícias veiculadas em jornais regionais e entrevistas realizadas com algumas pessoas que tiveram participação direta com o festival, sendo assim, foi possível registrar e analisar memórias e histórias referentes a este evento.

Partes destes três trabalhos de pesquisas, desenvolvidos por acadêmicos do Curso de Licenciatura em História, estão presentes no livro “Caminhando pela cidade: apropriações

⁸ Pesquisa realizada pelo licenciado do Curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Alex Juarez Müller. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) orientado por Elaine Smaniotto, mestre em história e docente do Curso de Licenciatura em História da FACCAT. (segundo semestre de 2010).

⁹ Pesquisa realizada pela licenciada do Curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Helena Marta Herrmann. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) orientado por Elaine Smaniotto, mestre em história e docente do Curso de Licenciatura em História da FACCAT. (segundo semestre de 2009).

históricas de Taquara em seus 125 anos”¹⁰. Os artigos deste livro são resultados de pesquisas realizadas pelos acadêmicos e professores com o envolvimento da comunidade. De um lado, historiadores com uma metodologia de trabalho, preocupados com a contextualização bibliográfica e o tratamento das fontes documentais primárias e, do outro lado, os cidadãos que deram depoimentos, cederam fotografias e outros documentos. A intenção desse método é dar voz ao passado para a preservação dessas histórias com o objetivo de legá-las às futuras gerações. Neste sentido, Paul Thompson evidencia que

“é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula a professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Leva a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ela ajuda os menos favorecidos, especialmente os idosos a conquistarem dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos.” (THOMPSON, 1992, p. 44).

Com esta proposta metodológica utilizada na formação de professores, o docente é despertado para “ampliar suas leituras, prestar mais atenção às especificidades locais e regionais [...] acumular informações diversas sobre sua localidade, município, região, estado” (MARTINS, p. 146). Ou seja, “é necessário estimular a produção de novos saberes pelos graduandos a fim de consolidar a formação de profissionais educadores comprometidos com um ensino que tenha como base a pesquisa e a produção de saberes” (FONSECA, 2003, p. 236)

Conclusão

Desde o seu início, o Curso de Licenciatura em História da FACCAT também se preocupa em desenvolver projetos de pesquisa voltados para a região de abrangência da Instituição, construindo uma relação significativa com a comunidade local. As experiências de pesquisas realizadas pelos acadêmicos deste Curso, e depois professores, são fundamentais no processo de construir histórias e não somente reproduzir conteúdos já consagrados pela historiografia nacional e regional. Entendemos que este tipo de trabalho constitui-se em estratégia para preencher lacunas historiográficas, fornecer novas fontes de pesquisa utilizadas

¹⁰ REINHEIMER, Dalva [et al.] *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf/FACCAT, 2011.

em sala de aula, proporcionar novas metodologias na prática de ensino e, também, contribuir para a valorização da autoestima dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento histórico da região enquanto sujeitos locais produtores de saberes.

E, nós formadores de professores, entendemos que a experiência é uma categoria central para a compreensão deste processo. Na maioria das vezes o estágio é a primeira oportunidade de o acadêmico ter contato com a prática de ensino. Neste momento se apresenta como produtor de saberes, sendo capaz de assumir o ensino enquanto descoberta, investigação, reflexão e produção. E como evidencia Fonseca (2003, p. 11) a proposta de ensino pela via da pesquisa implica o professor se assumir como pesquisador, produzindo novas formas de ler, escrever, ensinar, viver e fazer história.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D' Assunção. *Cidade e História*. São Paulo: Vozes, 2007.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico cultural*. São Paulo: Alcp, 2002.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirus, 2003 – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia Básico de educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/SP: UNICAMP, 2003.
- MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi.(org) *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MURTA, Stela e ALBANO, Celina (organizadoras). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*: Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, 10 dez.1993, p. 7 – 28.
- PESAVENTO, Sandra J. *O cotidiano da república*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1990.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 1992, v.5, n.10, p. 200-212.

QUEIROZ, Moema Nascimento. A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania. *Revista Museu*. Disponível em <www.revistamuseu.com.br/artigos>. Acessado em 21 de agosto de 2006, 18 horas.

REINHEIMER, Dalva (org.) *Terra, Gente e Fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo*. Taquara: FACCAT, 2005.

REINHEIMER, Dalva [et al.] *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf / FACCAT, 2011.

REINHEIMER, Dalva. SMANIOTTO, Elaine. *160 Anos da Cultura Alemã em Igrejinha: memórias, registros e preservação*. Igrejinha: Gráfica Treze de Maio, 2007.

SILVA, Marcos. FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas, SP: Papirus, 2007. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

SOBRE O CORPO: PARA COMPREENSÃO DA *PHYSIS* POÉTICA NO ÂMBITO DAS ARTES DA CENA (PARTE I)

Alexandre Ferreira¹

alefef@gmail.com

Eusébio Lobo da Silva²

elobosilva@yahoo.com.br

RESUMO: O trabalho traz uma reflexão sobre o corpo poético, desejo e objeto de pesquisa dos artistas da cena, pautada em uma visão histórica que serve de base para desconstruir o conceito de corpo-soma e reconstruí-lo na dimensão da *physis*-corpo. Para tanto, faz-se necessário o entendimento do conceito de *physis* e soma desde os filósofos pré-socráticos até Merleau-Ponty, traçando um panorama didático de apresentação da construção da *physis* poética como outro paradigma de busca do artista da cena. Chegando a conclusão de que o artista “apresenta-se” não na categoria do soma, mas da *physis* poietikos, ou seja, tendo o corpo como casa e janela, permitindo possibilidades de [re]nascimentos; de saberes de experiência que se darão e manifestarão entre os conhecimentos adquiridos e a vida humana, numa relação dialógica que lhe é peculiar entre a Arte e Vida.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo; Soma; *Physis* poética.

ABSTRACT: This article presents a reflection on the poetic body, desire and object of research of the artists of the scene, guided by a historical vision that serves as a basis for deconstructing the concept of body-soma and rebuild it in the dimension of *physis*-body. Therefore, it is necessary to understand the concept of *physis* and soma from the pre-socratic

¹ Docente do Curso de Dança – FEF/Universidade Federal de Goiás; doutorando em Artes da Cena pelo Instituto de Artes/Universidade Estadual de Campinas; Mestre em Biologia Celular e Estrutural com área de concentração em Anatomia pelo Instituto de Biologia/Universidade Estadual de Campinas.

² Docente do Departamento de Artes Corporais da Universidade Estadual de Campinas. Professor Livre Docente em Artes pelo Instituto de Artes/Universidade Estadual de Campinas.

philosophers to Merleau-Ponty, drawing a picture didactic presentation of poetic physis as another paradigm of the artist's search of the scene. Reaching the conclusion that the artist "presents" not in the category of the soma, but the physis poietikos, in the order words, taking the body as a house and window, allowing opportunities to create new behaviors; new knowledge for experience in a dialogic relation peculiar to it between Art and Life.

KEYWORDS: Body; Soma; Poetic physis.

O corpo para o intérprete-criador é um duplo habitar *in sito*, pois ao mesmo tempo se constitui em sua complexidade biológica e, portanto, o capacita enquanto ser vivo para a existência terrena, e por complementariedade, é o templo que desenvolve, amplia e complexa essa mesma existência no caminho corporeificado à manifestação da sua Arte. É um misto de especializações que alude desde o micro-corpo (célula) ao macro-corpo (ser) capaz de transcender a barreira do "a olho visto" e adentrar ao interior invisível-relembrado e a expandir-se para o exterior visível-imaginado. Neste ponto não se estabelece uma dialética, como pode se pensar a primeira leitura, mas um *continuum* desdobrar ou desenrolar dessa materialidade humana em que há regiões constituintes tão pequenas e/ou encobertas por outras as quais para possibilitar a continuidade ao conhecimento sobre as potências do corpo [artista] são lembradas imagetivamente e, outras regiões que transbordam essa mesma materialidade constituindo e conectando o indivíduo ao invisível de sua existência, porém sentida em carne, ossos e pele.

O corpo do intérprete-criador pode ser discutido por diversas visualidades, tais como: o corpo como arte; o corpo como caminho da arte; o corpo biológico modificado pela prática de sua arte; o corpo experiencial na arte; o corpo educado pela arte dentre outros. Então, qual será o caminho destacado desse universo que será discutido neste texto? Será discutido aqui o viés que permite ao intérprete-criador ser um constante (se existe?) ou a busca deste constante "*soma poietikos*".

Para chegar aí, observamos a necessidade de traçarmos uma trajetória da *physis* para desembarcar nessa volição contemporânea de apreensão do *soma poietikos* e até mesmo para compreender, ao menos em parte, este fenômeno. Mas antes, esclarecemos o que vem a ser *physis*: trata-se, etimologicamente, de uma palavra grega utilizada primeiramente para o mundo vegetal, designando o processo de produzir, crescer. No entanto, os filósofos pré-socráticos expandiram esse entendimento da *physis* para a aceção do Homem, ampliando e aprofundando aspectos relacionados ao seu significado. De acordo com esses filósofos

podemos levantar três aspectos interessantes sobre a *physis* (KIRK e RAVEN, 1982, p.30-40):
 1º) Indica aquilo que por si brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desdobramento, pondo-se no manifesto; 2º) Refere ao conjunto corpo e alma; 3º) Compreende a totalidade de tudo o que é.

No primeiro ponto, podemos compreender *physis* como a gênese, o princípio de tudo o que vem a ser, o que toma forma no mundo. Por esse viés, Heidegger (1997, p. 20) diz que “é o próprio ser, graças ao qual o ente se torna e permanece observável”. No segundo, percebe-se que para os pré-socráticos não havia oposição entre corpo e alma, e ambos faziam parte do humano e da Natureza que o gerava, ou seja, o

ser humano fazia-se nascer do interior da Natureza... fazer nascer o ser humano do interior de si própria, e a ideia da natureza humana estaria perfeitamente integrada à ordem da Natureza e dependente dos desígnios divinos (SILVA, 2006, p 28).

Portanto, havia uma relação de conteúdo entre o indivíduo, o coletivo e o Mundo. Havia a noção de unidade, uma essência que se mantinha presente em tudo que havia sobre a Terra, uma interligação permanente de movimento em si mesmo, atuando para um fim também em si, isto é, o próprio Existir. Os indivíduos existiam em uma relação de fluxo bidirecional entre sua condição humana de gênese natural e a Natureza como o cosmo potencializador do “ser” humano. Por último é apreendida em tudo o que acontece, desde o germinar de uma planta até a organização social, indicando que o plano cósmico, os quais os deuses também faziam parte, se manifesta nos seres através da unidade corpálmica.

O corpo é um microcosmo dentro do macrocosmo “... era uma tensão aguda sobre a variedade de relações existentes entre o organismo e o meio ambiente” (SANT’ANNA, 2006, p. 6). A *physis* é, ao mesmo tempo, o que conforma, fazendo crescer em si e a partir de si a própria Natureza, inclusive a humana, estabelecendo uma visão integral do humano e porque não, integrativa, em que as relações se estabelecem em um mútuo afetar. Dessa forma, o Homem seria um espelho da Natureza refletindo em si o processo cosmológico da existência tanto terrena quanto de experiência de ser-no- mundo.

Para Platão a *physis* continua sendo feita dos elementos naturais (fogo, terra, água e ar), no entanto, esse pensador sugere a oposição entre *soma* (corpo físico) e *psyké* (alma). Tal separação se faz dentro de uma concepção polar, porém conectada em fluxo que caminha em direção permanente a um mundo pleno, ao Mundo das Ideias, que era a máxima da permanência, destinada exclusivamente a alma. Ou seja, para Platão:

...o que importava verdadeiramente é a realidade do mundo das Ideias, ou antes, a própria Teoria das Ideias que polariza a alma que se move a si mesma de seu próprio interior; a alma é seu próprio princípio de movimento, ela preexiste ao corpo, é imaterial e mortal (cf. Fedro 245d-246^a). Já o corpo é movido pela alma e é, ao mesmo tempo, cárcere ou prisão da alma assim como seu túmulo; o corpo é material e mortal... (CARDIM, 2009, p.23)

Por um lado, a alma é congênita ao mundo da Ideias, se assemelha ao que é divino, imortal, dotado de capacidade de pensar [...], por outro lado, o corpo equipara-se ao que é humano, mortal, multiforme, desprovido de inteligência (Ibid, p. 24).

Posteriormente a Platão, Aristóteles dá continuidade ao pensamento da *physis* como expressão da Natureza, no entanto, vai diferenciar do anterior por dizer que a alma e o corpo estão estritamente conectados a uma realidade natural, não tentando refletir o Mundo das Ideias, mas o ser e o agir humanos se manifestando na/em essência do pensar e existir. “Para a filosofia aristotélica, a alma deve ser entendida como um princípio vital que é o ato de todo ser vivo” (CARDIM, 2009, p.26). Mais ainda: “a alma é o ato do corpo organizado. [...] se está compreendida na natureza, cabe ao estudioso da natureza estudá-la (cf. De anima I, ARISTÓTELES, 2006, p. 403).

Na Idade Média, o cristianismo acha por bem separar definitivamente o Homem da Natureza, passando o primeiro a transcender a segunda, ao mesmo tempo, que começa tomar o *status* de dominador em relação a esta, já que fomos criados a imagem e semelhança de Deus. O que é natural torna-se findável, tem prazo, já o que se conjuga com o Todo Criador deve ser imortal, superior. Desta forma, a Natureza não é eterna e o Homem encontra-se inserido nela e não nasce dela. Nesse período tem-se a redução do conceito de *physis*, igualando-o ao *soma*, no qual o corpo torna-se um arcabouço que vai servir de morada da alma, mas ao mesmo tempo é o cárcere, já que o pecado original se dá não pela tentação a alma, mas ao corpo que é fraco e lascivo. O corpo torna-se um material singular, em que cada indivíduo carrega em si o pecado da culpa inata, local onde se manifesta os pecados e provações, conturbando a elevação da alma em direção ao Pai, portanto, devendo ser passível de aflições e restrições. Nos diz Foucault “...o corpo era o lugar de inscrições dos suplícios, dos castigos, das penas, dos sofrimentos....Era um corpo condenado.” (apud CARDIM, 2009, p.127).

O corpo se vulgariza tanto em conceito quanto em substância, deixando evidente sua passividade em relação aos dogmas cristãos, sendo objeto de mazelas, mas ao mesmo tempo, pertencente ao status de sagrado por ser *habitat* da alma, tomado por esse viés como um território que jamais poderia ser explorado pelo humano, tanto nos aspectos da vivência no mundo, ou seja, como um ser integrante da Natureza e, portanto, coabitado por processos

inerentes a vida terrena, tais como: os aspectos fisiológicos e anatômicos, quanto nas relações metaterrenas, aquelas que lidavam com a espiritualidade mais ampla, a alquímica do ser natural. O que acontecia de ruim ao corpo era causa da pressão poderosa da Mão do Todo Criador sobre seus filhos pecadores. Nesse período, o corpo (*soma*) não é mais o “ser”, mas o “ter”, o templo imperfeito que aprisiona a alma perfeita. Tal condenação era exaltada para que a alma pudesse percorrer o calvário e assim, se purificar de sua culpa adonista, ou seja, relativa a Adão, Eva e a Maçã. Tal concepção também tem um caráter de *dominatione* em que os escolhidos por Deus e ligados a Igreja Cristã eram os pastores deste rebanho humano, guias dos filhos ao Pai, isso lhes davam plenos direitos para ditarem as condutas da vida na Terra.

No Renascimento a dicotomia entre corpo e alma se intensifica e a redução da *physis* a *soma* também. A Idade Moderna tem seu início, dentre outros fatores, com a contribuição do filósofo francês René Descartes. Para ele, corpo e alma eram imiscíveis, eram substâncias distintas onde a segunda habitava o primeiro imbuindo-o de pensamento, isto era o que diferenciava os humanos dos animais. O corpo passa a ser vislumbrado como uma máquina, no entanto, o corpo-máquina do homem era superior ao dos animais por possuir o sopro espiritual que se manifestava através do pensar, transcendendo a lógica natural e elevando o Homem à categoria daquele capacitado a dominar o mundo.

Descartes aludia ao corpo como a *res extensa*, a substância presentificada no mundo material, durável e findável, e a alma como *res cogitans* a qual é dotada da capacidade de pensar e, por isso, faz a conectividade com o divino. Para ele, a supremacia da alma era tal que essa poderia existir sem o corpo:

[...] de um lado tenho uma ideia clara e distinta de mim mesmo, na medida de que sou apenas uma coisa que pensa e não extensa, e que, do outro, tenho uma ideia distinta do corpo, na medida de que ele é apenas uma coisa extensa e que não pensa, é certo que esse eu, ou seja, a minha alma, pela qual sou o que sou, é inteira e verdadeiramente distinta de meu corpo e pode ser ou existir sem ele. (DESCARTES apud MURTA, 2006, p. 57).

Outro ponto relevante é a observação, por Descarte, da interioridade da coisa pensante (sujeito) em oposição ao exterior deste (objeto). Aparece, então, a relação dialética entre o observador dominante em relação ao Mundo, já que o *cogitatio* o pertence, sendo capaz de explicar os acontecimentos mundanos por métodos (caminhos sistematizados); e o objeto como matéria de análise presente nos acontecimentos do Mundo. Eles [os métodos] “tornam-se instrumentos que ajudam a representar as coisas de modo adequado, ajudam a controlar cada um dos passos dados e permitem deduzir algo desconhecido de algo

conhecido” (CARDIM, 2009, p.30). Esse período se desenvolve o materialismo experimental em que tudo teria que ser testado e demonstrado por meios eficazes. Por esse viés, os processos corporais podem ser reduzidos e explicados a maneira dos processos que ocorrem nas máquinas sendo, portanto, sinônimo de extensão mecanicista submetida ao pensamento puro. Fica claro a heterogeneidade entre as substâncias *res extensa* e *res cogitans* para Descartes, no entanto, a forma como essa união se estabelecia não estava clara. Mas, uma coisa era sabida, essa conexão se estabelecia por um equivalente de importância e até de permanência. A *psyké* se sobrepunha ao corpo e, portanto, aos sentidos não necessitando das experiências para se constituir como tal, podendo até existir sem o corpo. Este por sua vez, era um atributo secundário da permanência do Homem, concebido por uma substancialização transitória e impermanente em relação à alma que era seu oposto.

Kant traz um novo olhar sobre a substancialização da alma e do corpo, tirando eles do lugar da polarização e colocando-os na categoria de fenômenos³. O corpo deixa de ser apenas arcabouço e toma lugar nas manifestações do Mundo, se constitui como acontecimento e como tal sua visão hermética torna-se porosa, é um corpo de relatos (experiência). O racionalismo sede lugar a visão empirista, concepção essa que fundamenta nosso conhecimento ou o material com o qual ele é construído, na experiência através dos cinco sentidos (HONDERICH, 1995, p. 225).

Cabe neste instante fazermos uma reflexão sobre o conceito experiência, pois se com o racionalismo e sua visão de métodos o termo experiência torna-se passos realizados pelo Homem como caminhos possíveis de explicar o fenômeno, visto que esse deveria ser decupado em uma lógica seqüencial e capaz de ser repetida, exata e novamente do mesmo jeito por outros. O modernismo e sua lógica racionalista convertem a experiência em experimento, em etapas objetivas que se dá fora do ser humano e, portanto, dissociado de seu corpo. Como diz Bondía (2002, p. 28)

A partir daí o conhecimento já não é um páthei máthos, uma aprendizagem na prova e pela prova, com toda a incerteza que isso implica, mas um mathema, uma acumulação progressiva de verdades objetivas que, no entanto, permanecerão externas ao homem.

Com o empirismo, que vem tecer críticas duras ao racionalismo, experiência retoma seu lugar de origem, visto que epistemologicamente vem da palavra grega

³ Para Kant os fenômenos são como as coisas se apresentam para o sujeito, elas são para nós, não representando coisas em si mesmas (KANT, 1987, p. 322).

εμπειρισμός. E para os gregos, o corpo era um lugar de complementariedade, uma *physis* e não um *soma*, portanto, não havia um fazer experiemento mas passar por um experimento, por uma tentativa que atravessava e afetava o corpo, transformando-o em receptáculo no qual se imprimia os dados do mundo exterior, transmitidos pelos sentidos através da percepção. Para Locke e Berkeley esses dados que impressam nesse “receptáculo” são as chamadas “ideias”, que Hume denomina de “sensações”. Essas ideias ou sensações constituem a base de todo o conhecimento (apud MORA, 1982, p.150). Assim, não se tem mais (apenas) um objeto da experiência mas um sujeito da experiência, “...que seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível onde aquilo que acontece afeta o algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos” (BONDÍA, 2002, p. 20).

Então, para Kant o corpo e alma não mais poderiam ser tratados como substâncias, pois isso seria a redução de um fenômeno maior, do existir e sua relação como o Mundo. “... todo o conhecimento das coisas proveniente só do puro entendimento ou da razão pura não passa de ilusão; só na experiência há verdade” (KANT apud PASCAL, 2005, p. 30). O corpo além de empírico é transcendental, é ao mesmo tempo experimentado (objeto) e experienciado (sujeito), é para nós dados anatômicos e fisiológicos que são de ordem orgânica de construção definidos por processos bioquímicos, mas também, é parte vivente e constituinte das relações de “sujeitação”. Quero dizer com esse termo uma hibridação, em primeira instância, de dois termos: sujeitar (verbo) e sujeito (substantivo), aquele que é submetido a modificações, as relações dos fenômenos e por elas afetado e, em segunda instância, com ação (verbo), aquele que é submetido a modificações e age sobre essas ao mesmo tempo, provocando movimentos de intencionalidades, portanto de ordem dos fenômenos.

Então, a relação “corpalma”, para Kant, é parte de sua doutrina denominada de idealismo transcendental: "Chamo idealismo transcendental de todos os fenômenos a doutrina segundo a qual nós os consideramos sem exceção simples representações, não coisas em si" (KANT apud LALANDE, 1999, p. 50). E se são representações as coisas não são em si, mas são coisas para nós, vista por uma perspectiva de interação “ambientesujeito”, de conectividade e não de substâncias imiscíveis que são agregadas em escalas de prioridades. Para que o sujeito possa se reconhecer, ele o faz somente tomando *status* de objeto, portanto, o corpo é um objeto no meio dos outros. No entanto, este mesmo objeto é reflexivo, podendo se olhar, dando sentido às relações através das experiências, tornando-se

sujeito-sensível, formando um sistema de unidade dialógica, e não dialética, pois presume outro entendimento, onde a relação do indivíduo no Mundo não se dá por uma única via linear de observador e observado, mas se dá por diversas fissuras que surgem a partir da ambigüidade inerente do ser-no-mundo, ou seja, não existe sujeito e nem objeto separados do mundo, esse é imanente ao ser que se instala no espaço da existência e reverbera na temporalidade da consciência. No ato da percepção que se torna perspectiva, e, logo, o corpo é fluxo condutor da observação e fluxo de resistência do observado. “Assim, para Kant o corpo toma uma dupla característica: ele é ao mesmo tempo empírico e transcendental” (CARDIM, 2009, p. 50).

Percebemos até aqui uma diferença marcante entre Descartes e Kant no que tange a discussão sobre o corpo: para o primeiro a relação corpo/alma é um ambíguo que se manifesta em uma relação dialética, portanto contraditória de uma existência que se caracterizava pela sobreposição da alma sobre o corpo e do fato desta estar no Mundo como um *cogitatio* manifesto até mesmo independente do sujeito-corpo. Já em Kant essa relação se constrói no Mundo e a partir deste, deixando a ambigüidade e tornando se um duplo “corp-alma”, que vai caracterizar um “sujeito-objeto-de-experiências”.

Merleau-Ponty nos apresenta outra possibilidade da concepção de corpo, onde este não mais é transcendental como na visão kantiana, ou seja, o mundo não é imante ao sujeito, mas este é “concebido como transcendência em direção ao Mundo” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 10). A relação se dá essencialmente pela percepção que vai além da dicotomia sujeito/objeto e também do simples empirismo, se apresenta na relação fenomenológica de facticidade⁴ do Homem e o Mundo, portanto, o corpo apresenta-se como mediador da materialidade humana num Mundo que já existia por si mesmo independente do ser-humano, mas que é para nós aquilo que representamos, “não como homens ou como sujeitos empíricos, mas enquanto somos todos uma única luz e enquanto participamos do Uno sem dividi-lo” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 8-9). O corpo sensível toma as coisas para ele também, inclusive a si mesmo, como nos diz Husserl (2004, p.60)

Compreendido em sua forma espaço-temporal orgânica e em sua relação interna com o viver, o corpo torna-se o lugar da inscrição do sensível. Vem daí o duplo modo de interpretação do corpo, ou antes, o modo duplo com que o corpo originalmente se constitui: ele é ao mesmo tempo coisa física ou matéria e o que experimento nele e sobre ele.

⁴ Facticidade – limitação imposta “pela própria contingência ou condição ambiental”. Esse relacionamento, que se dá entre o SER e a condição ambiental, é real e concreto e por essa razão é denominado ‘facticidade’ (MARTINS e BICUDO, 1983, p. 84).

Há aí um desdobramento das experiências humanas em factos⁵ que se relativizam no indivíduo, visto que cada ser é um ser individual e cada consciência se dá pela apreensão destas experiências, é um mostrar-se por facetas projetadas pela percepção de um todo que se apresenta por estas mesmas facetas, ou seja, por uma essência da Grande Essência, como se fosse um resquício do objeto que se mostra, mas que em sua prima-existência contém todas as características do objeto maior.

Uma das propostas da filosofia de Merleau-Ponty trata-se da suspensão dos prejuízos tradicionais que colocam o sujeito na dicotomia polarizada e excludente, sem mediação, meios ou processos, ou se existe como coisa ou como consciência (cognoscente). O corpo deixa seu *status* de matéria pobre e de limite enclausurante, de uma fornalha hermética que vai degradando a si mesmo por ser coisa perecível, para “ser” aquele que limita e abre a experiência: é fronteira, um lugar de tensão permissível, permeável, de troca de experiências e apreensão das mesmas, consumando e consumindo em seus tecidos as relações, impregnando-se de signos e significados que constrói histórias e estórias nos corpo-ôrgânico e projetando-as aos demais corpos sutis. Isto é, “...ficando no seu corpo feito tatuagem...também pra perpetuar em tua escrava que você pega, esfrega mas não lava...”. Peço licença aqui para transcrever um trecho da música de Chico Buarque, Tatuagem, por perceber que assim se comporta um corpo experienciado, ou seja, o sujeito que é sujeito ao Mundo, mas também é “serjeito”, um modo de se manifestar particular e dependente, pois ser-no-mundo é para além da relação sentir e responder, mas para sentir, transformar e responder, pluralizando as maneiras de existir,

...o corpo humano, no qual tanto o passado mais longínquo quanto o mais próximo de todo o devir orgânico torna-se de novo vivo e corporal, por meio do qual, sobre o qual, no qual e para além do qual parece fluir uma torrente imensa e inaudível: o corpo é um pensamento mais espantoso do que a antiga alma (NIETZSCHE, 2008).

A junção corpo/alma é, agora, relação “corpalma” que nos fornece consequências capazes de perceber outra relação: a do sujeito e do objeto em conexões orgânicas enquanto organização perceptível em si, porém sempre em relação a alguma coisa. É um corpo referenciado, inscrito em tecidos e sistemas, é corpo próprio em permanência transitória,

⁵ Se o ser humano é para a relação “ser” e ambiente que está contida na facticidade, então, factos são a própria condição humana em trânsito com o Mundo e portanto, se dá pelas porosidades dos atravessamentos das experiências em nós (GRIFO DOS AUTORES).

meio vital da subjetividade, elemento mediador, textura que retorna a si e convém a si mesma, apresentado em carne. Sendo carne para Merleau-Ponty (1999, p. 150)

uma massa interiormente trabalhada definida pela noção de reversibilidade, que, ao fim e ao cabo, é uma verdade última...Há, portanto, a carne das coisas ou a carne do mundo, a qual deve ser descrita como segregação, dimensionalidade, continuação, latência, imbricação.

Ou seja, o próprio corpo possui em si uma propriedade primordial, que se instaura no tempo e espaço enquanto consequência do agora, vagueando pelo passado, se presertificando e indo em direção ao futuro, sendo o indivíduo também uma dimensão universal, aquilo que é presente aqui e acolá independente da vontade. O corpo, assim como o Mundo, é imanente para si, existindo sem a fruição do pensamento enquanto matéria, portanto, se a alma também pode existir sem o corpo, esse mesmo pode existir sem cognoscência, mas talvez não mais da mesma forma ou nos mesmos padrões, mas sim, em impermanência, em uma mutabilidade de categorias filogênicas, assumindo para si características animais de comportamento tanto físicas quanto psíquicas, mas que não deixa de ser um sujeito diante da Natureza, mas não mais o mesmo que se apresenta para mim ou para o outro, mas aquele possível de ser habitado e dar continuidade a vida deste mesmo indivíduo na Terra. Há, por assim dizer, uma relativização do corpo diante da matéria, vida e espírito, ou seja:

em relação à matéria ou plano físico, o corpo é considerado como uma “massa de compostos químicos em interação. Em relação à biologia ou plano da vida, o corpo é a dialética do vivente e de seu meio. Em relação à psicologia ou plano do espírito, esse é a dialética do sujeito social e de seu grupo, e mesmo todos nossos hábitos são um corpo impalpável para o eu de cada instante (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 325).

Assim, a corporificação do corpo próprio, ou seja, a presença do indivíduo enquanto organismo (coisa) e subjetividade (sujeito) é do campo do ser; é um acontecimento que existe enquanto materialidade no espaço e no tempo; é um preencher para então passar a existência factual e, logo, do conhecimento experienciado ou do fenômeno. Isto nos leva a entender que o corpo organismo existe por si mesmo como presença em um meio favorável, logo o corpo físico pré-existe ao conhecimento do Homem, já que antes de se constituir uma relação corpálica, há no Mundo um conhecimento que não está em mim, mas neste mesmo Mundo, e que para se consolidar em mim ou ser para mim é necessário que eu nasça na

concretude orgânica, na existência molecular organizada em sistemas que irão compactuar na manutenção da vida humana.

Agora o próprio corpo é corpo próprio, “meio vital da subjetividade, ele é o elemento mediador graças ao qual o sujeito mantém um comércio originário com o mundo, com as coisas, com as outras pessoas e com ele mesmo” (CARDIM, 2009, p. 87). É corpo habitado em essências, transmutado em estados de atenções reflexivas pela própria condição do existir, pela premissa da vida que é o cobrar em ATP (adenosina-trifosfato)⁶ aquilo que é tanto da coisa quanto da subjetividade, é um corpo encarnado⁷ em aspectos bio-psico-dinâmicos.

Desta forma, o corpo para o intérprete-criador e/ou artista da cena não se coloca nisto ou naquilo, pois não é apenas um objeto de apreensão que passa a ter um estado, um jeito, uma maneira. É, agora, ser em relações percepto-físicas que fornecerão ao corpo-artista substâncias que poderão e serão acessadas no instante, transferindo para a materialidade as potências, ou seja, a virtualização transpõe-se para o agora dado pela motivação e decisão daquilo que queremos “ser” e não apenas “ter”, perfazendo novos comportamentos que se tornar-se-ão em plena ação, ou seja, é o corpo em *physis* poética e não em soma. E o corpo manifestado em *physis* poética gera relações de conectividade em amplitudes que acessam aquilo que não vemos (quer seja em mim – estímulos intrínsecos - quer seja no fora – estímulos extrínsecos) mesclados com aquilo que vemos (o próprio corpo, materiais cênicos...) para se conformar no desejo mórfico⁸ daquilo que se apresenta por mim e se apresenta também no outro, pela relação de saberes de experiências que se darão e manifestarão entre os conhecimentos adquiridos e a vida humana, numa relação dialógica que é peculiar entre a Arte e a Vida.

REFERÊNCIAS

⁶ ATP produto resultante das reações metabólicas intracelulares das macromoléculas energéticas: carboidrato, lipídeos e proteínas, que fornece energia vital ao organismo para que ele possa existir no Mundo enquanto ser-vivo (GRIFO DOS AUTORES)

⁷ Corpo encarnado – é o corpo sujeito de uma existência a que está indissolúvelmente ligado, centro de um universo pessoal. É o corpo que tem consciência de si mesmo, assim com tem consciência de outros corpos. Quem assegura a encarnação é o próprio corpo. A encarnação, fundamento de todo ser no mundo, realiza a todo instante a conversão do objetivo em pessoal, que subtrai o meu corpo no mundo dos corpos. (VENÂNCIO, 1994, p. 38).

⁸ Mórfico é relativo a forma (das coisas) ou manifestação externas do pensamento ou do sentimento. Vem do grego *morphê* – forma. (DICIONÁRIO PRIBERIAM DA LÍNGUA PORTUGUESA: <http://www.priberam.pt/>)

ARISTÓTELES. *De Anima*. Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Ed. 34. 2006.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. n.19. 2002.

CARDIM, L.N. *Corpo. Coleção Filosofia frente e verso*. Coordenador Alexandre de Oliveira Torres Carrasco. São Paulo: Globo. 2009.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Consulta: 06/05/2012. Disponível em: <http://www.priberam.pt/>.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis: Vozes. 1997.

HONDERICH, T. (ed.) *The Oxford Companion to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press. 1995.

HUSSEL, E. Idées directrices pour une phénoménologie et une philosophie phénoménologique pures. Livre Second. *Recherches phénoménologiques pour la constitution*. Tradução de Eliane Escoubas. Paris: Puf. 2004.

KANT, E. *Crítica da Razão Pura*. Os Pensadores. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultura. 1987.

KIRK, G. S.; RAVEN, J. E. *Os Filósofos Pré-Socráticos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian. 2ª edição. 1982.

LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

MARTINS, J; BICUDO, A. V. *Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação*. São Paulo: Moraes. 1983.

MERLEAU-PONTY. M. *O Visível e o Invisível*. Tradução de José Arthur Gianotttil. São Paulo: Perspectiva. 1999.

_____. *Fenomenologia da Percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes. 3ª ed. 2006.

MORA, J. F. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: D. Quixote, 1982.

MURTA, C. O amor entre a filosofia e a psicanálise. *Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense*. v.18, n.1. 57-70. 2006.

NIETZSCHE, F. *Vontade de Potência*. Tradução de Marcos Fernandes e Francisco de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto. 2008.

PASCAL, G. *O Pensamento de Kant*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes. 2005.

SANT'ANNA, D. B. "É possível realizar uma história do corpo?", in Soares, C. L. (org.). *Corpo e História*. Campinas, Sp: Autores Associados. 3ª edição. 3-24.2006.

SILVA, A. M. “A natureza da physis humana: indicadores para o estudo da corporeidade.”, *in* Soares, C. L. (org.). *Corpo e História*. Campinas, SP: Autores Associados. 3ª edição. 25-42. 2006.

VENÂNCIO, S. *Educação Física para Portadores de HIV*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. 1994.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

PRIMEIRAS QUESTÕES SOBRE O VESTIBULAR

Euzebio Carvalho¹
euzebiocarvalho@gmail.com

RESUMO: Após a reforma de 1982, quando legalmente acaba a predominância da formação específica sobre a geral, os vestibulares ganham novo status. Massificam-se. A partir deste cenário, o vestibular constitui uma complexa relação de poderes, envolvendo a educação privada nos níveis Básico e Superior e o mercado editorial, para apontar somente duas das várias e complexas redes de interesses envolvidas. O vestibular é uma das principais forças definidoras do currículo do Ensino Médio. Neste trabalho, apresento os dados produzidos no âmbito da pesquisa “História para quê? Ensino, currículo e o vestibular”. Principalmente, as reflexões adquiridas com a revisão bibliográfica sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Vestibular UEG; Usos da História; Linguagens.

ABSTRACT: After the reform of 1982, when legally ends the dominance of specific training on the general, vestibular gain new status. Massify itself. From this moment, the entrance exam is a complex relationship of power, involving the private education in primary and higher levels and publishing, to mention just two of many complex networks of interests involved. The entrance exam is a major force defining the curriculum of high school. In this paper, I present the data produced under the research "History for? Teaching, curriculum and college entrance exams". Mainly, the reflections obtained with the literature review on the subject.

¹ Professor de Didáticas, Práticas e Estágios em História da UEG/UnU Porangatu; mestre em história PPGH/UFG.

KEYWORDS: UEG's Vestibular; Uses of History; Languages.

“Deus é um cara gozador/adora brincadeira/pois pra me jogar no mundo/tinha o mundo inteiro/mas achou muito engraçado me botar cabreiro/na barriga da miséria eu nasci brasileiro”

(Chico Buarque)

O vestibular entre a história cultural e a história social

A medida que avançamos no processo educacional deixamos a infância confortável e adentramos ao mundo pululento da puberdade, povoada de seres transmórficos, transitórios, apaixonados, instáveis. Com a puberdade, a natureza nos abandona num admirável mundo novo. Somos tomados de assalto pelo desejo, pela preocupação com o futuro, com o corpo novo a cada manhã, com a já não tão distante formação profissional. Entre nova puberdade e a futura vida adulta, está a Universidade. Mas, dependendo da classe social do jovem, a universidade é tão incontornável quando ignorada.

Entre os clássicos e caros testes de aptidão, tão falhos quanto placebos; entre os viciados e vendidos guias profissionais, o vestibular é o tema recorrente na boca ameaçadora dos professores e professoras do Ensino Médio. A frase mais ouvida é “vai cair no vestibular” e, claro, suas variantes interrogativas, negativas...

A pressão da família, objetivada na fala ou sugerida psicologicamente, é sempre constante para o jovem estudante secundarista. O Ensino Médio privado torna-se um investimento que deve retornar ao bolso provedor em forma de aprovação no vestibular, de preferência, numa universidade pública. Somada às pressões exteriores, familiares e sociais, paira a dúvida sobre a competência e a inteligência: “vou conseguir passar no vestibular?” torna-se um pensamento juvenil tão constante quanto a vontade de sexo.

Durante o Ensino Médio, lembro-me de certa tarde cinzenta em que ouvia pelo rádio a leitura interminável dos nomes constantes na lista dos aprovados. Com aquela estética que caracteriza o áudio das ondas AM, a voz masculina era entremeada por trechos de uma música que falava do vestibular. Era um samba melancólico de uma voz supostamente negra. Aliás, quem era? Parecia uma música antiga, música de gente velha... nada a ver com a juventude experienciada naquele momento. “Mais adequado seria um rock pesado para falar da tensão que rodeia o vestibular e não um samba melancólico” poderia ter pensado.

Na juventude experienciada na década de 1990, o rock-pop-punk brasileiro também tinha acabado de sair de sua infância. O chamado rock BR meteu o pé na porta da cena musical dos grandes centros urbanos do Brasil, de Salvador, a Brasília, de São Paulo ao

Rio de Janeiro, de Porto Alegre a Recife. Das guitarras sujas, das vozes gritadas também vinha um canto de protesto contra o vestibular. Claro, um protesto aburguesado, para ser preciso e justo (mas que soava melhor aos ouvidos juvenis que aquele samba antigo).

Química
 Estou trancado em casa e não posso sair
 Papai disse que eu tenho que passar (estudar)
 Nem música eu posso mais ouvir
 Assim não posso nem me concentrar
Não saco nada de física/literatura ou gramática
Só gosto de educação sexual/e (eu) odeio química, química, química
 Não posso nem tentar me divertir
 O tempo inteiro em tenho que estudar
 Só pensando se vou conseguir
 Assim não sei se vou conseguir/passar nesse tal de vestibular
Não saco nada de física/literatura ou gramática
Só gosto de educação sexual/e (eu) odeio química/química/química
 Chegou a nova leva de aprendizes
 Chegou a vez do nosso ritual
 E se você quiser entrar na tribo
 Aqui o nosso gosto é tropical
 Ter carro do ano
 TV a cores
 Pagar imposto
 Ter pistolão
 Filhos na escola
 Férias na Europa
 Conta bancária
 Comprar feijão
 Ser responsável
 Cristão convicto
 Cidadão modelo
 Burguês padrão
Você tem que passar no vestibular (x3)

A música evidencia os conflitos de um jovem burguês nos momentos que antecedem o vestibular. Sem maiores preocupações com a subsistência de sua vida, sob a proteção/pressão paterna, fica em casa “apenas” estudando. Carregada de preconceito de classe e por certo ressentimento, na gíria popular esse garoto seria o típico “filhinho de papai”. Essa gíria popular indica certa consciência da existência do fosso existente entre as classes sociais mais pobres e as remediadas. Na música, o garoto utiliza-se do “papai” para se referir ao pai. Ela nos informa sobre os conflitos geracionais e os valores envolvidos: a vontade do pai para garantir um futuro profissional para o filho e este que percebe que para isto terá que abrir mão de sua vida, juventude e energia sexual hoje, em troca de um futuro incerto. A juventude é materializada pelo gênero da música: o rock, desde sua origem, nos anos 1960, expressa valores e questões relacionadas ao universo juvenil. A repetição do verso “você tem que passar no vestibular” enfatiza pressão sentida pelo eu poético. A sensação de

perturbação psicológica é enfatizada pelas distorções da guitarra no momento em que o verso é repetido.

Claro fica que o vestibular não é somente a porta de entrada na Universidade, mas no mundo adulto e burguês. A formação profissional superior garante os confortos da classe média. Na segunda parte da música, vemos o programa a ser cumprido para fazer parte dessa classe. “Se você quiser entrar na tribo”, tem que passar no vestibular. Na primeira gravação dessa música, de 1983, feita pel’Os Paralamas do Sucesso, presente no álbum *Cinema Mudo*, percebemos um crescente no clima tenso da música. No início, apesar do volume dos instrumentos estar baixo e a voz contida, ela está carregada de penso e densidade. Na terceira parte, a tensão explode acompanhada pelos instrumentos. Ao longo da interpretação, aumenta o volume da voz, ao final da música, ouvimos seus gritos. Na terceira parte, fica claro o estilo punk da música. Em 1987, a Legião Urbana, regrava esta música, no álbum *Que pais é esse?* Mostrando a permanência da importância social do vestibular no mundo adolescente. Acompanhando a proposta estética e política do álbum, a versão da música é suja, rápida, densa e curta, características formais que caracterizam o estilo punk rock. Tanto que, em 2006, na homenagem a Renato Russo, líder da Legião Urbana, a regravação foi feita pela Plebe Rude, uma das principais bandas da cena punk rock dos anos 80.

O eu poético da música é um jovem rapaz, branco e de classe média. Para esse grupo social, passar no vestibular representa a manutenção do *status quo* adquirido pelos pais. Por isso, a reprovação no vestibular é extremamente temida.

O vestibular é o mecanismo utilizado no Brasil para selecionar os estudantes para o ingresso, ou não, no Ensino Superior público. Para a grande maioria dos vestibulandos, contudo, aguarda-lhes o “ou não”. E isto não é porque, em vez de ficar em casa no sábado a noite resolvendo aquela lista de exercício, irresponsavelmente, eles escolheram viver sua juventude (como acusam muitas vozes paternas ao justificar a reprovação)

A reprovação, tampouco, não pode ser creditada à natureza (leia-se Deus, Destino ou as Forças do Universo) que injustamente teria distribuído os dons da inteligência. Se a natureza tem culpa, seria a mesma que Chico Buarque atribuiu a Deus, no trecho da música *Partido alto* usada como epígrafe no início desse texto. Porque em nossa realidade, o número de concluintes do Ensino Médio é inúmeras vezes superior a quantidade total de vagas disponíveis no Ensino Superior. Portanto, a lógica brasileira da seleção muito se aproxima da exclusão.

O grande índice de reprovação no vestibular é, portanto, explicada matematicamente. Muita gente para pouquíssimas vagas. O que isto significa? Que entre nós,

o Ensino Superior público não foi pensado e planejado para formar a maioria, mas sim, uns poucos que a natureza escolheu para nascer numa classe econômica mais abastada. Cursar o Ensino Superior é sim uma questão de dinheiro. Como será mostraremos adiante, é uma questão de “muito dinheiro”. A lógica da exclusão alimenta desde os intensivos cursinhos preparatórios, às universidades privadas, sem esquecer do mercado editorial.

Mas não nos contentemos com a explicação matemática. É preciso compreender essa exclusão. A História da Educação Brasileira nos mostra que o Ensino Superior foi, desde os anos do Império, pensado para poucos. Somente os filhos da elite mais abastada teriam condições de cursá-lo. E aqui vale bem o emprego do substantivo no masculino: a formação superior era exclusivamente pensada para os homens.

No início da República, a formação superior continuava a ter “validade social” para poucas pessoas. Nesse momento, começava-se a estruturar um sistema público e nacional para educação básica popular (o que hoje chamamos de Ensino Fundamental). Qual sentido fazia, portanto, oferecer ao grosso da população a formação superior?

A rede básica de educação pública foi expandida ao longo do século XX, acompanhando a urbanização da população e a industrialização do país. Paulatinamente, após a década de 50, tornou-se economicamente necessário garantir o mínimo de pessoas alfabetizadas. Nas décadas de 70 e 80, tornou-se economicamente rentável qualificar a mão de obra popular. No interior desse processo, o Estado estruturou as bases do Ensino Médio, contudo, com grande ênfase tecnicista em detrimento de uma formação humana.

Ao longo do século XX, a política governamental para a educação pública voltou-se para a grande população com início no Ensino Fundamental e findando-se no Ensino Médio tecnicista, com a qualificação da mão de obra. Apesar de gratuita, o Estado manteve a formação superior. Contudo, sócio-economicamente, seu acesso continuava restrito.

A medida que se expandia, a formação pública básica (oferecida para muitos) tornou-se claudicante e teve sua qualidade cada vez mais fragilizada. Aos poucos, tal processo afugentou as crianças remediadas dos bancos escolares e públicos. Contrariamente, e ao mesmo tempo, a formação pública superior (garantida para poucos) acumulou predicativos que consolidou e aumentou sua qualidade. Garantia-se a permanência cada vez mais interessada da elite jovem nos bancos das universidades públicas. As vagas, que já eram poucas, tornaram-se mais disputadas à medida que aumentava o público interessado. É verdade que nesse processo o Ensino Superior também se expandiu. Mas o aumento do número de vagas ficou sempre aquém da sempre crescente e horizontal demanda.

Atualmente, para os 5 milhões de jovens que concluem o Ensino Médio, existem apenas 300 mil vagas nas universidades. 85% dos jovens que almejam uma vaga no Ensino Superior vêm do sistema público. Contudo, no vestibular da FUVEST, fundação responsável pelo processo seletivo de uma das mais importantes universidades do Brasil, dos 128 mil inscritos, apenas 8% são originários do sistema público de ensino (OLIVEIRA, 2011, p.56).

Certamente, ao observar o público ingressante nas Faculdades privadas, esse escopo se inverte. Excluídos das vagas públicas, cabe aos mais pobres pagar por sua formação universitária o que força a existência de um processo de formação profissional visivelmente frágil. Essa realidade não é nova. Em 1969, ela foi objeto da criação artística de Martinho da Vila, em seu disco homônimo. O artista tematiza esse fato social na música *O pequeno burguês*.

Eis que muito tempo depois de ter ouvido essa música como pano de fundo para a voz masculina que anunciava os nomes dos aprovados no rádio, voltamos a ela. À época, ainda vivenciávamos de perto a pressão do vestibular. Hoje, ele se tornou confortavelmente uma memória distante. Tornou-se também tema de reflexão e pesquisa sobre o ensino/aprendizagem da história no âmbito da escolha profissional que fiz. Escolha tão acertada quanto fruto do ocaso da vida. Mas este deve ser tema de outra reflexão. Voltemos a pesquisa.

Felicidade/passei no vestibular/mas a faculdade é particular

Particular/ela é particular [bis]

Livros tão caros/tanta taxa para pagar

Meu dinheiro muito raro/alguém teve que emprestar

O meu dinheiro/alguém teve que emprestar [coro, bis]

Morei no subúrbio/andei de trem atrasado

Do trabalho ia pra aula/sem jantar e bem cansado

Mas lá em casa/meia noite/tinha sempre a me esperar

Um punhado de problemas/e criança para criar

Para criar/só criança pra criar [coro, bis]

Mas felizmente/eu consegui me formar

Mas na minha formatura/não cheguei' participar

Falta o dinheiro pra beca/e também pro meu anel

Nenhum diretor careca/entregou o meu papel

O meu papel/meu canudo de papel [coro, bis]

E depois de tantos anos/só decepções/desenganos

Dizem que sou um burguês/muito privilegiado

Mais porque eles são vocês/eu não passo de um pobre coitado

E quem quiser ser como eu/vai ter é que penar um bocado

Um bocado/vai penar um bocado [bis]

Diferentemente da música *Química*, citada anteriormente, esta refere-se a realidade de não de um jovem, burguês, branco. Refere-se igualmente a um homem, contudo, com mais idade que o anterior. Certamente, o eu poético aqui é um mestiço. Se este é um pequeno burguês, o anterior, um burguês de fato.

A música é uma narrativa em primeira pessoa. Trata-se do depoimento de um “pequeno burguês”, ou seja, um indivíduo da classe média baixa, morador da periferia. Nos conta sua aventura durante a formação universitária. Conta-nos os sacrifícios feitos para

custear a formação: além de pagar as mensalidades, faltava-lhe o dinheiro para os materiais utilizados; as grandes distâncias percorridas de sua casa ao trabalho e à faculdade dificultava o cumprimento dos horários de aula; o cansaço da jornada dupla, estudar depois do trabalho, dificultava sua capacidade de aprendizagem, assim como o sono mal dormido e os problemas familiares impediam o descanso necessário ao cérebro estudante. Como podemos perceber, mesmo pagando por isso, o eu poético demorou a ingressar na Universidade. O pobre demora mais a ingressar no Ensino Superior que o remediado?

Aqui voltamos na tese da validade de uma formação superior para quem não é da elite. Adianta ao pobre a formação profissional do rico ou as profissões e seu exercício são economicamente possibilitadas? Do que valeu o sofrimento do eu poético para ter seu “canudo de papel”. A ênfase no adjetivo papel sugere a futilidade do título de graduado? Seria de bacharel em direito? Possivelmente, fosse graduado em medicina, a música não teria o tom de lamento e queixa que a caracteriza. De certa forma, o eu poético coloca a questão: valeu o esforço para ter essa formação universitária? Diante de sua realidade sócio-econômica, a formação recebida garantiu o retorno do investimento em forma de um bom emprego ou da vaga em num concurso público? A reflexão que paira sobre a música, seria uma crítica à falta de qualidade da formação universitária paga?

Não podemos deixar de citar os programas governamentais de bolsas universitárias que deixam de favorecer o aumento de vagas públicas para custear a formação privada, com interesses facilmente transformáveis em eleitores.

A educação pública básica, com pouca qualidade, abriu espaço para a estruturação de uma rede particular de ensino que possibilitasse, para a prole dos abastados, uma sólida formação básica. Apesar de paga, ela garantiria, num breve espaço de tempo, que quando jovens eles poderiam acessar o ensino superior “gratuito”.² Assim, a Educação Básica paga tornou-se um investimento para a classe média brasileira. Os gastos com a educação privada dos filhos ainda poderia ser lucrativamente deduzida dos impostos individuais pago todo ano ao Estado. Isto não deixa de afetar negativamente os recursos que poderiam ser redistribuídos para a população em forma de educação.

Resultado: enquanto os filhos populares são capengamente formados nos bancos da escola pública, os eleitos pelo nascimento são bem preparados nos bem conservados e cuidados espaços escolares privados. Na juventude, ambos voltam a se encontrar no vestíbulo do Ensino Superior. Vão engrossar a aparentemente igualitária concorrência pela vaga

² A educação pública é gratuita porque paga por todos os cidadãos em forma de impostos.

superior. Contudo, sócio-historicamente analisando, teriam eles as mesmas condições de competirem? Quantitativamente analisando, teriam eles a mesma probabilidade de sucesso? Economicamente analisando, quem recebeu benefícios?

A professora Maria Luiza Abaurre, ex-formuladora das questões do vestibular da Unicamp, assevera:

Apesar de termos observado um esforço nos últimos governos para melhorar a qualidade do ensino, temos de pressupor que o aluno da escola pública não vai disputar em condições de igualdade com o da particular. No processo, pelas características do país, existem um componente de injustiça pressuposto (apud OLIVEIRA, 2011, p. 56).

No presente texto, abordamos a prova de vestibular, a partir dessas reflexões. Analisamos, especificamente, as questões que objetivavam medir a quantidade/qualidade do conhecimento histórico do vestibulando da Universidade Estadual de Goiás, entre os anos de 2005 e 2010.

A prova de história é uma forma objetiva e, pretensamente, racional de medir o conhecimento histórico. Para isto, é essencial discutirmos o estatuto do conhecimento a ser verificado. A própria prova deveria ser constituída a partir destas questões. A verificação está intimamente relacionada à compreensão, à definição, à natureza do conhecimento a ser verificado. Diante disto, precisamos ter clareza do “quê” para saber o “como” verificar. Partimos da hipótese segundo a qual, analisando o “como” se verifica o conhecimento histórico podemos chegar à compreensão de seu estatuto. Ou, no mínimo, compreenderemos a concepção de história que partilham os/as elaboradores da prova. Este é um dos pontos centrais para pensarmos a prova de história presentes nos vestibulares e as suas possíveis “consequências”.

Qual a importância do vestibular para o ensino de história? Central, seria a resposta, pois a prova pretende, justamente, avaliar o processo de ensino/aprendizagem. A sintonia, portanto, entre a prova e o ensino deveria garantir o sucesso no vestibular. Essa sintonia é mais possibilitada na educação pública ou na particular? A relação entre vestibular e ensino dá-se da mesma forma para ambas? Ou seria mais adequado pensar não em termos de vestibular e ensino, mas de vestibular e currículo?

História para quê? Simplesmente para passar no vestibular? Foi essa a questão que deu início ao exercício de análise que ora apresentamos.

Outra questão que deve ser enfrentada é entende-se o conhecimento histórico de forma quantitativa ou qualitativa? Quais as consequências desses entendimentos? Haveria uma relação entre a forma das questões de história e a concepção da história enquanto

disciplina do conhecimento? Mudando o vestibular seria possível modificar a concepção de história?

De acordo com o paradigma tradicional do ensino de história, entende-se a história em forma de conteúdos verificáveis?

A partir de uma compreensão utilitarista e pragmática compreende-se a história em termos de competências e habilidades passíveis de avaliação?

Para a Didática da História, enquanto meta-teoria do conhecimento histórico, a história possui uma função social bastante objetiva: oferecer, de forma pessoal e coletiva, orientação temporal às pessoas. Essa orientação seria fundamental para enfrentar o inexorável processo de constante (trans)formação a que estamos submetidos. A Consciência Histórica seria uma tecnologia cultural desenvolvida coletivamente para resistirmos à crise existencial decorrente da transformação contínua e perpétua daquilo que nos constitui e daquilo que construímos? Se sim, como medir a Consciência Histórica, em grande medida subjetiva e particular numa prova? Antes disso, devemos nos perguntar, é possível medi-la?

Encaminharemos alguns desses questionamentos a partir da análise das questões de história presentes nos vestibulares da UEG por meio de um recurso metodológico específico. Observaremos como tais questões usam as diferentes linguagens de comunicação para avaliar o conhecimento histórico dos vestibulandos. Avalia-se conteúdos, habilidades, competências ou a Consciência Histórica dos indivíduos?

Notas históricas sobre o vestibular

Em 1911, um dos artigos da Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República, sob competência do ministério da Justiça e Negócios Interiores, instituiu a obrigatoriedade do exame admissional para o Ensino Superior. Seu objetivo natalício era portanto, selecionar. A prova mediria todo o conteúdo aprendido durante a Educação Básica em questões de múltipla escolha, modelo de verificação adotado por vários anos na prova do vestibular (OLIVEIRA, 2011, p. 55).

Esse modelo de avaliação alimentou a infame prática das “pegadinhas” nas provas, ou seja, pequenas variações que invalidavam a questão e cujo objetivo maior era passar incólumes durante a leitura e interpretação das questões. Ao tempo que lutava contra o esquecimento da incomensurável quantidade de informações recebidas ao longo de sua formação básica, o candidato ainda tinha que enfrentar uma lógica de avaliação fundamentada

em estratégias mal intencionadas, posto que abertamente contrários à sua aprovação. Todas as forças conspiravam, portanto, contra sua aprovação, pensaria o supersticioso.

Em 1968, o MEC determinou que os testes para admissão no Ensino Superior fossem classificatórios. Isto contribuiu mais ainda para que o vestibular perdesse a característica de avaliação do conhecimento (OLIVEIRA, 2011, p. 55). Partimos da hipótese de que um teste longo, detalhista, factual, de múltipla escolha favorece mais a discriminação entre o número cada vez maior de candidatos do que a verificação e a avaliação dos conteúdos por eles apreendidos. A medida que a concorrência aumenta, torna-se cada vez mais necessário a existência de questões que favoreçam a discriminação entre os candidatos. O acerto de uma questão fácil não discriminaria tanto quanto uma detalhista. A classificação dos candidatos relaciona-se diretamente à quantidade deles. Quanto mais candidatos, mais necessárias são as questões que possibilitem distinguir entre eles. Uma questão fácil, acertada por muitos, é menos importante que uma questão detalhista. Dentro da lógica classificatória, é a questão difícil que discrimina. Com a junção entre classificação e aumento da concorrência, importa mais discriminar para classificar do que verificar conhecimento. A dificuldade é associada ao detalhe. Este procedimento passa a valorizar mais a capacidade de memorização do que qualquer outra habilidade ou competência.

Daí a existência das metodologias (tão desesperadas quanto hipotéticas), largamente empregadas nos cursinhos, que supostamente favoreceriam a memorização. Vão desde as paródias musicais às associações inusitadas para memorização de fórmulas e conteúdos. Tais métodos de memorização vão desde aqueles, supostamente fundamentados em procedimentos racionais, quanto os assumidamente mágicos e/ou religiosos. Estudar andando, dormir ouvindo o áudio da leitura de um conteúdo, colocar o livro debaixo do travesseiro, ou, deixar de subterfúgios menores e partir logo para as promessas e negociações, numa relação abertamente expiativa, apelativa ou ameaçadora, com o supressensível: se passar no vestibular, subo de joelhos a infinita escadaria da igreja! Enquanto não passar no vestibular, não te devolvo o menino Jesus, ouviu São José? Se meu filho passar no vestibular, mando rezar uma dezena de missas! Oferto o meu carro ao Senhor para que meu filho passe no vestibular! Por falar em carro, quem não teve um amigo rico que foi presenteado pelos pais depois de sua aprovação no vestibular?

Atualmente, as jovens estão entrando cada vez mais jovens na Universidade. Há pouco tempo, o ingresso na faculdade coincidia também com a passagem para uma vida minimamente adulta. Passar no vestibular se confundia com mudar da cidade do interior para

a capital, sair da casa paterna, iniciar na prática da sexualidade, experimentar a liberdade de pensamento, mesmo que alimentada por substâncias ilícitas.

Os poderes do vestibular

Para os especialistas, o vestibular é um dos principais definidores dos currículos do Ensino Médio. Sua força origina do fato de, por muitos anos e majoritariamente, ainda se constituir como a única porta de entrada na Universidade (OLIVEIRA, 2011, p. 55).

Daí decorre o nome desse exame: vestibular, deriva de *vestíbulo*, termo utilizado na arquitetura que refere-se ao pátio ou pórtico principal de entrada de uma construção. Sua importância social é tamanha que de todas as provas, concursos e exames, o de ingresso no Ensino Superior individualizou-se e tem seu nome de batizo conhecido de norte a sul do país.

O vestibular foi responsável pelo surgimento de uma verdadeira indústria de cursinhos preparatórios, os chamados pré-vestibulares. Para quem pretende cursar a faculdade e não passou no vestibular, resta-lhe o cursinho.

As universidades que produzem o conhecimento com mais condições de validade, atualizados e pertinentes, contraditoriamente, favorecem e reforçam uma forma tradicional de avaliar o conhecimento histórico.

Conclusões em curso

A metodologia, a forma e o currículo estabelecidos pelo ENEM trouxe esperança de provas menos conteudistas e mais qualitativas na verificação dos conhecimentos históricos do Ensino Médio. O ENEM dialoga com a perspectiva do ensino/aprendizagem de história divulgado pelas diretrizes curriculares publicadas pelo MEC desde a segunda metade da década de 1990 e anos posteriores. Inclusive, publicando documentos específicos para o Ensino Médio. Houve uma modificação profunda na concepção do ensino nessa última etapa da Educação Básica. Ela deixa de ser preparatória para o vestibular ou voltada para a formação para o mercado de trabalho. Agora, o Ensino Médio é um fim em si mesmo, retomando temas e problemas apresentados na segunda fase do Ensino Fundamental.

Para além da preocupação com o acúmulo de conteúdo no ensino de história (o que fomentava o tradicional estilo “decoreba” nas aulas de história), começou-se a pensar nas habilidades e competências que deveriam ser desenvolvidas e adquiridas por meio do

conhecimento histórico, como a capacidade de dissertação e argumentação, com tendências mais analíticas e críticas.

O aumento do número de vagas, provocado pelo REUNI, contribuiu para a diminuição do terror envolto no vestibular. Contribuiu também para a diminuição do poder dos cursinhos e para a diminuição do fosso entre as classes sociais brasileiras. A utilização de outras formas de acesso na universidade, como o vestibular seriado também tiveram sua contribuição para a mudança em curso.

O quadro atual no qual se insere o vestibular foi dinamizado por vários elementos que implicaram na minimização das diferenças socioeconômicas: a diversificação dos exames, as cotas para alunos egressos de escolas públicas, a utilização das notas do ENEM aproveitadas pelos centros de seleção das universidades, o aumento de vagas no Ensino Superior, a mudança nas concepções de história existentes nos exames... tudo isto contribuiu para um vestibular mais justo e menos traumático para a entrada do jovem na vida universitária.

É certo que ainda estamos vivendo o processo, e por isto não temos muita clareza dos elementos envolvidos. Mas, com certeza, ele nos aponta para um futuro menos traumático quando um jovem se deparar com o vestibular. Menos traumático que aquele experienciado por minha geração.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática do ensino de história*. Campinas: Papyrus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas: Papyrus, 1997.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. *O vestibular na contramão*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3. n.º 27. Dez. 2007. p. 81-83.

FREIRE, João Ricardo Bessa. História ensinada x história real: onde fica o aluno nesta história? In: DAVIES, Nicholas. (org.) *Para além dos conteúdos do ensino de História*. Niterói: Ed. UFF, 2000.

OLIVEIRA, Tori. Mudança lenta, gradual e injusta. *Revista Carta na Escola*. Agosto de 2011. Ed. n. 58.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias (v.3). Brasília: Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica; Departamento de Políticas de Ensino Médio, 2006.

PARÂMETROS CURRICULARES Nacionais: Ensino Médio. Brasília: [Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica], 2000.

PARÂMETROS CURRICULARES Nacionais: Ensino Médio. Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias, [Brasília: Ministério da Educação, 2000?]

PCN + Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Humanas e suas Tecnologias. [Brasília: Ministério da Educação], S.d.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*: teoria da história. Brasília: Ed. UnB, 2001.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

A HISTÓRIA DE UMA PUTA: SENTIDOS DA PROSTITUIÇÃO NO FILME BRUNA SURFISTINHA

Nilton Pereira da Fé¹
niltondafe@gmail.com
Euzebio Carvalho²
euzebiocarvalho@gmail.com

RESUMO: A prostituta e a exposição de seu corpo, inserida numa relação de compra e venda de serviços sexuais, mostra-se constante no imaginário popular, como pode ser verificado na literatura (FERRO, 1997) e no cinema. Analisamos, neste trabalho, um filme cujo argumento central é a prostituição e suas implicações individuais e pessoais (*Bruna Surfistinha* - Marcus Baldini 2010). Baseamo-nos em análises historiográficas e antropológicas que tomaram a prostituição como tema (SCHETTINI, 2006; RAGO, 1991; PATEMAN, 1988; DA MATTA, 1991). A partir delas, elegemos três universos semânticos para analisar o filme: 1) constituído pelos discursos estereotipados sobre a prostituição, permeados por clichês, idéias de mistério, fascínio, atração e outras idealizações; 2) direcionado às moralidades e aos costumes, fomentados por rejeição, discriminações, pela função civilizadora da prostituição, assim como pelas identidades de gênero tradicionalmente constituídas; 3) relacionado ao uso dos serviços sexuais, constituídos numa dimensão capitalista, pela existência do contrato sexual que regula o acesso ao corpo feminino, como o casamento, a prostituição e os interesses diferenciados entre a esposa, o contratante e a prostituta.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição; Análise fílmica; Bruna Surfistinha.

ABSTRACT: The prostitute and the exposition of her body, inserted in a relationship of buying and selling of sexual services, it is shown constantly in the popular imagination, as it

¹ Pós-graduando (lato sensu) em História Cultural, Narrativas e Identidades. Graduado em história FH/UFG.

² Professor de Didáticas, Práticas e Estágios em História da UEG/UnU Porangatu. Mestre em história PPGH/UFG.

can be seen in the literature (FERRO, 1997) and in cinema. We analyzed in this work, a movie whose main argument is prostitution and its individual and personal implications (Bruna Surfistinha - Marcus Baldini 2010). We based on historiographical and anthropological analyses that took the prostitution as theme (SCHETTINI, 2006; RAGO, 1991; PATERMAN, 1988; DA MATTA, 1991). From them, we chose three semantic universes to analyze the movie: 1) established through the stereotyped discourses about prostitution, permeated with clichés, ideas of mystery, fascination, attraction and other idealizations, 2) directed to the moralities and habits, fomented by rejection, discrimination, the civilizing function of prostitution, as well as the traditionally constituted gender identities, 3) related to the use of sexual services, constituted of a capitalist dimension, the existence of the sexual contract which regulates the access to the female body, such as marriage, prostitution and the differentiated interests between the wife, the contractor and the prostitute.

KEYWORDS: Prostitution; Film analysis; Bruna Surfistinha.

A História, em suas narrativas, deve aproveitar os materiais e os passarinhos de nossa época, deve falar do lixo sobrado e dos rios podres que correm dentro de nós e das casas, dos morcegos que voam dentro das ruínas, dos restos humanos fazendo discursos sozinhos nas ruas
(ALBUQUERQUE JR, 2007).

A obra cinematográfica *Bruna Surfistinha* é a primeira produção do diretor Marcus Baldini e apresenta características próprias acerca do universo que envolve o mundo da prostituição e que podem ser observadas, em alguma medida, nos trabalhos historiográficos que têm a prostituição como tema no Brasil.

Lançado, comercialmente, em 2010, o filme investe na biografia de uma prostituta, ressaltando as emoções da personagem central. O da narrativa está voltado para a construção de um tipo específico de prática sexual que objetivamos construir ou desconstruir nesse trabalho: a prostituição.

Em linhas gerais, o enredo do filme consiste na apresentação de uma menina que não se sente encaixada no mundo em que vive. A personagem, Rachel Pacheco, interpretada por Debora Secco, é adotada por uma família de classe média na cidade de São Paulo e ao final de sua adolescência abandona a casa dos pais e irmão adotivo, onde tivera experiências perturbadoras, para “ganhar a vida” como prostituta na casa da cafetina, Larissa interpretada por Drica Moraes. Seu irmão, filho natural de seus pais adotivos, será uma constante fonte de perturbação para Raquel. Sua mãe desconfia da filha, o que compromete os vínculos afetivos

entre as duas. O pai representa a figura tradicional masculina provedor da família: tão cheio de autoridade/austeridade quanto de distância de seus filhos.

Na casa da cafetina, Raquel irá envolver-se com alguns personagens secundários que darão sustentação para a construção da figura de Bruna Surfistinha: Cristina Lago, a amiga que acompanhará a ascensão de Raquel, Fabíola Nascimento que será exemplo de determinação e de autoconfiança e, Cássio Gabus Mendes, seu primeiro cliente, uma espécie de *álter ego* masculina de Raquel.

Os espaços do filme são, predominantemente, locações internas como a casa dos pais e do irmão de Raquel, o colégio, a casa do colega de sala, a casa onde são agenciados e consumados os encontros entre as prostitutas e os clientes (bordel), depois o apartamento de Bruna Surfistinha localizado num bairro elitizado na cidade de São Paulo. Poucas tomadas são externas (em locais públicos) como a noite das ruas da cidade de São Paulo, o salão de cabeleireiro e os salões de festa. Esse recurso dialoga com a narrativa que pretende dar conta de uma biografia e do universo emocional de Raquel/Bruna. Ademais, a predominância dos espaços internos, no filme, caracteriza o tipo de prostituição a que Bruna pratica, e que veremos mais adiante, mas que, grosso modo, é uma prostituição privada em oposição à prostituição de rua.

Preocupamo-nos, de maneira pontual, ao analisar essa obra cinematográfica, com algumas questões que envolvem a relação da prostituta com os clientes, os *cáftens* e a sociedade no que diz respeito às trocas, a exploração, a discriminação e a rejeição cristalizada na figura da prostituta de modo geral. Nesse sentido, buscamos, no bojo das discussões acadêmicas, embasamento teórico para melhor discutirmos um tema, consideravelmente, abrangente.

É um universo povoado por muitos estereótipos e clichês, tudo aí é muito antigo e já conhecido, pois, acredita-se no senso comum, e não apenas nele, que a prostituição é “a profissão mais antiga do mundo”: reatualizações intemporais. Os lugares estão bem demarcados, as explicações prontas e as imagens projetadas sobre os personagens – prostitutas seminuas e infelizes, *cáftens* desalmados, *caftinas* gordas e endurecidas pelo tempo, fregueses devassos – parecem ter aderido aos corpos e se cristalizado. Por onde penetrar neste universo difuso? (RAGO, 1991, p. 19).

Margareht Rago, ao analisar a figura da prostituta urbana na cidade de São Paulo, na década de 1930, observa que a prostituição configurou, a partir dessa época, um espaço visível, espetacularizado e quantificável, na medida em que se tornava “uma profissão reconhecida” com a expansão do mercado capitalista. A autora diz que as práticas do amor venal ganharam, nesse momento, toda visibilidade na topografia da cidade, possibilitando a constituição de saberes especializados sobre elas. Todavia, a autora destaca que construir

masculinamente a identidade da prostituta significou silenciá-la e estigmatizá-la, e ao mesmo tempo defender-se contra o desconhecido, a saber, a sexualidade feminina que se aflorava.

Nesse sentido, Baldini também constrói, “masculinamente”, no século XXI, outra identidade de prostituta. Procurou adentrar no universo difuso da prostituição pelas gretas da biografia, da experiência de vida de uma prostituta. Para criar o filme, partiu da perspectiva feminina: suas fontes foram o diário e o blog de Raquel Pacheco. *O Doce Veneno do Escorpião* e *O Diário de uma Garota de Programa* foram lançados, ambos, no ano de 2005. Essas fontes seriam, segundo depoimento da própria Raquel Pacheco, prostituta de elite da cidade de São Paulo, descrições “não fictícias” da vida que ela levava como prostituta. Suas experiências foram transcritas em livro pelo jornalista Jorge Tarquini (entrevista concedida ao programa global *Jô onze e meia*, exibido em 14 de maio de 2006). Nessas publicações, escreve o jornalista: “o leitor encontra descrições de uma jovem prostituta que entrou num mundo, segundo ela, desconhecido, mas que se lhe tornou rotineiro”.

Transas enlouquecidas, surubas, muitos homens (e mulheres) diferentes por dia, noites quase sem fim. O que pode ser excitante para muitas garotas como eu, na efervescência dos vinte anos, para mim é rotina. É meu dia-a-dia de labuta. (Rachel Pacheco em entrevista ao Jô Soares no programa citado).

Nessa perspectiva, percebe-se uma ruptura a uma representação de prostituta diferente daquela sugerida por Rago. Segundo a autora, com a especialização dos estudos sobre a prostituição, a partir da segunda metade do século XIX, e o desenvolvimento das relações capitalistas, surgem duas figuras polarizadas de prostitutas: a vitimada pelas condições econômicas adversas, sem qualificação profissional, e a prostituta explicada patologicamente pelos traumas de infância, complexos edipianos mal resolvidos ou devido à sexualidade exuberante. Nos dois casos, a prostituta é focalizada, segundo Rago, como resposta a uma situação de miséria econômica ou como transgressão a uma ordem moral acentuadamente rígida e castradora.

Uma vez que não é nossa intenção verticalizar um fator de mudança dentro das afirmações supracitada, embora encaminhem vertentes que demonstrem ser importantes para os estudos relacionados à prostituição no Brasil, observamos, através da dramaturgia desenvolvida pelos atores em *Bruna Surfistinha*, que há, na obra cinematográfica, a caracterização de um ambiente de crise envolvendo os componentes do núcleo familiar onde Rachel está inserida. Há deslocamentos, fronteiras, desconfortos no interior do ambiente familiar que não são equacionados pela adolescente nem por seus parentes. Ademais, não existe a possibilidade de descartar que, em certa medida, traumas de infância e complexos mal

resolvidos povoem a mente de uma criança adotiva. Tomando Raquel como ponto de referencia, nota-se, no enredo do filme, que apesar dela estar em conflito consigo mesma e com o mundo – problemas até certo ponto característicos de sua idade – o meio em que ela está inserida (família e escola) finge aceitá-la. Contudo, são relações representadas por brutalidades afetivas, relações emocionalmente grosseiras e estranhas que podem ser observada na figura do pai, do irmão, do colega de classe e até mesmo em sua mãe.

Não obstante, a transgressão a ordem moral, rígida e castradora, vivida no seio familiar pela personagem Raquel, não é fruto de resposta a uma situação de miséria econômica. Segundo as fontes utilizadas pelo diretor Baldini, Rachel nos informa que nunca teve falta de bens materiais e que gozava da boa educação recebida em colégios particulares. Contudo, aponta a descoberta do fato de ser filha adotiva como a causa para, aos dezessete anos de idade, fugir de casa, usar drogas e prostituir-se. Realimentando o mito da carência de orientação que caracteriza a juventude moderna.

Segundo Rago, ao se prostituir puramente por motivos financeiros, a mulher comete um “sacrifício”, termo de forte conotação religiosa recorrente na literatura sobre o tema. Mas se ela se prostitui para fugir ao casamento e à monotonia da vida doméstica, sua representação é investida de rebeldia e heroísmo; como sujeito feminino capaz de desafiar as imposições morais dos dominantes varões. Eis outra fonte que alimenta muita fantasia nas representações cinematográficas e também nos estudos acadêmicos. Este entendimento pinta com tons rugos, uma estetização política da prostituição.

Nesse sentido, a prostituta que foi construída ao longo do filme *Bruna Surfistinha*, através dos olhos/câmera do diretor e à medida que o filme avança, pelos nossos próprios olhos, também adquire tons heróicos. A jovem mulher que desafiou as imposições morais dos dominantes, rebelando-se contra o confortável mundo familiar das condições materiais de existência. A tomada que representa o nascimento da heroína, nesse sentido, é uma cena noturna, em que a adolescente, fugida de casa, divaga pela noite paulistana, povoada de sons e luzes desfocadas. É uma tomada que remete ao universo subjetivo de Raquel. Um momento importante de passagem, de giro de sua vida. Ao olhar para traz, a jovem filha da classe média torna-se estátua de sal. Ao olhar para frente, faz abortar em vida, e para a vida, a nova mulher, Bruna. Assim, o filme (re)alimenta as representações da prostituta no século XXI (ou ao menos uma das mais importantes novas representações da prostituição).

Antes de avançarmos, sobre as considerações na análise fílmica, pontuamos aqui a necessidade de discutirmos, rapidamente, dois problemas. O Primeiro diz respeito ao conceito de prostituição, seguido de sua origem e utilização. Para evitar anacronismos, devemos ter em

mente que o conceito “prostituição” foi formulado no século XIX, nascidos da vontade de saber/poder dos discursos médico-policial (RAGO, 1991, p. 23). Desta maneira, ele não pode ser projetado retroativamente para nomear práticas de comercialização sexual do corpo feminino. É imprescindível considerar que o conceito prostituição é saturado de conotações extremamente moralistas, associado à imagem da sujeira, do esgoto, da podridão e de tudo aquilo que diz respeito a uma dimensão rejeitável na sociedade (RAGO, 1991, p. 54).

Nesse sentido, construir a prostituição como objeto de estudo, produção, aprendizagem e ensino de história é, nas palavras saborosas de Albuquerque Júnior “derrubar o insigne que há nas versões hegemônicas da memória dos vencedores e enfiar nesta memória o ordinário, o menor, o abandonado (2007, p. 86). Ao eleger a prostituição como tema do discurso histórico, empurramos a palavra douta e sábia rumo a um léxico corpo, rumo à carne intumescida de sangue, rumo ao mundo subjetivo labiríntico, rumo ao universo semântico erodido. Não resistimos ao jogo de sedução cognitivo e nos deixamos penetrar pela fala intumescida desse historiador:

A História deve descrever as configurações, os desenhos, o relevo formado pelo depósito constante de camadas de discursos, pela sedimentação das memórias em textos e em todas as formas de linguagem, que ao se acumularem, como o cisco se acumula em pés de parede formando monturos, produzem uma geografia do passado, dão a ele consistência de pedra, de bronze ou de granito, dificultando a percepção dos pequenos grãos, dos pequenos sedimentos, dos pequenos gestos, de múltiplas ações, reações, conflitos, pelejas, sonhos, vidas que o constituíram como unidade de fato e sentido (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 87).

A prostituição *grosso modo* é a utilização do corpo de uma mulher, mediante pagamento e consentimento por parte dela, para a satisfação do pagante. Contudo, não há desejo ou satisfação por parte da prostituta. Isto implica que a prostituição não é uma troca prazerosa e recíproca da utilização dos corpos, mas a utilização unilateral do corpo de uma mulher por um homem, na maioria dos casos, em troca de dinheiro (PATEMAN, 1988, p. 291).

Nesse sentido, Baldini aponta aspectos relevantes e acordes com os descritos acima. Em raros momentos a prostituta Bruna é representada como tendo prazer nas relações sexuais. No início de sua carreira, quando ainda está sob a gerência da cafetina, ela recebe um cliente jovem e belo como ela, Gustavo, interpretado por Juliano Cazarré . A linguagem fílmica, nesse momento, reveste-se de erotismo. As cenas de sexo com os outros clientes são informativamente frias de potência erótica. Apesar de vermos corpos desnudos em ação sexual, o nosso desejo não é estimulado. Na cena de sexo com o jovem varão, másculo,

peludo de corpo definido, contudo, a linguagem cinematográfica despidoradamente provoca a excitação. A luz estimula nossa imaginação para recompor o detalhe da imagem, o som do prazer estimula nossa memória erótica, o enquadramento, o ângulo e o movimento da câmera ressaltam a beleza e a juventude dos corpos no intercurso da carne trêmula.

Fora esta rara cena, a troca entre prostituta e cliente é medida pelo dinheiro que seria o interesse último de Bruna Surfistinha. Cobrar pelo prazer, usufruído pelo homem, garante à mulher relativa isonomia na relação de ambos. Contudo, tal equilíbrio rapidamente volta a ser rompido: uma mulher que cobra por seus serviços é uma “puta”. Socialmente, portanto, o designativo “puta” restitui ao homem seu lugar de poder, recolocando-a numa situação de superioridade. Essa complicada trama de representações sociais, nascidas no húmus do senso comum, dá origem para uma série de sentidos misóginos e sexistas, por exemplo: “quem gosta de homem é viado porque mulher gosta é de dinheiro”.

A discussão sobre a prostituição se faz presente na historiografia, na literatura, no cinema, cada um a seu modo. Para além do imaginário construído pelo povo brasileiro, podemos observar que o fenômeno da prostituição está situado aquém de um conceito enquadrado e cristalizado. Logo, exclui-se, a possibilidade de interpretar essa prática social numa escala definida pelo senso comum. Para compreendê-lo em seus aspectos mais gerais, é necessário, contudo, uma investigação criteriosa.

Não podemos desprezar também a construção de espectros culturais que reportam aos “tempos remotos” da profissão mais “antiga” do mundo até o presente. Tudo aquilo que se convencionou chamar de prostituição se confunde e não precisa os sentidos dessa prática.

Carole Pateman conclui, ao investigar uma sociedade patriarcal em Sidney, Austrália, que as mulheres, seus corpos e suas paixões carnis, representam a “natureza” que necessita ser controlada e superada para que a ordem social seja criada e mantida. Assim, constrói-se uma forma de “resistência silenciosa” envolvendo a mulher, o corpo e o desejo. Enfim, afirmar que a prostituição surgiu há muito tempo atrás sendo, categoricamente, a profissão mais antiga do mundo, é uma atitude cognitiva fácil, à medida que não exige nenhum tipo de análise ou construção histórica. Não refletir sobre seus condicionantes culturais e históricos é contribuir para sua invisibilidade social.

Um segundo problema a ser analisado é o processo no qual se origina o termo prostituição. Para tanto, tomamos como uma possibilidade o trabalho desenvolvido por Cristiana Schettini que analisa as práticas sexuais na cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Assim, vimos que a gênese do processo requer um estudo minucioso para se consolidar e ganhar forma, pois segundo a autora.

Os processos de lenocínio iniciados nos anos que seguiram à aprovação do Código Penal republicano, na cidade do Rio de Janeiro, são resultado, sobretudo, da ação seletiva da polícia, decidida a investir contra uma modalidade de prática sexual (prostituição) específica, a de janela, que se concentrava num ponto da cidade [...] Ao mesmo tempo, muitas das mulheres que de um jeito ou de outro se viram obrigadas a deixar suas residências engrossaram os números das que freqüentavam as chamadas casas de rendez-vous ou as hospedarias da região, mediante aos mais variados acordos com os donos. A prática sexual exercida nesses estabelecimentos marcou a dissociação entre o local de moradia e o de trabalho, o que era uma novidade para muitas dessas mulheres (SCHETTINI, 2006, p. 194).

A partir desses argumentos, ao estudar o lenocínio, verificamos que a complexidade ligada à prostituição nos remete a várias mudanças sociais e estruturais dentro da cidade. Segundo ela, as mudanças nos locais de “prostituição” foram percebidas por muitos contemporâneos à época, nos termos de uma dispersão das prostitutas pela cidade. Assim, podemos notar, também, a importância do sentido entre o espaço público e privado para aquela sociedade.

O trabalho de Cristiana Schettini, remeteu-nos à afirmação do antropólogo, Roberto Da Matta

O espaço se confunde com a própria ordem social, de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como é concebido. Aliás, nesses sistemas, pode-se dizer que o espaço não existe como uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado ou ‘embebido’ (DA MATTA, 1991, p. 34).

Quando Cristiana Schettini traz para o debate a modalidade de “prostituição de janela”, sutilmente, percebe-se daí que a janela faz a ligação do espaço privado da casa com o espaço público da rua (DA MATTA, 1991, p. 63).

[...] eis aqui as janelas servindo como mediação entre o espaço interno das casas e o espaço externo da rua. [...] até hoje a sociedade parece fiel à sua visão interna do espaço da rua como algo movimentado, propício a desgraças e roubos, local onde as pessoas podem ser confundidas com indigentes e tomadas pelo que não são.[...] Nada mais dramático para alguém de “boa família” ser tomado como um “moleque de rua”; ou uma moça ser vista como uma “mulher da vida” ou alguém que pertence ao mundo do movimento e do mais pleno anonimato. Fazemos uma equação reveladora entre o “ninguém conhece ninguém”, o “ninguém ser de ninguém” e estados sociais altamente liminares como a boemia, o carnaval e, evidentemente, a prostituição e a pré-criminalidade (DA MATTA, 1991, p. 63).

Da Matta trata o espaço da casa como um “mundo” e o espaço da rua como um “outro mundo”. Todavia,

Há também espaços transitórios e problemáticos que recebem um tratamento muito diferente. Assim, tudo o que está relacionado ao paradoxo, ao conflito ou à contradição – como as regiões pobres ou de meretrício – ficam num espaço singular. Geralmente são regiões periféricas ou escondidas por tapumes. Jamais são concebidas como espaços permanentes ou estruturalmente complementares às áreas mais nobres da mesma cidade, mas são sempre vistas como locais de transição: “zonas”, “brejos”, “mangues” e “alagados”. Locais liminares, onde a presença da lama marca um espaço físico confuso e ambíguo. (DAMATTA, 1991, p. 63).

Ao perceber esse “inter-espaço problemático”, que faz referência à prostituição, Da Matta argumenta que, no caso da sociedade brasileira, o que se percebe, muitas vezes, é apenas um pedaço de um sistema diferenciado. Assim, as ações contraditórias dependem do espaço onde o indivíduo se encontra. O autor exemplifica assim: se entrevistarmos um brasileiro comum em casa, ele pode falar da moralidade sexual, dos seus negócios, de religião ou da moda de maneira radicalmente diferente daquela que usaria caso estivesse na rua. Na rua, ele seria ousado para discursar sobre a moral sexual, seria prudente ao mencionar seus negócios e ultra-avançado ao falar de moda. Provavelmente ficaria querendo ouvir para se pronunciar sobre religião. Em casa, porém, seu comportamento seria, em geral, marcado por um conservadorismo palpável, sobretudo se fosse um homem casado e falando de moral sexual diante de suas filhas e mulher. (DAMATTA, 1991. p. 51)

Assim como Da Matta relaciona os espaços da casa e da rua, Cristiana Schettini, em sua narrativa, mostra como as prostitutas “criaram” seu mundo social e político, no início da república, no Rio de Janeiro. Sua obra é interessante, na medida em que desvenda peculiaridades sobre os mistérios das “trabalhadoras do sexo” pela cidade. A autora analisa que, esse universo, era diferente daquele que povoava a literatura da elite na *belle époque*. Segundo ela, algumas trabalhadoras do sexo, usavam esse imaginário para galgar posições numa complexa “hierarquia profissional”. Contudo, a exclusão social era muito presente, pois, socialmente, a idéia da sujeira, do esgoto e da podridão, sugerida por Rago, foi construída de forma muito forte no imaginário do povo brasileiro.

Depois dessa breve digressão às origens urbanas da prostituição, tomando o caso da capital federal do período, voltemos à análise fílmica.

Quando a personagem Rachel deixa o espaço da casa dos pais e vai para o espaço do prostíbulo há uma longa e melancólica caminhada pelas ruas de São Paulo intermediando esse processo, como já referimos. Nesse sentido, a personagem deixa transparecer que a decisão, tomada por ela, é muito difícil e requer, além de coragem, uma força quase que sobrenatural para enfrentar o devir. Talvez, esse desencaixe da personagem que reconhecemos na qualidade de espectador, naquela caminhada impressionista, provenha de todo um contexto

histórico, de ordem pessoal, mas também geral, ao qual nos referimos anteriormente. Ao nos aproximar das emoções da personagem, representadas cinematograficamente, temos uma percepção diferenciada da representação do senso comum como sendo uma “vida fácil”. Qual vida é mais fácil de ser vivida? A das truncadas relações familiares ou a vida das práticas relações sexuais mediadas pelo dinheiro? “Ninguém é como quer ser, mas como podem ser, como conseguem ser”, afirma Débora Secco nos créditos do filme sobre a personagem que interpreta.

Nesses termos, considerando a diversidade de interpretações acerca da prostituição, sejam elas positivas ou negativas; penso que qualquer divergência não pode ser entendida como um erro de interpretação de uma em função da outra. Pois, segundo Margareth Rago:

Embora tenha suscitado reações de grande ansiedade por parte de alguns setores da sociedade, o mundo da prostituição foi marcado por toda uma auréola de mistérios, fascínio e atração. Nele se configurou uma importante rede de sociabilidade: fluxos que circulavam entre os cafés-consertos, cabarés, “pensões chics”, teatros e restaurantes, congregando artistas, músicos, coristas, dançarinas, boêmios, gigolôs, prostitutas estrangeiras e brasileiras, seguidas por toda uma corte de empregados, responsáveis pela infra-estrutura de serviços: choferes, garçons, arrumadeiras, cozinheiras, manicuras, costureiras, porteiros, “meninos de recado (RAGO, 1991, p. 155).

Nesse mundo, tem-se início a atuação da personagem Bruna Surfistinha. Uma série de tomadas mostra o cotidiano do bordel e, numa escala maior, o das garotas em geral e, numa menor, o de Surfistinha. A exploração da força de trabalho da prostituta é evidenciada na relação que se estabelece entre a cafetina e a prostituta, pois a cada cem reais decorrentes de um programa, a prostituta ficava com quarenta e os outros sessenta eram da casa. A cafetina oferece a infra-estrutura necessária para que a prostituta possa executar sua produção.

Deste ponto adiante, para nos espectadores, nasce a zona do meretrício propriamente dita, com sua geografia e seus modos específicos de funcionamento: códigos, leis e práticas, que configuravam uma cultura e espaço diferenciados. No conjunto da cidade, aquele edifício, aquele apartamento, em específico, é um mundo paralelo.

Notamos, embora não fique claro nos discursos propostos pelo diretor do filme que, ainda há, em certa medida, a função civilizadora da prostituição, apontada no trabalho de Margareth Rago. Em meio às tomadas do filme, percebemos o desenvolvimento de algumas formas de sociabilidade e vivências peculiares à prostituição no contato de Bruna Surfistinha com seus clientes. Os problemas sociais dos indivíduos, para além de sua vontade de satisfação sexual, rompem as portas do bordel de Larissa. Chegam às quatro paredes, não se

separam das dimensões mais íntimas do relacionamento humano. Para além de serem sexuais, as dimensões sociais de nossa existência mostram sua força: carências, medos, desejos, esperanças que, na maioria das vezes, são trocadas pela bagatela de R\$ 100,00.

A prostituição preenchia ainda um papel “civilizador” na sociedade, porque aí se realizava a iniciação sexual dos rapazes, rito de passagem para sua abertura à alteridade. Alternativa para a preservação da virgindade das moças e da castidade das esposas, como se argumentava, a prostituição era parcial e ambigüamente aceita como lugar onde os jovens poderiam saciar os impulsos ardentes de uma fase de sua vida, para depois assentarem-se e permanecerem casados. A sexualidade masculina deveria ser despendida nesse momento da vida jovem, para que depois o homem se dedicasse exclusivamente ao lar e à vida racional dos negócios. Portanto, ao mesmo tempo que era percebida como mulher desregrada, a prostituta figurava como aquela que poderia modelizar as pulsões sexuais dos jovens, ainda em estado bruto. Função libertina e religiosa, a iniciação sexual significava uma ordenação das pulsões instintivas consideradas ameaçadoras. Daí a ambigüidade que caracterizou a relação da sociedade normalizada com o universo explosivo dos prazeres ilícitos, ao mesmo tempo desejado, plano de mistérios e de vida (RAGO, 1991, p. 169).

Margareth Rago, em seu estudo sobre o imaginário da sexualidade feminina e a prostituição na *Belle Époque* paulistana, remete-nos à emergência de novas imagens sobre as mulheres. Como mulheres respeitáveis, mulheres de “vida livre”, mulheres fatais. Acompanhadas de mulheres vitimizadas aos novos padrões de consumo de uma sociedade que passava por um processo de modernização, crescimento econômico, explosão demográfica, *desterritorialização das subjetividades*, expansão capitalista e de desenvolvimento urbano-industrial (RAGO, 1991, p. 171).

Embora que de maneira primária com relação à idéia de função civilizadora apresentada por Rago, Baldini toca nesse ponto quando apresenta o encontro de Rachel e de seu colega de classe, Rominho, na casa dele, num bairro elitizado da Cidade de São Paulo - digo elitizado pois, de maneira sutil, a cena mostra que há cinco carros de luxo e uma lancha dentro da garagem da casa. Assim, pode-se pensar que, mesmo que de formas diferentes, os jovens, como descritos no filme, necessitam ser controlados sexualmente através da “prostituição” para assumirem seus postos de maridos na sociedade.

Assim como Rago mostra como houve essa mudança na sexualidade feminina na *Belle Époque* paulistana da década de 1930, percebemos ao longo do filme que há uma mudança radical na vida de Bruna Surfistinha. Depois de iniciada, parece não haver opções de retorno, quer por conta das “redes de aprisionamento” (drogas, dinheiro, fama, entre outros), quer por conta dos novos mundos e sensações descortinados pela nova vida de Bruna Surfistinha que antes eram interditadas à menina presente em Raquel. Pois, como descreve a personagem em sua primeira transa no bordel, há uma morte de Raquel para que Bruna nasça: “eu não chorei, eu não pedi pra parar, eu não voltei correndo pra casa. Naquela hora, aquela Raquel que eu era, vive no passado”.

Nesse sentido, pode-se pensar que tanto as relações de poder e os personagens inseridos nelas, podem interferir de maneira crucial na construção da personagem principal, Bruna Surfistinha, pois segundo nos mostra Margareth Rago.

As cafetinas faziam a prostituta abortar todos os sonhos e potencialidades de estabelecer vínculos afetivos mais duradouros e equilibrados – seja com um amante ou com filhos – e desistir de quaisquer outras aspirações de vida. [...] Nesse sentido, ela reforça sua dependência emocional, impondo-se como referência necessária, ponto fixo em torno do qual a prostituta deveria girar. (RAGO, 1991, p. 279).

Ademais, há um incômodo durante o desenrolar da trama de Bruna Surfistinha que seria a procura por algo que ora se mostra como concreto – o conforto material – ora por alguma coisa indefinida e incerta – uma carência afetiva imediata ou uma carência existencial.

Nesse sentido, Carole Pateman, ao estudar o contrato sexual dentro de uma sociedade patriarcal, na Austrália, questiona-se sobre o que haveria de errado com a prostituição. A autora mostra que no patriarcado moderno (século XIX) existe uma variedade de meios pelos quais os homens mantêm os termos do contrato sexual. Segundo ela, o contrato de casamento, para a sociedade patriarcal, é fundamental para que os homens tenham acesso aos corpos das mulheres. Porém, o casamento, com o passar dos tempos, torna-se apenas uma das formas, dentre as aceitáveis, para os homens terem esse acesso garantido. Segundo ela, a prostituição é parte integrante do capitalismo, por isso, além dos “arranjos privados” (viver junto ou sexo casual), há um enorme e milionário comércio de corpos femininos (PATEMAN, 1988, p. 279).

Essa autora mostra como a prostituição é, a exemplo de outras formas de empreendimentos capitalistas, um empreendimento privado. O contrato entre cliente e prostituta é visto como um acordo particular entre comprador e vendedor. Nessa perspectiva, segundo a autora, a prostituta detém a propriedade em sua pessoa e contrata parte dessa propriedade no mercado. Uma prostituta não vende a si mesma ou mesmo seu órgão sexual como normalmente se admite, mas contrata o uso de serviços sexuais (PATEMAN, 1988, p. 297). Nesses termos, o corpo e o ser da prostituta não são oferecidos no mercado, ou seja, ela pode contratar o uso de seus serviços sem danos para si.

A sujeição sexual das esposas nunca deixou de ser explicada e reiterada pelas tecnologias sociais, mas, até bem recentemente, era difícil encontrar uma defesa da prostituição. Esta era encarada, por exemplo, como um mal necessário que protegia as jovens de família do estupro e protegia o casamento e a família dos desvarios do desejo sexual dos homens, insaciáveis por sua natureza; ou como uma conseqüência lamentável da pobreza e

das restrições sociais enfrentadas pelas mulheres que tinham de se sustentar (PATEMAN, 1988, p. 299).

Na visão da pesquisadora, na estrutura da “instituição” definida como prostituição, para os contratualistas:

[...] as ‘prostitutas’ estão submetidas aos ‘clientes’, exatamente como as ‘esposas’ estão submetidas aos ‘maridos’, na estrutura do casamento. O que há de diferente é que enquanto a esposa se submete a um homem que irá ‘defendê-la’ de todos os outros; a prostituta é defendida por ‘todos’ contra a tirania de um marido (PATEMAN, 1988, p. 286).

Para Pateman, uma questão muito importante e que merece atenção, é o fato de que, depois do século XIX, parecem ficar óbvias as atividades que se enquadram neste rótulo. Todavia, a prostituição, a partir do século XX, faz parte de uma indústria internacional do sexo, segundo a autora. Inclui a difusão de livros, filmes pornográficos, a oferta de clubes de *strip-tease* e a venda de excursões sexuais. Assim, a satisfação de um “simples” desejo sexual não exige que um homem tenha acesso direto ao corpo de uma mulher. Segundo Pateman, as atividades, que podem ser corretamente chamadas de prostituição são “o ato sexual” e as atividades a ele ligadas, tais como “o alívio natural” e o sexo oral (PATEMAN, 1988, p. 293).

O uso dos meios de comunicação e a oferta de produtos ligados ao mundo da prostituição é parte integrante da obra de Marcus Baldini através, principalmente, do blog de Bruna surfistinha que fez com que ela se tornasse a prostituta “mais famosa” do Brasil no ano de 2005 na cidade de São Paulo.

Vimos, através dos “pedaços dessa história”, da historiografia e do cinema que, assim como foi mostrada a ascensão da personagem Bruna Surfistinha, há os momentos de crise, escolhas e perguntas que, por vezes, ficam sem respostas ao longo do caminho. Baldini procurou mostrar esse processo com cenas que faziam referência ao uso das drogas, as ansiedades pessoais, as escolhas de Raquel/Bruna, à falta de dinheiro, à doença, e de uma ascensão à fama que, em alguma medida, não responde aos anseios e às deficiências geradas por relações sociais carregadas de interpretações equivocadas e construções mediadas por um “engodo” sutil, da parte dos personagens que compõem a vitrine do mundo da prostituição, em conjunto com outros mundos que se intitulam mais polidos e “civilmente” mais aceitos, culturalmente, aqui no Brasil

Em suma, fiquemos, por hora, com a silenciosa caminhada de Bruna Surfistinha ou, melhor, de Raquel pelas ruas da cidade, pois quem caminha pensativa é Raquel, uma vez

que Bruna, nessa hora não havia nascido. Ao som pertinente de Radiohead (Fase Pláctic trees), parecemos nos “perder”, com a personagem, na noite da cidade...

“No privê, como em qualquer outro emprego, o segredo é saber se vender... no começo eu não sabia fazer sexo. Eu não sabia ser desejada. Eu nunca tinha imaginado que alguém pagaria pra fazer sexo comigo, mas só na primeira semana eu fiquei com uns trinta “caras”. Isso é mais do que uma boa parte das mulheres treparam a vida toda. Parecia o emprego mais fácil do mundo, mas não era. O bom mesmo é que eu ganhava mais do que o dobro de alguém com carteira assinada, ou aquelas filhinhas de papai, no colégio, que não têm nada além de um diploma na parede”

“... Às vezes, eu tenho saudade da vida de antes... mas, eu acho que sinto mais falta da família que eu queria ter do que da família que eu tinha de verdade... eu tenho orgulho de mim! Eu conheci todo tipo de gente... eu me permiti ser outra pessoa... claro que eu fiz muitas escolhas erradas também... se não fosse desse jeito eu nunca teria aprendido a gostar de mim como eu sou... é por isso que eu to contando essa história... pra não esquecer dela nunca... que foi como garota de programa que eu me conheci de verdade... eu aprendi muita coisa... talvez se eu tivesse ficado na casa de meus pais agente tivesse se entendido... a Bruna nem teria existido só a Raquel, mas só a Bruna poderia chegar a essa conclusão, nunca a Raquel... Eu vou parar de fazer programa... quero casar, ter filhos, todas essas coisas que todo mundo quer, mas antes eu preciso juntar uma grana pra ficar tranqüila... vou trabalhar seis meses, isso dá uns 700/800 programas... Quando eu sair dessa vida eu vou sair como eu entrei sabendo que foi uma escolha que eu fiz... Entra! ”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: redemoinhos que atravessam os monturos da memória*. IN: _____. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007. p. 85-97.

DA MATTA, Roberto, *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1991.

FERRO, Eula Pereira. *Prostituição e romance*. Goiânia: Ed. UCG, 1997.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. *História da sexualidade; o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. v. 2.

FOUCAULT, Michel. *Historia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal. 1985. V. 3. (O cuidado de si).

MARCUS BALDINI: *Bruna Surfistinha*: obra cinematográfica baseada no livro: “O Doce Veneno do Escorpião” de Raquel Pacheco em depoimento a Jorge Tarquini, TVZERO, 2010.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*; tradução Marta Avancini: Paz e Terra, 1993.

RAGO, Luiza Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Luiza Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SCHETTINI, Cristina, “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

HISTÓRIA E MEMÓRIA NA PRODUÇÃO DE BORIS FAUSTO: ENTRE TENSÕES E CONCILIAÇÕES

Fabiane Costa Oliveira¹
fabianecosta@yahoo.com.br

RESUMO: Caberá a este texto traçar uma reflexão em torno da produção intelectual de Boris Fausto, no intuito de discutir a concepção deste historiador quanto à relação entre história e memória. Para tanto, foi selecionada a obra de sua autoria intitulada “A Revolução de 1930: historiografia e história”, publicada pela primeira vez em 1970. Essa reflexão será apresentada a partir do entendimento de que esse historiador integra um campo de produção historiográfica que se renova constantemente por intermédio da proposição de novos problemas, novas abordagens, novos objetos e novas fontes.

PALAVRAS-CHAVE: Boris Fausto; Historiografia; História e Memória.

ABSTRACT: It's up to this text to draw a reflection on the intellectual production of Boris Fausto, in order to discuss the design of this historian regarding the relationship between history and memory. To that end, we selected the work of his own entitled " A Revolução de 1930: historiografia e história", first published in 1970. This reflection will be presented based on the understanding that this historian integrates a field of historical production that renews itself constantly through the proposition of new problems, new approaches, new objects and new sources.

KEYWORDS: Boris Fausto; Historiography; History and Memory.

¹ Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, campus Goiânia, mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca, e doutoranda em História pela Universidade de Brasília (UnB).

Boris Fausto teve sua vida profissional marcada pela conciliação do exercício de duas carreiras: a de advogado e a de historiador. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, desde 1953, exerceu a carreira de advogado até aposentar-se como procurador do Estado na Reitoria da Universidade de São Paulo (USP). Seu encontro com a história só ocorreu em 1962, quando então entrou no curso de História da mesma universidade em que exercia a função de procurador. Não apenas graduou-se (1967), como também defendeu seu doutorado (1969) e sua livre-docência (1975) pela Faculdade de História da USP. Sua inserção no campo historiográfico se deu a partir do tratamento de um tema clássico da história da República brasileira: a revolução de 1930.

Tema de sua tese de doutoramento, a revolução de 1930 foi tratada por Boris Fausto sob as perspectivas histórica e historiográfica. O resultado desse trabalho foi publicado no ano de 1970, pela editora Brasiliense, em São Paulo, com o título “A Revolução de 1930: historiografia e história”. Ao tratar esse tema da história brasileira, Boris Fausto objetivava questionar a tese defendida, principalmente, por Nelson Werneck Sodré: “que a burguesia nacional tinha triunfado em 1930” (FAUSTO, 2007, p. 103). Mas a crítica faustiana não recaía apenas sobre esse autor, mas sim sobre todos aqueles que se identificavam com “a teoria do dualismo das sociedades dependentes latino-americanas” (FAUSTO, 1997, p. 7-8). Boris Fausto considerava esse modelo explicativo inconsistente e, por isso, entendia ser premente a realização de uma revisão histórica da Primeira República. Esta deveria ser capaz de se opor ao modelo dualista que se sustentava na ideia de que:

[...] na formação social do país existiria uma contradição básica entre o setor agrário exportador, representado pelo latifúndio semifeudal associado ao imperialismo, e os interesses voltados para o mercado interno, representado pela “burguesia”. As disputas da Primeira República explicar-se-iam, em última análise, por essa oposição, com as classes médias, identificadas com os movimentos militares, assumindo o papel de vanguarda das reivindicações burguesas. (FAUSTO, 1997, p. 7).

Segundo esse esquema dualista, as oligarquias agrárias assumiriam a condição de forças do atraso, enquanto o setor urbano-industrial concentraria as forças do progresso, que teria nas classes médias e no tenentismo a vanguarda das reivindicações burguesas. Apoiado na crítica ao modelo dualista, Boris Fausto buscou analisar a revolução de 1930 no sentido de desconstruir a validade de duas versões históricas que se encontravam cristalizadas na historiografia brasileira contemporânea à publicação de seu livro. De acordo com o historiador, as versões históricas em questão teriam sido gestadas com base nesse modelo dualista. Daí a necessidade de desconstruí-las. Eram elas: “uma sintetiza[va] o episódio

revolucionário em termos de ascensão ao poder da burguesia industrial; outra o defin[ia] como revolução das classes médias” (FAUSTO, 1997, p. 9).

Não se pode negar o papel fundamental exercido por essas desconstruções analíticas no processo de revisão historiográfica do tema. Ao fazer uma avaliação da importância da obra faustiana em questão, Ângela de Castro Gomes assim se expressou:

[...] é bom remarcar que A Revolução de 1930 se manteve como um clássico, não apenas por seu indiscutível papel pioneiro, mas principalmente pela força e permanência da interpretação que construiu sobre o evento que elegeu como objeto. O livro se debruça sobre a Primeira República, mais particularmente sobre a “crise dos anos 1920”, revisando teses muito compartilhadas que explicavam a revolução como o “resultado final” de um confronto estrutural entre forças políticas do campo e da cidade, ou melhor, entre forças que representavam “o atraso e o progresso”. Nesse sentido, sua contribuição foi determinante. Ele [Boris Fausto] rejeitou essa leitura do processo histórico do país, que deitava raízes no próprio momento do episódio e, com documentação rigorosa, como reza a tradição do ofício do historiador, ofereceu uma interpretação alternativa. Dessa forma, o pioneirismo do tema e seu recorte foram sustentados pela solidez da argumentação teórica e da pesquisa empírica, passando a alicerçar uma nova leitura do episódio revolucionário, que não mais abandonaria a produção de textos sobre o período republicano. (GOMES, 2008, p. 15-16).

Mas, feito a crítica ao modelo dualista e, como desdobramento desta, a desconstrução das versões históricas outrora referidas, o que Boris Fausto concluiu sobre a revolução de 1930? Primeiro, ele concluiu que não havia indícios que confirmassem a existência de vínculos entre a burguesia industrial paulista e a revolução de 1930. No lugar da vinculação, ele afirmou que a burguesia industrial paulista não teria se envolvido diretamente com a revolução nem antes, nem durante e nem depois do episódio da deposição de Washington Luís. Afirma ainda que “havia tensões e disputas entre o setor agroexportador e o setor industrial, mas havia igualmente uma complementaridade básica entre eles, o que permitiu a hegemonia da burguesia cafeeira, durante toda a Primeira República” (GOMES, 2008, p. 30). Uma segunda conclusão importante presente na obra faustiana esteve relacionada à sua defesa de que o episódio de 1930 fora uma revolução, apesar de não se poder admiti-la como sendo uma revolução burguesa – “pois a burguesia industrial não chegara ao poder, nem direta, nem indiretamente” (GOMES, 2008, p. 31). Para ele, embora se tenha mantido algumas linhas de continuidade, sobretudo no que diz respeito à atenção dada ao café, o período pós-1930 inaugurou transformações com desdobramentos importantes a curto, médio e longo prazo.

Quanto à aceitação do movimento militar tenentista, com manifestações ao longo dos anos de 1920, como representante das chamadas classes médias, Boris Fausto assumiu que tal relação não se fazia pertinente. Segundo Ângela de Castro Gomes,

O livro [A Revolução de 1930] sustenta que o tenentismo foi, de fato, o núcleo mais importante de oposição às oligarquias cafeeiras da Primeira República, mas não tanto por possuir um programa que avançasse na crítica jurídico-política ao regime (voto secreto e justiça nas urnas), e sim porque aceitava recorrer às armas/à violência como recurso do jogo de poder. Sendo assim, não se propunha a “organizar o povo” ou as classes médias, não podendo ser entendido como seu representante, em função de razões que se baseavam nas origens sociais/familiares dos militares. (2008, p. 32).

Por último, a análise da documentação consultada levou o historiador a defender que a revolução de 1930 teria sido produto dos confrontos entre as oligarquias regionais, ao mesmo tempo em que teria posto fim à hegemonia política da cafeicultura. Nas palavras de Boris Fausto,

A burguesia cafeeira se constitui ao longo da Primeira República como única classe nacional, no sentido de que só ela reúne condições para articular formas de ajustamento e integrar assim o país, na medida de seus interesses. Em face dela, não emerge nenhuma classe ou fração com semelhante força, capaz de oferecer uma alternativa econômica e política viável. A disputa, no interior das classes dominantes, tem a forma de um embate regional, mitigado pelos próprios limites da contestação. (FAUSTO, 1997, p. 149).

Interessante é apontar que essa mesma defesa foi realizada por Barbosa Lima Sobrinho, em sua obra “A verdade sobre a Revolução de outubro”, publicada em 1933. Ao analisar essa obra, Noé Freire Sandes (2003) afirmou que o jornalista constatou, com certo pessimismo, o caráter regionalista da revolução de 1930. De acordo com esse historiador, para Barbosa Lima Sobrinho:

Ser regionalista implicava carregar os inconfundíveis elementos de continuidade das práticas políticas anteriores. Nessa avaliação, a Revolução desdobrar-se-ia em uma espécie de autofagia política sem que as aspirações liberais e democráticas tivessem lugar [...]. (SANDES, 2003, p. 156).

O ano de publicação da obra em destaque não deixa dúvida quanto à presença física do autor em seu tempo e em seu tema. Essa presença física faz com que essa obra passe a ocupar nas análises empreendidas pelo campo historiográfico o lugar de obra memorialista. Para os que desconfiam da memória, o fato dessa obra ser identificada dentro da tradição memorialista a colocaria em oposição à história. Embora se constate tal perspectiva, não é propósito desse texto traçar uma reflexão teórica em torno da contraposição entre memória e

história, mas, tão somente, provocar o debate no sentido de se pensar nas aproximações interpretativas, elaboradas pela memória e pela história. Esta última entendida como fruto da operação historiográfica. Diante do exposto, é preciso registrar que não se partilha das leituras que afirmam serem as interpretações apresentadas pelos historiadores profissionais mais legítimas do que as avaliações conjunturais empreendidas a partir do exercício de autoconsciência dos sujeitos históricos.

Posto isso, concorda-se com Noé Freire Sandes (2003) e Ângela de Castro Gomes (2008) quando esses chamam a atenção para o fato de Barbosa Lima Sobrinho (1933) promover um estudo do processo revolucionário, ainda que no “calor dos acontecimentos”, apoiado em fontes, consideradas por ele “confiáveis”. Foram elas: jornais, discursos parlamentares, livros, depoimentos dos homens que viveram a revolução. Por pautar-se nessas fontes, o jornalista acreditava assegurar a construção da “verdade sobre a revolução”. Qual seja? Como anteriormente mencionado, a de que ela fora uma expressão puramente regionalista de conflitos oligárquicos.

Nesse sentido, embora fosse um jornalista e não historiador, assim como um espectador do processo tido como revolucionário, Barbosa Lima Sobrinho optou pelo mesmo caminho percorrido por Boris Fausto: o da consulta de fontes históricas para a elaboração interpretativa dos acontecimentos. No caso desse último, ele se restringiu a consulta de fontes impressas: “alguns jornais, Coleção de Leis do Brasil e Anais da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Congresso Nacional e da Assembléia Nacional Constituinte de 1934”, além de recorrer a livros de memórias produzidos e editados no contexto revolucionário, bem como depois dele (GOMES, 2008, p. 33). Apesar de não anunciar em sua obra “A Revolução de 1930” a pretensão de revelar a “verdade sobre a revolução” como fez o contemporâneo do evento de 1930, evidencia-se que Boris Fausto buscou, por intermédio de uma vinculação teórico-metodológica, garantir objetividade e imparcialidade no processo de reconstrução do passado. E foi tomado por essa preocupação teórico-metodológica que ele construiu uma história da revolução de 1930 que acabou por recolocar em pauta a tese anteriormente defendida pelo jornalista, espectador e sujeito histórico, Barbosa Lima Sobrinho. Segundo Ângela de Castro Gomes,

[...] em contexto político e intelectual diverso e por caminho e motivações inteiramente distintas, Boris Fausto, em 1970, realizava uma espécie de movimento de “apropriação” da tese de Barbosa Lima Sobrinho, de 1933. Dizer isso, obviamente, não é dizer que Fausto repete interpretação veiculada desde os anos 1930. Ao contrário, é afirmar que Fausto reelabora uma interpretação, dotando-a de uma força e uma legitimidade que ela não possuía e, nessa mesma operação,

“inventa” uma certa genealogia de trabalhos sobre o evento revolucionário que, a partir de 1970, passa a ter um “passado” e um “futuro” historiográfico. (2008, p. 34).

Todavia, ao recolocar a tese de Barbosa Lima Sobrinho, Boris Fausto a fez sem referenciar o jornalista, a despeito de sua obra figurar entre as muitas citadas na parte destinada à bibliografia. Sustenta-se que isto ocorreu em decorrência do historiador recolocar a tese do caráter regionalista do processo revolucionário não a partir da memória, mas sim por intermédio da crítica documental das chamadas fontes oficiais, que mobilizou em abundância em seu estudo.

Como já mencionado, Boris Fausto dá início a sua incursão pela história, mais precisamente pela história do Brasil republicano, na segunda metade dos anos de 1960. Nesse momento, de acordo com Noé Freire Sandes, ao dedicar-se à pesquisa em torno da revolução de 1930, “Fausto abandonou a tradição memorialística que, apesar de incorporada à bibliografia indicada, não foi problematizada” (2003, p. 154). E entende-se que não poderia ter sido. Afinal, no período de pesquisa, redação e publicação de “A Revolução de 1930”, não se colocava como problema para o campo de produção historiográfica a crítica memorialística, bem como a relação entre história e memória. Ao tratar dessa questão, Ângela de Castro Gomes apresenta a seguinte conclusão:

[...] sob a ótica da escrita da história, algumas observações são interessantes, a começar pelo fato de que o autor [Boris Fausto] não distingue esses dois tipos de narrativas [história e memória], nem em função de seu momento de produção, nem da posição de seu autor no campo político e intelectual. Ele não incorpora essa questão e, de uma forma geral, usa tais textos [os memorialistas] para extrair dados e não para discutir a percepção/interpretação construída pelo autor da narrativa, tanto no próprio contexto dos anos 1930 como posteriormente, quando o trabalho da memória coloca sob novas lentes o relato elaborado. (2008, p. 33).

O debate sobre a relação entre história e memória foi suscitado na produção historiográfica empreendida no Brasil ao mesmo tempo em que a história oral foi conquistando espaço no campo da pesquisa histórica. Nesse sentido, defende-se que a abertura feita pela produção histórica à história oral encaminhou igual abertura nesse campo para a reflexão em torno da memória. Tal processo ocorreu ao longo dos anos 1990. Cabe assinalar que as reflexões em torno da memória, bem como o trabalho com a história oral, muito antes de se fazerem presentes no campo de produção histórica, mobilizaram, no Brasil, antropólogos e profissionais ligados à psicologia social. Como representativa desse grupo pioneiro, cita-se a obra de Ecléa Bosi, intitulada “Memória e sociedade: lembranças dos

velhos”, publicada pela primeira vez em 1979 – um clássico entre os estudos de psicologia da memória.

A conquista de espaço por parte da história oral ocorreu na medida em que os historiadores brasileiros passaram a considerar em suas abordagens as análises oriundas do movimento de aprofundamento das discussões acerca das relações passado e presente na história. Segundo Marieta de Moraes Ferreira,

O aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na história, e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser interpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX. Nesse movimento, foi extremamente significativa a expansão dos debates acerca da memória e de suas relações com a história. Essas discussões estimularam o abandono de uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, e levaram ao reconhecimento de que os atores constroem sua própria identidade. Demonstraram também de forma inequívoca que o passado é construído segundo as necessidades do presente, e que portanto se pode fazer usos políticos do passado. (1998, p. 22).

Os historiadores especialistas em oralidade assinalam a década de 1990 como o *boom* da história oral. Ainda de acordo com Marieta de Moraes Ferreira, até o começo dos anos 1990, “a história oral [no Brasil] não merecia figurar nos currículos dos cursos universitários, implicava pouca reflexão e não constava das programações de seminários e simpósios” (1998, p. 20). O mesmo pode-se estender à reflexão e crítica memorialista. Para explicar as dificuldades próprias à legitimidade da história oral no Brasil, a historiadora em questão aponta algumas ordens de fatores: 1) vigência de um regime ditatorial militar durante mais de duas décadas que acabou por funcionar como um forte elemento de inibição à abertura e consolidação de programas de entrevistas; 2) o domínio do paradigma estruturalista nas décadas anteriores a 1990 que promoveu a desvalorização do uso de relatos pessoais, das histórias de vida e das biografias; 3) a existência de uma desconfiança em relação ao estudo dos períodos recentes, a chamada história do tempo presente, que, por sua vez, lida forçosamente com testemunhas vivas (FERREIRA, 1998, p. 20-21). Nesse sentido, para que o *boom* da história oral se tornasse uma possibilidade, foi preciso ocorrer, de um lado, uma mudança no campo da história a partir do rompimento com o paradigma estruturalista e, de outro, uma transformação da sociedade brasileira no sentido de reforçar sua prática democrática.

Posto isso, importa trazer à discussão uma segunda questão definidora do campo de produção historiográfica, que emergiu durante os anos 1960: a crítica à chamada história do tempo presente. Quanto a este aspecto, não só Boris Fausto, como também todos os

historiadores que se aventuravam a empreender estudos relacionados ao período republicano, enfrentaram necessariamente dois desafios. O primeiro desafio consistiu na superação das críticas em torno das pesquisas circunscritas à chamada história do tempo presente, rompendo, portanto, com uma tradição historiográfica que via com desconfiança a aproximação do tempo do historiador com o tempo de seu tema de pesquisa. Associada a essa superação, foi também necessário que entre os historiadores germinasse um pressuposto metodológico maior. Qual seja? O de que “a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente” (CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p. 15).

Apesar dos fundadores dos *Annales* terem promovido uma revolução documental, que acabou por ampliar a noção de documento para além daquela estabelecida pela *Escola Metódica* nos oitocentos, eles continuaram a defender a necessidade do distanciamento temporal do pesquisador frente ao seu objeto. Por essa razão, na esfera de produção histórica internacional, até a década de 1970, o século XX recebeu dessa tradição historiográfica o estigma de objeto de estudo problemático. Ao analisar essa questão, Marieta de Moraes Ferreira afirmou que:

[...] a história criava limitações para o trabalho com a proximidade temporal, por temer que a objetividade da pesquisa pudesse ser comprometida. Mesmo reconhecendo, como faz Vital Naquet (1993), que todo o trabalho do historiador é engajado, e que mesmo os livros de história antiga estavam marcados por posicionamentos políticos, acreditava-se que o distanciamento do objeto dá mais segurança no sentido de preservar o historiador das paixões políticas atuais. (2000, p. 117-118).

Para o caso específico da produção histórica brasileira, de acordo com Carlos Fico e Ronald Polito, “até 1973, a análise temática das teses de doutoramento da Universidade de São Paulo indicava que o período colonial era o mais abordado, com mais de 40% das pesquisas” (1996, p. 198). Ao período colonial, seguia-se o interesse dos historiadores pelo Império, não sendo matéria preferencial de suas escolhas a pesquisa do período republicano. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes,

É apenas no início dos anos de 1970 que trabalhos sobre a República surgem em maior número, havendo, até então, uma clara dominância de textos sobre a Colônia e o Império. Contudo, a despeito do florescimento dessa produção, trata-se de período sobre o qual ainda pairam desconfianças no interior do próprio campo da História, ainda marcado por uma tradição de “distanciamento cronológico” (e não metodológico) dos fatos estudados. (GOMES, 2008, p. 13).

O estudo sobre a produção historiográfica brasileira, realizado por Carlos Fico e Ronald Polito (1996), indicou que, no período de 1973 a 1979, a porcentagem de dissertações e teses defendidas em torno de temáticas circunscritas ao Brasil colonial caiu para 13%, enquanto que as relacionadas à fase republicana aumentaram para 46%. As pesquisas históricas do período republicano encontraram sua consolidação nos anos de 1980. “Levantamentos do Centro Nacional de Referência Historiográfica mostram que, do total de 835 teses e dissertações defendidas entre 1980 e 1989, 85% referem-se ao Brasil, sendo que, deste universo, quase 60% estudam o período republicano” (FICO; POLITO, 1996, p. 198).

De acordo com esses autores, essa mudança teria sido fruto, em especial, de quatro fatores. O primeiro esteve relacionado ao fato dos historiadores passarem a considerar o passado mais imediato como objeto de abordagem histórica. Relacionado a este fator, indicaram a presença dos *brazilianists* no campo de reflexão histórica, que teriam acabado por atrair as pesquisas para os temas contemporâneos. Um terceiro fator apontado foi o da emergência de um pensamento crítico direcionado às técnicas, às metodologias e às concepções teóricas, que, comumente, faziam parte das propostas de trabalhos do período colonial. Essas foram consideradas pela geração de historiadores da década de 1980 como superadas. Por fim, identificaram como importante fator explicativo da ampliação dos estudos republicanos a adoção por parte dos historiadores da concepção teórica marxista. Para eles, a referida opção teórica “seria mais facilmente aplicável estudando-se o quadro de implantação do capitalismo no Brasil, do surgimento de um incipiente movimento operário, tal como se divisava na Primeira República” (FICO; POLITO, 1996, p. 198).

Evidenciado o primeiro desafio enfrentado pelos historiadores do período republicano nos idos dos anos 1960, cabe agora encaminhar a reflexão em torno do segundo desafio. Este foi o de encontrar interlocutores no campo da história. Isto ocorria não só porque os historiadores buscavam, em demasia, temáticas ligadas ao período colonial e imperial, mas também pelo fato da inexistência de um projeto acadêmico consistente que impulsionasse, no espaço das universidades, a pesquisa histórica. Os cursos de pós-graduação em história, semelhantes à estrutura que hoje conhecemos, só começaram a ser organizados a partir de 1971 (FICO; POLITO, 1996). Deste modo, até o final da década de 1970, as ciências sociais reinaram, quase que absoluta no campo científico, no tratamento de temáticas próprias à república.

Nesse sentido, os historiadores que se aventuravam pela investigação de temáticas republicanas encontravam dois campos de interlocução: o das ciências sociais e o da memória. Quanto a este último, faz-se referência aos trabalhos realizados pelos observadores

do próprio evento que tomam como desafio para análise e que, por isto, de modo geral, como anteriormente anunciado, eram vistos com certa desconfiança pelos historiadores do período. E, assim, na incessante busca de afastar-se do tom memorialístico, os historiadores republicanos aproximavam-se dos cientistas sociais. Boris Fausto não renunciou à dinâmica própria desse processo. Segundo Ângela de Castro Gomes (2008), “A Revolução de 1930” deixou marcas precisas desse diálogo interdisciplinar que pode ser evidenciado no referencial teórico, no vocabulário utilizado, bem como na interlocução com a bibliografia. E, ao traçar uma conclusão sobre a predominância dos estudos de sociólogos, economistas e cientistas políticos, afirmou que:

[...] o debate historiográfico praticamente não envolvia uma produção de historiadores de ofício, certamente por escassez de textos. Ponto a ser ressaltado, não só para evidenciar, mais uma vez, o precário estado da arte dos estudos de história republicana, como para mencionar que Boris Fausto não se lamenta, nem reclama, dessa falta de pares para o debate que empreende. (GOMES, 2008, p. 28).

E nem poderia lamentar ou mesmo reclamar dessa falta. Afinal, a sua inserção no campo de produção histórica deve ser avaliada sob a compreensão das particularidades da produção acadêmica próprias ao tempo em que a mesma ocorreu. Isto quer dizer que ele, como sujeito histórico e pesquisador que almejava ser, sabia da precariedade do estado da arte dos estudos de história republicana. E essa ciência deve ser levada em consideração ao analisar tal inserção e escolha temática, bem como a sua apreciação da importância que as ciências sociais assumiam no período no concernente à produção de conhecimento. Ao ser perguntado em entrevista sobre a importância que a sociologia assumia nos anos de 1960 e 1970, Boris Fausto respondeu: “É, a Sociologia era um charme, não vou dizer que era carreira, nunca foi uma carreira, mas era a menina dos olhos. Se uma pessoa tinha preocupações sociais e políticas, ia fazer Ciências Sociais” (FAUSTO, 2007, p. 102). Talvez por isso tenha escolhido a História. E mais, ao ser questionado sobre o fato de ter proposto em seu doutorado o trabalho com um período ainda pouco investigado pela historiografia, respondeu que de fato havia se arriscado por uma zona árida, entretanto, “com a vantagem de estar num terreno que ninguém tinha plantado” (FAUSTO, 2007, p. 104). Portanto, não só era sabedor de seu pioneirismo, como gostava de ocupar esse lugar no campo historiográfico.

Sabe-se, portanto, que a obra “A Revolução de 1930” foi escrita em momento de predominância das ciências sociais no tratamento de temáticas do período republicano. Assim sendo, Boris Fausto assumiu o desafio de tomar como objeto a revolução de 1930 quando da efervescência do debate sociológico fundado no fenômeno populismo. Este debate pode ser

acompanhado a partir da leitura dos trabalhos desenvolvidos por Francisco Weffort, Octávio Ianni e Leôncio Martins Rodrigues, interessando a este texto as reflexões empreendidas por aquele primeiro. São de responsabilidade desses cientistas sociais os primeiros estudos mais sistemáticos produzidos pela escola paulista do tema do populismo (MAIA, 2002), o qual foi tratado, sobretudo por Francisco Weffort, a partir de uma contraposição às análises empreendidas pela sociologia carioca, representada pelos ibespianos/isebianos. Ao propor uma abordagem sobre o populismo como estilo de governo na política brasileira, esse cientista político assim se pronunciou:

O populismo como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a Revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afinados na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que se apoiar sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra (1945-1964). Foi também uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir a oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário, numa etapa em que pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional. E foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nesses decênios, e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporações das massas ao jogo político. (WEFFORT, 2003, p. 69).

E, ao se referir à revolução de 1930 e seus desdobramentos, afirmou que:

A Revolução de 1930, movimento liderado por homens de classe média e por alguns chefes oligarcas (entre os quais o próprio Getúlio Vargas), abre a crise do sistema oligárquico de poder estabelecido desde os primeiros anos da República (1889) e consagrado na Constituição liberal de 1934. Parece haver sido uma das peculiaridades do processo de transformação política que a insurreição de 1930 desencadeia o fato de que as verdadeiras forças sociais e os motivos reais de seu comportamento não tenham aparecido sempre de maneira clara. Pode-se, contudo, reconhecer algumas de suas dimensões mais relevantes. Merece referência, em primeiro lugar, a decadência dos grupos oligárquicos como fator de poder. (WEFFORT, 2003, p. 71).

Ainda segundo Francisco Weffort,

Os setores industriais terão sido talvez os maiores beneficiários das mudanças políticas que se verificaram depois de 1930. Não obstante, seria ilusório supor que teriam tido um papel importante nos acontecimentos que levaram à crise da oligarquia. O movimento da Aliança Liberal contra o antigo regime foi, antes de tudo, o resultado de uma transação entre alguns grupos urbanos de classe média e alguns setores agrários que mantinham uma posição divergente no interior do sistema oligárquico. A burguesia industrial, como força política individualizada, esteve praticamente ausente do processo revolucionário. As classes médias, por sua

vez, não demonstraram possuir aquela “vocação para o poder” que lhes teria permitido transformar o movimento de 1930 no ponto de partida de um novo regime coerente com suas aspira es liberal-democráticas. (2003, p. 72).

A confronta o desses resultados com os anunciados na obra “A Revolu o de 1930”, de Boris Fausto, não deixa d vida quanto às suas aproxima es. Nesse sentido, ao buscar interlocu o com o campo das ciências sociais, Boris Fausto não ficou alheio aos resultados do debate aqui anunciado. A leitura da obra em questão deixa evidente a escolha de seu autor pelas premissas anunciadas por Francisco Weffort acerca do conceito de *Estado de compromisso*, que   também entendido como um *Estado de massas*. Para esse último,

As condi es em que se processa a revolu o – levada avante por um tácito compromisso entre as classes m dias sem autonomia política e setores tradicionais menos vinculados   exporta o – não conseguem estabelecer solidamente as bases do novo poder. Observamos, com efeito, que nenhuma dessas duas grandes forças possui condi es reais para se constituir nos fundamentos de uma nova estrutura de Estado. Conseguem deslocar a representa o política dos interesses cafeeiros, mas não podem negar o fato de que o café ainda   a base decisiva da economia.

[...]

Com efeito, encontramos uma situa o em que nenhum dos grupos (classe média, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados   exporta o) det m com exclusividade o poder político. Esta circunstância de compromisso [estabelecido entre os setores urbanos e os grupos agrários dominantes] abre a possibilidade de um Estado entendido como um órgão (político) que tende a se afastar dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberana. (WEFFORT, 2003, p. 53).

Sobre este conceito, Ângela de Castro Gomes propõe a seguinte reflexão:

[...] a idéia de compromisso remeteria a duas frentes que estabeleceriam, ao mesmo tempo, seus limites e suas potencialidades. Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder, que passa a se confundir com o Estado como institui o; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. (2002, p. 33).

Boris Fausto apresentou o debate em torno do conceito de *Estado de compromisso* no último capítulo, intitulado “A ‘derrubada’ das oligarquias”. Nele, o historiador conclui com base nas reflexões propostas por Francisco Weffort que:

O Estado de compromisso, expressão do reajuste nas rela es internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado, a uma nova forma de Estado, que se caracteriza pela maior centraliza o, o intervencionismo ampliado e não restrito apenas   área do café, o estabelecimento de certa racionaliza o no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (Código de Minas, Código de  guas).

A maior centraliza o   facilitada pelas altera es institucionais que põem fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias. Intocadas em suas fontes de poder, estas subsistem como força local, embora possa haver a troca

de grupos ligados ao “antigo regime”, por outros situados na oposição. Entretanto, as oligarquias se subordinam agora ao poder central, com a perda do controle direto dos governos dos estados, onde são instalados interventores federais. (FAUSTO, 1997, p. 141-142).

Abordada essa questão conceitual, cabe ainda um questionamento: qual teria sido o enfoque dado pela sociologia carioca sobre o fenômeno populismo que tanto Francisco Weffort, e, por consequência, Boris Fausto, acabou por contrapor? A construção do pensamento carioca foi buscada na revista *Cadernos de Nosso Tempo*, publicada, inicialmente pelo IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e, depois, pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), no decorrer dos anos de 1953 a 1956. A leitura de textos publicados nessa revista permitiu o conhecimento do artigo *Que é o ademarismo?*, escrito no ano de 1954 e apresentado sem a identificação do autor, o que permitiu inferir que o mesmo assumiu autoria institucional.

Nesse ensaio, os ibespianos deixaram transparecer certa inquietação diante do sucesso alcançado pela prática política de Ademar de Barros, fundada no apelo pessoal. Esta inquietação levou esses intelectuais a elegerem a figura do referido político com o propósito de divisarem as causas do fenômeno populista. No artigo em destaque, os ibespianos buscaram explicar esse fenômeno a partir da problematização das razões pelas quais Ademar de Barros teria se tornado um candidato com potencial à sucessão presidencial de 1955, após ser derrotado na disputa pela Prefeitura de São Paulo, nas eleições de 1953. A essa força política em marcha deram o nome de *ademarismo*, avaliada pelos ibespianos como reacionária na medida em que buscava, internamente, o fortalecimento da burguesia mercantil e, externamente, o estreitamento da subordinação econômica e política do Brasil ao imperialismo americano.

Tido pelos ibespianos como um “fenômeno político recente e muito pouco estudado” (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 23), ao ademarismo coube a identificação como expressão brasileira do populismo. O populismo foi por eles definido como uma manifestação política das massas. Dentro da concepção ibespiana, a massa não era uma classe, nem uma aliança ou articulação de classes, muito menos um conjunto de classes. Para eles, as massas eram um fenômeno de objetivação social, no qual seus membros não lograram atingir a consciência e o sentimento de classe. Diante do exposto, fica evidente que as massas assumiram para os ibespianos uma forma negativa. Afinal, a incapacidade de atingirem a consciência e o sentimento de classe tornava-as suscetíveis à manipulação empreendida pela ação política da liderança carismática. Nesse sentido, os ibespianos, sob a

influência de Ortega y Gasset, avaliaram as massas como perigosas por si mesmas. E essa condição atribuída às massas, combinada com o apelo pessoal do político profissional, conferiram ao populismo um princípio inibidor dos mecanismos de superação do subdesenvolvimento.

Concebido como fenômeno político característico das massas, o populismo/ademarismo, de acordo com afirmativas dos integrantes do IBESP, apenas insurgiria, por isso, da conjugação de três condições essenciais. Em primeiro lugar, os ibespianos julgavam imprescindível a ocorrência, em uma dada sociedade, do processo de massificação decorrente da proletarianização dos trabalhadores. Em segundo lugar, viram como obrigatório que a *classe dirigente* (classe detentora do poder político) perdesse sua representatividade, ou seja, sua capacidade de dirigir o processo social de maneira a atender e a satisfazer a um mínimo das necessidades dos diversos estratos da sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a *classe dirigente*, convertida em *classe dominante* (classe detentora do poder econômico), perderia, igualmente, seu poder criador e sua exemplaridade, deixando, assim, de criar os valores e os estilos de vida orientadores da conduta média da sociedade. Satisfeitas essas duas condições mais amplas, os ibespianos apontaram um terceiro elemento para completar o ciclo: o aparecimento de um líder populista. Esse líder estaria carregado de um especial apelo às massas, apto, portanto, a mobilizá-las politicamente de modo a conquistar o poder. Para esses intelectuais, o potencial do apelo exercido por um líder populista sobre as massas era proporcional ao seu apelo carismático.

Em torno dessa análise empreendida pela sociologia carioca, Francisco Weffort contestou, sobretudo, a defesa ibespiana de absoluta manipulação de massas pela política populista. Para ele,

O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, seríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípio dos líderes. (WEFFORT, 2003, p. 70).

E conclui dizendo que:

Em realidade, o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação, e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. Ele foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Representou, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos pelo qual os grupos dominantes exerceram seu domínio, mas foi

também uma das maneiras pelo qual esse domínio encontrava-se potencialmente ameaçado. Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambiguidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder. (WEFFORT, 2003, p. 71).

A revisão do conceito populismo, defendido pela sociologia carioca, foi e é acompanhada da revisitação da história política brasileira. Se, por um lado, entende-se que a obra “A Revolução de 1930” deve ser entendida como parte dessa revisitação, por outro lado, defende-se que a revisão de 1930, empreendida por Boris Fausto, apresentou como premente a retomada investigativa não apenas do debate historiográfico concernente ao período que se seguiu à Revolução, como também ao período anterior a este evento. Por esta razão, o interesse em torno desta obra de Boris Fausto vai para além do registro interdisciplinar. Assenta-se na perspectiva de que a mesma sedimenta no campo da investigação histórica uma versão republicana da história do Brasil construída, inicialmente, pela tradição sociológica paulista, articulada em torno da revisão do conceito ibespiano do populismo.

REFERÊNCIAS

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. Entrevista. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2007. p. 95-117.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *História oral*, São Paulo, n. 1, p. 19-30, jun. 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história*. Teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p. 189-208.

GOMES, Ângela de Castro. História e historiografia de A Revolução de 1930. In: _____ (Org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 13-48.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Que é o ademarismo? *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p.139-149, jan./jun. 1954. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília, DF: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 23-30.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Esquerda e escola paulista de sociologia: um itinerário sociológico do conceito de populismo no Brasil. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, n. 10, p. 60-83, jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, Fabiane Costa. *Hélio Jaguaribe: possibilidades e limites de atuação intelectual na política partidária*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca,SP, 2004.

SANDES, Noé Freire. 1930: entre memória e história. *História Revista*, Goiânia, v. 8, n. 1/2, p. 143-160, jan./dez. 2003.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

A REVITALIZAÇÃO DO PRAGMATISMO AMERICANO NA DÉCADA DE 1970: A VIRADA PRAGMÁTICO-LINGUÍSTICA DE RICHARD RORTY

Flávio Silva de Oliveira¹
flavios-o@hotmail.com

RESUMO: O meu objetivo nesse trabalho é qualificar o momento histórico de revitalização do pragmatismo americano na década de 1970. Richard Rorty é o nome de maior expressão quando se trata de pensarmos as bases sobre as quais essa renovação deveria acontecer, a saber, o holismo linguístico de Quine, Sellars e Davidson. O antifundacionalismo derivado da obra desses três filósofos abriu as portas para uma retomada vigorosa do pragmatismo, agora, no entanto, melhorado com o instrumental linguístico da filosofia pós-analítica. Sem qualquer concessão aos problemas epistemológicos inerentes ao conceito de “experiência” (cerne do pragmatismo clássico), o novo pragmatismo toma a “linguagem” em sua função estruturante. “Experiência” e “linguagem” são, portanto, os conceitos chave dessa história - o que é de especial interesse para a Teoria da História.

PALAVRAS-CHAVE: Pragmatismo; Richard Rorty; Linguagem.

ABSTRACT: My aim in this paper is to qualify the historical moment of revival of the American pragmatism in the 1970s. Richard Rorty is the name of greater expression when the question is to think the basis upon which this revival should happen, namely, Quine’s, Sellars’ and Davidson’s linguistic holism. The antifoundationalism which streams from the work of these three philosophers opened the door for a vigorous resumption of pragmatism, now, however, improved with the elements of the post-analytic philosophy of language. Without any concession to the epistemological problems intrinsic in the concept of “experience” (the hard core of classical pragmatism) the new pragmatism takes “language” in its structuring

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista Capes.

function. “Experience” and “language” are therefore the key concepts of this history – history that interests to the Theory of History.

KEYWORDS: Pragmatism; Richard Rorty; Language.

O período da Segunda Guerra Mundial representou um forte impulso de profissionalização da filosofia americana, em grande parte levado adiante pelo positivismo lógico: emigrantes austríacos e germânicos, fugindo do nazismo, trouxeram para a cena filosófica americana um desígnio de rigor, precisão, pureza e seriedade (WEST, 1989). Projeto que contrapunha-se à cena intelectual americana vigente até então, cujo elenco principal era formado pelos adeptos do pragmatismo. As implicações antiprofissionais do pragmatismo foram, sem dúvida, causa mais que suficiente para esse movimento de fascinação pela lógica e um desejo irrestrito de definição profissional da filosofia em relação às matemáticas e às ciências naturais (RORTY, 1999, p. 120).

A esse fenômeno deve-se acrescentar a falta de coesão interna e a vocação multidisciplinar do pragmatismo. Uma “doutrina” que contém em si tantas ramificações que torna plausível a perspectiva que encara o pragmatismo como desprovido de uma vocação de sistema. Uma infinidade de correntes que, muitas das vezes contraditórias entre si, encerravam suas convicções filosóficas em um viés antidualista e sublinhando o caráter profundamente social do empreendimento da pesquisa filosófica. Tal pluralismo inscreve-se nos distintos posicionamentos de Peirce (que desarrolla propostas sobre lógica, semiótica e epistemologia), James (com um pendor afeito à psicologia e filosofia da religião) e Dewey (desdobrando-se sobre variadas áreas da filosofia e das ciências sociais) (RODRÍGUEZ, 2003). A este panorama podemos acrescentar o nome de F. C. S. Schiller, principal embaixador do pragmatismo na Inglaterra. Schiller defendia uma espécie de relativismo não-cético, sustentando hipóteses de que o conhecimento é, sem exceções, resultado de interesses humanos específicos (WAAL, 2007, p. 82). Não podemos deixar de lado o estardalhaço provocado na Itália pelo movimento *Leonardo* nos primeiros anos do século XX, que, sob a liderança de Giovanni Papini, girava em torno da *Revista Leonardo*.

Concomitante ao processo de difusão do pragmatismo pelo mundo, ocorria sua crescente pluralização. Esta última, condição impeditiva de sua delimitação enquanto sistema ou movimento filosófico unificado. Dificuldade ainda maior quanto a sua especificação como uma filosofia profissional. Aos olhos da academia – olhos sedentos por uma unidade

epistemológica rigorosa orientadora – o pragmatismo parecia ser mesmo “una filosofía para *diletantes*” (RORTY, 1996, p. 94). Um movimento confuso, “ni suficientemente duro para los positivistas ni suficientemente blando para los estetas, ni suficientemente ateo para los descendentes de Tom Paine ni suficientemente trascendental para los descendientes de Emerson” (RORTY, 1996, p. 94). Como consequência disso, o pragmatismo foi colocado de lado pela tradição Frege-Russell da filosofia analítica, e passou a ser visto por essa mesma tradição como anacrônico. “Entre os filósofos contemporâneos, o pragmatismo é usualmente olhado como um movimento filosófico ultrapassado – um movimento que floresceu nos primeiros anos deste século numa atmosfera bastante provinciana, e que agora foi ou refutado ou *aufgehoben*” (RORTY, 1999, p. 17).

Com o ocaso dos grandes mitos da filosofia norte-americana, o interesse pela lógica adquiria um novo impulso desde Peirce. Não tardou para que aqueles filósofos imigrados encontrassem solo fértil nos departamentos de filosofia norte-americanos, lançando as bases do tão desejado novo programa de investigação, agora muito mais sólido, rigoroso, especializado e profissional do que aquele plural e politizado pragmatismo que se esvaecia. Julgando-se herdeiros de uma “inabalável certeza de operar sobre um campo estável no tempo e de contornos disciplinares bem delineados” (BORRADORI, 2003, p. 23), os filósofos imigrados (empregando técnicas rigorosas de argumentação e exposição, antes absorvidos pelo ímpeto de “esclarecimento lógico” do que na difusão de amplas visões de mundo) promoveram dois efeitos concomitantes: provocaram o “fim” da era pública e interdisciplinar da filosofia norte-americana e erigiram o chamado “Muro do Atlântico”: a fratura “analítico” e “continental” (BORRADORI, 2003, p. 21)².

Rudolf Carnap, Hans Reichenbach, Alfred Tarski, Herbert Feigl e Carl Hempel são os nomes de maior impacto desse movimento: “[...] logical positivism seized the imagination of the most talented young philosophers in the country. Pragmatism appeared to them to be vague and muddleheaded” (WEST, 1989, p. 183). O positivismo lógico era uma extensão da tradição empirista vienense³, o chamado “Círculo de Viena”. Desde 1910, Hans Hahn, Phillip Frank e Otto Neurath pretendiam dar uma sólida e rigorosa resposta à

² Borradori, a respeito do “Muro do Atlântico”, diz que a insurgência do movimento analítico por sobre o complexo da filosofia norte-americana causou, por um lado, um isolamento da filosofia com uma possível interação com a reflexão humanística; por outro lado, ocorreu um desvio de parte dos empenhos filosóficos para outras disciplinas: o ingresso da filosofia continental nos departamentos de Letras, principalmente (BORRADORI, 2003, p. 21 – 23).

³ A doutrina positivista-empirista do Círculo de Viena diferencia-se em um aspecto fundamental do empirismo moderno (notadamente John Locke e David Hume), a saber, o método da análise lógica. Orientação lógico-analítica inspirada pelos trabalhos de Bertrand Russell e Ludwig Wittgenstein. A vertente moderna do empirismo, por outro lado, era muito mais de tendência psicologizante.

necessidade de “uma nova fundamentação epistêmica para as ciências naturais” (BASTOS e CANDIOTTO, 2008, p. 49). Necessidade suscitada após desenvolvimentos na matemática, na lógica e da crise do sistema newtoniano, esta última ocasionada pelas teorias da relatividade e da física quântica, com Einstein e Heisenberg.

A doutrina do positivismo lógico era um desdobramento dos novos desenvolvimentos em física teórica e lógica simbólica. Uma de suas suposições básicas era o atomismo sentencial: a correlação de sentenças isoladas com suas possíveis confirmações empíricas. Seu objetivo diretor era a análise e clarificação de significados; e a unificação das ciências proporcionando uma descrição de seu modo de operação básico elucidando o papel fundante da lógica. Assim, a análise lógica das proposições e dos conceitos da ciência empírica dava corpo ao *novo método científico de filosofar*⁴. O maior efeito do positivismo lógico, nesse sentido, foi desviar a atenção para longe da consciência histórica e da reflexão social em direção ao formalismo lógico e abstração matemática (WEST, 1989). Um desvio, portanto, das questões próprias do pragmatismo.

Foi, contudo, operando sobre as bases lógico-linguísticas que o pragmatismo fez-se respeitável novamente no cenário americano. Trata-se do pensamento “pós-analítico”. Uma fase que, conforme Giovanna Borradori, devemos senão a Quine. “É de fato a Quine que se deve a iniciativa da primeira grande etapa do pensamento pós-analítico: uma releitura do positivismo lógico à base de instâncias americanas de matriz pragmatista e behaviorista” (BORRADORI, 2003, p. 27). Quine sem dúvida é o filósofo de maior influência nessa nova fase do pragmatismo, agora, porém, equipado com as ferramentas conceituais da filosofia analítica, sem abandonar o mesmo ânimo antidualista e naturalista de seus antecessores. Ao nome de Quine podemos somar Wilfrid Sellars, Donald Davidson e Richard Rorty.

O pragmatismo clássico

O pragmatismo de William James não toma como certo que teorias científicas formam uma descrição correta da realidade, mas, antes, como ferramentas com as quais podemos manusear determinados fatos em pensamento, são modos de fazer funcionar aspectos do mundo dentro do fluxo de nossa experiência, ou como James mesmo diz: “são modos mentais de *adaptação* à realidade” (JAMES, 1979, p. 69). Assim, se teorias científicas,

⁴ O objetivo primordial da análise lógica é a *redução* dos conceitos e proposições: “[...] redução dos conceitos aos conceitos mais fundamentais e das proposições às proposições mais fundamentais” (BASTOS e CANDIOTTO, 2008, p. 75).

antes de ser um esforço sobre-humano para transcrever a realidade tal como ela é, são ferramentas, então a teoria da verdade como cópia e a noção de correspondência a ela subjacente não são suficientemente dinâmicas para explicar o que seja a verdade para James (STROH, 1968). A verdade deve dar conta da “experiência” em seu sentido empírico radical, isto é, em sua dinamicidade, mutabilidade e funcionalidade. “A verdade não pode mais ser vista como uma reflexão distanciada acerca de um mundo já pronto, mas está agora relacionada à ação” (WAAL, 2007, p. 70).

Conceitos, segundo James, foram criados como ferramentas para lidar, de alguma forma, com problemas concretos que encontramos no fluxo da experiência. James promove um abandono da noção de cópia como o único modo que nossos pensamentos podem concordar com a realidade; ele mantém que a verdade é uma espécie de concordância, mas no sentido de ajuste dentro da realidade, uma concordância que nos dê uma direção correta: “‘concordar’ em um mais amplo sentido com a realidade *só pode significar ser guiado diretamente a ela ou aos seus arredores, ou ser colocado em tal relação de trabalho de modo a poder operá-la ou a alguma coisa que lhe esteja ligada*” (JAMES, 1979, p. 76).

Um ponto de suma importância para a teoria da verdade de James é que quando dizemos que uma ideia, pensamento ou proposição filosófica é verdadeira estamos, em realidade, introduzindo um novo fato no mundo. É nesse sentido que a verdade *acontece*. Uma ideia ou um fato é *verificado*, ou seja, tornamos um fato verdadeiro ao extrair dele consequências práticas e assim relacionando partes da experiência com outras partes em um processo transitório de concordância com a realidade (concordância no sentido de sermos guiados por entre a realidade, ampliarmos cada vez mais nossas capacidades de lidarmos com ela): “as conexões e transições [da experiência] vêm a nós passo a passo, em caráter progressivo, harmonioso, satisfatório. Essa função de direção agradável é o que entendemos por verificação de uma idéia” (JAMES, 1979, p. 73). Tomados em si mesmos, os fatos não são nem verdadeiros nem falsos. É só quando dizemos algo sobre esses fatos é que lhes cabem ser falsos ou verdadeiros. James, dessa forma, vê o ato humano de atribuir veracidade a algum fato como um processo de *adição* àquele mesmo fato: “embora o fato teimoso que permanece seja o de que *há* um fluxo sensível, o que dele é *verdadeiro* parece de princípio a fim ser amplamente matéria de nossa própria criação” (JAMES, 1979, p. 93). Verdade não significa aqui duplicar uma realidade que nos compele a tal, mas adicionar-lhe propriedades. Como James ele mesmo explicou, “a noção de uma realidade convocando-nos para ‘concordar’ com ela, e isso por nenhuma razão, mas simplesmente porque sua reivindicação é ‘incondicional’ ou ‘transcendente’, é uma que de modo algum posso compreender” (JAMES, 1979, p. 84).

Nem tudo é adição subjetiva aos fatos. James pensa a verdade como uma facilitadora de *transições*. Sendo a experiência um contínuo fluxo, a função da verdade é mediar, casar as velhas opiniões com os fatos novos da experiência, de modo sempre a apresentar um quadro estável com o mínimo de rupturas e descontinuidades. A verdade, nesse sentido, é também fluida e, por isso, aberta à novidade. Uma ideia revolucionária violando nossas concepções antigas e assentadas, jamais seria aceita como verdadeira, fechando o espaço para a novidade. Ao contrário disso, para James, “a nova verdade é sempre um intermediário, um amaciador de transições. Casa a velha opinião ao novo fato, quase sempre para apresentar um mínimo de choque, um máximo de continuidade” (JAMES, 1979, p. 23). Assim, preserva-se o acervo mais velho de verdades com um mínimo de alterações, “estendendo-as o bastante para fazê-las admitir a novidade, mas concebendo tudo em caminhos tão familiares quanto o caso permitir ser possível” (JAMES, 1979, p. 23). Experiências novas conduzem a mudanças nas verdades que temos. Cada passo a frente que damos precisamos de um novo equilíbrio no processo de aprendizagem (WAAL, 2007). As verdades estabelecidas não são atemporais, mas transformam-se de acordo com as nossas novas experiências. Ao fim e ao cabo, a teoria pragmatista da verdade de James é uma radical afirmação da historicidade, no sentido que ela nos instiga à mediação constante entre passado e presente vislumbrando possibilidades de futuro. Mesmo que assente num empirismo radicalmente conduzido, a verdade em James não deslinda de sua base humana cortada pela temporalidade.

Com isso James ataca o princípio metafísico intelectualista de uma realidade transcendente que subjaz nossas experiências finitas. Para fazer frente a essas determinações, James promoveu um tipo de “pluralismo pragmático”, a ideia segundo a qual a verdade cresce dentro de todas as experiências finitas, experiências que apoiam-se mutuamente, mas sem se apoiar em nada – transcendente ou eterno. Esse coerentismo incipiente (embora não desenvolvido) em James tem como fundo problemático o indivíduo imerso no fluxo da experiência. Seu objetivo ao opor-se à concepção intelectualista de verdade imutável é opor-se à ideia de realidade fixa enfatizando que o mundo em que vivemos é inacabado em sentido profundo (WAAL, 2007). “O mundo real, ao invés de ser completo ‘eternamente’, como os monistas nos asseguram, pode ser eternamente incompleto, e em todos os tempos sujeito à adição ou capaz de perda” (JAMES, 1979, p. 59). James faz referência aqui ao nosso futuro ainda aberto. A tradição (nosso repertório de verdades mais antigas) é o princípio que nos serve de base para interpretar a realidade e modificá-la. Com isso James nos impele a pensar que, antes que simplesmente representar a realidade, devemos agir nela, devemos transformá-

la. “Para o racionalismo, a realidade já está pronta e completa desde toda a eternidade, enquanto para o pragmatismo está ainda sendo feita, e espera parte de seu aspecto do futuro” (JAMES, 1979, p. 93). Seu pragmatismo estriba-se numa concepção humanista da realidade como algo que deve ser constantemente interpretada, o que significa mediar passado e presente de modo a ampliar nossas possibilidades de futuro. Nesse sentido, “experiência” em James é apenas abertura a novas experiências.

Experiência e verdade, em James, significam “transitividade”, o registro da temporalidade que corta obliquamente o ser humano. James vê a verdade mais como um processo dinâmico com uma duração temporal do que como uma qualidade estática eterna. “James’s reconstruction of truth radically broke from the debilitating assumption that possession of truth places us in harmony with the way the world itself really is” (KOOPMAN, 2009, p. 20). A verdade nomeia nossos poderes. O temperamento filosófico de James, dessa forma, concebe ideias, conceitos e coisas em termos de que eles fazem parte e constituem um processo transicional. Esse processo não pode ser concebido senão em termos de “temporalidade” e “historicidade”, pois tem sempre em foco mediar o passado e o presente abrindo possibilidades de futuro (KOOPMAN, 2009).

O posicionamento pragmático de John Dewey, dando sequência ao de William James, não contém a pretensão de sulcar a filosofia até transmutá-la em um mero e grosseiro utilitarismo. Para ele a função primordial da atividade filosófica encerra-se em explorar as possibilidades da experiência, em especial as da experiência humana social e culturalmente compartilhada.

Ao invés de deter-se em espinhosas refutações por via lógica, Dewey acredita ser a história, isto é, o método genético de crítica cultural o caminho mais eficaz e plausível para consumir nossa confiança nas teorizações filosóficas que se pretendem consagrar sistematicamente ocupadas com o “Ser Absoluto”, a “Natureza Intrínseca da Realidade”, a ideia de “Conhecimento enquanto contemplação da Realidade – a concepção espectadora do conhecimento”. Segundo suas próprias palavras, “êste método genético de nos abeirarmos do problema afigura-se-me ser meio eficaz de minar semelhante tipo de teorização filosófica, do que qualquer tentativa de refutação por via lógica” (DEWEY, 1959, p. 60). Sua preocupação, portanto, ao invés de estar ligada à necessidade de encontrar proposições falaciosas no interior dos sistemas filosóficos passados, era a de captar os fatores históricos que formam “o condicionamento cultural que deu origem e formulou os seus problemas” (DEWEY, 1959, p. 39).

Não somente ponto de partida, mas local para onde o pensamento reflexo deve retornar, a saber, a experiência cotidiana em sociedade. Eis o núcleo do pragmatismo de Dewey, que visa íntima conexão entre conhecer e poder: conhecimento voltado para a administração inteligente dos bens da experiência. Resolução que encontrava-se em germe no método empírico de Francis Bacon, este louvado por Dewey por não se tratar de uma mera acumulação passiva de experiências. Para ambos, trata-se, em primeiro momento, deste acúmulo de material do mundo externo, todavia, segundo semelhante concepção, não devemos nos fixar neste nível, há a eminente necessidade de deitarmos forças intelectuais sobre tais materiais, submetê-los a altos níveis de abstração e racionalização, e lhes retirar informações ocultas, informações que nos libertem de um conservantismo inerte.

A lógica antiga, lamentava Dewey, sancionava falsas ilusões de racionalidade (quando na verdade eram apenas imputações dos cérebros daqueles homens) ao conceber as coisas como meros objetos de contemplação, alterando de tal forma sua natureza que tornava-os experiência completamente diferente. Uma consequência de prática tão passadista – reduzir toda experiência a objeto de contemplação – é a condição de que o conhecimento transmuta-se em algo tão apartado da experiência que a questão de que maneira este conhecimento se relaciona com seus objetos se torna um enigma incompreensível (WAAL, 2007, p. 158). Nesse sentido, na esteira de Francis Bacon, Dewey diz em objeção às atribuições da lógica antiga que a nova lógica estaria incumbida de resguardar a mente contra si mesma, “ensiná-la a submeter-se a paciente e prolongada aprendizagem perante a infinita variedade e particularidade dos fatos e a obedecer, pelo intelecto, à natureza, a fim de dominá-la na prática” (DEWEY, 1959, p. 68 – 69). A nova lógica seria, portanto, o novo instrumento ou “órganon”.

Qualquer hierarquização de tipo ontológica – espiritual (intelectual) em oposição ao material (sensível), ao modo platônico – demonstra-se socialmente irrelevante e carente de aplicação e vinculação à conduta hodierna. Dualismo ontológico que relega a experiência ao âmbito do mutável e do perecedouro em detrimento da glorificação do eterno e imutável. Instituinto dessa maneira dois pólos de ação completamente distanciados: de um lado, a atividade pura, autossuficiente e última; de outro lado, a ação prática, respeitante ao inferior, ao não-ser. Em decorrência dessa divisão sublinham-se dois tipos de conhecimento: a pura certeza demonstrativa distintamente marcada pelo seu alto grau de universalidade e necessidade e a mera opinião, relativa à mudança e só aplicável à “maior parte” dos casos (CARVALHO, 1959, p. 204).

À pergunta deweyana “há uma ‘Razão’ completamente independente da experiência, capaz de ditar princípios à ciência e à conduta?” a tradição filosófica assim responderia: “[...] a experiência nunca se ergue acima do nível do particular, do contingente e do provável. Só um poder que transcenda, na origem e por seu conteúdo, toda e qualquer experiência concebível, poderá alcançar autoridade e direção universal, necessária e certa” (DEWEY, 1959, p. 98 - 99). Universalidade e certeza sendo, portanto, características de uma região que paira acima da experiência, na região do racional e do conceitual (DEWEY, 1959). Assim sendo, rompidas as conexões entre o imutável perene e o perecedouro, ontologicamente rebaixado, torna-se impraticável o aparecimento daquilo que se configuraria como a real problemática da atividade filosófica segundo um espírito deweyano, qual seja, a influência mútua entre o pensamento reflexo e a ação.

Dando sequência ao seu programa de fazer tábula rasa das doutrinas passadas, o filósofo de Vermont desenvolve uma mordaz crítica à filosofia centrada em seu desejo por construir esquemas universalmente válidos acerca do conhecimento. Seu impulso é de fazer notar que a experiência não deve apenas se submeter a este desejo; o debate a propósito de *sensações* atualmente harmoniza-se melhor com questões relativas a *estímulos* e *respostas* imediatas, e não com o temário próprio do “Conhecimento”. Trata-se fundamentalmente de pensar nossa relação com o mundo não em termos de uma “teoria do conhecimento”, senão que nos relacionamos *causalmente* com ele.

Dewey produziu uma atroz crítica ao racionalismo que, indevidamente, descreditou os sentidos, a experiência em sua relatividade, como meios de conhecer. E mais, o autor critica o velho debate entre racionalismo e empirismo, pois, por um lado, nega-se a experiência justamente afirmando sua incapacidade de apreender algo intrínseco e universal; por outro lado, afirma-se a primazia da experiência e menospreza-se a pretensão de conhecimento absoluto. O que Dewey demonstra é o quão vazio é esse debate.

Segundo a perspectiva deweyana, a experiência deve se desligar desses problemas epistemológicos. “Sensações [...] são emocionais e práticas, mais do que cognitivas e intelectuais” (DEWEY, 1959, p. 106). Nesse sentido, sensações não compõem nenhuma espécie de conhecimento, bom ou mau, elevado ou rebaixado, perfeito ou imperfeito; sensações são, antes, “provocações, incitamentos, desejos a um ato de pesquisa que irá *terminar* no conhecimento” (DEWEY, 1959, p. 107).

Notável é o fato de que Dewey não se vale de princípios epistemológicos ao tratar de “experiência”. Experiência nada tem que ver com verdade ou conhecimento. Ela é, com certeza, um estímulo à reflexão e ao ato de conhecer. Com efeito, Dewey retira a etiqueta da

relatividade que postava sobre a experiência. Ela se conecta antes ao processo vital. “Experiência contém em si princípios de conexão e de organização, e tais princípios não são de maneira alguma sem valor, porque, antes do que epistemológicos, sejam vitais e práticos” (DEWEY, 1959, p. 107 - 108). A questão que motiva Dewey é, portanto, mostrar que não faz sentido contrapor ou sustentar uma distinção – por sinal estéril – entre razão e experiência (irrazão). A experiência, quando retirada do campo da epistemologia e alçada ao campo vital, à função de formação de hábitos e crenças, apresenta-se detentora de racionalidade e coerência internas tão quanto o esquematismo kantiano, “porém empíricas e não mitológicas” (DEWEY, 1959, p. 108).

A continuidade entre experiência e natureza em Dewey não implica um abandono da reflexão teórica, mas trata-se de uma exigência de outro nível, isto é, “toma providência, no entanto, para que tais empreendimentos de ordem teórica partam do objeto diretamente experienciado e nele terminem” (DEWEY, 1980, p. 04). A experiência é onde todo o procedimento investigativo inicia e para onde ele retorna e termina. Mais que isso, em Dewey “experiência” significa abertura: “os próprios fenômenos adquiriram uma nova amplitude de significação que não possuíam anteriormente” (DEWEY, 1980, p. 08). Em *Experiência e Natureza* Dewey deixa claro que a experiência nos conduz a novas experiências, sempre ampliando as possibilidades de compreensão dos fenômenos. Dessa maneira, quando Dewey critica o conceito moderno de experiência, sua intenção é possibilitar sua própria concepção transicional de experiência, cuja marca é a abertura, a temporalidade e a historicidade. O pragmatismo de Dewey, para o que nos interessa ressaltar, estava muito mais comprometido com o historicismo do que com um conceito robusto de experiência. Sua perspectiva parece indicar que “experiência” e “percepção” não são dados crus impressos na nossa mente, mas sim formas mediadoras estabelecidas por um processo contínuo de transições: sempre de uma experiência a outra (KOOPMAN, 2009). Essa forma de conceber a experiência converte-se em nossa chave de leitura da obra de Dewey quando o interesse é identificarmos seu comprometimento para com a historicidade, cuja face se nos apresenta na sua concepção de filosofia como uma prática de crítica cultural.

A postura metafilosófica de Dewey é, nesse sentido, um tipo de antiepistemologia. Para ele a filosofia não é nem uma forma de conhecimento nem um meio de adquiri-lo. Antes a filosofia é uma prática social, uma espécie de crítica cultural que foca nos modos pelos quais os seres humanos fazem e superam seus obstáculos e situações problemáticas. A filosofia é um tipo de sabedoria que fornece convicções sobre valores, sobre que escolhas se deve fazer, sobre formas de vida mais ou menos adequadas. Uma sabedoria que envolve a

discriminação de julgamentos e as condições futuras mais desejáveis (WEST, 1989). A obra deweyana pode ser lida como um grande ensaio de história cultural ou história das ideias, antes sobre a cegueira a-histórica da filosofia moderna do que sobre a necessidade de crítica das soluções oferecidas pela filosofia (RORTY, 1999, p. 132). Em *The Need for a Recovery of Philosophy* (1917), Dewey nos deixa bem claro essa postura filosófica, que representa

an attempt to forward the emancipation of philosophy from too intimate and exclusive attachment to traditional problems. It is not in intent a criticism of various solutions that have been offered, but raises a question *as to the genuineness, under the present conditions of science and social life, of the problems* (DEWEY, 1998, p. 47).

Para Dewey, o vigor de tomar seriamente a moderna consciência histórica na reflexão filosófica é, primeiramente e de maior importância, encaminhar um tipo de metafilosofia que objetiva reformar e *reconstruir* a filosofia, tornando-a mais um modo de atividade intelectual. A concepção de filosofia de Dewey seria um tipo ajustada ao presente; um tipo que se ocuparia com os problemas resultantes de mudanças que se processam constantemente na sociedade, na cultura e na comunidade (DEWEY, 1959, p. 18). Tal reconstrução não seria um mero rechaçar dos sistemas ou filosofias do passado, mas destacar o comprometimento de Dewey para com a relatividade histórica conquistada pela consciência histórica moderna. Apesar de o pensamento deweyano ser “a negação da filosofia tradicional, nunca todavia êle pensou que a renegação do passado constituía, por si só, uma filosofia. Se Dewey volta as costas ao passado, é só para edificar um novo mundo, mais racional, mais liberal, mais humano” (CARVALHO, 1959, p. 216).

O Neopragmatismo

A década de 1970 ficou marcada na cena filosófica americana como o momento de revitalização do pragmatismo. A filosofia analítica, enquanto um projeto profissional e rigoroso que busca demonstrar “como a linguagem se relaciona com o mundo”, foi suplantada pelo holismo derivado especialmente de Quine e Davidson. Tal holismo é frontalmente oposto ao pressuposto fundamental da análise linguística: “que as frases verdadeiras se dividem num parte superior e noutra inferior – as frases que correspondem a alguma coisa e aquelas que são ‘verdadeiras’ apenas por cortesia ou convenção” (RORTY, 1999, p. 18). Esse holismo encerra em si uma nova maneira de conceber a linguagem: antes como parte do nosso comportamento do que “como um *tertium quid* entre Sujeito e Objeto, nem como um *medium* no qual tentamos formar representações da realidade” (RORTY, 1999, p. 19). Segundo o

ponto de vista holista, a capacidade distintivamente humana de emitir frases é uma das coisas que nós seres humanos fazemos para lidar com o ambiente a nossa volta. Assim, aquilo que Gustav Bergmann denominou de “*Linguistic Turn*” afastou-se de modo substancial do ideal lógico-positivista inicial, isto é, a “linguagem” “como tornando-nos capazes de fazer perguntas kantianas sem ter que invadir o relevo dos psicologistas falando, com Kant, acerca de ‘experiência’ ou ‘consciência’” (RORTY, 1999, p. 22). Esse motivo kantiano inicial da “virada” foi, graças ao holismo e ao pragmatismo inerentes aos autores citados, transcendido em virtude de “uma atitude naturalista e behaviorista para com a linguagem” (RORTY, 1999, p. 22); conduzindo para uma verdadeira pragmatização da filosofia analítica.

Os esforços mais substanciais para essa revitalização do pragmatismo foram, sem dúvida, os de Rorty, esforços sistematicamente apresentados em *Philosophy and the Mirror Nature* (1979). O movimento de afastamento do modelo das ciências naturais típico da primeira fase da filosofia analítica em direção às formas de análise mais compatíveis com a hermenêutica e a história foi, para James Kloppenberg, uma reorientação do pensamento rumo ao pragmatismo amplamente difundida por Rorty (KLOPPENBERG, 2000), cuja fonte é sua própria origem intelectual. “Rorty’s historicism⁵ has had such explosive force because he attacked the citadel of philosophy from within” (KLOPPENBERG, 2000, p. 27). Ao empregar métodos analíticos para minar as bases da filosofia analítica, Rorty acabou jogando a filosofia contra si mesma. Seu mérito foi usar a história da filosofia como um argumento para demonstrar a descontinuidade dessa mesma história (TARTAGLIA, 2007, p. 09).

Rorty, no entanto, primeiramente estabeleceu suas credenciais como filósofo de nome com artigos discutindo tópicos em filosofia analítica. Foi na década de 1970, já aos 40 anos, que Rorty deu um novo rumo ao seu pensamento, cuja forma é mais difundida e familiar. Como ele mesmo disse: “I have spent 40 years looking for a coherent and convincing way of formulating my worries about what, if anything, philosophy is good for” (RORTY, 1999b, p. 11). Foi já como professor na Universidade de Princeton (palácio da filosofia analítica) que Rorty redescobriu o pragmatismo, principalmente a versão

⁵ O uso de termos como “historicismo” ou mesmo “historicista” causa certo desconforto a alguns historiadores em grande medida devido a polissemia dos termos destacada por Karl Popper. Em *A miséria do historicismo* Popper usa “historicismo” para indicar aquelas teorias da história que dispunham a estabelecer previsões de futuro para os eventos humanos por meio de leis gerais. Por outro lado, o que aqui entendemos por “historicismo” não remete à Escola Histórica Alemã, datada do século XIX: “época do desenvolvimento da ciência histórica, na qual esta se constituiu, como ciência humana compreensiva, sob a forma de uma especificidade acadêmica” (MARTINS, 2002, p. 02). A forma historicista do pensamento rortiano deve ser compreendida em sentido lato, isto é: “the theory that social and cultural phenomena are historically determined and that each period in history has its own values that are not directly applicable to other epochs. In philosophy that implies that philosophical issues find their place, importance, and definition in a specific cultural milieu” (KLOPPENBERG, 2000, p. 53).

naturalizada do historicismo hegeliano de Dewey: “I found myself being led back to Dewey. Dewey now seemed to me a philosopher who had learned all that Hegel had to teach about how to eschew certainty and eternity, while immunizing himself against pantheism by taking Darwin seriously” (RORTY, 1999b, p. 12). Esse novo formato de seu pensamento, Rorty nos apresentou em uma coletânea de artigos intitulada *Consequências do Pragmatismo*, originalmente compilada em 1982.

Os ensaios que compõem essa coletânea começaram a ser publicados no ano de 1972, com *The World Well Lost*. Neste texto, Rorty apresenta um intrincado argumento amarrando em uma única teia as ideias de Quine, Sellars e em particular as de Davidson com a versão naturalista do historicismo de Hegel elaborada por Dewey. Para Rorty, o holismo de Davidson, que mina a possibilidade de comparação entre esquemas conceituais alternativos (o *a priori* conceitual necessário para a constituição da experiência, sendo que *conceitos* diferentes constituem mundos diferentes), mina também a possibilidade de fundamentação de nossas crenças comparando-as com o “mundo em si”: “sem as noções de ‘o dado’ e de ‘o *a priori*’ não pode haver noção de ‘constituição da experiência’. Portanto não pode haver noção de experiências alternativas, ou de mundos alternativos, a serem constituídos pela adoção de novos conceitos *a priori*” (RORTY, 1999, p. 57). Essa noção realista é, para Rorty, “uma obsessão mais do que uma intuição” (RORTY, 1999, p. 66), daí a ideia que perdemos o “mundo em si” kantiano (que sustenta a escrita da filosofia analítica) em favor de um conceito de mundo mais pragmático.

Dessa forma, *The World Well Lost* inaugura o plano rortiano de desconstruir a filosofia analítica com seus próprios argumentos (TARTAGLIA, 2007, p. 13), e prepara a renovação do pragmatismo. Esse texto manifestava já um aspecto determinante do antirrepresentacionalismo de Rorty que nos interessa destacar, qual seja, “acute historical awareness combined with an opportunistic eye on new developments” (MALACHOWSKI, 2002, p. 69). Plano cuja meta é “recapturar a versão ‘naturalizada’ do historicismo hegeliano que Dewey nos deu” (RORTY, 1999, p. 69). É justamente essa aguda consciência histórica que convertemos em chave de leitura da obra de Rorty. Um historicismo cujas raízes estão fincadas no pragmatismo de Dewey. *The World Well Lost* tem como corolário plantar dúvidas sobre a noção realista-idealista de verdade, e deixar um amplo espaço aberto para o pragmatismo ao considerar a verdade como algo emergente antes de práticas sociais do que de nossa capacidade de reter representações de uma realidade independente.

Demonstrando um desconforto intenso com o caráter profundamente a-histórico da filosofia analítica, Rorty passa a definir seu estilo a partir de amplos estudos históricos com

o objetivo de destacar a contingência própria do pensamento filosófico. Em suma, houve uma mudança substancial em sua escrita: de um estilo técnico argumentativo para uma espécie de comentário ou crítica cultural bem humorada (WEST, 1989). *The World Well Lost* inaugura, dessa forma, um estilo que será a marca registrada de Rorty, qual seja, “broad historical studies that paint a clear and lucid picture of what’s at stake philosophically and how it relates to the different currents of thought in the past and present” (WEST, 1989, p. 197). Essa mudança de estilo devemos atribuir, segundo Cornel West, ao momento em que Rorty reencontra a magistral reconstrução histórica da filosofia de Dewey, um encontro que libertou Rorty do jargão acadêmico abrindo espaço para um estilo mais humanista. Tanto na forma como no conteúdo, a versão naturalizada do historicismo hegeliano de Dewey “was broad enough to subsume and coalesce Quine’s holismo, Goodman’s pluralismo, and Sellars’ antifoundationalism in a creative (though tension-ridden) perspective” (WEST, 1989, p. 197).

Após 1972, Dewey passou a compor o núcleo dos escritos de Rorty, como bem podemos notar em *Overcoming the Tradition: Heidegger and Dewey* (1974) e em *Dewey’s Metaphysics* (1975). A promoção de Dewey por Rorty foi motivada principalmente pelo seu ambicioso projeto de revitalizar o pragmatismo no cenário filosófico americano. Projeto cujo clímax foi atingido em 1979, com a publicação de *Philosophy and the Mirror of Nature*; livro bem ao estilo deweyano, isto é, a história que Rorty nos legou em neste livro constitui-se como “the first major effort of analytic philosophers to engage critically in historical reflection and interpretation of themselves and their discipline” (WEST, 1989, p. 199). Rorty, no entanto, optará por um Dewey wittgensteinianamente filtrado.

O Wittgenstein das *Investigações* nos ensinou, segundo Rorty, que a linguagem, antes de ser algo privado, é uma interação social, que pressupõe uma comunidade na qual adquirimos nossos hábitos linguísticos; que o significado não é uma entidade psíquica, mas uma propriedade de nosso comportamento e determinado pelo uso que fazemos das palavras: “não é finalidade das palavras despertar representações” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 18). São os “jogos de linguagem” que jogamos que formam os significados das palavras. Esses jogos constituem “a totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 19). A linguagem torna-se o meio onde vivemos e damos continuidade a nossas práticas sociais: “falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 19). Dessa forma, Wittgenstein desempenhou, de acordo com Rorty, o papel do pragmatista em filosofia da linguagem, contribuindo para “destrancendentalizar, desprofissionalizar, dessublimar a filosofia” (RORTY, 2003, p. 150).

A maior lição que Rorty aprendeu do holismo que deriva de Wittgenstein, passa por Quine e culmina em Davidson, foi recusar o privilégio de um jogo de linguagem, de uma comunidade ou regra moral sobre qualquer outra apenas apelando para critérios filosóficos não contextualizáveis. A tentativa filosófica de procurar critérios neutros e a-históricos é, para Rorty, mais uma variante da tradição metafísica de pensar que o mundo, a sociedade, a linguagem ou o ego possuem propriedades intrínsecas ou uma essência. A procura por esse tipo de critério é apenas a tentativa “to eternalize a certain contemporary language-game, social practice, or self-image” (RORTY, 1979, p. 10). O pragmatismo derivado de Wittgenstein nos permite ver a verdade como propriedade de sentenças, e a linguagem antes feita que descoberta, ou seja, apelar a critérios filosóficos é apenas um recurso retórico que usamos para justificar nossas crenças. “In case of conflict and disagreement, we should either support our prevailing practices, reform them, or put forward realizable alternatives to them, without appealing to ahistorical philosophical discourse as the privileged mode of resolving intellectual disagreements” (WEST, 1989, p. 201).

Como suporte para sua crítica pragmatista da tradição filosófica, Rorty lançou mão do ataque de Quine à distinção analítico/sintético, a distinção entre sentenças que são verdadeiras em virtude de significado e aquelas que são verdadeiras em virtude da experiência. O argumento de Quine sugere que a aparente infalibilidade das sentenças analíticas resulta mais de sua posição em nossa teia de crenças do que de alguma coisa relacionada ao significado de conceitos. O valor pragmático fundamental da crítica de Quine, segundo Rorty, é que ela demonstra que nenhuma crença tem o *status* de ser uma representação privilegiada apenas porque ela é “analítica” ou “conceitualmente verdadeira”. Por contraste, nossas crenças, segundo a crítica quineana, formam uma rede holisticamente estruturada na qual a verdade de qualquer crença particular funda-se na sua relação de coerência com todo o conjunto de crenças (GUIGNON e HILEY, 2003).

Outro esteio para o pragmatismo de Rorty é a crítica de Sellars ao “Mito do Dado”. Sellars colocou em questão a suposição empirista basilar de que nossa capacidade de usar conceitos, dominar uma linguagem e nosso conhecimento do mundo devem estar solidamente fundamentados em experiências sensoriais imediatas, isto é, todo conhecimento deve estar, de um modo ou de outro, baseado em sensações cruas ou sensações pré-conceituais que nos são simplesmente “dadas” no curso de nossa interação com o mundo. Sellars não nega o fato de mantermos relações causais com o mundo – sermos afetados por fortes no estômago, por exemplo; ou respondermos a estímulos de um meio ambiente qualquer –, mas ele nega que esse tipo de sensação desempenhe alguma função de

fundamentação última de nosso conhecimento (GUIGNON e HILEY, 2003). Sellars deriva sua posição radical da ideia de que o conhecimento sempre possui uma estrutura proposicional, e o único modo de uma proposição ser justificada é por meio de inferências de outras proposições.

O nominalismo psicológico de Sellars lançou novas luzes sobre a crítica ao “Mito do Dado”, todavia sua originalidade foi fazê-la sob as bases de uma abordagem holista do conhecimento, em conformidade com a perspectiva de Dewey. “Experiential ideas are not given as atomic units, for Dewey, but are rather taken up from a unified whole, an activity which presupposes interests, projects, and pre-formed conceptual abilities” (TARTAGLIA, 2007, p. 118). Holismo que em Sellars aparece da seguinte forma: “one can have the concept of green only by having a whole battery of concepts of which it is one element” (SELLARS, 1997, p. 44). Holismo que lhe permite um distanciamento do atomismo lógico, cerne da filosofia analítica. “I have arrived at a stage in my argument which is, at least prima facie, out of step with the basic presuppositions of logical atomism” (SELLARS, 1997, p. 44).

Desse modo, a ideia subjacente ao programa lógico-empirista de que devemos distinguir entre o dado e o postulado (entre intuições e conceitos) foi triunfantemente suplantado pelo “nominalismo psicológico” de Sellars, a visão segundo a qual

[...] *all* awareness of *sorts, resemblances, facts*, etc., in short, all awareness of abstract entities – indeed, all awareness of particulars – is a linguistic affair. According to it, not even the awareness of such sorts, resemblances, and facts as pertain to so-called immediate experience is presupposed by the process of acquiring the use of a language (SELLARS, 1997, p. 63).

Dado que as distinções analítico/sintético e conceitos/intuições (o Mito do Dado) formavam os princípios elementares de possibilidade para se escrever a filosofia analítica e mesmo dar continuidade ao projeto de fundamentação epistemológica iniciado no século XVII, a questão sobre se o conhecimento tem fundamentos e a busca por representações privilegiadas tornam-se descartáveis, e na mesma intensidade a própria filosofia, que se julga especial porque lida com um assunto especial.

Para Rorty, o corolário do ataque de Sellars é que “there is no such thing as a justified belief which is nonpropositional, and no such thing as justification which is not a relation between propositions” (RORTY, 1979, p. 183). Como Wittgenstein, Sellars destacou o fato de que antes que possamos ter experiências sensoriais epistemologicamente relevantes devemos já ter uma gama de conceitos, e ter um conceito implica sermos partícipes de uma comunidade linguística na qual a justificação de crenças possa ser realizada. Dessa forma, Rorty vê o ataque de Sellars como uma afirmação da ideia que “justification is a matter of

social practice, and that everything which is not a matter of social practice is no help in understanding the *justification* of human knowledge” (RORTY, 1979, p. 186). O holismo de Quine e Sellars tem, para Rorty, um comprometimento pragmatista com “the thesis that justification is not a matter of a special relation between ideas (or words) and objects, but conversation, of social practice” (RORTY, 1979, p. 170). A premissa fundamental que Rorty quer sustentar com o holismo de Quine e Sellars é que compreendemos o conhecimento quando compreendemos como a justificação acontece por meio de práticas culturais, e assim não necessitamos tomar uma prática em detrimento das outras apenas porque a julgamos capaz de reter representações privilegiadas. Como um pragmatista sério, Rorty não nega o fato inequívoco de o mundo estar lá fora; suas dúvidas são relativas ao fato de se o mundo fala a mesma linguagem que usamos para descrevê-lo. O mundo pode nos servir de causa para sustentarmos determinadas crenças, mas essas crenças são, ao fim e ao cabo, elementos de linguagens humanas, e linguagens humanas são criações distintamente humanas, criações que mudam de acordo com o tempo e o espaço (WEST, 1989).

REFERÊNCIAS

BASTOS, C. L. e CANDIOTO, K. B. B. *Filosofia da ciência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BORRADORI, Giovanna. *A filosofia Americana: conversações*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

CARVALHO, Antônio Pinto de. O Pensamento de Dewey (apêndice). In: DEWEY, John. *Reconstrução em Filosofia*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. 2ª ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1959.

DEWEY, John. *Reconstrução em Filosofia*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. 2ª ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. *Experiência e Natureza*. Trad. Murilo Otávio Rodrigues Paes Lemes. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores) p. 03-52.

_____. The Need for a Recovery of Philosophy. In. *The Essencial Dewey Vol. I: Pragmatism, Education, Democracy*. Edited by: Larry A. Hickman and Thomas M. Alexander. Indianapolis: Indiana University Press, 1998. P. 46-70.

GUIGNON, C. and HILEY, D. R. Introduction: Richard Rorty and Contemporary Philosophy. In: *Richard Rorty*. Edited by Charles Guignon and David R. Hiley. New York, USA: Cambridge University Press, 2003. (Contemporary philosophy in focus). p. 01 – 40.

JAMES, William. *Pragmatismo e outros textos*. Trad. Jorge Caetano da Silva, Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

KLOPPENBERG, James T. Pragmatism: An Old Name for Some New Ways of Thinking? In. *A Pragmatist's Progress? Richard Rorty and American Intellectual History*. Edited by: John Pettegrew. New York: Rowman and Littlefield, 2000. P. 19-60.

KOOPMAN, Colin. *Pragmatism as transition: historicity and hope in James, Dewey, and Rorty*. New York: Columbia University Press, 2009.

MALACHOWSKI, Alan. *Richard Rorty*. New Jersey: Princeton University Press, 2002. (Philosophy Now).

MARTINS, Estevão de Rezende. *Historicismo: tese, legado, fragilidade*. In: *História Revista*, 7 (1/2): 1 – 22, jan./ dez. 2002.

QUINE, W. v. O. Dois Dogmas do Empirismo. In: *Ensaio*. Seleção de Oswald Porchat de Assis Pereira da Silva. Trad. Balthazar Barbosa Filho ... [et al.]. – 2º ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

RODRÍGUEZ, Gabriel Espinosa. *Consequencia del neopragmatismo. El espectro critico de Richard Rorty*. 2003. 327 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Historia y Filosofía de la Ciencia, la Educación y el Lenguaje, Universidad de la Laguna, Laguna. 2003.

RORTY, Richard. *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 1979.

_____. *Objetividad, relativismo y verdad: escritos filosóficos 1*. Barcelona: Paidós, 1996.

_____. *Verdade e progresso*. Trad. Denise R. Sales. Barueri, SP: Manole, 2005.

_____. *Conseqüências do pragmatismo*. Trad. João Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

_____. *Philosophy and Social Hope*. London, England: Penguin Books. 1999b.

SELLARS, Wilfrid. *Empiricism and the Philosophy of Mind*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

STROH, Guy W. *A Filosofia Americana: uma introdução*. Trad. Jamir Martins. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

TARTAGLIA, James. *Rorty and the Mirror of Nature*. London and New York: Routledge, 2007.

WAAL, Cornelis de. *Sobre Pragmatismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

WEST, Cornel. *The American Evasion of Philosophy: a genealogy of pragmatism*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1989.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Trad. Marcos G. Montagnoli. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. – (Coleção pensamento humano).

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

IMAGEM E ESCRITA DO POEMA MARTIM CERERÊ

George Leonardo Seabra Coelho¹
george.coelho@hotmail.com

RESUMO: Nosso intuito será uma breve análise de o *Martim Cererê* de Cassiano Ricardo, não somente sobre a reforma estética e suas posições políticas, mas a respeito de como o texto poético está relacionado com as ilustrações feitas por Di Cavalcanti. Obra marcante do modernismo, pois sintetiza as variedades de caminhos e constrói uma originalidade sem partir da destruição proposta. Considerado um poema épico-lírico onde se retrata o “Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis” e a “fantástica integração das três raças”. Diante disso, consideramos que a obra busca uma confiança no futuro baseado numa sociedade industrial herdeira dos “Gigantes de Botas”.

PALAVRAS-CHAVE: Bandeira; Fronteira; Estado.

ABSTRACT: Our aim is a brief analysis of the Martin Cererê Cassiano Ricardo, not only about aesthetics and reform their political positions, but about how the poetic text is related to the illustrations made by Di Cavalcanti. Remarkable work of modernism, it summarizes the varieties of ways and build an original proposal from the destruction without. Considered a lyric-epic poem where he portrays the "Brazil of the boys, of poets and heroes" and "fantastic integration of the three races." Given this, we consider that the work seeks a confidence in the future based on an industrial society heiress of the "Giants in Boots."

KEYWORDS: Flag; Frontier; State.

¹ Universidade Federal de Goiás, Doutorando.

Nosso intuito será uma análise de o *Martim Cererê* de Cassiano Ricardo, não somente sobre a reforma estética e suas posições políticas, mas a respeito de como o texto poético está relacionado com as ilustrações feitas por Di Cavalcanti. Obra marcante do modernismo que sintetiza as variedades de caminhos e constrói uma originalidade sem partir da destruição, tal poema retrata o “Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis” e a “fantástica integração das três raças”, consideramos como uma obra que busca uma confiança no futuro baseado numa sociedade industrial herdeira dos “Gigantes de Botas”.

Cassiano Ricardo publica seu primeiro livro de poemas, *Dentro da Noite* em 1915, dois anos depois publica *O Evangelho de Pã* (1917) demarcando sua forte tendência para o Parnasiano. Lança uma revista literária intitulada *Panóplia* (1917), título que denuncia os laços que o prendiam ao parnasianismo. Em 1920 Ricardo publica outro livro de poesias *Jardim das Hespérides* e em 1924 vem a público novo livro de poesia, *A Mentirosa de Olhos Verdes*. Monteiro (2003) considera essas obras, como verdadeiros tributos ao Parnasianismo num momento que se inicia uma mudança em relação às artes.

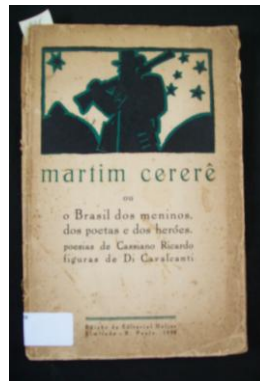
O seu ingresso na redação do *Correio Paulistano* marca o encontro de Cassiano Ricardo com Menotti Del Picchia e Plínio Salgado. Mas, somente em 1925, Cassiano Ricardo dá o primeiro passo no sentido de uma revisão em seu comportamento no ramo da literatura. Em companhia de Francisco Pati e José Lannes, funda a revista *Novíssima*, segundo Corrêa (1976), tal revista foi destinada a defender a causa dos novos e o intercâmbio cultural pan-americano. Monteiro (2003) avalia que com a publicação dessa revista, “cujo nome no superlativo já está... a indicar os novos rumos que pretendia dar ao que já era novo nas artes brasileiras... Cassiano toma um rumo nacionalista” (p.58).

Capelato (1980) avalia que nas duas primeiras décadas do século XX se tornou mais acentuada as tentativas de compreender a sociedade brasileira com mais realismo. Essa posição é um ponto chave no pensamento ricardiano, pois o autor busca expressar as origens do elemento nacional e resgatar a miscigenação como gênese de outra raça. E dessa gênese brasileira dá-se o início da conquista do território através dos “Gigantes de Botas” construtores de uma nova Nação. Em sua fase modernista, passou a ser um polemista em prol das modernas formas de escrita e de uma poesia nacionalista e atuante no campo das decisões políticas (CORRÊA: 1976). Na concepção de Ferreira (1970), Cassiano Ricardo aderiu às sendas abertas por 22, rejeitando princípios ou deles se aproximando, movimento marcado pela tentativa de abandonar as estéticas de periferia e caminhar para o diálogo e “participação” dos intelectuais na vida social e política.

Cassiano Ricardo inicia seus contatos com o grupo “Anta”, que segundo Renard Perez (1979) um grupo nacionalista que combatia os “ismos” literários europeus. O poeta em questão procurou fazer do próprio Brasil o motivo direto e vivo de uma nova experiência artística. No que concerne a obra analisada *Martim Cererê*, pode ser considerada como ligada ao espírito renovador da época, apresentando inovações tanto no campo da literatura, quanto no campo político. Neste livro é visível o destaque que o poeta dá a importância do café para o desenvolvimento industrial e para a supremacia de São Paulo em relação aos outros Estados da federação. Essa supremacia é mitificada, pois este é o local de onde as Bandeiras partiram para a conquista do território nacional.

No que se refere ao Modernismo, Ferreira (1970) lembra que no Brasil a palavra “modernismo” designava um conjunto de correntes de reação ao parnasianismo e ao simbolismo. Esse movimento possibilitou “o surgimento de uma originalidade diferenciada em vários setores da vida cultural, além de uma consciência crítica. O ‘Martim Cererê’, na sua primeira fase, atesta esta procura de um original individuante” (p.14). Corrêa (1976) avalia que as divergências entre vários clãs em que se fragmentou o movimento de 22 eram mais de superfícies do que de profundidade, pois a maioria se identificava pela tese nacionalista.

Wilson Martins (1978) nos lembra que o Modernismo por um lado se caracterizava pela adesão de escritores importantes e a chegada de novos recrutas, e por outro lado, pela sutil modificação dos seus postulados iniciais, como exemplo, o ingresso de Cassiano Ricardo a uma das correntes ligadas ao modernismo. Corrente a qual defendia uma nova tomada de posição no movimento iniciado em 22, pois se ia afastando das suas raízes brasileiras. A partir de 1926, Cassiano Ricardo publica os primeiros livros ligados ao Modernismo, *Borrões de Verde e Amarelo* e *Vamos caçar papagaios*. Na concepção de Corrêa (1976) nesses livros o poeta utiliza uma linguagem voltada ao nacional, quem afirma isso é o próprio poeta, definindo essas obras como sendo voltadas para um “nacionalismo romântico” (RICARDO: 1974). Esses dois livros de feição nacionalista preludiam o lançamento de *Martim Cererê* em 1928 com ilustrações de Di Cavalcante.



Aqui podemos ver o enunciado da obra: “Martim Cererê ou o Brasil dos meninos dos poetas e dos heróis.” A ilustração de Di Cavalcanti já nos mostra o motivo principal do poema, isto é, a mitificação do bandeirante. Mas como um carioca poderia ilustrar a obra de um paulista que busca afirmar a supremacia de São Paulo frente a outros Estados? Para que algumas proposições sobre isso sejam feitas devemos buscar nas relações entre os campos intelectuais, mas infelizmente não poderemos realizar essa empreitada neste momento, no entanto, vamos fazer algumas reflexões.

Segundo Simioni o início da vida profissional de Di Cavalcanti se dá justamente na imprensa e em seu segmento mais mundano: o das revistas ilustradas. Estas surgiram na virada do século e introduziram um novo padrão de leitura e de atitude, valorizando a moda, o consumo e as informações mais ligeiras. A parte gráfica se destacava na apresentação e efetivação dos periódicos, o que garantia trabalho e notoriedade para os artistas gráficos, e como tal Di Cavalcanti inicia em 1914 ao enviar uma caricatura para a revista Fon-fon!. Após publicou desenhos para a revista *Klaxon* em nanquim, isto é, a técnica do *scraperrboard*, na qual uma camada de nanquim é aplicada sobre uma superfície do papel, para que o artista “arranhe” a tinta com uma pena seca, revelando o fundo branco e dando forma a figura.

Segundo Téo (2001) a parte mais fértil de Di Cavalcanti, situa-se entre os anos 20 e 30. A identidade artística encontrada na década de 1920 será preservada ou simplesmente reproduzida ao longo de sua trajetória. Os trabalhos anteriores à década de 1920 revelam a influência direta de Beardsley e do *art nouveau*, estética que predomina em praticamente toda a produção desse período: no trabalho de ilustração para revistas; nas capas de livros; no trabalho artístico, que apesar de apresentar alguns traços expressionistas, ainda encontrava-se circunscrito à sua atividade como ilustrador. Mas o traço *art nouveau* será progressivamente substituído por um desenho mais robusto, com formas inchadas e uma distribuição mais geometrizada das zonas de luz. Na concepção do autor, o feminino se instaura como um dos pontos-chave na obra do pintor, mas não através da imagem da *femme fatale*, ícone da

modernidade urbana e branca, mas sim a mulata, cujo corpo torna-se território de embates entre a herança colonial e o desejo moderno de originalidade.

Di Cavalcanti transformará radicalmente seu estilo através do contato com as vanguardas européias e o distanciamento do Brasil, que os fará enxergar o país com novos olhos. Em 1923 vai para a Europa ficando lá até 25 e em Paris entra em contato com intelectuais franceses e com a vanguarda européia. Em suas obras percebe-se as influências de Picasso, Lhote, Leger e George Grosz. Segundo Téo (2001) após o retorno da Europa a obra de Di Cavalcanti já revela uma intimidade maior com a linguagem cubista, e isso poderemos perceber nas ilustrações em *Martin Cererê*. O caráter levemente geométrico das formas cria um equilíbrio de volumes que costura a linha rítmica da tela, embora a idéia de um ritmo interno, sensorial, seja predominante. O conceito de ritmo plástico emprestado do cubismo e do futurismo italiano é utilizado por Di Cavalcanti de forma sutil. Em suas ilustrações podemos observar uma mistura entre o real e o fantástico, o cotidiano e o extraordinário, traços encontrados nas ilustrações do livro. Segundo os autores utilizados aqui o desenhista revela a sua independência, a sua capacidade de adaptação e de transformação.

O ilustrador sempre circulou entre duas cidades, (SP e RJ) e nelas entre os grupos rivais. Sua participação especial na Semana de Arte Moderna de 1922 segundo Denise Mattar (2006) também pendeu para “a busca pela brasilidade, Di Cavalcanti elegeu como tema... as bordas da cidade, as pessoas comuns, os sub-urbanos, retratados na favela, nos botecos...” (p. 14). Di Cavalcanti, na concepção de Simioni é geralmente associado à pintura modernista como o construtor da imagem da mulata, símbolo de um encontro – assim como Cassiano Ricardo – entre os povos que compõem a nação. O ilustrador busca atualizar as artes plásticas nacionais através de um diálogo com as vanguardas européias, além de sintetizar a especificidade local como iconografia nacional. Um olhar atento à sua atuação artística e profissional dividida entre o RJ e SP, mostra como o Cavalcanti carrega traços das duas vertentes.

Aqui buscaremos realizar uma análise entre o texto e a ilustração, pois é um conjunto que sintetiza as variedades de caminhos: por um lado, incorpora muita tradicionalidade, tanto na escrita quanto nos temas; e por outro constrói uma originalidade sem partir da destruição tão apregoada pelos modernistas. Segundo Ferreira (1970), o *Martin Cererê* pode ser situado num meio termo – conservação – inovação –, fobia – atração –, brasilidade – universalidade, sendo um documento que encerra dicotomizando as duas tendências: tradicional e moderno. A autora considera o poema como uma fusão étnica transposta para o mito que quer mergulhar no passado e retirar dele um lastro de heroísmo dinâmico e uma unidade histórica. Ao buscar no passado elementos que possam dar

continuidade ao processo de formação da Nação, Cassiano Ricardo tem a pretensão de cristalizar na memória determinados símbolos paulistas. Tal narrativa justifica confiança no futuro baseada em uma sociedade industrial herdeira dos “Gigantes de Botas” e agora “Gigantes de Músculos de Aço”. A intenção pretendida foi a tentativa de reelaborar o passado para edificar a diáspora em direção ao futuro, uma fusão no sentido de passagem entre o passado primitivo e o futuro moderno.

Todo o livro é ilustrado, mas em uma divisão onde cada passagem do poema uma cena é retratada no livro, as outras são todas com molduras com motivos indígenas – a Cobra-Grande e o Tamanduá – além de elementos da flora. O poema é uma demanda angustiada do passado, onde revela o ideal das sociedades primitivas e a glorificação de uma raça mista (FERREIRA: 1970). Segue agora uma breve síntese no conjunto do texto.

I

... Uiara, morava na Terra Grande.

Dizem que tinha cabelo verde, olho amarelo.

O mato é verde; pois seus cabelos eram mais verdes. A flor do ipê é amarela; pois seus olhos eram mais amarelos.

II

Então apareceu um homem de outra raça. Era branco... viera cavalgando uma onda azul... e ofereceu-se para casar com ela.

... vá buscar a noite e eu me casarei com você...

III

... não demorou muito, trouxe a noite. Trouxe a noite africana, que veio no navio negreiro... pertenciam a uma terceira raça...

Carvão que chegava, destinado à oficina das raças.

IV

Então a moça bonita casou com o Caraíba branco e pronto!... Nasceram os gigantes de botas.

... Com sangue de índio mágico, de português lírico, de espanhol fabuloso, de africano resmungão e plástico...

V

... E vieram as léguas, enrolando-se nas botas dos gigantes... E vieram os monstros, as jiboiaças da fábula, os tamanduás, as onças com sede de sangue humano; a fauna em peso, multicolor, trancando a porta do sertão mais ínvio do mundo...

Os gigantes haviam calçado as suas botas sete-léguas e levavam no coração duas forças terríveis: a ambição e o maravilhoso.

Arrastavam-nos mato a dentro os mitos resplandecentes: a serra das esmeraldas, a serra de ouro, a serra de prata.

... Vão brancos, pretos e muitos índios, de que os gigantes se servem...

VI

... São os rios humanos de três cores, que percorrem o chão da América...

– Tropa de gente de São Paulo...

VII

... esmagada a cabeçorra azul da última légua, o Brasil ficou sendo o que é hoje.

No rastro da grande marcha brotaram as cidades, os cafezais; fundou-se a nova civilização baseada no amor por todas as raças. (RICARDO: 1983, p-4/6).

Na trama é narrado o processo de industrialização impulsionado pela força do café, além da conquista do interior do país, já que em seu poema, é pelas botas dos bandeirantes que ocorre a expansão da fronteira rumo ao Oeste, lugar onde todas “as léguas que ainda pouco se enrolaram nas botas dos gigantes também estão dormindo” (As pedras verdes – RICARDO: 1983, p-89). Consideramos *Martim Cererê* como uma obra que nasceu em tempos de fortes lutas políticas, de choque e uma passagem entre a mentalidade rural e industrial na busca do tipo ideal de brasileiro. No final do *Martim Cererê* essa pretensão industrializante fica clara

Por fim cresci. Hoje sou gente grande.
Sou comissário de café. Tenho viadutos encantados.
Minha cidade é esse tumulto colorido que ai passa
Levando as fábricas pelas rédeas pretas da fumaça! (Brasil-menino: p.154)

Uma das contribuições do poema é a crítica as ideologias que apontam a falta de desenvolvimento do brasileiro como sendo resultante da mistura de raças. O poeta inverte a equação e elege a miscigenação entre as raças como sendo um ponto positivo para a nação. O tema é organizado dentro de um esquema, onde a mitologia indígena marca o encontro lírico de duas culturas às quais veio se juntar uma terceira, o negro. O poema foi concebido em três planos: da cosmogonia indígena, das façanhas homéricas dos furadores de mato do século XVIII, e da ascensão da civilização industrial no final século XIX.

Ferreira (1970), o poema nasce em uma época de culto ufanista do passado e louvação irrefreada das sociedades primitivas. O ideário do poema não se constituiu num avanço nem elege destruição, ele inova ao exaltar a fusão das “raças” contra a soberania de qualquer uma delas. Com as imagens isso fica afirmado visualmente causando uma impressão em que lê e vê a criação dos “gigantes de botas”. Em outros pontos, segundo Ferreira (1970), o poema permanece apegado a conceitos tradicionais, onde as idéias se integram no contexto da moral burguesa, visto que o casamento da indígena “formosa” com o português, celebrado por Anchieta é selado pelo *Conjugo Vobis*.

Um jesuíta canário,
chamado Anchieta, e também vindo
dentro do Pássaro Marítimo,
celebra o casamento do homem branco
(que viera cavalgando uma onda azul)
Com a mulher mais bonita do mundo
(cabelos verdes, olhos amarelos) (RICARDO: 1974 p-47).



O casamento entre o branco e a índia só se realiza porque o marinheiro cumpriu a tarefa de trazer a noite para a “grande Terra girassol” (Ladainha – RICARDO: 1974, p-33), “onde se desenrola; o desenho animado; do mundo primitivo” (Canto de Guerra – RICARDO: 1974, p-14) e “onde uma permanente madrugada” (Onde estaria a noite? – RICARDO: 1974, p-39) vigia a “terra criança” (Noite na terra – RICARDO: 1974, p-43). É um indício que aponta a infância da terra pelo fato de não estar em sincronismo com o tempo natural, com o tempo do mundo, o tempo do mundo moderno. A terra de Uiara se encontrava em um “não-mundo” fora da realidade, ou melhor, em um mundo místico-mítico. Este argumento pode ser considerado uma metáfora que propõem que não existia passado nem futuro, essa terra estaria em um tempo primitivo. Com a chegada do negro e o casamento entre o marinheiro e a índia, trouxera a noite a “grande terra girassol”: “Deus diz: Faça-se a Noite. E cada vez que os dois se beijavam na manhã clara, faz-se a Noite” (Conjugo Vobis – RICARDO: 1974, p-47). A partir daí a terra de Uiara passa a acompanhar o tempo do mundo, passando assim a se constituir a divisão entre o dia e a noite, o passado, o presente e o futuro. O regresso ao passado e a perspectiva do futuro fica claro no *Martim Cererê* em um dos trechos do diálogo entre o Gigante e Caminá. Vejamos:

Gigante – como vencerei, no futuro?

Cominá – Só no dia em que não houver fábula, nem fronteira, nem ouro (Caminá, O Feiticeiro – RICARDO: 1974, p-77).



O casamento entre o branco e a índia simboliza a união entre as raças que dará início a nova parte do livro. Já que

o marinheiro lhe houvesse trazido a noite a Uiara casou com ele
então...
nasceram os gigantes de botas. Vermelhos, mamelucos, pretos e brancos; de todas
as cores. Que sururucaram no mato...
e que foram fazer uma coisa e fizeram outra (RICARDO: 1974, p-45).

Além do mito criador do povo o poema também é importante, não só pelo fato de se perceber os limites entre a crítica ao tradicional e a louvação do moderno, mas pela “heroização dos dilatadores, a marcha mística-mítica e predestinada para o Oeste” (FERREIRA: 1970, p.49), ou melhor, a “representação poética da dilatação e alargamento da fronteira brasileira” (Idem: p.58). A idealização dos “heróis da nação” é outro dos principais motivos que formam o conjunto épico do poema. Este ponto para o pensamento ricardiano², pois a noção de “dilatação da fronteira” e “conquista do território” será retomada mais a frente, principalmente em seu ensaio *Marcha para Oeste*.

Antes de dar prosseguimento ao estudo sobre o *Martim Cererê* é importante lembrar que o livro foi modificado ou acrescido de novos trechos de edição para edição. Estas alterações de certo modo dificultam o adentramento mais imediato nas unidades poéticas a serem estudadas, mas por outro lado revela uma busca incessante de caminhos e as várias correntes poéticas e disputas político-econômicas pelas quais passou o escritor. Vemos então que seria impossível julgar o poema a partir da leitura de uma de suas edições ou estudar a luz de uma construção “modernista”, pois muitas das reais incorporações poderiam parecer

² A preocupação com a fronteira e a ocupação do interior do país transbordou a obra de pensadores brasileiros da década de 20 e 30, e pode ser apreciado nos projetos de integração territorial desenvolvidos pelos governos de Vargas com a “Marcha para o Oeste”, J. K. com a elaboração do “Plano de Metas” e com os Militares na década de 1970 organizados em torno dos “Planos de Integração Nacional”.

avançadíssimas e inusitadas para o suposto tempo de sua construção inicial. Importante é lembrar que muito do que foi reintroduzido, ou conservado, foi em função da não desfiguração de um poema tão profundamente modificado, e que de qualquer maneira pôde conservar-se fiel a uma orientação inicial.

Observe como Cassiano Ricardo constrói esta relação tendo como uma das principais metáforas a fronteira, pois a fronteira é posta como espaço vazio. Segundo essa construção, o fim da fronteira enquanto possibilidade representa um dos objetivos para que se tenha o sucesso esperado no futuro.

Desde o começo do mundo
a esperança fica a oeste...
No Oeste é que o homem situa
A outra terra, a da alegria
Que não é sua. (A Zanga DÉL-REY – RICARDO:1983, p.97).

Neste poema o “Oeste” e a “Fronteira” se situam como possíveis locais de realização, e mais, ocorre a oposição geográfica entre o interior e o litoral, isto é, a oposição entre o oeste – local de esperança – e o litoral – local responsável pelo atraso. Podemos considerar que Cassiano Ricardo parte do regional para o universal – São Paulo, interior-sertão e Brasil – embrenhando no mundo mágico das lendas, no fabuloso, apropriando-se da teogonia indígena para construir as suas metáforas. Os desdobramentos dessa junção de raças afiguram-se como um dos eixos do livro, onde inicialmente, os bandeirantes são apenas “Gigantes de Botas”. Mas na trama, ao passo que o relato avança são acrescentados de aspectos históricos, de tal modo que a conquista da condição histórica não elimina a condição mítica (SOUSA: 2008).

As três primeiras partes do livro dão atenção ao relato da formação étnica do Brasil e as demais focalizam a colonização chegando a era moderna. E de acordo com esse modelo, Sousa (2008) avalia que a elaboração temporal do poema, ao reportar-se ao passado, é acompanhada por uma diáspora para o futuro. Concordamos com o autor, pois *Martim Cererê* se desenrola num percurso temporal que tem como ponto de partida um período primitivo e ponto de chegada o surto industrial, expressada nesta ilustração. A indústria, a cidade grande e o café como temas principais, ambas sintetizadas na cidade de São Paulo.



Para Sousa (2008), no poema a presença da idade da máquina representa certo perigo, pois evidencia a consciência de problemas que a humanidade primitiva não tinha, dentre os quais o rompimento da relação de comunhão entre o homem e o mundo. Todavia, Cassiano Ricardo relativiza esse impasse construindo uma aventura poética, na qual o mergulho no passado se propõe a legar ao futuro um lastro de heroísmo, onde o recuo temporal pode ser entendido como uma tentativa de assegurar a unidade do homem moderno com o espaço e a tradição. A construção de um passado mítico revela-se extremamente essencial, pois o seu resgate, seja no presente, seja para a projeção para o futuro, desempenha a função de alentador, de horizonte de esperança para a sociedade brasileira.

No que concerne a essa relação entre os tempos, Oliveira (2002) nota que o culto ao passado heróico confere uma visão épica da história e uma idealização da consciência nacional. O percurso heróico, que começa com o “Brasil-menino”, completa-se com um Brasil já adulto – “comissário do café” – consciente de si e de sua origem. No interior da narrativa pode-se considerar que o nó que liga as diversas partes do poema nada mais é do que a “fusão das três raças” e em torno desta idéia central se constrói a introdução em tom narrativo, do relato das Bandeiras e a cidade industrial. Após a narrativa introdutória vai-se chegando à construção da *trama*. A *trama* é o *como* e o *porquê* do encontro entre os personagens – por exemplo, o encontro entre o marinheiro e Uiara e a tarefa de trazer a noite – e neste contexto, vai se preparando a *gesta* que há de vir, isto é, o relato dos caminhos dos desbravadores, chegando aos tempos da *edificação* e da máquina.

O poema apresenta um tipo de construção encadeada, não se pode falar de eixo de substituição dos estratos, mas o que há é o encadeamento dos mesmos (FERREIRA: 1970). O poema é constituído sob uma espécie de sequenciamento interminável de um entrosamento progressivo composto em torno do núcleo da grande metáfora central. É como

que a voz do Oeste lhes falava
ainda tonta de clamor matutino:

só não irão
os que não ouvem a chamada do destino (A esperança mora ao Oeste – RICARDO:
1974, p-99).

Em outro poema a idéia de predestinação é reforçada, vejamos.

Pra onde vão? Não sabemos
É uma voz que nos chama
E é esta voz que dirá nosso fim.
E os Gigantes partindo pro mato (O “sem-fim” – RICARDO: 1983, p-68).

Esse destino por outro lado é sempre lançado para um tempo sempre por vir. E é por isso que

... em toda Caminhada,
De quem se vai pelo sertão,
Seja quando for, ou por onde for,
Ou seja noite, ou madrugada,
Há uma montanha, toda verde,
Sempre mudando de lugar,
Só pra o fazer caminhar (O Gigante N°7 – RICARDO: 1974, p-119).

Segundo Sousa (2008), é importante ressaltar que a carga mitológica presente em *Martim Cererê* está entrelaçada a eventos históricos. Essa associação pode ser esquematizada da seguinte forma: o mitológico incorpora o histórico, transforma-o e oferece-lhe uma reinterpretção para criar uma versão mítico-histórica do vivido. Após o casamento entre o marinheiro e Uiara e o nascimento dos “Gigantes de Botas” o novo povo resolve realizar uma arremetida mato adentro e os aventureiros percebem que

agora o sertão está dormindo...
Todas as léguas que ainda a poucos
se enrolavam nas botas do Gigante também estão dormindo que nem cobras
enrodilhadas
nos anéis das futuras estradas... (As pedras verdes – RICARDO: 1974, p-89).

Vemos aqui como o poeta pretende realizar uma continuidade entre as aventuras históricas das Bandeiras com a abertura de algumas vias de comunicação no século XX. Neste próximo trecho o poeta também busca afirmar essa permanência destacando o papel da ocupação do território e o avanço da urbanização, pois

Que era assim mesmo, cada bandeirante.
Uma brutal tempestade de gente
Que, por onde passava, ia deixando
Seu longo rasto de cidades brancas
Azuis ou tristes, pretas ou douradas (Gigante N° 3 - RICARDO: 1974, p-88).

Seguindo a concepção espacial frente a um espaço objetivo geografizado, podemos concluir que o poema também une o Brasil do Litoral ao do “sertão antropófago”. Nesta relação espaço-temporal, o tempo, segundo Ferreira (1970) também é o objetivo

entrosado num enfoque histórico especial. Quanto à justaposição de dois planos temporais abruptos e de dois planos cronológicos distantes que se interseccionam – passado e futuro – a autora considera que não se pode interpretá-las apenas com um recurso de modernidade, mas como um processo característico épico, isto é, a inversão do mesmo e a antecipação do futuro.

Outro componente que merece atenção no poema é o café, pois reporta principalmente para uma regionalização específica. Nesta perspectiva, as questões das representações poéticas da delimitação e alargamento da fronteira são propostas categoricamente como uma morfologia sintética e visualizante de um processo histórico-geográfico mitificado. O que chama a atenção de Ferreira (1970), assim como o nosso é o tratamento plástico e geográfico que o assunto recebe no poema, e acreditamos ser este um clichê de época, isto é, a alusão ao termo sertão e fronteira como elementos constitutivos da formação na nacionalidade e espaço a ser civilizado. Em um dos poemas o café surge como elemento que conquista o sertão, pois:

Quedê o sertão daqui?
Lavrador derrubou.
Quedê o lavrador?
Está plantado café.
Quedê café?
Moça bebeu.
Mas a moça, onde está?
Está em Paris.
Moça feliz.

Vemos neste poema um argumento evolutivo que define um local que é conquistado, apropriado e inserido na economia, e nas imagens esse mesmo espaço ocupado pela “marcha dos soldados verdes”. Esta produção localizada no sertão de São Paulo é utilizada como recurso para reafirmar a supremacia econômica em relação ao todo da nação, não só em relação ao poder econômico e político, mas ao desenvolvimento industrial, pois pode ver

Café expresso... escrito na porta.
Entro com muita pressa. Meio tonto,
por haver acordado tão cedo...
E pronto! Parece um brinquedo...
cai o café na xícara pra gente
maquinalmente (Café expresso – RICARDO: 1983, p-148).

Aqui a questão da relação entre a produção de café e desenvolvimento técnico é reforçada. Esse ponto surge dentro de uma evolução temporal na estrutura do poema. O poeta procura demonstrar que o mundo moderno centrado na rapidez do dia é a fonte de onde deve jorrar o surto modernizador por todo o país. Essa especificidade autoriza o paulista como

o mais apto a se enquadrar no mundo moderno, com a rapidez da máquina, e de onde deveria emergir as novas decisões para o conjunto da nação. Não “há tempo para pensar em paixões, pois esse moderno herdeiro das bandeiras dos gigantes e do café” agora está

Com pressa. Muita pressa.
Amanhã já desceu do trigésimo andar
Daquele arranhacéu colorido onde mora.
Ouço a vida gritando lá fora!
Duzentos réis, e saio. A rua é um vozerio.
Sobe e desce de gente que vai pras fábricas.
Pralapracá de automóveis. Buzinas. Letreiros... (Café expresso – RICARDO: 1974, p-148)

Saído da infância primitiva, Cassiano Ricardo elege o café como componente desta evolução que culmina com a era da máquina. O que é interessante que toda essa narrativa é que tudo se passa em espaços carregados de temporalidade. Após as Bandeiras históricas que saem do Planalto de Piratininga é a vez das plantações de café que tomam posse desse espaço a ser conquistado para em seguida, São Paulo dar o exemplo através da industrialização. Em “Canção Geográfica” o poeta expõe esta relação, pois o gigante nasceu “junto da Serra e de costas voltadas pro mar” (RICARDO: 1983, p-146) e prefere “varar o sertão que é o... destino singular” ele é “um simples bandeirante nascido de costas pro mar” (Idem, p-147). Eles são:

Heróis geográficos coloridos que irão cruzar o chão da América inculta ainda oculta,
em todos os sentidos.
Gigantes tostado da manhã;
Gigante marcado com o fogo do Dia;
Gigante mais preto que a noite... (A Raça Cósmica – RICARDO: 1974, p-56).

Ao tratar o mito, Ferreira (1970) considera que o poeta procura apresentá-lo como realidade transformando-o em imaginação alegorizada. Nesta concepção não ocorre a explicação dos fatos e sim uma visão deles, o poeta constrói seu mito por uma quantidade de traços que o levam da vida para a lenda, da lenda a poesia, justificando assim um intenso lastro mítico, uma penetração do lendário nos caminhos do poema, transposto em narrativa do passado histórico. Enquanto poema épico, *Martim Cererê* associa os mitos brasileiros e promove a interferência do folclore na elaboração do poema, isto possibilita a condição histórica e o seu entrelaçamento ao mito, ou seja, a pretendida interação de diversos mitos brasileiros e inter-regionais ao passado histórico da nação.

Segundo a autora, o mito para Cassiano Ricardo “funciona como o agente nivelador, quer do homem às diversidades dos tempos, quer às diversidades de si mesmo ou no caso do poema, conseguindo o entrosamento do arcabouço mitológico do colonizador em

adaptação ao mundo do colonizado” (1970: p.77). As metáforas buscam transposição do reino animal e vegetal, e não obedece a imperativos arcaizantes ou inovadores, aja visto que o poema se situa entre o tradicional e o moderno. Neste sentido, os dois planos em que se agrupam depois de caracterizados são: o *plano expressivo* e o *impressivo*.

Ferreira (1970) considera que na epopéia da Bandeira do poema de hoje – isto é 1970 e é a ele que prendemos o nosso estudo – encontra-se *o Cassiano Ricardo, profundo e vertical de suas fases poéticas recentes*. Analisando à luz do que está feito, o poeta se quis aumentando, intensificando e adensando, modificando com novos padrões metafóricos, mas ao mesmo tempo lutou pela conservação dos modelos da década inicial. Havendo na composição do poema dois momentos, um de apropriação, outro de incorporação, Ferreira (1970) distinguiu no primeiro a norma da língua falada em todas a sua extensão nominativa e em sua matiz simplificadora. Quanto ao outro plano, tivemos a utilização da norma escrita. Ferreira (1970) destaca que transferiu-se para o poema uma onomástica de realidade, a experiência do discurso concentrando-se provavelmente numa alternância narrativo-descritiva. Estes dois planos que se delimitaram no poema, refletem o mundo significativo do cosmo nominado e o acervo expressivo da língua falada do pretendido homem brasileiro.

Consideramos que *Martim Cererê* representa uma amostragem retroativa, uma adaptação de estratos posteriores da obra e do pensamento do poeta. Ferreira (1970) destaca dois caminhos: um ascendente no sentido de um corpo poemático vir-se encaminhando a fase posterior da obra, entrosando-se numa elaboração posterior; e outro descendente na medida em que, uma obra já tão conseguida, madura e universal, lança os seus tentáculos em direção a um extrato comprometidamente anterior. As considerações sobre o Modernismo segundo a autora servem apenas de encaixe á fase inicial deste poema-eclético, pois Cassiano Ricardo tentou com o passar do tempo um amalgama regionalizante brasileira na medida em que se podia estabelecer uma linha imaginária e artificial de um pedaço de Brasil para o todo.

Considerando então que o *Martim Cererê* é um poema que busca criar uma gênese da sociedade brasileira geograficamente localizada iniciada com a fusão das três raças na colonização, mais precisamente nas Bandeiras para em fim, surgir os “Gigantes de Botas”. Gigantes que dominaram o “sertão” e que permaneceram vivos na iniciativa e no espírito renovador do paulista, com as plantações de café e agora com as máquinas, os “Gigantes de Músculos de Aço”. Essa avaliação serve para demonstrar como em Cassiano Ricardo, a sua tendência principal no poema era valorizar a sociedade paulista como fundadora da Nação, seus símbolos, principalmente o bandeirante, e justificar simbolicamente os principais interesses paulistas, o café e a indústria.

REFERÊNCIAS


- BRITO, Mário da Silva Brito. Prefácio. In. *Meu caminho até ontem* (poemas escolhidos) Ed. Saraiva: São Paulo, 1995.
- CORRÊA, Nereu. *Cassiano Ricardo, o prosador e o poeta*. 2ª ed. Revisada e aumentada. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1976.
- FERREIRA, Jerusa. *Notícias sobre Martim Cererê de Cassiano Ricardo*. Quatro Artes Editora. São Paulo: 1970.
- MARTINS, Wilson. *O Modernismo* (1916-1945). Editora Cultrix São Paulo 3ª edição. 1969.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira* VOL. VI (1915-1933). São Paulo: Cultrix: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- MONTEIRO, Amilton Maciel. *Cassiano: fragmentos para uma biografia*. São José dos Campos: Univap, 2003.
- OLIVEIRA, Vera Lúcia. *Poesia, Mito e História no Modernismo Brasileiro*. São Paulo, SP; Blumenau, SC: Editora UNESP: Edifurb, 2001.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê* (o Brasil dos meninos dos poetas e dos heróis) 16 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1983.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. *A mitologia bandeirante: construção e sentidos*. HISTÓRIA SOCIAL. Campinas – SP. nº 13 – 2007 p.151-171.
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *A trajetória particular de um modernista na república das letras: o caso de Di Cavalcanti*. XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Grupo de Trabalho: Pensamento Social Brasileiro (n.10), sessão 3ª.
- TÉO, Marcelo. *Di Cavalcanti: entre a crônica e o retrato*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2001.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

CASA-CORPO. UMA ANÁLISE SOBRE O HABITAR

Isabela Menegazzo Santos de Andrade¹
belmenegazzo@hotmail.com

RESUMO  Nesta comunicação pretendemos discutir os aspectos do habitar e as reflexões em torno de uma “história sintomática da casa”, buscando nas relações entre espaço e habitar o fio que conduz à construção de uma narrativa histórica, abordando as questões relativas ao habitar como prática existencial do ser, segundo o conceito de Heidegger e na seqüência, ampliando nosso objeto de estudo pelas noções de espaço defendidas por Bachelard, e com isso fundamentar a idéia de “casa-corpo” como lugar existencial e histórico. Os conceitos de espaço e habitar e as relações que estabelecemos com esses lugares construídos, seja por sua ‘topologia onírica’ ou simbolicamente representados pelos interiores e seus objetos, nos remete a casa como um lugar ligado ao imaginário humano e às topografias urbanas e sociais. A casa e os modos de habitar nos conduz ao que há de mais essencial, o construir-se a si mesmo, por isso se diz auto-poética, fenomenológica.

PALAVRAS-CHAVE: Casa; Habitar; Corpo.

ABSTRACT: In this communication we intend to discuss aspects of the dwelling and reflections on a "symptomatic history of the house," seeking in the relationship between space and inhabit the wire leading to the construction of a historical narrative, addressing issues relating to the dwelling as a practice of existential be, according to the concept of Heidegger and the sequel, expanding our object of study by the notions of space defended by Bachelard, and thus support the idea of "home-body" as existential and historical place. The concepts of

¹ Graduada em Artes Visuais pela UFG e Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

space and inhabit and the relationships we built with these places, either on his 'dream topology' or symbolically represented by the interior and its objects, takes us to the house as a place on the human imagination and the social and urban topographies. The house and modes of living leads to what is most essential, the build up himself, so he says self-poetic, phenomenological.

KEYWORDS: Dwelling; House; Body.

(...) Claro, meu lugar é ali onde está o meu corpo. Mas colocar-se e deslocar-se são atividades primordiais que fazem do lugar algo a ser buscado. Seria assustador não encontrar nenhum. Seríamos nós mesmos devastados. A inquietante estranheza – unheimlichkeit – ligada ao sentimento de não estar em seu lugar mesmo em sua própria casa nos assombra, e isso seria o reinado do vazio.(...) é sempre possível e frequentemente urgente, deslocar-se, com o risco de ser esse passageiro, esse caminheiro, esse passeador, esse errante que a cultura contemporânea estilhaça e põe em movimento e ao mesmo tempo paralisa. (RICOEUR,2007, p. 158)

Falar sobre o habitar é algo que reconhecemos, numa espécie de espelhamento, como ato primordial de nossa existência. O ato de habitar nos revela modos de linguagem, que a partir de uma reconstrução do mundo e de si mesmo traz para o objeto da pesquisa uma discussão epistemológica, cultural e social, portanto, a narrativa histórica sobre o habitar nos remete às nossas próprias vivências e cotidianidade.

Fruto de um projeto de pesquisa em mestrado esta comunicação se propõe a discutir as relações pertinentes à história e à memória, dentro do campo de uma história das sensibilidades para abordar os modos do habitar, partindo da idéia de casa-corpo, ou seja, casa performática e lugar de reinvenção e subjetivação. Esses conceitos delimitam que o espaço físico da casa, ao ser reconstruído por seus moradores nos serve como pista para discutir os aspectos simbólicos da memória e do habitar no âmbito da pesquisa histórica.

Assim, a “casa subjetiva” abre campo para pensar o espaço e o significado do habitar, sobre uma condição perceptiva e uma forma de sentir, estabelecendo assim relações entre performances, ou melhor, um habitar sem territórios onde o espaço passa a ser construído também pelos movimentos do corpo suas formas de sentir e narrar as mudanças do tempo.

Este trabalho quer ainda discutir as noções de casa como lugar de habitação e para isso entender o habitar como um ato existencial do homem e histórico no que se refere às mudanças ocorridas neste espaço. A casa, em seu sentido mais geral, é lugar de abrigo e proteção, porém, quando se atribui afetos, percepções, este espaço, que antes era apenas um lugar de abrigo passa a ser representado e vivido de uma outra maneira, um lar é um lugar de troca e sobretudo, de criação e interpretação do mundo.

Esse modo de ler o espaço aprofunda o olhar nas lacunas, nas contradições, nos silêncios da materialidade do espaço, é a “mensagem codificada” que afasta de uma leitura literal para uma leitura sintomal onde segredos, intimidades, desejos e traumas aparecem também espacializados na casa. A teoria psicanalítica de Freud e Lacan² nos ajudará a compor esse narrativa que abordará, dentre outros aspectos, a leitura sintomal desses espaços.

Desse modo, podemos pensar a casa como um corpo-lugar específico, suporte para a constituição da subjetividade do homem. Casa como linguagem, linguagens do inconsciente, casa como conceito operador na cultura (sec. XIX, cultura burguesa, tradição e família), aparecem nesse corpo social, onde os espaços são organizados em torno de ideologias e modos de vida, nos quais seus moradores incorporam o espaço doméstico na uma tentativa de espacialização da memória e dos afetos.

Essa dimensão psíquica presente na subjetividade do homem, nos fornece as pistas para investigar a memória deste espaço vivido e neste artigo em particular, pretendemos mostrar que o habitar se faz principalmente pela capacidade de criação do homem, um construir-se, no sentido de uma auto-poieses,³ simplificando o conceito, seria a capacidade que o homem possui de criar a si próprio. Com esse intuito, o embasamento teórico tem como foco a pesquisa nas noções do habitar de Martin Heidegger⁴ e as considerações relativas ao espaço de Gaston Bachelard⁵.

A visão de Heidegger é pertinente neste trabalho pois o autor afirma que o homem e o mundo são co-habitantes de um mesmo espaço e embasa toda uma teoria a respeito do habitar. Para ele, o homem é um ser arremessado num mundo que ele não escolheu e é aí, como a abertura ao que deste mundo lhe vem ao encontro, ou seja, ele existe no sentido preciso de ser fora de si mesmo, de ser o seu fora.

² Ver referencias bibliográficas

³ *Poiesis* é um termo grego que significa produção. Autopoiese quer dizer autoprodução. A palavra surgiu pela primeira vez na literatura internacional em 1974, num artigo publicado por Varela, Maturana e Uribe, para definir os seres vivos como sistemas que produzem continuamente a si mesmos. Esses sistemas são autopoieticos por definição, porque recompõem continuamente os seus componentes desgastados. Pode-se concluir, portanto, que um sistema autopoietico é ao mesmo tempo produtor e produto

⁴ Ver referencias bibliográficas

⁵ Ver referencias bibliográficas

Contudo, é somente a partir de um primordial sentir-se em casa que se criam as condições para as experiências de encontro de alteridades e para os conseqüentes acontecimentos desalojadores. Para o autor, “*o cosmos e a ordem social confundem-se e em ambos as posições de cada um estão perfeitamente definidas, deixando um reduzido espaço para a individualização única e singular.*” As atividades cotidianas estão perfeitamente entrelaçadas e integradas a um sistema de compreensão e ação, no centro dessa ordem estão os espaços onde a realidade se mostra verdadeiramente e em torno dos quais se estende a trama do sentido.

Sendo assim, para pensar uma história sintomática da casa é preciso primeiro considerar os aspectos do habitar. Para Heidegger, o homem “habita poeticamente”, ou seja, o construir e o criar são em si mesmos ações do habitar; construir como um cultivar, um criar. Heidegger afirma:

“Nós nos encontramos assim em frente a uma dupla exigência: primeiro pensar o que nós chamamos de existência do homem a partir da habitação, depois, pensar o ser da poesia como um “fazer habitar”, como um construir, talvez como o construir por excelência. Se nós formos em direção à essência da poesia, nós chegaremos à essência da habitação.” (Heidegger. 1958, p. 225)

Nesse sentido, pensar o habitar a partir da casa seria intuir em que medida uma construção simbólica do espaço também é construção e espelho psíquico de seus moradores e de que maneira o habitar se torna uma experiência sensível. Em casa, o corpo que habita produz movimentos e sensações que são dadas não apenas pelos objetos ou pelos espaços mas sobretudo pelas relações afectuais com estes lugares, num processo construtivo e em constante transformação. Não se pode mais definir o que é dentro e o que é fora nas relações entre o público e o privado quando se pensa em espaço. Quando se trata de pensar a relação que o ambiente doméstico realiza com outros lugares, abertos, exteriores à casa, percebemos que esta não é mais apenas refúgio e abrigo, mas também espelho (pelas telas de tv e dos computadores), pelos rádios e por tudo o que traz para dentro o que é naturalmente de fora. Esses espaços penetráveis, híbridos são por si só inacabados pois, na tentativa de habitar o mundo acabamos por nos deixar habitar por ele, entendendo que as transformações entre homem e mundo são feitas simultaneamente e em constante processo de construção e renovação.

Sendo assim, a essência do habitar para Heidegger seria a simplicidade de se encontrar em conjunção com a natureza, em constante estado criativo e poético, e que é

preciso reaprender a habitar. Para Heidegger, em sua teoria existencialista⁶, o habitar se faz na co-existência entre homem e mundo e sendo assim, um não existe sem o outro, habitamos o mundo como a nossa própria casa e nossa casa como um pedaço do mundo, recolhido em quatro paredes. A filosofia fenomenológica do habitar de Bachelard diverge do existencialismo de Heidegger. Este defende que a casa, e não o "ser lançado no mundo hostil", constitui a "experiência primitiva do homem". Isto significa que a ameaça e a hostilidade do mundo externo são algo derivado e posterior: "*A vida começa bem, começa fechada, protegida, agasalhada no regaço da casa.*(...)"

“A casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nessa integração, o princípio de ligação é o devaneio. (...) Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e é alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser "jogado no mundo" (...), o homem é colocado no berço da casa”. (Gaston Bachelard).

Partindo da temática da casa e seus desdobramentos, Bachelard em sua obra “A poética do Espaço” afirma que o homem habita a sua casa antes de habitar o mundo: "*Todo o espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa*". Para o autor, habitar não significa estar abandonado em qualquer lugar de um mundo hostil; mas significa estar abrigado graças ao "*amparo da casa*". Diferente do existencialismo de Heidegger, Bachelard é um poeta e filósofo que busca na ciência e na poesia sua epistemologia. A obra bachelardiana encontra-se no contexto da revolução científica no início do século XX, sugerindo então a relatividade do objeto científico. A "ruptura epistemológica" entre a ciência contemporânea e o senso comum é uma das marcas da teoria bachelardiana. Para Bachelard o homem pode identificar-se com o espaço e, neste caso, ser o espaço onde está, ele cita o verso de Noël Arnaud: "*Sou o espaço onde estou*".

Assim, podemos alargar o conceito de habitar ao modo de ser do homem no espaço e afirmar que o homem mora no espaço, tal como habita na casa. Ora, o habitar na casa só pode dar amparo quando o homem morar de modo mais dilatado no espaço. O que seria então, esse modo dilatado de habitar, esse morar que abriga e acolhe? Para Bachelard

⁶ Heidegger considerava o seu método fenomenológico e hermenêutico, mas sua teoria influenciou todo o existencialismo da escola de filósofos dos séculos XIX e XX. Apesar de possuir profundas diferenças em termos de doutrinas partilhavam a crença que o pensamento filosófico começa com o sujeito humano, não meramente o sujeito pensante, mas as suas ações, sentimentos e a vivência de um ser humano individual. No existencialismo, o ponto de partida do indivíduo é caracterizado pelo que se tem designado por "atitude existencial", ou uma sensação de desorientação e confusão face a um mundo aparentemente sem sentido e absurdo.[5] Muitos existencialistas também viam as filosofias académicas e sistematizadas, no estilo e conteúdo, como sendo muito abstratas e longínquas das experiências humanas concretas.

somos parte integrante do espaço sendo a essência do homem totalmente determinada pelo o habitar. O autor destacou fundamentalmente a função de proteção da casa e viu os "espaços felizes" como "espaços de posse": espaços imaginados, construídos, edificados e possuídos pelo homem e defendidos contra as "forças adversas" da natureza e da economia capitalista que reduz a casa à sua mera funcionalidade e à "satisfação do instinto de proprietário", negando-lhe a sua dimensão onírica impulsionada pelos "sonhos que querem enraizar-se".

A geografia e a etnografia descrevem os mais diversos tipos de habitação, enquanto a fenomenologia procura revelar a "função original do habitar" e compreender o germe da "felicidade central, segura, imediata": *"Encontrar a concha inicial em toda a moradia, no próprio castelo, eis a tarefa básica do fenomenólogo"*: *"A imagem poética (da casa) está sob o signo de um novo ser"* e *"esse novo ser é o homem feliz"*. A fenomenologia da casa é, pois, uma "topofilia", que visa determinar o "valor humano" dos "espaços amados".

A explicitação da essência total da casa para Bachelard passa pela a idéia desenvolvimento horizontal e de um desenvolvimento vertical. Isto significa que as moradas devem prolongar-se para a altura e a profundidade, ou seja, devem ter um sótão e um porão: *"A verticalidade (da casa) é proporcionada pela polaridade do porão e do sótão"*. Como arquiteto da casa onírica, Bachelard segue afirmando que no seu porão está a caverna e no seu sótão está o ninho. O porão é a sua raiz e representa o inconsciente, enquanto o seu telhado é o ninho e representa as funções conscientes: *"A casa oniricamente completa é um dos esquemas verticais da psicologia humana"*, ou seja, a casa funcionaria como um arquétipo sintético do ser.

A vida moderna de certo modo nos afasta dessas imagens oníricas da casa com sótão e porão e a sua "topologia onírica", aceitando a casa como um lugar de tranquilidade, embora de uma "tranquilidade abstrata", e esquecendo o aspecto fundamental: o "aspecto cósmico". SegundoAs casas de Paris já não são autênticas casas: *"Em Paris, não existem casas. Os habitantes da grande cidade vivem em caixas sobrepostas"*. Na cidade, *"a casa não tem raízes"* e *"os arranha-céus não têm porão"*. As casas da grande cidade perderam os valores íntimos da verticalidade e a cosmicidade que permitia compreender a "situação da casa no mundo": as casas já não estão na natureza, não conhecem os "dramas do universo", as suas relações com o espaço tornaram-se "artificiais". Como diz Bachelard: *"Viver num andar é viver bloqueado. Uma casa sem sótão é uma casa onde se sublima mal; uma casa sem porão é uma morada sem arquétipos"*. Os seus habitantes são seres desenraizados e apátridas, sem história, sem memória, sem imaginação. Perderam a verticalidade humana e a compreensão da sua situação no mundo: são seres alheados do mundo. Se for *"impossível*

escrever a história do inconsciente humano sem escrever uma história da casa", então a casa da grande cidade perdeu a riqueza dos arquétipos do seu inconsciente e os seus habitantes tornaram-se seres mutilados e seres exilados na terra, portanto, apátridas.

Porém, as casas autênticas, na estrutura vertical das suas funções como moradas, são mais do que aquilo que está contido nas ideias espaciais geométricas. Assim, Bachelard estabelece uma distinção forte entre a casa como espaço vivido concreto e o conceito de espaço matemático abstrato: *"A casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico"*. Esta transcendência torna-se evidente na rivalidade dinâmica entre a casa e o universo, na espessura da qual *"a casa remodela o homem"*, adquirindo qualidades e valores humanos. O ser abrigado vive a casa na sua realidade e na sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos diurnos. A casa não é vivida na sua positividade e no momento presente em que reconhecemos os seus benefícios. A casa tem um passado que vem viver, pelo sonho, numa nova casa: *"A casa não vive somente no dia-a-dia, no curso de uma história, na narrativa da nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas da nossa vida interpenetram-se e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, retornam as lembranças das antigas moradas, transportamo-nos ao país da infância imóvel, imóvel como imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos ao reviver lembranças de proteção"*.

Na nossa sociedade urbana tardia, o homem distancia-se velozmente do abrigo da sua casa: *"Por que nos saciámos tão depressa da felicidade de habitar a morada?"*, eis a questão colocada por Bachelard. Poderíamos procurar uma resposta na dialética da casa e do universo ou mesmo na dialética do exterior e do interior: o homem "escolhe" um aspecto em detrimento do outro, quando ambos os aspectos são realmente complementares.

A casa perfeita sonhada não pode ser alcançada em nenhuma morada real: *"Na minha casa real, sinto exaurida a minha liberdade de habitar: há sempre que deixar aberta a possibilidade de que exista outro lugar"*. Isto aponta para a conexão da casa e da distância, aquela nostalgia última que arrasta o homem sonhador para a distância. *"Alojado em todas as partes, mas em nenhuma parte encerrado"*, eis como Bachelard formulou o "lema do sonhador do habitar". Isto significa que o homem só pode alcançar a sua última pátria com as criações da fantasia, desencadeada pela nostalgia e pelo sonhar *"com aquilo que (na casa natal) deveria ter sido, com o que teria estabilizado para sempre os nossos devaneios íntimos"*.

Assim podemos perceber o quanto a casa aparece profundamente ligada ao imaginário humano e às topografias urbanas e sociais. A casa aparece como abrigo, ela

protege, ela educa, nos conduz ao que há de mais essencial, o construir-se a si mesmo, por isso se diz auto-poética, fenomenológica.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. “*A poética do espaço*”. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

BERGSON, Henri. “*Matéria e Memória*”. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

BRUNETTE, Peter; WILLS, David. *Deconstruction and the visual-arts art media, architecture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BRUNO, Giuliana. *Atlas of Emotion. Journeys in Art, Architecture, and film*. Nova York: Verso, 2007.

CHARTIER, Roger. “*A historia ou a leitura do tempo*”. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant le temps. Histoire de l'art et anachronisme des images*. Paris: Minuit, 2000.

FELICI, Massimo di. “*Paisagens Pós-urbanas. O fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*”. Sao Paulo:AnnaBlume, 2009.

NORONHA, Márcio Pizarro. “*Do FORT-DA da arte ao corpo-obra. [É possível uma estética da clínica? Haverá um corpo-obra?]* In: Revista Conexão, v.6 nº 1 Jan/Jun. 2007.

_____. “*Teoria Interartes*”. Grupo de pesquisa do CNPQ- UFG.

PANKOW, Gisela. “*O homem e seu espaço vivido*”. Trad. Flávia Cristina de Souza Nascimento. Campinas, São Paulo, Papirus, 1988.

RICOEUR, Paul. (2008) *A memória, A história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp.

SENNETT, Richard. “*Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*”. Trad. Marcos Aarão Reis, Rio de Janeiro, BestBolso, 2008.